

Revista NERA

n. 43



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL: DESAFIOS E LIMITES DO USO DO ÍNDICE DE GINI

Acácio Zuniga Leite

QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Danilo Souza Melo e Adalto Moreira Braz

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE CRÉDITO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL

Tiago Satim Karas e Guillermo Alfredo Johnson

A OCUPAÇÃO DO CERRADO GOIANO PELO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

Adriano Rodrigues de Oliveira, Lana Cristina Gomes Ferreira e Bryan Garvey

DE INCÊNDIOS E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA. SOBRE O AGRONEGÓCIO FLORESTAL EXPORTADOR NO CHILE

Silvia Beatriz Adoue

LUCHA DE JÓVENES POR TIERRA EN URUGUAY: DE LO MICROSOCIAL A LA CONSTITUCIÓN DE SUJETOS

Julian Andres Ariza e María Inés Gazzano

DAS “ESCOLINHAS DE FAVORES” À “ESCOLA DE DIREITO”: A EDUCAÇÃO NO/ DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GOIÁS

Dorcelina Aparecida Moreira

RESENHA: REGIMES ALIMENTARES E QUESTÕES AGRÁRIAS

Jeidi Yasmin Galeano Cobos

Mai./Ago.
2018



Revista NERA nº. 43

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

NERA

**Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2018**

Revista NERA (RNERA) nº. 42

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves
Lucas Pauli

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Maximiliano Macías Fernández – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)

Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodríguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2013 – ano 16, nº. 22
1999 – interrompida	2013 – ano 16, nº. 23
2000 – ano 3, nº. 3	2014 – ano 17, nº. 24
2001 – interrompida	2014 – ano 17, nº. 25
2002 – interrompida	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2003 – interrompida	2015 – ano 18, nº 27
2004 – ano 7, nº. 4	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2015 – ano 18, nº 29
2005 – ano 8, nº. 6	2016 – ano 19, nº 30
2005 – ano 8, nº. 7	2016 – ano 19, nº31
2006 – ano 9, nº. 8	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2016 – ano 19, nº33
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº35
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº37
2009 – ano 12, nº. 14	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 15	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	2017 – ano 20, nº 40
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 41
2011 – ano 14, nº. 18	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	2018 – ano 21, nº 43
2012 – ano 15, nº. 20	
2012 – ano 15, Dossiê	Quadrimestral
2012 – ano 15, nº. 21	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	APRESENTAÇÃO
7	PRESENTATION
	PRESENTACIÓN
	Estevan Leopoldo de Freitas Coca
	ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL: DESAFIOS E LIMITES DO USO DO ÍNDICE DE GINI
10	LAND CONCENTRATION ANALYSIS IN BRAZIL: CHALLENGES AND LIMITS OF THE GINI INDEX
	ANÁLISIS DE LA CONCENTRACIÓN DE LA TIERRA EM BRAZIL: DESAFÍOS E LIMITE EN EL USO EL ÍNDICE DE GINI
	Acácio Zuniga Leite
	QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA
29	BRAZILIAN AGRARIAN QUESTION: A PROPOSAL OF REPRESENTATION OF THE LAND STRUCTURE
	LA CUESTIÓN AGRARIA BRASILEÑA: UNA PROPUESTA PARA UNA REPRESENTACIÓN DE LA ESTRUCTURA DE LA TIERRA
	Danilo Souza Melo e Adalto Moreira Braz
	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS POLÍTICAS ESTATAIS DE CRÉDITO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL
54	SOCIOESPATIAL FORMATION OF STATE RURAL CREDIT POLICIES IN MATO GROSSO DO SUL
	FORMACIÓN SOCIO ESPACIAL DE LAS POLÍTICAS ESTATALES DE CRÉDITO RURAL EN MATO GROSSO DO SUL
	Tiago Satim Karas e Guillermo Alfredo Johnson
	A OCUPAÇÃO DO CERRADO GOIANO PELO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO
79	THE CERRADO BIOME OCCUPATION THROUGH THE SUGARCANE AGRIBUSINESS
	LA OCUPACIÓN DEL CERRADO EN GOIÁS POR EL AGRONEGOCIO DE CAÑA DE AZÚCAR
	Adriano Rodrigues de Oliveira, Lana Cristina Gomes Ferreira e Bryan Garvey
101	DE INCÊNDIOS E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA. SOBRE O AGRONEGÓCIO FLORESTAL EXPORTADOR NO CHILE

DE INCENDIOS Y ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA. SOBRE EL
AGRONEGOCIO FORESTAL EXPORTADOR EN CHILE

WILDFIRES AND PRODUCTION SPECIALIZATION. ABOUT EXPORTER
FORESTRY AGRIBUSINESS IN CHILE

Silvia Beatriz Adoue

**LUCHA DE JÓVENES POR TIERRA EN URUGUAY: DE LO MICROSOCIAL A
LA CONSTITUCIÓN DE SUJETOS**

127

YOUTH FIGHT OVER LAND IN URUGUAY: FROM THE MICRO-SOCIAL TO
THE CONSTITUTION OF SUBJECTS

LUTA DE JOVENS PELA TERRA NO URUGUAI: DO MICROSOCIAL À
CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS

Julian Andres Ariza e María Inés Gazzano

**DAS “ESCOLINHAS DE FAVORES” À “ESCOLA DE DIREITO”: A
EDUCAÇÃO NO/ DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GOIÁS**

153

FROM THE "LITTLE SCHOOL OF FAVORS" TO "SCHOOL RIGHT ": THE
RURAL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF GOIÁS

DE "ESCUELAS DE FAVORES" A "ESCUELA DE DERECHO": LA
EDUCACION DE Y EN EL CAMPO EN EL MUNICIPIO DE GOIÁS

Dorcelina Aparecida Moreira

RESENHA: REGIMES ALIMENTARES E QUESTÕES AGRÁRIAS

177

REVIEW: FOOD REGIMES AND AGRARIAN QUESTIONS

REVISIÓN: REGÍMENES ALIMENTARIOS Y CUESTIONES AGRARIAS

Jeidi Yasmin Galeano Cobos

COMPÊNDIO DE AUTORES

185

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

211

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

APRESENTAÇÃO

Em sua edição de nº 43, a Revista NERA reforça sua postura de oferecer à comunidade acadêmica, aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e demais interessados a oportunidade de discutir o Brasil, a América Latina e o mundo pelo viés da Questão Agrária. Os 7 artigos e a resenha aqui apresentados trazem resultados de pesquisas e análises de conjuntura sobre alguns dos principais tensionamentos que estão atrelados à expansão do capitalismo agrário no presente contexto de acumulação por espoliação e a consequente resistência dos povos do campo e das florestas a esse processo. De modo específico, dos 8 trabalhos, 5 se referem direta ou indiretamente ao Centro-Oeste brasileiro. Isso pode ser explicado pela crescente relevância que essa região tem adquirido na composição do sistema agroalimentar global, principalmente por meio da produção de grãos, reforçando o Brasil como fornecedor de bens primários na atual divisão internacional do trabalho. Além desses, os outros dois trabalhos trazem exemplos do Chile e do Uruguai, além da resenha sobre um livro que analisa os componentes geopolíticos dos fluxos de alimentos em escala global.

Nos três primeiros artigos constam discussões sobre a estrutura fundiária brasileira. A importância desse fato se dá porque o Brasil possui uma das mais expressivas concentrações de terra no mundo, o que repercute de modo direto nas disputas pelo modelo e desenvolvimento para o campo entre camponeses e o agronegócio.

A edição é aberta com o provocador artigo “Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini”, de Acácio Zuniga Leite. Com base no exemplo do município de Abadia dos Dourados, em Minas Gerais, o autor faz uma leitura crítica da utilização do Índice de Gini para a mensuração da concentração fundiária. Dado isso, é proposto aos órgãos oficiais a utilização de outras bases metodológicas que têm ganhado a atenção de acadêmicos e instituições internacionais como é o caso do índice de Hirschman-Herfindahl.

Também abordando a representação oficial da estrutura fundiária brasileira consta o trabalho “Questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária”, escrito por Danilo Souza Melo e Adalto Moreira Braz. Os autores trazem uma crítica ao Atlas da Agropecuária Brasileira, divulgado em 2017, destacando limitações sobre a representação da estrutura fundiária, em razão dessa

não ser abordada em toda sua complexidade. São tomados os exemplos dos municípios de Água Clara, em Mato Grosso do Sul e São Desidério, na Bahia para se defender o uso criterioso de técnicas de geoprocessamento para a superação dos problemas pontuados.

Mesmo que de modo indireto, a estrutura fundiária novamente é colocada em relevo no artigo “Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul”, de autoria de Tiago Satim Karas e Guillermo Alfredo Johnson. Fazendo um interessante *link* entre a Geografia Agrária e a Geografia Econômica, a discussão sobre as formações socioespaciais, presente na obra do Prof. Milton Santos, é tomada como referência para a abordagem das políticas de crédito rural no estado de Mato Grosso do Sul. Os autores concluem que essa abordagem indica um capitalismo dependente, onde se constata a “relação entre uma economia de base primária-exportadora, reafirmando o monopólio capitalista da terra, sendo a política de crédito rural no Mato Grosso do Sul seu eixo medular nesta formação socioespacial”.

A Questão Agrária no Centro-Oeste brasileiro também é enfatizada no trabalho “A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro”, escrito por Adriano Rodrigues de Oliveira, Lara Cristine Gomes Ferreira e Brian Garvey. Os autores demonstram que desde a década de 1970 existe um orquestrado movimento por meio do qual o cerrado tem se tornado uma das principais expressões do agronegócio brasileiro. Após se consolidar por meio do binômio grãos e carne, atualmente o agronegócio articula-se nessa região também por meio do setor sucroalcooleiro, fato que remete à atuação do Brasil como um dos principais *players* da bioeconomia global.

Destacando que o Brasil não é o único país da América Latina onde o agronegócio avança sobre as terras agricultáveis, um exemplo chileno aparece no artigo “De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile”, de Silvia Beatriz Adoue. Nesse caso, é enfatizada a produção de celulose no centro e no sul do Chile como responsável pela diminuição da produção de alimentos para consumo local refletindo de modo direto na soberania alimentar desse país. A autora pontua que no ano de 2017, na região em destaque ocorreram diversos incêndios de áreas florestadas, o que contribuiu para a desintegração produtiva de comunidades mapuches e a destinação de maiores áreas para o agronegócio da celulose.

Como o desenvolvimento do capitalismo no campo não se dá por meio de um processo linear, a resistência de comunidades camponesas e indígenas emerge como exemplo da conflitualidade que caracteriza o campo latinoamericano na atualidade. Isso é evidenciado nos dois trabalhos seguintes.

Em “Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos”, escrito por Julian Andres Ariza e María Inés Gazzano, é feita uma análise da participação de jovens uruguais na luta pelo acesso a terra. Os autores destacam que a incorporação da agroecologia e da soberania alimentar como bandeiras de luta por esses sujeitos faz com que eles sejam produtores de uma práxis emancipatória. Tal leitura adquire importância na medida em que se constata que o intenso processo de êxodo rural tem repercutido de modo mais incisivo dentre os jovens, contudo, a ação de classe com o intuito de entrar ou permanecer na terra também se faz presente em parte da juventude camponesa no Uruguai.

O artigo “Das “escolinhas de favores” à “escola de direito”: a educação no/ do campo no município de Goiás”, escrito por Dorcelina Aparecida Moreira, também aborda a relação entre a luta pela terra e os camponeses jovens, porém, tendo por referência o acesso à educação. Nesse caso, a autora aborda os 30 anos de reforma agrária no município de Goiás, localizado no estado homônimo, pelo viés das escolas que atendem a população assentada. Destaca-se a transição de um processo em que as escolas eram vistas como favores ofertados aos assentados pelo Poder Público até a implementação do modelo de Educação do Campo, em que a escola é encarada como um direito.

Por fim, Jeidi Yasmin Galeano Cobos apresenta a resenha do livro “Regimes alimentares e questões agrárias”, de autoria de Phillip McMichael. Com essa publicação, é apresentada aos leitores brasileiros a abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, que tem sido utilizada em diversas análises internacionais sobre a Economia Política do alimento.

Assim, desejamos a todos uma boa leitura. Que os trabalhos aqui contidos contribuam para um amplo entendimento sobre alguns dos principais processos que têm caracterizado a Questão Agrária contemporânea.

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Editor da Revista NERA

Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini

Acácio Zuniga Leite

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Brasília, Distrito Federal,
Brasil

e-mail: acacio.leite@incra.gov.br

Resumo

A concentração fundiária, historicamente calculada por meio do índice de Gini, sempre foi elemento central no debate teórico sobre a questão agrária brasileira. Neste trabalho, procura-se apontar uma série de imprecisões quanto ao uso do índice de Gini para análise da concentração fundiária. A partir da leitura do material bibliográfico selecionado, e do cálculo do índice de Gini, simulando diversas situações hipotéticas para um município no estado de Minas Gerais, constatou-se que a análise da concentração fundiária realizada unicamente a partir do cálculo deste índice pode levar a equívocos nas considerações sobre a estrutura fundiária brasileira. São apresentados ainda alguns fatores complementares que devem ser considerados na análise da concentração fundiária.

Palavras-chave: Concentração de terras; índice de gini; desigualdade; concentração.

Land concentration analysis in Brazil: challenges and limits of the Gini index

Abstract

Land concentration, historically based on the Gini index, has always been a central element in the theoretical debate on the Brazilian agrarian question. This paper try to point out a series of imprecisions in the use of the Gini index to analyze the land concentration. From the reading of the bibliographic material selected and the calculation of the Gini index simulating several hypothetical situations for a municipality in the state of Minas Gerais, it was verified that the analysis of the land concentration made only from the calculation of this index can lead to mistakes in the considerations on the Brazilian land structure. Some complementary factors that should be considered in the analysis of land concentration are also presented.

Keywords: Land concentration; gini index; inequality; concentration.

Análisis de la concentración de la tierra en Brazil: desafíos e limite en el uso el índice de Gini

Resumen

La concentración de la tierra, históricamente calculada por medio del índice de Gini, siempre ha sido un elemento central en el debate teórico sobre la cuestión agraria brasileña. Este trabajo intenta señalar una serie de imprecisiones en el uso del índice de Gini para analizar la concentración de la tierra. A partir de la lectura del material bibliográfico seleccionado y el cálculo del índice de Gini que simula varias situaciones hipotéticas para un municipio en el estado de Minas Gerais, se verificó que el análisis de la concentración de la tierra solo a partir del cálculo de este índice puede conducir a errores en las consideraciones sobre la concentración de la tierra brasileña. Finalmente, presentamos algunos factores complementarios que deberían considerarse en el análisis de la concentración de la tierra.

Palabras clave: Concentración de la tierra; índice de Gini; desigualdad; concentración.

Introdução

Desde a colonização portuguesa, o acesso à terra foi controlado de maneira a restringi-lo às classes dominantes. A posse e o domínio das terras brasileiras continuam concentrados em latifúndios espalhados pelo país, sem que a terra possa cumprir sua função social, apesar das demandas e lutas sociais camponesas. Tal situação é consequência do processo histórico da economia brasileira, que teve sua base erguida no latifúndio monocultor e no trabalho escravo.

O debate em torno da necessidade de uma reforma agrária ampla para o desenvolvimento moveu diversos intelectuais. Os destaques ficam para a originalidade do pensamento de estudiosos como Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel, mas a compreensão da questão agrária nacional e a importância da reforma agrária, em um contexto de projeto nacional de desenvolvimento, foi tema de muitos estudiosos que poderíamos chamá-los de “clássicos” do pensamento brasileiro.

As condições do nosso passado colonial, tão bem estudadas por Caio Prado Júnior, não foram totalmente rompidas: permanece a exploração abundante dos recursos naturais e a economia do agronegócio reproduz o processo de dependência com outra roupagem (DELGADO, 2012; MATTEI, 2013). Em que pese o disposto no Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) e na própria Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o rural brasileiro permanece sofrendo de pobreza e conflitos sociais. O que se exercita, em especial a partir de 1985 com a redemocratização política, é uma ação compensatória de criação de projetos de assentamentos rurais, em consequência de pressões sociais através de ocupações de latifúndios pelos movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária (CARVALHO, 2012).

Nos últimos 20 anos, surgiram diversos debates sobre o resultado das intervenções governamentais no grau de concentração fundiária, com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e dos Censos Agropecuários, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como exemplo, no final do Governo FHC (1994-2002), o Ipea divergiu da avaliação do Incra sobre o impacto das políticas fundiárias na desconcentração da posse da terra e combate à grilagem (INCRA, 2001a; IPEA, 2001).

Mais recentemente, estudos como os de Hoffman e Ney (2010) e Girardi (2008) ajudaram a melhorar a compreensão da situação fundiária brasileira, extrapolando as análises para além da utilização do índice de Gini para o cálculo da concentração fundiária. Tais estudos utilizaram diversas bases de dados e o cruzamento de informações para propiciar conclusões com maior alcance e precisão, como a tipologia dos imóveis e classes de área predominantes por município e mudanças temporais ocorridas. Entretanto, verifica-se que boa

parte do debate realizado, inclusive após o Censo Agropecuário de 2006 - o que deve ocorrer novamente com o Censo Agropecuário em execução em 2017 e 2018 -, gira em torno do cálculo e da utilização do índice de Gini. Frequentemente o utilizam para afirmar que as intervenções fundiárias não alteraram os padrões de concentração da terra no país, em especial quando esse debate se dá na perspectiva da afirmação da ineficácia dos resultados de políticas governamentais.

Esse artigo busca demonstrar, por meio de simulações, os limites no uso do índice de Gini para analisar os níveis de concentração fundiária. São expostos ainda desafios para análise da concentração fundiária, relacionados às bases de dados de tais análises, especialmente no uso dos dados cadastrais do INCRA.

No intuito de desenvolver o trabalho, foram delineados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica acerca do uso do índice de Gini para análise da concentração de terras e leitura do material selecionado; obtenção de dados da estrutura fundiária brasileira junto ao Incra; e simulação de situações de concentração e desconcentração fundiária em determinado município.

Inicialmente é realizada uma breve análise das funcionalidades do índice de Gini e sua utilização na análise da concentração de terras; em seguida, realiza-se uma breve descrição da estrutura fundiária de Abadia dos Dourados-MG, município sorteado aleatoriamente, e simulações hipotéticas de concentração e desconcentração fundiária para o município; por fim, são apresentadas dificuldades nas análises oriundas das bases de dados do cadastro nacional de imóveis rurais e dos censos agropecuários, além de breves sugestões para análises futuras.

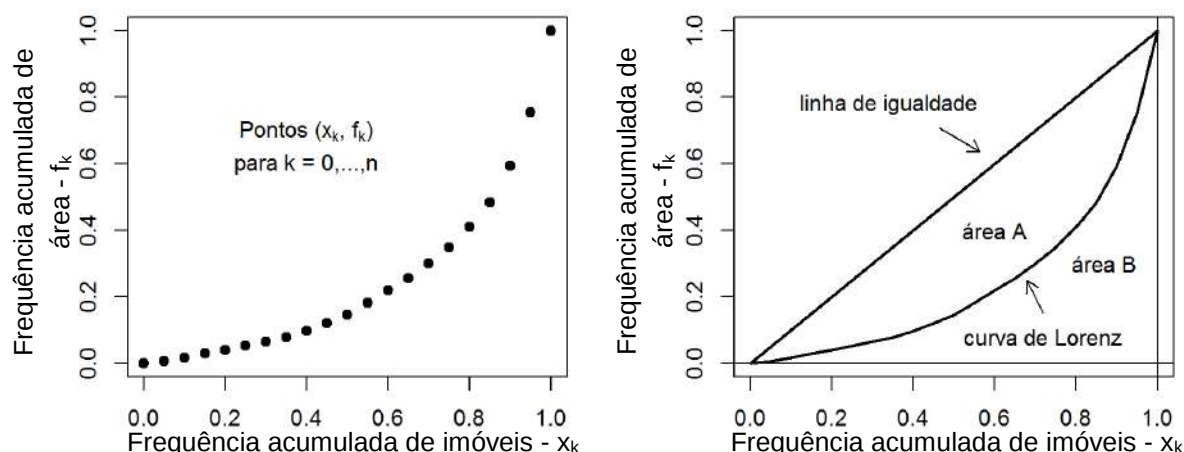
O uso do Índice de Gini e o cálculo de concentração fundiária

O índice de Gini é um coeficiente de mensuração da desigualdade que varia entre 0 e 1, utilizado principalmente em estudos sobre a distribuição de renda. No caso do estudo sobre a distribuição de terras, 0 corresponde à completa igualdade (a terra está igualmente dividida entre os imóveis), portanto quanto mais próximo de 1 estiver o valor, mais desigual será a distribuição das terras.

O coeficiente de Gini pode ser calculado a partir da Curva de Lorenz, conforme pode ser verificado na figura 01. Ele corresponde ao dobro do valor da área entre a Curva de Lorenz e a Linha da Perfeita Igualdade. Trata-se, portanto, de uma medida de afastamento de uma dada distribuição em relação a uma situação de perfeita igualdade (MEDEIROS, 2012).

Uma maneira de expressar o coeficiente também pode ser dada por $G = 1 - \sum_{i=1}^N (x_i - x_{i-1})(y_i - y_{i-1})$, onde x_i e y_i correspondem, respectivamente, à frequência de imóveis na classe de área e à frequência de área de classe de área.

Figura 01: Construção da curva de Lorenz para cálculo do índice de Gini



O conceito de desigualdade utilizado para o cálculo do índice é simples e unicamente numérico. Hipoteticamente, em uma situação em que poucos proprietários detenham áreas similares, a tendência é que o índice de Gini seja baixo, até próximo de zero; entretanto, teríamos, ainda assim, uma alta concentração fundiária. O equívoco na interpretação se dá justamente pelo caráter do índice: ele mensura a desigualdade relativa entre os detentores e não a concentração. São conceitos relacionados, mas distintos: enquanto a desigualdade pode ser compreendida como a falta de equilíbrio na distribuição da terra entre os que possuem esse bem, a concentração se debruça na razão entre área de terra sob a posse de cada indivíduo e a quantidade de terra disponível.

O cálculo sofre uma série de críticas como, por exemplo, não contemplar os sem-terra e representar inadequadamente uma desigualdade generalizada (EDELMAN e SELIGSON, 1994; ERICKSON e VOLLRATH, 2014; HOFFMANN e NEY, 2010). Muller et al. (1989), estudando a relação entre a concentração fundiária em países da América Latina e a violência relacionada com os conflitos agrários, também já haviam feito essa e outras observações sobre o uso do índice, em especial em análises comparativas. Piet (2016) vai além e afirma que o índice de Gini não consegue capturar completamente os efeitos da concentração e que nenhum indicador de desigualdade é suficiente para descrever completamente as tendências agrárias.

No Brasil, o uso deste índice para a análise da concentração fundiária remete ao Censo Agrícola de 1940, do IBGE, quando fora utilizado para medir a concentração da posse dos estabelecimentos agrícolas (INCRA, 2001a). Entretanto, pouca atenção tem sido dada às imprecisões do uso do índice de Gini, como instrumento absoluto de aferição da concentração fundiária. Ressalvas devem ser realizadas às análises de Incra (2001a) e de Hoffman e Ney

(2010), que indicam ou mesmo explicitam limitações no uso do índice, ainda que sem propor a utilização de análises complementares ou mesmo a sua substituição.

Salta aos olhos o caso do município de Sapezal, no Mato Grosso, um dos maiores produtores de grãos do país. Conforme apontado por Melo (2006), a cidade foi idealizada por André Maggi e criada em 1994 por desmembramento do município de Campo Novo dos Parecis. Sapezal figura entre os maiores produtores de grãos do país, produzindo, de acordo com dados da safra de 2016, 520.385 toneladas de algodão, 853.118 toneladas de milho e 1.130.326 toneladas de soja (IBGE, 2016). Em contraponto a riqueza produzida pelo setor agropecuário, o município também figura na lista das maiores taxas médias de homicídio na população total brasileira (WASELFISZ, 2008).

Dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), em 31/12/2014, apontam a concentração da estrutura fundiária do município, conforme pode ser verificado na tabela 01.

Tabela 01: Estrutura Fundiária do município de Sapezal, Mato Grosso.

Classes de área (ha)	Imóveis (n)	Área média (ha)	Área total (ha)
2 a menos de 5	3	3,53	10,58
5 a menos de 10	5	6,25	31,24
10 a menos de 25	6	17,87	107,23
25 a menos de 50	2	25,00	50,00
50 a menos de 100	8	74,70	597,63
100 a menos de 250	14	158,08	2.213,07
250 a menos de 500	115	383,27	44.075,63
500 a menos de 1.000	138	689,72	95.181,79
1.000 a menos de 2.000	128	1.402,17	179.477,71
2.000 a menos de 2.500	40	2.273,92	90.956,65
2.500 a menos de 5.000	77	3.103,55	238.973,60
5.000 a menos de 10.000	18	6.967,81	125.420,63
10.000 a menos de 20.000	5	11.691,16	58.455,79
20.000 a menos de 50.000	2	20.146,49	40.292,98

Fonte: SNCR/Incra - situação em 31.12.2014.

O módulo fiscal definido para o município é de 100 hectares. Constan na base do SNCR 561 imóveis cadastrados, os quais detém uma área total de 875.844,53 ha. Desses imóveis, 34,05% estão acima de 15 módulos fiscais e detém 73,97% da área cadastrada. Em que pese a alta concentração fundiária, o índice de Gini obtido para o município é de 0,520¹, valor que pode ser comparativamente considerado como médio perto dos índices municipais. Isto demonstra a indiferença deste índice para interpretar a má distribuição da terra entre as classes de área.

Essa constatação é um exemplo de que a utilização do índice de Gini, per si, não é ferramenta que possibilita responder se está havendo, por parte do Estado, enfrentamento ao

¹ Medeiros (2012) aponta que não há uma única maneira de interpretar valores intermediários obtidos. Uma possibilidade é a interpretação gráfica, em que o coeficiente de 0,520 indica que a desigualdade naquela distribuição corresponde a 52,0% da desigualdade máxima.

latifúndio ou mesmo avanços na desconcentração fundiária, inviabilizando a análise de impacto das políticas fundiárias estatais, em especial a criação de projetos de assentamento.

Hoffman e Ney (2010) já haviam afirmado que a criação de pequenos estabelecimentos agropecuários, resultantes da divisão de estabelecimentos maiores, pode aumentar o índice de Gini ao invés de diminuí-lo. Os autores evidenciam que o índice é uma medida de desigualdade “mais sensível a alterações na distribuição nas vizinhanças de sua mediana” (HOFFMANN e NEY, 2010, p. 20), de forma que a sua estabilidade histórica no Brasil pode estar deixando de revelar modificações em outras partes da distribuição. Os autores utilizaram o índice de Atkinson, também uma medida de desigualdade, “particularmente sensível a modificações na cauda inferior da distribuição, na tentativa de captar melhor o efeito do aumento no número de pequenos produtores agrícolas entre os censos agropecuários” (HOFFMANN e NEY, 2010, p. 20).

Descrição da estrutura fundiária de Abadia dos Dourados - MG e simulações de situações hipotéticas de concentração e desconcentração fundiária

Para demonstrar o comportamento do índice de Gini, em diferentes situações, foi selecionado aleatoriamente um município por sorteio (Abadia dos Dourados, Minas Gerais).

A partir da estrutura fundiária de Abadia dos Dourados (tabela 2) foram realizadas simulações representadas nas tabelas 3, 4 e 5 e uma combinação de simulações, retratada no gráfico 01. Na hipótese I, é criado um projeto de assentamento com 100 lotes de 15 hectares cada um, mediante a desapropriação de um imóvel de 1.500 hectares. Na hipótese II, é criado um projeto de assentamento com 100 lotes de 9 hectares cada um, mediante a desapropriação de um imóvel de 900 hectares. Na hipótese III, os imóveis abaixo de 2 hectares deixam de existir e suas áreas são incorporadas pela classe de área “1.000 a menos de 2.000 hectares”.

Tabela 02: Estrutura fundiária do município de Abadia dos Dourados - MG.

Classes de área (ha)	Imóveis (n)	Área média (ha)	Área total (ha)
Mais de 0 a menos de 1	5	0,34	1,70
1 a menos de 2	8	1,61	12,90
2 a menos de 5	65	3,81	247,50
5 a menos de 10	119	7,79	926,92
10 a menos de 25	359	17,23	6.186,04
25 a menos de 50	336	36,06	12.115,22
50 a menos de 100	262	71,11	18.631,68
100 a menos de 200	162	135,48	21.948,30
200 a menos de 500	83	310,84	25.799,99
500 a menos de 1.000	11	654,46	7.199,08
1.000 a menos de 2.000	2	1.458,30	2.916,60

Fonte: SNCR/Incra - situação em 31.12.2014.

O módulo fiscal definido para o município é de 40 hectares. Constan na base do SNCR 1.412 imóveis cadastrados, os quais detém uma área total de 95.985,93 ha. Desses imóveis, 0,71% estão acima de 15 módulos fiscais e detém 8,96% da área cadastrada. A área média é de 68,61 hectares. O índice de Gini obtido para o município é de 0,574. Embora esse coeficiente seja superior ao obtido por Sapezal, observa-se a presença de latifúndios é residual e que os imóveis superiores a 15 módulos fiscais detém proporcionalmente muito menos área do que em Sapezal.

Para além do apontado pelos autores citados, demonstra-se aqui também que a eliminação de minifúndios e a integração das suas áreas aos latifúndios pode diminuir o índice de Gini.

Tabela 03: Estrutura fundiária do município de Abadia dos Dourados - MG, alterada pela hipótese I.

Classes de área (ha)	Imóveis (n)	Área média (ha)	Área total (ha)
Mais de 0 a menos de 1	5	0,34	1,70
1 a menos de 2	8	1,61	12,90
2 a menos de 5	65	3,81	247,50
5 a menos de 10	119	7,79	926,92
10 a menos de 25	459	16,75	7.686,04
25 a menos de 50	336	36,06	12.115,22
50 a menos de 100	262	71,11	18.631,68
100 a menos de 200	162	135,48	21.948,30
200 a menos de 500	83	310,84	25.799,99
500 a menos de 1.000	11	654,46	7.199,08
1.000 a menos de 2.000	1	1.416,60	1.416,60

Fonte: Elaboração do autor (1 imóvel de 1.500 ha é desapropriado, gerando 100 lotes de 15 ha)

Tabela 04; Estrutura fundiária do município de Abadia dos Dourados - MG, alterada pela hipótese II.

Classes de área (ha)	Imóveis (n)	Área média (ha)	Área total (ha)
Mais de 0 a menos de 1	5	0,34	1,70
1 a menos de 2	8	1,61	12,90
2 a menos de 5	65	3,81	247,50
5 a menos de 10	219	8,34	1.826,92
10 a menos de 25	459	16,75	7.686,04
25 a menos de 50	336	36,06	12.115,22
50 a menos de 100	262	71,11	18.631,68
100 a menos de 200	162	135,48	21.948,30
200 a menos de 500	83	310,84	25.799,99
500 a menos de 1.000	10	629,91	6.299,08
1.000 a menos de 2.000	2	1.458,30	2.916,60

Fonte: Elaboração do autor (1 imóvel de 900 ha é desapropriado, gerando 100 lotes de 9 ha)

Tabela 05: Estrutura fundiária do município de Abadia dos Dourados - MG, alterada pela hipótese III.

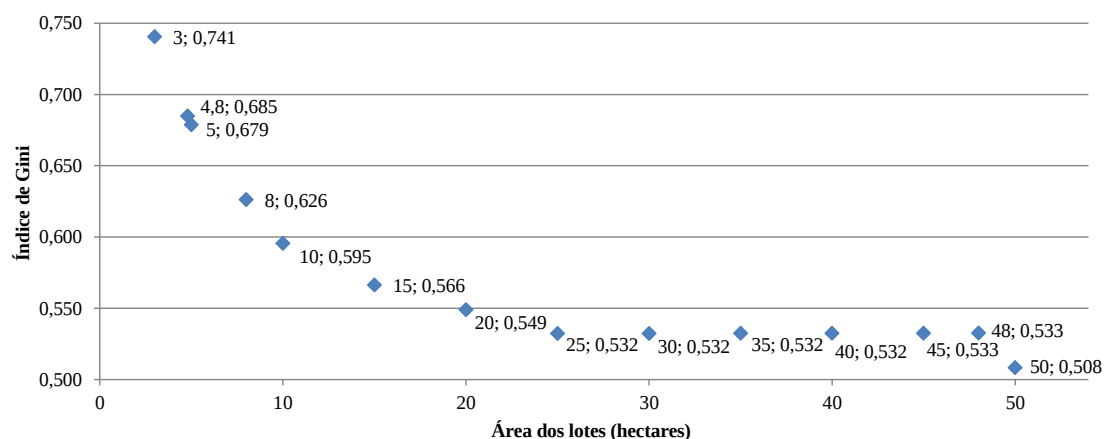
Classes de área (ha)	Imóveis (n)	Área média (ha)	Área total (ha)
2 a menos de 5	65	3,81	247,50
5 a menos de 10	219	8,34	1.826,92
10 a menos de 25	459	16,75	7.686,04
25 a menos de 50	336	36,06	12.115,22
50 a menos de 100	262	71,11	18.631,68
100 a menos de 200	162	135,48	21.948,30
200 a menos de 500	83	310,84	25.799,99
500 a menos de 1.000	10	629,91	6.299,08
1.000 a menos de 2.000	2	1.465,60	2.931,20

Fonte: Elaboração do autor. Os imóveis abaixo de 2 ha deixam de existir e suas áreas são incorporadas pela classe 1.000 a menos de 2.000.

Das simulações realizadas, contraditoriamente - mas corroborando com as observações anteriores - as hipóteses I e II, embora desconcentrem a posse da terra, aumentaram o índice de Gini para 0,575 e 0,586, respectivamente, e a hipótese III concentrou a posse da terra e diminuiu o índice de Gini para 0,570.

No intuito de apresentar outras possibilidades de resultados, apresenta-se no gráfico 1 os resultados do cálculo do índice de Gini para uma última combinação de simulações, em que os 2 imóveis entre 1.000 a menos de 2.000 hectares, somando 2.916,60 hectares e 4 imóveis entre 500 e menos de 1000 hectares, somando 3.600,00 hectares, deixam de existir e suas áreas são destinadas para a criação de projetos de assentamento de reforma agrária. A área total destinada totaliza de 6.516,60 hectares e foram simuladas as implantações de assentamentos com lotes de áreas iguais, partindo de 3 até 50 hectares. Dessa forma, a quantidade de lotes criados variou de 2.172 até 130.

Gráfico 1: Resultados do índice de Gini para a criação diferentes modalidades de assentamentos



Fonte: Elaboração do autor.

Verifica-se que, mesmo em uma condição onde são eliminados da estrutura fundiária os imóveis com as maiores áreas, o índice de Gini pode aumentar. No caso concreto, o coeficiente aumenta caso as áreas sejam destinadas a assentamentos com lotes de até 10 hectares cada, situação que é alterada com lotes a partir de 15 hectares.

Isso ocorre já que o resultado do coeficiente altera a depender da (i) frequência de imóveis em cada classe de área, (ii) frequência de área em cada classe de área, (iii) frequência acumulada de imóveis, da classe de menor área até a classe de maior área, (iv) da distribuição da frequência e da frequência acumulada de imóveis das classes de áreas e (v) da interação entre a frequência de área e da distribuição da frequência e da frequência acumulada de imóveis das classes de áreas em cada classe.

Dificuldades nas análises oriunda da base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural

Para além dos desvios causados pela análise da concentração fundiária por meio da utilização única do índice de Gini conforme apontado anteriormente, procura-se aqui apontar alguns outros fatores que podem causar desvios na análise da concentração fundiária, utilizando como base as estatísticas cadastrais do Incra e, quando for o caso, fazendo analogias com o Censo Agropecuário.

A necessidade de um Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) foi definida pela Lei 4504/1964 (Estatuto da Terra) e criado pela Lei 5868/1972. O primeiro cadastramento rural declaratório no Brasil foi iniciado em 1965, após as comemorações da “Semana da Terra”, com o cadastramento de cerca de 3,2 milhões de imóveis com área total de 307.250.000 milhões de hectares; em 1972, 1978 e 1992, foram realizados recadastramentos de imóveis

rurais (INCRA, 2011) sendo que, de maneira geral, os imóveis que restam ativos no SNCR foram cadastrados em 1992, ou cadastrados após esta data.

Destaca-se que a inclusão de imóveis no SNCR se dá sobre os imóveis: devidamente registrados nos serviços de registro de imóveis, quando é exigida a certidão imobiliária ou a cópia autenticada da ficha de matrícula; que possuem justo título de domínio, mas não levados a registro imobiliário; e nas posses por simples ocupação, sendo que a comprovação da posse pode ser feita por declaração expedida por órgãos públicos ou entidades ligadas ao meio rural (prefeituras, Emater, sindicato etc.) (INCRA, 2015).

Com o cadastramento do imóvel rural, o titular obtém o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Este documento, embora não legitime direito de domínio ou posse, é indispensável, no caso de imóveis registrados em cartório, para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda. Ainda nos termos da Lei n.º 4.947/1966, o CCIR deve ser apresentado para homologação de partilha amigável ou judicial em casos de "sucessão causa mortis" (INCRA, 2015).

O SNCR computa atualmente 681.900.090 ha cadastrados em 5.775.864 imóveis. Desses, 521.837.119 ha estão cadastrados como áreas particulares (incluídas as posses de toda natureza) em 5.766.542 imóveis, e 160.062.971 ha como terras públicas (INCRA, 2017).

Deste conjunto de observações preliminares, a primeira questão é que resta evidente um subcadastramento de imóveis rurais dada a diferença entre a área territorial nacional (851.487.659 hectares) e a área cadastrada (80,08% do território nacional). A mesma observação pode ser feita referente aos dados do Censo Agropecuário de 2006, que computou 329.941.393 hectares em estabelecimentos agropecuários (36,75% do território nacional²).

Como referência comparativa, ainda que com a devida cautela já que são abordados conceitos diferentes, podemos tomar como base as áreas obtidas em três estudos: o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Governo do Estado de São Paulo, de 2007/2008 (20.504.107 ha), o Censo Agropecuário do IBGE de 2006 (16.701.471 ha) e o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais do Incra em 2003 (20.326.447 ha) (SÃO PAULO, 2008). Todos os levantamentos possuem divergência na área levantada e, ainda que sejam trabalhados conceitos diferentes, as variações podem ser consideradas altas e indicam lacunas na cobertura dos cadastros realizados.

Este subcadastramento, que hipoteticamente permeia todas as classes de áreas, possivelmente seja maior entre os minifúndios e pequenas posses ou propriedades. Isso porque, para além da sua invisibilidade oriunda de um modelo de desenvolvimento

² Quando são computadas as áreas com corpos d'água (11.455.300 hectares), área urbanizada (2.073.700 hectares), unidades de conservação (72.099.864 hectares), terras indígenas (125.545.870 hectares), são totalizados 542.977.927 hectares, restando um vazio não apurado de mais de 300 milhões de hectares.

agropecuário focado nas grandes áreas e na produção agropecuária em escala, o campesinato tem pouco ou nenhum interesse em cadastrar suas áreas no Incra, dado que o acesso às políticas públicas no meio rural era realizado majoritariamente pela Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), emitida por empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, sindicatos de trabalhadores rurais e outros órgãos autorizados pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), e não pelo Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), emitido pelo SNCR. A própria emissão do CCIR para a tomada de crédito rural em bancos e agentes financeiros deixou de ser uma exigência, então prevista do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (Bacen), para qualquer tipologia de imóvel rural, embora persista no cotidiano do sistema creditício.

Tais situações tendem a ser mitigadas tanto com a depuração, ainda que lenta e paulatina, dos dados do SNCR e com as inovações advindas com a lei 10.267/2001 (BRASIL, 2001), que exige a certificação do perímetro nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais e do uso de dados georreferenciados na coleta de informações do Censo Agropecuário.

Desta questão apresentada, pode-se inferir também que o tamanho do campesinato brasileiro ainda é uma incógnita. Os censos agropecuários apontam para um aumento na quantidade de imóveis e da área ocupada pelos imóveis abaixo de 100 ha (OLIVEIRA, 2007). Entretanto, a julgar pela grande quantidade de área não alcançada pelo SNCR (e também pelo Censo Agropecuário), é prudente levantar a hipótese de que, com base nesses dados, o número real é maior do que os 4.367.902 estabelecimentos familiares, definidos segundo os critérios legalmente fixados em 2006 (FRANÇA et al, 2009) e que parte dessa expansão se dá pelo avanço do mapeamento dos camponeses no território.

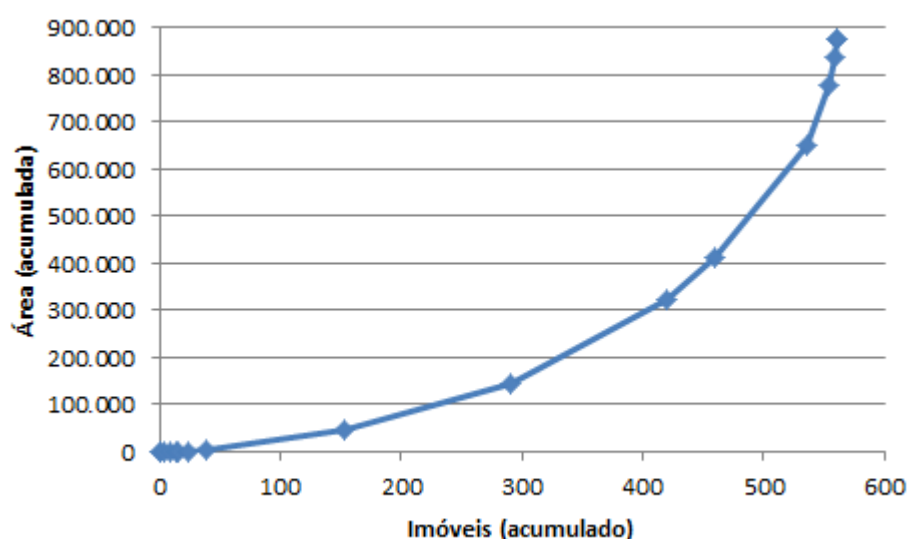
Em segundo lugar, é mister considerar a existência do sobrecadastramento de imóveis rurais, em especial em função da existência de “beliches de terras” e do cadastro das glebas públicas federais e estaduais, em especial após 2008 com a realização de convênios entre o Incra e os governos estaduais nas regiões Norte e Nordeste, sobrepostas a centenas de posses com cadastro. Quanto ao primeiro ponto, apesar das intenções do Incra com a edição das Portarias 558/1999, 596/2001, 835/2004 e 12/2006 (INCRA, 1999; 2001b; 2004; 2006), que inibiram o cadastro de imóveis acima de 5.000 hectares ou fruto de formas degradantes de trabalho com vistas ao recadastramento agrário e fiscalização cadastral, deve-se considerar a existência de muitos imóveis cadastrados como domínio sem o devido destaque do patrimônio público e que tiveram suas áreas multiplicadas pelo processo de grilagem (OLIVEIRA, 2007). Para além disso, vale lembrar que no SNCR o cadastro é literal, desvinculado de informações geográficas que indiquem a área locacional do imóvel.

O último refere-se a quantidade e amplitude das classes de área. Conforme apresentado anteriormente, o índice de Gini é uma ferramenta para medição da desigualdade,

resultado entre a diferença da distribuição igualitária de algum fator entre a população e a distribuição real deste fator entre a população. No caso da análise da distribuição de terras, traça-se a percentagem acumulada de imóveis no eixo das abscissas e a percentagem acumulada de área no eixo das ordenadas. Quanto maior a quantidade de classes de área, maior tende a ser a precisão no cálculo do índice de Gini. Para um cálculo preciso do Gini, o correto seria organizar uma listagem dos imóveis em ordem crescente de área e realizar o cálculo.

Entretanto, o Incra disponibiliza os dados da estrutura fundiária de forma agregada em classes de área, sendo que a amplitude interna das classes varia conforme disposto nas tabelas 01 e 02, podendo causar imprecisões na análise em especial se existirem muitos imóveis nas classes de áreas com maior amplitude, como é o caso de Sapezal. A representação gráfica da situação concreta do município de Sapezal é exposta como exemplo no gráfico 02.

Gráfico 02: Curva de Lorenz para o município de Sapezal (MT).



Fonte: SNCR/Incra - situação em 31.12.2014. Elaboração do autor.

Para além das questões já apontadas, cabe destacar dois outros fatores que impactam na aferição da concentração fundiária. O primeiro é a existência de muitos imóveis com mais de um dono, o que caracterizaria um subdimensionamento na estimativa da concentração fundiária, já que o cálculo é realizado considerando a premissa de que cada detentor possui um único imóvel, da mesma forma que não são consideradas as situações condominiais, o que geraria um sobredimensionamento. O segundo é a situação dos assentamentos de reforma agrária não inseridos no SNCR de forma fracionada, superdimensionando a concentração fundiária. Quanto a este último fator, cabe destaque às publicações de Incra

(2001a) e Reis e Pelissari (2016), que alertam para essa situação e fazem novos cálculos considerando a necessidade desses ajustes.

Considerações finais

Compreender a realidade fundiária brasileira é ponto chave para o enfrentamento da questão agrária. A análise realizada procurou mostrar insuficiências e desvios no uso do índice de Gini como instrumento de análise da estrutura fundiária brasileira. Em geral, a seleção da medida de concentração a ser usada é baseada em considerações que dizem respeito às propriedades da própria medida. O coeficiente de Gini, muito aplicado no estudo da distribuição de renda, tem sido utilizado para a análise da estrutura e da concentração fundiária sem as devidas precauções.

Os resultados históricos em escala nacional ou regional do índice de Gini, seja mediante a utilização dos dados do IBGE ou do Incra, contrastam com a expectativa de resultado para um país que, mesmo com o avanço do capitalismo no meio rural, tem cerca de 1 milhão de famílias reconhecidas como público beneficiário da reforma agrária, mesmo que uma fração considerável destas famílias foram beneficiadas por políticas de reconhecimento e regularização fundiária e não da obtenção de latifúndios. Em que pese o fato da política agrária dos últimos anos ter sido muito insuficiente para superar a desigualdade extrema no meio rural e alimentar um rompimento com o nosso passado colonial, é um erro afirmar um movimento de concentração ou desconcentração fundiária unicamente por meio do índice de Gini. Outros índices, como o de Hirschman-Herfindahl já vem sendo utilizados em análises e merecem mais estudos.

A implementação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) com a integração de diversas bases de dados cadastrais, literais e geográficas, possibilitará ao Estado Brasileiro ter em suas mãos maior conhecimento sobre a base agrária nacional, que deveria ser aberta para consulta resguardadas as informações de sigilo fiscal.

Resta necessário aprofundar os estudos sobre a realidade fundiária, avaliar outros índices e tomar como referência outras áreas do conhecimento. Como exemplo, a biologia da conservação produz desde os anos 40 do século passado estudos para calcular a biodiversidade em diferentes condições ambientais, tendo elaborado diversos índices que atendem satisfatoriamente a análise para diferentes biomas (MARTINS e SANTOS, 1999).

Referências

BRASIL. Lei 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm Acesso em 26 dez 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 26 dez 2017.

_____. Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10267.htm Acesso em 02 jan 2018.

CARVALHO, H.M. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**, ano 7, n. 5, p. 113-122, jul-dez 2004.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2012, 144p.

EDELMAN, M.; SELIGSON, M.A. La desigualdad en la tenencia de la tierra: una comparacion de los datos de los censos y de los registros de propiedad en el sur de Costa Rica en el siglo XX. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, v. 20, n. 1, p. 65-113, 1994.

ERICKSON, L.; VOLLRATH, D. **Dimensions of Land Inequality and Economic Development**. International Monetary Fund, 2004. 23 p.

FRANÇA, C.G.; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M.A. **O Censo Agropecuário de 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009, 96 p.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105064>>.

HOFFMANN, R.; NEY, M.G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, 108p.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal 2016**: tabela 5457. Disponível em www.ibge.gov.br Acesso em 02 jan 2018.

INCRA. **Portaria 558/1999**. Cancela, no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SCNR, os cadastros de imóveis rurais declarados pelos proprietários, possuidores a qualquer título de imóveis rurais, submetidos a processo de fiscalização de que trata o inciso IV da Ordem de Serviço /INCRA/DC/nº 002, de 26.12.97, publicada no BS/INCRA/nº 52, de 29.12.97, tornando insubsistentes os Certificados de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1999/portaria_incra_p558_151299.pdf. Acesso em 03 jan 2018.

_____. **O Brasil desconcentrado terras**. Brasília, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2001. 37 p.

_____. **Portaria n. 596/2001**. Determina que sejam recadastrados todos os imóveis rurais com área total de 5.000,00 ha até 9.999,99 ha. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-2001/portaria_incra_p596_050701.pdf. Acesso em 03 jan 2018.

_____. **Portaria n. 835/2004**. Estende aos imóveis rurais sob titularidade das pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 1º da Portaria MTE nº 1.234, de 17 de março de 2003 (Relação de empregadores que submetem trabalhadores a formas degradantes de trabalho, ou os

mantém em condições análogas às de escravo), algumas das medidas de recadastramento agrário e fiscalização cadastrais contidas na Portaria/INCRA/P/nº 041, de 25 de fevereiro de 1999, na Portaria/INCRA/P/nº 558, de 15 de dezembro de 1999 e na Portaria/INCRA/P/nº 596, de 05 de julho de 2001, conforme os dispositivos constantes dos artigos 2º ao 6º deste ato. Diário Oficial da União (DOU), 17 dez 2004.

_____. **Portaria n. 12/2006.** Determina que as Superintendências Regionais adotem as medidas administrativas necessárias à convocação, por meio de intimação, do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor a qualquer título de imóveis rurais que ainda não tenham atendido às exigências contidas nas Portarias nºs 558, de 1999, 596, de 2001 e 835, de 2004, para que apresentem cumulativamente, no prazo de 90 (noventa) dias, documentos relatados nesta portaria e dá outras providências. Diário Oficial da União (DOU), 25 jan 2006. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-2006/portaria_incra_p12_240106.pdf. Acesso em 03 jan 2018.

_____. **Manual de orientação para preenchimento da declaração para cadastro de imóveis rurais eletrônica.** Brasília. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2015. 57 p.

_____. **Balanco DFC.** 29 nov 2017. 39 slides.

IPEA. **Políticas Sociais Acompanhamento e Análise.** Brasília, Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados, ano 2, n. 3, ago 2001, 258 p.

MARTINS, F.R.; SANTOS, F.A.M. Técnicas usuais de estimativa da biodiversidade. **Revista Holos**, v.1 (edição especial), p. 236-267, 1999.

_____. Contexto atual da Questão Agrária e seu papel no desenvolvimento brasileiro à luz das proposições de Caio Prado Júnior. In: MATTEI, Lauro Francisco (org.). **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo.** Florianópolis, Editora Insular, 2013, p. 15-27.

MEDEIROS, M. **Medidas de Desigualdade e Pobreza,** Brasília, EdUnB, 2012, 170 p.

MELO, D. S. Características e contradições das cidades no contexto do agronegócio: uma análise das cidades de Sapezal (MT) E Chapadão do Sul (MS). **Revista Geografar - Curitiba**, v. 11, n. 2, p. 41-66, jul-dez/2016.

MULLER, E.N.; SELIGSON, M.A.; FU, H.; MIDLARSKY, M.I. Land inequality and political violence. **The American Political Science Review**, v. 83, n. 2, p. 577-596, jun. 1989.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo, Labur Edições, 2007, 184p.

PIET, L. **Recent trends in the distribution of farm sizes in the EU.** 149th Seminar of European Association of Agricultural Economists. 2016. 19p.

REIS, T. A.; PELISSARI, L. B. Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária na Zona da Mata Pernambucana. **Revista NERA**, ano 19, n. 34 (edição especial), p. 82-106, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008.** São Paulo, SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>. Acesso em: 02/01/2018.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008**, São Paulo/Brasília, Ideal Gráfica e Editora, 2008, 111 p.

Sobre o autor

Acácio Zuniga leite – Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade de São Paulo (USP); especialização em Democracia, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB); Atualmente é analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Professor voluntário da Universidade de Brasília (UnB).

Como citar este artigo

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 10-28, mai.- ago. 2018.

Recebido para publicação em 08 de fevereiro de 2018.
Aceito para a publicação em 14 de fevereiro de 2018.

Questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária

Danilo Souza Melo

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Jataí, Goiás, Brasil
e-mail: danilosouza.geo@hotmail.com

Adalto Moreira Braz

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Jataí, Goiás, Brasil
e-mail: adaltobraz.geografia@gmail.com

Resumo

O Atlas da Agropecuária Brasileira lançado no ano de 2017 em versão online e apresenta o mapeamento da estrutura fundiária brasileira. Acompanhando seu manual técnico é possível observar o caminho trilhado pelos pesquisadores em uma tentativa de mapear o campo brasileiro. Desta maneira, este trabalho objetivou realizar uma crítica a partir dos procedimentos adotados no Atlas da Agropecuária brasileira, e apresentar procedimentos técnicos associados ao geoprocessamento como alternativa para novas análises da estrutura fundiária e da questão agrária brasileira. Esta alternativa procedimental foi aplicada aos municípios de Água Clara/MS e São Desidério/BA. Para cumprir os objetivos, realizou-se pesquisa bibliográfica acerca da questão agrária, estrutura fundiária, renda da terra e geoprocessamento. Além de levantamentos e aquisição de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e INCRA sobre a estrutura fundiária brasileira. Por fim, a discussão resultou numa crítica e contribuição aos procedimentos de novos atlas e permitiu a elaboração de uma nova possibilidade, enquanto técnica para o estudo da estrutura fundiária e da questão agrária brasileira apoiada na aplicação do geoprocessamento.

Palavras-chave: Questão agrária; estrutura fundiária; geoprocessamento.

Brazilian agrarian question: a proposal of representation of the land structure

Abstract

The Atlas: Brazilian Agriculture Geography was released in 2017 in an online version and presents the mapping of the Brazilian land structure. Accompanied by its technical manual, it is possible to observe the path taken by the researchers in an attempt of mapping the Brazilian field. Thus, this work aimed to make a critic from the procedures adopted in the Atlas of Brazilian Agriculture, and to present technical procedures associated with geoprocessing as an alternative to new analyzes of the land structure and the Brazilian agrarian question. This procedural alternative was applied to the municipalities of Água Clara/MS and São Desidério/BA. In order to accomplish the objectives, it was carried out a bibliographic research on the agrarian question, land structure, land income and geoprocessing. In addition to surveys and secondary data collection from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and INCRA on the Brazilian land structure. Finally, the discussion resulted in a criticism and contribution to procedures of new atlases and allowed the elaboration of a new possibility, as a technique for the study of land structure and the Brazilian agrarian question supported in the application of geoprocessing.

Keywords: Agrarian question; land structure; geoprocessing.

La cuestión agraria brasileña: una propuesta para una representación de la estructura de la tierra

Resumen

El Atlas de agropecuário publicado en el año 2017 en versión online y muestra la correlación de la estructura de la tierra brasileña. Manteniendo su manual técnico es posible observar el camino recorrido por los investigadores en un intento para asignar el campo brasileño. De esta manera, la labor encaminada a realizar una crítica de los procedimientos adoptados en el Atlas de la agroindustria brasileña, y presentar procedimientos técnicos asociados con el geoprocesamiento como alternativa a los nuevos análisis de la estructura agraria y la cuestión agraria. Este procedimiento alternativo, se aplicó a los municipios de Agua Clara/MS y São Desidério/BA. Para cumplir estos objetivos, realizó investigación bibliográfica sobre la cuestión agraria, la tierra, la estructura de los ingresos procedentes de terrenos y geoprocesamiento. Además de los estudios y la adquisición de los datos secundarios del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y el INCRA sobre la estructura de la tierra brasileña. Por último, el debate dio lugar a críticas y contribución a los procedimientos del nuevo atlas y permitió la elaboración de una nueva posibilidad, mientras que la técnica para el estudio de la estructura de la tierra y la cuestión agraria en Brasil apoya la aplicación de geoprocesamiento.

Palabras clave: Cuestión agraria; estructura de la tierra; geoprocesamiento.

Introdução

A questão agrária brasileira e seus conflitos decorrentes tem em seu cerne problemas relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra (STÉDLE, 2012). Nesse sentido, o ano de 2017 foi marcado por disputas pela posse e domínio de terras no Brasil, culminando com a chacina¹ de dez trabalhadores no município de Pau d'Arco, no estado do Pará. Esse contexto chama a atenção para a necessidade de discutir a questão agrária brasileira, em especial a concentração fundiária.

Dessa maneira,

[...] A concentração e o monopólio da terra, que permanecem e até se intensificam nos dias atuais, têm sido uma das principais razões do surgimento de conflitos no campo brasileiro, manifestados, entre outras formas, por lutas promovidas no passado pelos escravos com a formação dos quilombos; camponeses de Canudos, no Nordeste de fins do século XIX; além de outras que contestavam o poder dos coronéis (FABRINI; ROOS, 2014, p.15-14).

A discussão da estrutura fundiária se torna imprescindível na análise da questão agrária brasileira e dos conflitos atuais e, assim, novas possibilidades que fomentem este debate devem ser recebidas com entusiasmo. O “Atlas da agropecuária brasileira”, publicado em 2017 e desenvolvido pelo instituto Imaflora, o GeoLab da Esalq/USP e o *Royal Institute of Technology* (KTH-Suécia), trouxe importantes avanços para compreensão da estrutura

¹ No dia 24 de maio de 2017 dez trabalhadores rurais sem-terra que reivindicavam reforma agrária foram assassinados no município de Pau D'arco no estado do Pará.

fundiária brasileira. No entanto, os procedimentos adotados no Atlas sobre a malha fundiária não permitem avançar na discussão da questão agrária.

Assim, pretende-se apresentar alternativas técnicas com o uso de geoprocessamento para discutir a estrutura fundiária. É preciso salientar que não há intenção de superar o uso de tabelas e gráficos com dados do IBGE ou INCRA, adotados em trabalhos desta linha de pesquisa na Geografia, mas sim trazer outra complementação para as discussões que acompanhem estas informações.

Não é pretendido neste artigo esgotar as discussões sobre a concentração fundiária ou a renda da terra. O objetivo, num primeiro momento, foi o de discutir os procedimentos técnicos utilizados pelo “Atlas da agropecuária brasileira” e, num segundo momento, apresentar uma nova possibilidade ligadas ao geoprocessamento que possa contribuir nas análises da estrutura fundiária e na questão agrária brasileira. Nesse sentido, foi aplicada uma proposição na forma de procedimentos para o mapeamento da estrutura fundiária nos municípios de Água Clara/MS e São Desidério/BA. A escolha destes municípios se justifica por estarem localizados no Cerrado brasileiro dentro do contexto de expansão e desenvolvimento da agricultura capitalista e por possuírem boa parte do seu território já mapeado por propriedades rurais certificadas pelo INCRA.

Esse trabalho se torna pertinente pela defasagem nos dados oficiais sobre estrutura fundiária, principalmente oriundos do IBGE, órgão que realiza o Censo Agropecuário a cada dez (10) anos. Outra justificativa está na necessidade da Geografia, principalmente a sua vertente ligada à questão agrária, de se apropriar e utilizar novas técnicas possibilitadas pelas ferramentas de geoprocessamento.

Assim, este trabalho se inicia com a discussão sobre a terra e sua renda e sua importância na questão agrária. Esta primeira seção traz uma revisão bibliográfica passando por Oliveira (1991; 2007; 2010) e Martins (1981). Na segunda parte do trabalho, foi apresentada uma crítica ao procedimento técnico do “Atlas da agropecuária brasileira”, em seguida, apresenta-se uma alternativa técnica proposta pelos autores, a partir da aplicação do geoprocessamento e seu potencial para fomentar a discussão da estrutura fundiária a partir de uma nova representação dos dados. Por último, analisou-se a estrutura fundiária dos municípios de Água Clara/MS e São Desidério/BA, a partir de dados secundários do INCRA e da nova proposta técnica de mapeamento da estrutura fundiária.

O cerne da questão

No modo de produção capitalista, a terra se configura como um meio de produção *sui generis* por se tratar de um bem natural irreproduzível. Sua posse permite ao proprietário

cobrar um tributo da sociedade por sua utilização (renda da terra) que se realiza na venda da mercadoria produzida ou na venda da terra. Oliveira (2007, p.66) complementa afirmando que

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007, p.66).

A renda² da terra é o motivo pelo qual capitalistas buscam a propriedade e o monopólio da terra. No Brasil, a apropriação capitalista da terra se inicia a partir da concessão da Coroa Portuguesa de grandes extensões de terra no Brasil Colônia e na burla dos decretos existentes. Nesse período, a posse da terra era livre, no entanto o trabalho era cativo (escravo), privilegiando assim a apropriação de terras pelos senhores do engenho e do café.

O eminente fim da escravatura legislou-se com o intuito de restringir o acesso da futura população livre a terra. Assim,

Antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. (MARTINS, 1981, p. 41).

A Lei 601 de 1850, também conhecida como Lei de Terras, estabeleceu que o acesso à terra só seria possível por meio da compra, em dinheiro, impedindo o acesso à terra dos seres humanos escravizados próximos a libertação (OLIVEIRA, 1991). Concordamos com Stédile (1999, p. 11) ao afirmar que

Essa lei discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que possuíam. [...] Aqueles que tinham recebido as sesmarias regularizaram suas posses e transformaram-nas em propriedade privada, assegurando, assim, o domínio da principal riqueza do país: suas terras (STÉDILE, 1999, p. 11).

² Cabe destacar que a renda capitalista da terra possui diferentes formas: renda absoluta, diferencial I e II, renda de monopólio. Ainda dentro do desenvolvimento desigual contraditório e combinado do capitalismo Oliveira (2001) ressalta a presença da renda pré-capitalista, dividida em: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro.

A propriedade capitalista privada estabelecida pela Lei de Terras contribuiu na separação das classes sociais e o meio de produção, a terra, e o monopólio de classe sobre esta. Com isso, o camponês e o trabalhador escravo liberto se viu obrigado a trabalhar para terceiros, principalmente para os grandes proprietários (MARTINS, 1986). Parte destes trabalhadores, buscam por meio dos movimentos sociais o acesso à terra.

No contexto de desigualdade no acesso à terra, o modelo de agricultura capitalista se desenvolve no país baseada no latifúndio e no rentismo. O que aparentemente se mostra como uma irracionalidade do capitalista em imobilizar o seu capital na compra de terra, se explica na renda futura do capitalista, ao extrair renda fundiária da sociedade (ALMEIDA, 2009, p.2). É nesta aliança Terra – Capital (MARTINS, 1994) que o Agronegócio e o latifúndio improdutivo coexistem no campo brasileiro.

Portanto, agronegócio e latifúndio estão unidos pela acumulação capitalista rentista, e a produção agropecuária (mercadorias) não está colocada no centro do processo para ambos os segmentos, enfim, o Brasil é mais latifundiário do que se pensa. (FABRINI e ROOS, 2014, p. 27).

A terra é vista como objeto de negócio para o latifundiário e para o capitalista/latifundiário pela possibilidade de se extrair renda. O monopólio fundiário potencializa o tributo (renda da terra), pois quanto maior a concentração, maior o poder de se condicionar o uso da terra a taxas elevadas de renda (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Desta maneira, o latifundiário/capitalista dentro do processo reprodução capitalista busca a incorporação de novas áreas para extração e apropriação da renda da terra. Nesse sentido, Oliveira (2010, p. 8) afirma que

[...] a expansão do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando a terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção do tipo camponês (OLIVEIRA, 2010, p. 8).

De acordo com Oliveira (2010), há dois importantes processos territoriais de apropriação e extração da renda da terra pelo capital. A monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital monopolista.

No processo de monopolização, o capital se apropria da renda da terra produzida pelos camponeses na circulação da produção (OLIVEIRA, 2004). Assim, o capital cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, sujeitando a renda da terra produzida pelos camponeses à lógica capitalista.

A monopolização do capital no campo permite, mesmo de forma precária, a reprodução do campesinato, isto porque o capital, para se desenvolver no campo, necessita

de relações não capitalistas, via desenvolvimento desigual, combinado e contraditório (OLIVEIRA, 2010).

Outro caminho encontrado pelo capital para se apropriar da renda da terra, mais perverso para os camponeses, é a territorialização. Por meio dela, o capital apropria-se da terra impedindo a recriação camponesa.

[...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.106).

A territorialização do capital no campo, principalmente das agroindústrias ocorre na apropriação capitalista da terra e na busca pela incorporação de novas áreas. Este processo é um dos fatores que promovem a concentração fundiária e sua desigualdade no Brasil.

Os pressupostos teóricos apresentados até este momento revelam que a estrutura fundiária é resultado de um processo histórico de apropriação e concentração de terra dentro do capitalismo, onde trabalhadores e camponeses foram/são excluídos desse processo. Segundo Alentejano (2012, p.355)

[...] o conceito de estrutura fundiária refere-se ao perfil de distribuição das terras numa dada sociedade. Assim, quanto mais desigual a distribuição das terras, mais concentrada será a estrutura fundiária, ao passo que quanto mais igualitária for a distribuição, mais desconcentrada ela será.

A extrema desigualdade na posse da terra no Brasil pode e deve ser representada para auxiliar na discussão de problemas sociais, ambientais e econômicos. Nesse sentido, informações sobre a estrutura fundiária podem ser representadas por novas técnicas cartográficas, o “Atlas da Agropecuária Brasileira” é um exemplo.

Compreender a potencialidade e os limites do atlas mencionado na representação da malha fundiária permitirá a elaboração de uma nova alternativa técnica para representar a estrutura fundiária no Brasil.

Atlas da Agropecuária Brasileira: análise do seu potencial de representação da malha fundiária

O “Atlas da agropecuária brasileira” é uma recente publicação, do ano de 2017, resultado do trabalho conjunto do Instituto Imaflora, o GeoLab da Esalq/USP e o Royal

Institute of Technology (KTH-Suécia). O Atlas traz consigo algumas opções de visualizações (produtos)³, que dentre outros, os de maiores interesses para este trabalho são os chamados “terras públicas e privadas”, “limites da malha fundiária” e as “categorias fundiárias”.

Em sua seção “Malha Fundiária” publicada em plataforma online⁴, o atlas apresenta (Figura 1) a estrutura fundiária brasileira dividida em duas principais classes: Terras Públicas e Terras Privadas. Representados em tons de azul, os imóveis privados ocupam maior área do país, já as terras públicas em tons de verde que englobam unidades de conservação e terras indígenas se concentram na região Norte do país para onde caminha a fronteira agrícola.

Figura 1: Página inicial do Atlas da Agropecuária Brasileira.



Fonte: IMAFLORA, 2017.

Por opção metodológica o atlas não representa a malha fundiária por tamanho dos imóveis, no qual seria possível observar as maiores propriedades e indicar a concentração ou desconcentração fundiária no campo brasileiro. Além do que, os desenvolvedores do Atlas se depararam com o desafio de “mapear” partes do campo brasileiro sem informações oficiais do INCRA, ou os chamados “vazios cartográficos”.

Nestas áreas não mapeadas oficialmente, em torno de 20% do território nacional, a equipe desenvolvedora adotou a seguinte estratégia

Para as áreas sem recobrimento de nenhuma base oficial, foi realizada uma modelagem complementar que (i) considera essa porção do território como sendo terra privada e (ii) estima os limites dos imóveis rurais a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, reproduzindo a distribuição de tamanho dos imóveis rurais censitados, em pequeno, médio ou grande imóvel, dentro de espaços pré-definidos. (FREITAS, GUIDOTTI e SPAROVEK, 2017, p. 3).

³ É importante ressaltar dois outros produtos disponíveis no Atlas da Agropecuárias do Brasil, o “mapa de carbono” [do Brasil], mapeamento inédito nesta escala territorial trazendo informações de amplo interesse para pesquisa e aplicação no campo brasileiro. Outro produto é o “déficit relativo de APP e RL”, produto também inédito da maneira como foi calculado para todo o território brasileiro e importante informação para tomadas de decisões para a gestão ambiental no Brasil.

⁴ Disponível em: <www.imaflora.org/atlasagropecuario>.

Apesar da promissora ideia, há uma importante inconsistência nesta estratégia de usar dados do IBGE para complementar o banco de dados composto essencialmente por informações do INCRA. Estes dois órgãos possuem diferentes conceitos/categorias para estudar o campo. Nesse sentido a diferença entre imóveis rurais (INCRA) e estabelecimentos agropecuários (IBGE) é o ponto fundamental na estratégia adotada para a elaboração do Atlas.

Para o IBGE (2006, p. 100-101)

O conceito de estabelecimento agropecuário, conforme recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO), é o que corresponde à unidade econômica de produção agropecuária sob administração única, incluídos os produtores sem-área, produtores que exploram áreas próximas distintas como sendo um único estabelecimento (mesma maquinaria, mesmo pessoal e mesma administração), produtores que exploram terras de imóveis rurais na forma de arrendamento, parceria, ou aquelas simplesmente ocupadas (IBGE, 2006, p. 100-101).

Em contrapartida, o INCRA utiliza o conceito de imóvel rural estabelecido pelo Estatuto da Terra (art. 4º, I);

Para os efeitos desta Lei, definem-se: I - Imóvel Rural, o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada (BRASIL, 1964, p. 2).

Assim, um imóvel rural pode ser mais de um estabelecimento agropecuário. Isso significa que os dados do IBGE utilizados no Atlas para simular áreas de imóveis não mapeados podem apresentar inconsistências em número de imóveis e suas reais dimensões. Como alternativa, os desenvolvedores do Atlas poderiam utilizar os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) ligado ao INCRA, que por sua vez fornece de forma semelhante ao IBGE, tabelas da estrutura fundiária com informações dos imóveis rurais.

Outro problema que o Atlas apresenta em sua metodologia está no uso da base de dados do o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR é utilizado para aplicação e fiscalização do Código Florestal Brasileiro. Assim, o CAR é “[...] obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento” (BRASIL, 2012).

Desta maneira, o CAR não possui mecanismos de validação e/ou comprovação da posse do imóvel rural, sendo assim inapropriado para a fiscalização e representação da estrutura fundiária. Segundo Moreira (2016),

O CAR jamais fora concebido como mecanismo fundiário, mas sim como mecanismo de regularização ambiental. Todavia, sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posse válidas sobre as quais incidiria o cadastro. Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR passa paulatinamente a servir-se de instrumento para grilagem (MOREIRA, 2016, p. 1).

As críticas ao CAR enquanto representação da estrutura fundiária se aplicam por todo o país. No Pará, de acordo com Barros, Barcelos e Gallo (2016) há registros de propriedades dentro de terras indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral. A inconsistência dos registros revela que no Pará são ressaltadas por Barros, Barcelos e Gallo (2016).

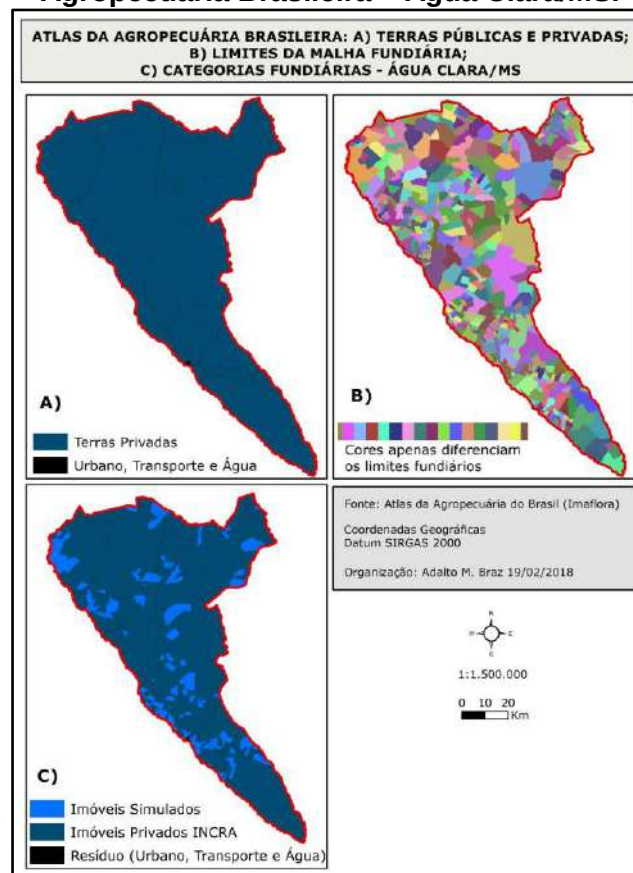
Dos mais de 150 mil registros do CAR paraense analisados pela **Pública**, ao menos 108 mil apresentam alguma sobreposição com outros imóveis rurais; no total, a reportagem identificou quase 240 mil áreas de sobreposição, que somam mais de 14 milhões de hectares. A pesquisa revela também que em 48 mil cadastros as sobreposições preenchem mais de 100% do imóvel rural, o que significa que diversos registros incidem sobre o mesmo imóvel (BARROS, BARCELOS e GALLO, 2016, p. 1, grifo do autor).

Logo, considera-se que o uso da base de dados do CAR seja outro equívoco na elaboração do Atlas em questão. Os limites e potencialidades do atlas explicitados neste trabalho e, em Melo, Braz e Nardoque (2017) convergem na tentativa de encontrar alternativas para a representação da estrutura fundiária e no auxílio à discussão da questão agrária.

Desta maneira, como representado nas figuras 2 e 3 o Atlas da Agropecuária Brasileira traz, por meio de dados fundiários, três diferenciações entre as propriedades rurais. No entanto, a representação da estrutura fundiária de acordo com os tamanhos dos imóveis é ignorada nesta publicação, salvo que, as intenções e objetivos do Atlas estão ligados à agropecuária no Brasil e não à questão fundiária, mesmo que estas duas questões estejam relacionadas.

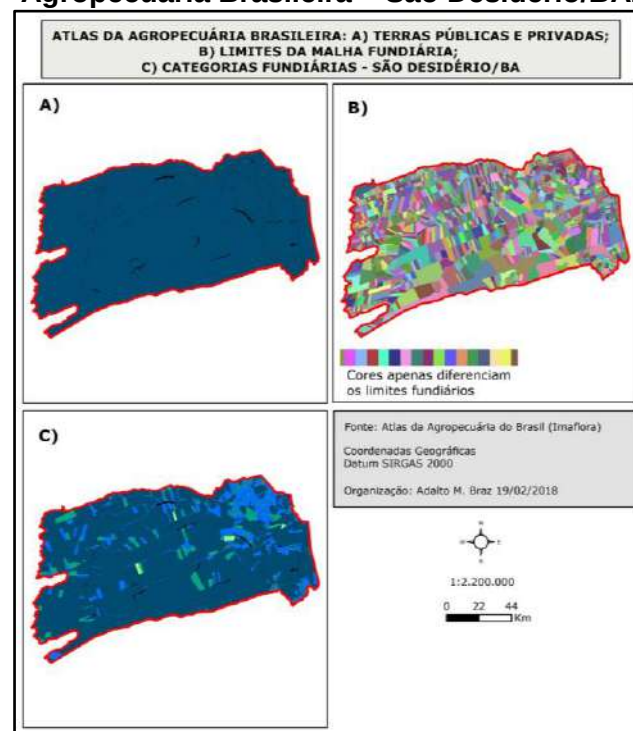
Por isso, nas figuras abaixo o Atlas traz uma possibilidade quase que descritiva em relação a estrutura fundiária, seja por apenas diferenciar os limites das propriedades rurais, seja por diferenciar as propriedades enquanto categorias fundiárias. Deixando para trás o caráter estrutural e as possibilidades de representação da maneira como se tem a estrutura fundiária no Brasil.

Figura 2: Exemplos de produtos relacionados à estrutura fundiária do Atlas da Agropecuária Brasileira – Água Clara/MS.



Fonte: IMAFLORA, 2017.

Figura 3: Exemplos de produtos relacionados à estrutura fundiária do Atlas da Agropecuária Brasileira – São Desidério/BA.



Fonte: IMAFLORA, 2017.

A partir desta análise e das críticas apresentadas neste trabalho, foi elaborada uma alternativa aos procedimentos para a representação cartográfica da estrutura fundiária. A proposta se baliza somente em informações já oficializadas do território brasileiro, ou seja, apenas propriedades rurais com documentação validada pelo INCRA. Assim, quando o processo de georreferenciamento e registro do imóvel é finalizado pelo INCRA é que as propriedades passam a integrar sua base cadastral e espacial oficial, seja na forma do Sistema Nacional de Certificação de Imóveis – públicos ou particulares (SNCI), ou nos moldes do Sistema de Gestão Fundiária – imóveis públicos ou particulares (SIGEF).

Esta alternativa se apresenta como um passo inicial para novas formas de representação do campo brasileiro, e que por isso, ainda necessita de avanços e amadurecimentos.

Procedimentos para cartografia e análise da estrutura fundiária

Os procedimentos empregados neste trabalho trazem à tona uma abordagem ainda recente na Geografia brasileira, a de se aplicar o geoprocessamento às análises da Geografia Agrária. O fato do distanciamento entre o uso de mapas e a Geografia Agrária foi explicado por Girardi (2008) a partir de um déficit e negligência aos mapeamentos por parte da Geografia Crítica, corrente teórica predominante no Brasil.

Por meio de uma proposta teórico-metodológica, Girardi (2008, p. 43) apresenta a Cartografia Geográfica Crítica, considerando a utilização dos mapas em pesquisas geográficas da corrente de Geografia Crítica, reforçando que os mapas podem “ênfatizar as desigualdades sociais na análise do espaço geográfico”.

Há algumas questões que motivaram a elaboração deste trabalho. A primeira questão é justamente a lacuna entre os mapeamentos e os estudos de Geografia Agrária. A segunda é o recente lançamento do “Atlas da Agropecuária Brasileira”, uma importante iniciativa a respeito da estrutura fundiária, mas que ainda conta com algumas inconsistências.

Por fim, a questão que conduz este trabalho é sobre o potencial inexplorado do geoprocessamento aplicado na Geografia Agrária, a prática de processar dados espaciais, sistematizá-los e a capacidade de cartografar as mais variadas informações sobre a questão agrária. Tratando aqui especificamente de uma nova proposta de representar cartograficamente a estrutura fundiária a partir do geoprocessamento.

O termo “geoprocessamento”, de acordo com Câmara e Davis (2001, p. 1), refere-se à utilização de “técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica e que vem influenciando de maneira crescente as áreas de Cartografia”. E, segundo os autores, a principal ferramenta do geoprocessamento são os Sistemas de

Informações Geográficas (SIG) que permitem realizar análises complexas, integrar dados de diversas fontes, criar bancos de dados georreferenciados e automatizar a produção cartográfica.

É justamente a eficiência em executar estas funções que motivou a ação do SIG para realizar uma nova proposta para analisar a estrutura fundiária, tendo como exemplo os municípios de Água Clara/MS e São Desidério/BA. A otimização das funções analíticas e a possibilidade de se processar e analisar um volume maior de dados incentivou a escolha de dois municípios distantes geograficamente, mas que possuem pontos em comum na questão agrária brasileira e num mesmo bioma (Cerrado).

Neste trabalho, adotamos o uso do ArcGIS 10.4 e seus módulos ArcMap e ArcCatalog para organizar, editar e processar os dados espaciais dos municípios e das propriedades rurais, bem como elaborar os produtos cartográficos de interesse para a análise da estrutura fundiária dos municípios.

Para tanto, inicialmente buscamos os dados espaciais (*shapefiles*) das propriedades rurais no acervo fundiário e no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), referentes ao ano de 2016.

É importante mencionar que os *shapefiles* contêm apenas propriedades rurais já certificadas pelo INCRA e que, portanto, os “vazios” sem informações nos mapeamentos além de rios, áreas de preservação, etc., apresentam propriedades que ainda não constam como certificadas junto ao INCRA. Por isso, a análise da estrutura fundiária dos municípios adotados como objeto tem seus resultados baseados em propriedades rurais já certificadas.

Com os dados previamente preparados, separou-se os intervalos de classes das áreas para diferenciar pequenas, médias e grandes propriedades, de acordo com a proposta da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (Lei nº 8.629/1993) e os Latifúndios, de acordo com a proposta do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964).

A classificação das pequenas, médias e grandes propriedades se baseou nos módulos fiscais de cada município, conforme disposto nos incisos II e III do Art. 4º na Lei nº 8.629/1993. De acordo com esta lei, pequenas propriedades são áreas de até quatro módulos fiscais e médias propriedades são áreas superior a 4 e até 15 módulos fiscais⁵.

No município de Água Clara/MS, onde o módulo fiscal é de 35 ha, o estrato fundiário se apresentou da seguinte maneira:

- Pequena: 0 a 140 ha;
- Média: 140,1 a 525 ha;

⁵ Os módulos fiscais são determinados pelo INCRA e podem ser consultados pelo endereço: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

- Grande: 525,1 a 20.999 ha.

Enquanto que no município de São Desidério/BA o módulo fiscal é de 65 ha, o estrato fundiário se apresentou da seguinte maneira:

Pequena:

- Pequena: 0 a 260 ha;
- Média: 260,1 a 975 ha;
- Grande: 975,1 a 38.999 ha.

Portanto, a classificação das propriedades foi distinta pois acompanharam o tamanho do módulo fiscal em cada município, também determinado pelo INCRA.

Já os latifúndios, foram identificados a partir do que especifica o Art. 46º §1º na alínea b) da Lei nº 4.504/1964, indicando que imóveis que excedem até 600 vezes o módulo fiscal do município sejam enquadrados nesta classe. Portanto, para ser considerado um latifúndio em Água Clara/MS, as propriedades devem ter acima de 21.000 ha. Enquanto que no município de São Desidério/BA são considerados latifúndios as propriedades que possuem acima de 39.000 ha.

Ao final, com as classificações elaboradas, foram produzidos os mapas de cada município, além de uma coleção cartográfica de acordo com as classes das propriedades rurais, a fim de possibilitar a leitura em níveis de conjunto da estrutura fundiária.

Análise da estrutura fundiária de Água Clara/MS e São Desidério/BA a partir da proposta de representação cartográfica

A partir da discussão realizada neste trabalho sobre novas técnicas de analisar e representar a estrutura fundiária, pretende-se nesta seção aplicar os procedimentos propostos pelos autores nos municípios de Água Clara/MS e São Desidério/BA. Inseridos no contexto de desenvolvimento e expansão da agricultura capitalista no bioma Cerrado, esses municípios apresentam similitudes. Similitudes estas ligadas ao modelo de agricultura presente nestes municípios em que se observa a produção e o monocultivo de *commodities* e de eucalipto.

Começando por Água Clara/MS, município localizado na região Leste de Mato Grosso do Sul e que, a partir de 2006, sofreu intensas transformações no uso da terra com a territorialização do complexo de celulose e papel, composto por extensas plantações de eucalipto. Segundo Kudlavicz (2010), o complexo de celulose e papel composto pelas indústrias FIBRIA e Eldorado Brasil (atual maior fábrica de celulose do mundo, em linha única de produção) alterou significativamente a dinâmica agrária da microrregião de Três Lagoas/MS.

Desta maneira, os municípios da microrregião de Três Lagoas/MS, incluindo Água Clara, possuíam como base econômica a pecuária de corte. Mas com a territorialização do complexo de celulose

[...] houve expansão de monocultivos de eucaliptos por vários municípios, sobretudo em Três Lagoas, Selvíria e Água Clara, modificando o perfil agrário (reconcentração de terras) e agropecuário, diminuindo, conseqüentemente, as áreas tradicionais de pastagens e de produção de alimentos de origem vegetal (NARDOQUE, 2016, p. 4).

Nesse contexto, os dados do INCRA (2016) serviram de base para analisar a estrutura fundiária do município de Água Clara/MS. Ressaltamos que o mapeamento do INCRA compreendeu 91,6% de todo o município. Ou seja, as propriedades rurais certificadas já ocupam a maior parte de Água Clara, tendo como “vazio cartográfico” cerca de 8,4%. No mapeamento deste município, foi possível observar a predominância de grandes propriedades no município (Tabela 1).

Assim, as 256 propriedades com tamanho entre 525 e 20.999 hectares ocupam 86% de toda a área mapeada do município. A concentração fundiária fica mais evidente quando se observa que apenas 3 propriedades ocupam 10% de toda área mapeada enquanto que as pequenas propriedades (0 a 140 ha) ocupam menos 1% da área mapeada do município.

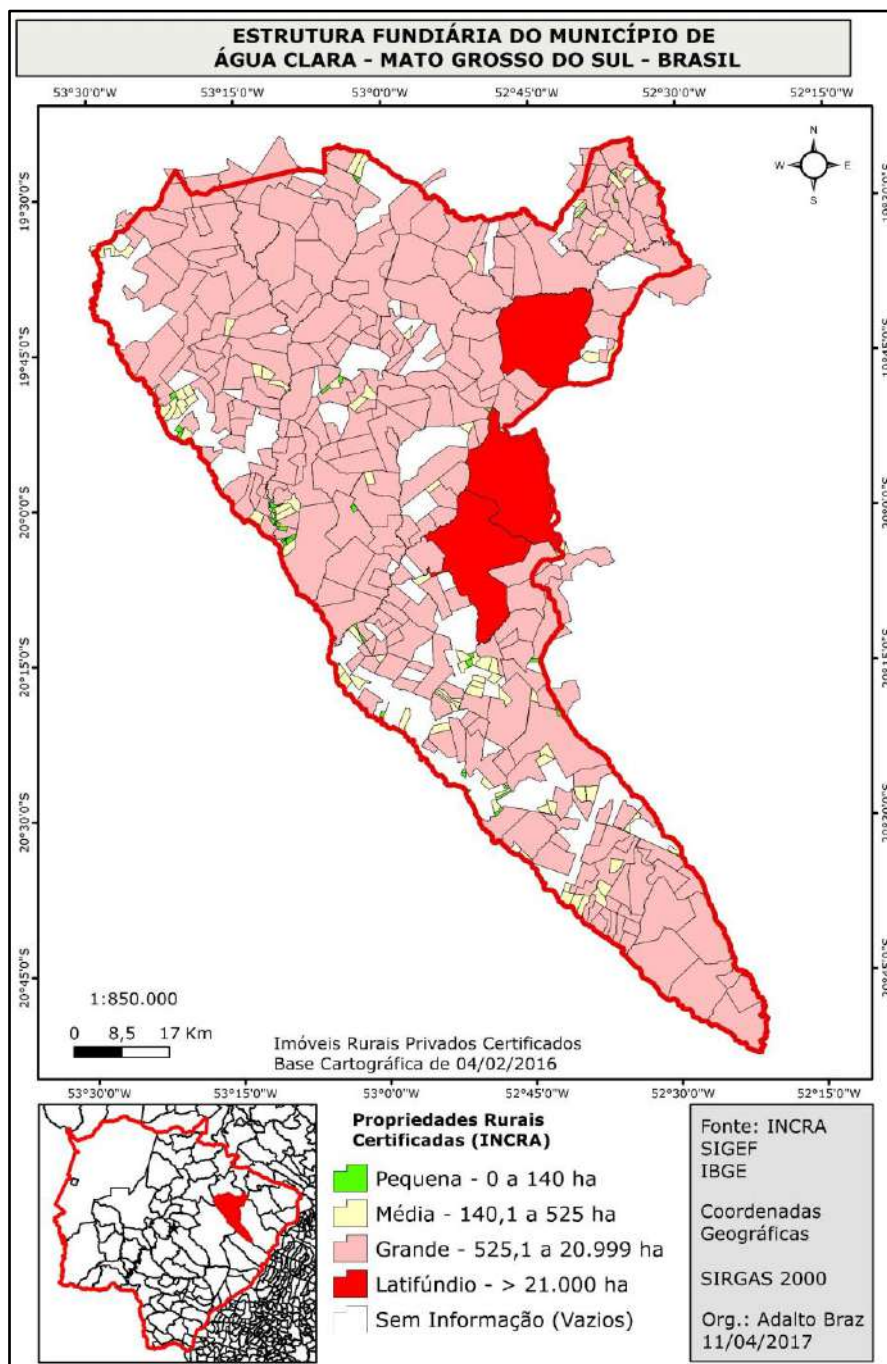
Tabela 1: Água Clara/MS: Estrutura fundiária (2016).

	Pequena (0 a 140 ha)	Média (140,1 a 525 ha)	Grande (525,1 a 20.999 ha)	Latifúndio (acima de 21.000 ha)
Número de Propriedades	54	87	256	3
Número de Propriedades (%)	13%	21%	65%	1%
Área Ocupada (ha)	3.208,8428	29.198,7120	615.758,7629	67.912,2923
Área ocupada (%)	0,004%	4%	86%	10%

Fonte: INCRA, 2016; Organização: Autores (2017).

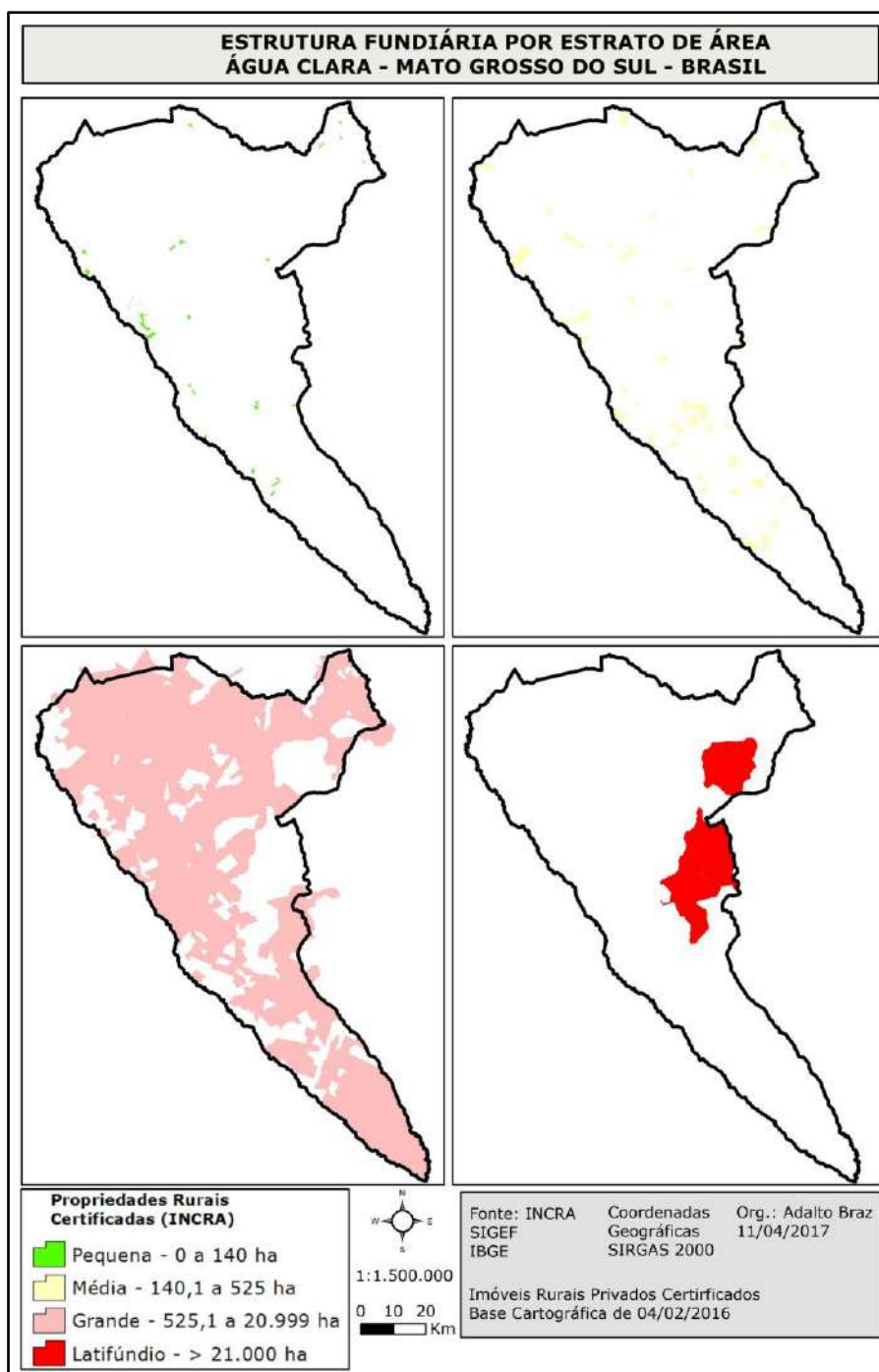
A cartografia da estrutura fundiária de Água Clara/MS possibilitou diferentes análises, tanto na distribuição das pequenas, médias e grandes propriedades quanto no predomínio de uma dessas classes. No mapa 1, é possível observar a distribuição e predomínio da grande propriedade por todo o município, com destaque para as 3 propriedades com tamanho acima de 600 módulos fiscais (21.000 ha) que, segundo o Estatuto da Terra, se caracterizam como latifúndios por extensão. As pequenas e médias propriedades são pequenos fragmentos diante de toda a concentração fundiária do município.

Mapa 1: Água Clara/MS: Estrutura fundiária.



Fonte: Autores (2017).

As propriedades quando separadas por estrato de área formam manchas dentro da área do município como apresenta o mapa 2. Desta forma, fica ainda mais evidente o predomínio da grande propriedade do município.

Mapa 2: Água Clara/MS: Estrutura fundiária por estrato de área.

Fonte: Autores (2017).

O absenteísmo é outra característica do município. Segundo Nardoque (2016, p.10), “compreende-se como absenteísmo quando o proprietário rural reside fora dos limites de sua propriedade, ou seja, no caso analisado, residindo em outro município e/ou em outra unidade da Federação”. Nessa perspectiva o município de Água Clara/MS possui elevadíssimo grau de absenteísmo com 90% dos proprietários de terra não residindo no município (NARDOQUE, 2016).

Com características semelhantes, o município de São Desidério/BA, localizado no Oeste baiano possui a segunda maior área em extensão do estado (IBGE, 2016). O município se destaca no cenário brasileiro na produção de algodão, soja e milho. Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), no ano de 2015 foram colhidos 184.410 hectares de algodão herbáceo, 61.892 hectares de milho e 262.120 hectares de soja. A soma do valor da produção agropecuária neste ano ultrapassa os 2 bilhões de reais, o que coloca o município como um dos maiores produtores de grãos do país.

O campo neste município se caracteriza pela produção de *commodities* e pela alta concentração fundiária, como apresenta a tabela 2 a partir das propriedades mapeadas no município. Em relação a porcentagem de área de propriedades rurais certificadas pelo INCRA, São Desidério possui 83% de área certificada e apesar de ser um valor menor ao de Água Clara, ainda pode ser considerado um município com grande quantidade de extensão territorial certificada pelo INCRA.

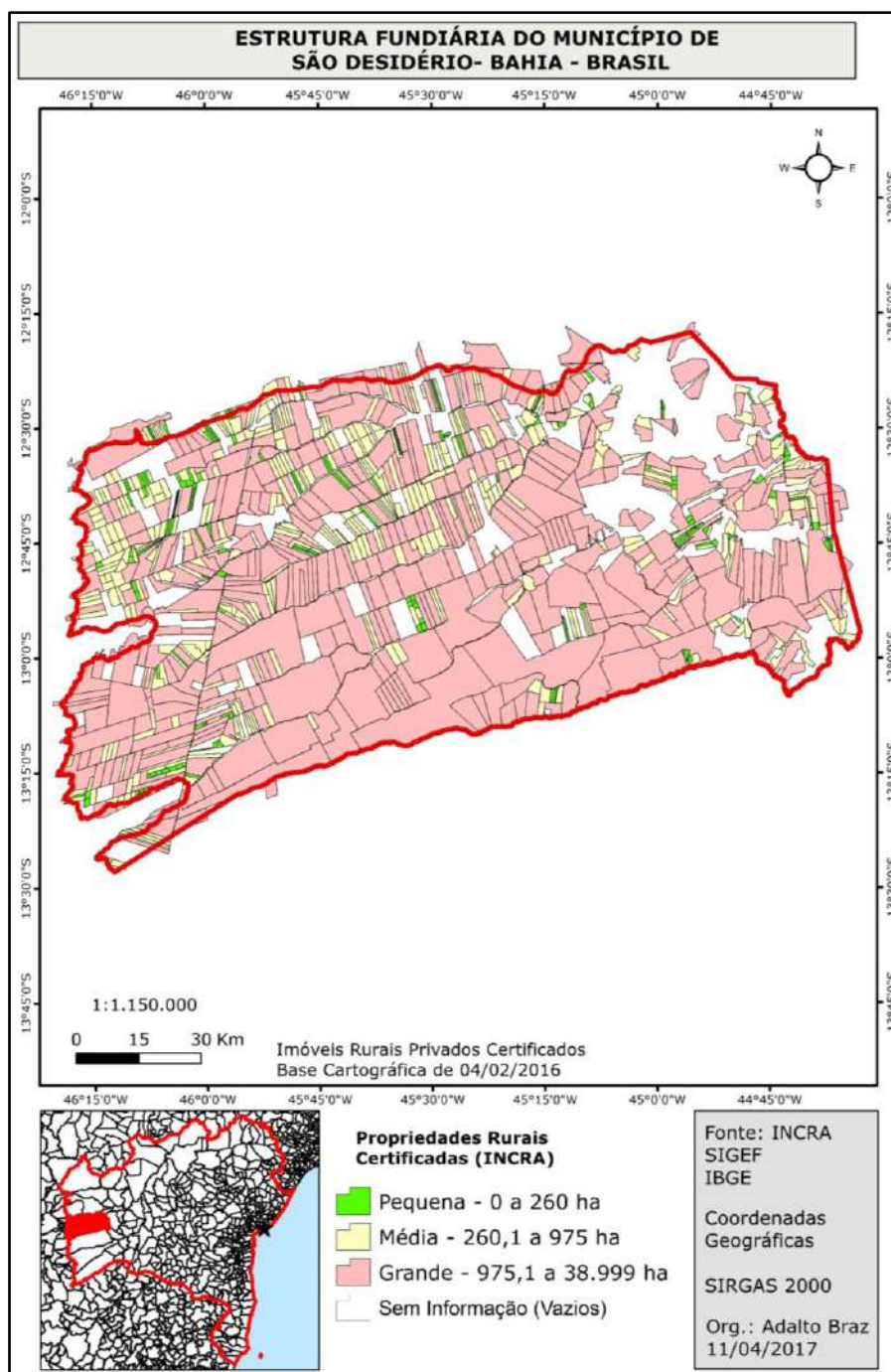
Assim, observou-se que as grandes propriedades (391) ocupam 80% da área mapeada do município. No lado oposto, foi observado que 189 propriedades com tamanho até 260 ha ocupam apenas 2% da área do município.

Tabela 3: São Desidério/BA: Estrutura fundiária (2016).

	Pequena (0 a 260 ha)	Média (260,1 a 975 ha)	Grande (260,1 a 38.999 ha)
Número de Propriedades	189	414	391
Número de Propriedades (%)	19%	42%	39%
Área Ocupada (ha)	28.584,1021	255.655,3648	1.004.334,5569
Área Ocupada (%)	2%	18%	80%

Fonte: INCRA, 2016; Organização: Autores (2017).

Estes números quando espacializados no mapa apresentam visualmente a concentração fundiária do município (mapa 3). A cartografia da estrutura fundiária representa no mapa o predomínio da grande propriedade com destaque para duas propriedades com tamanho superior a 25 mil e 30 mil hectares que em comparação ao município de Água Clara/MS e seu módulo fiscal seriam consideradas latifúndios. As pequenas e médias propriedades se concentram na porção norte do município.

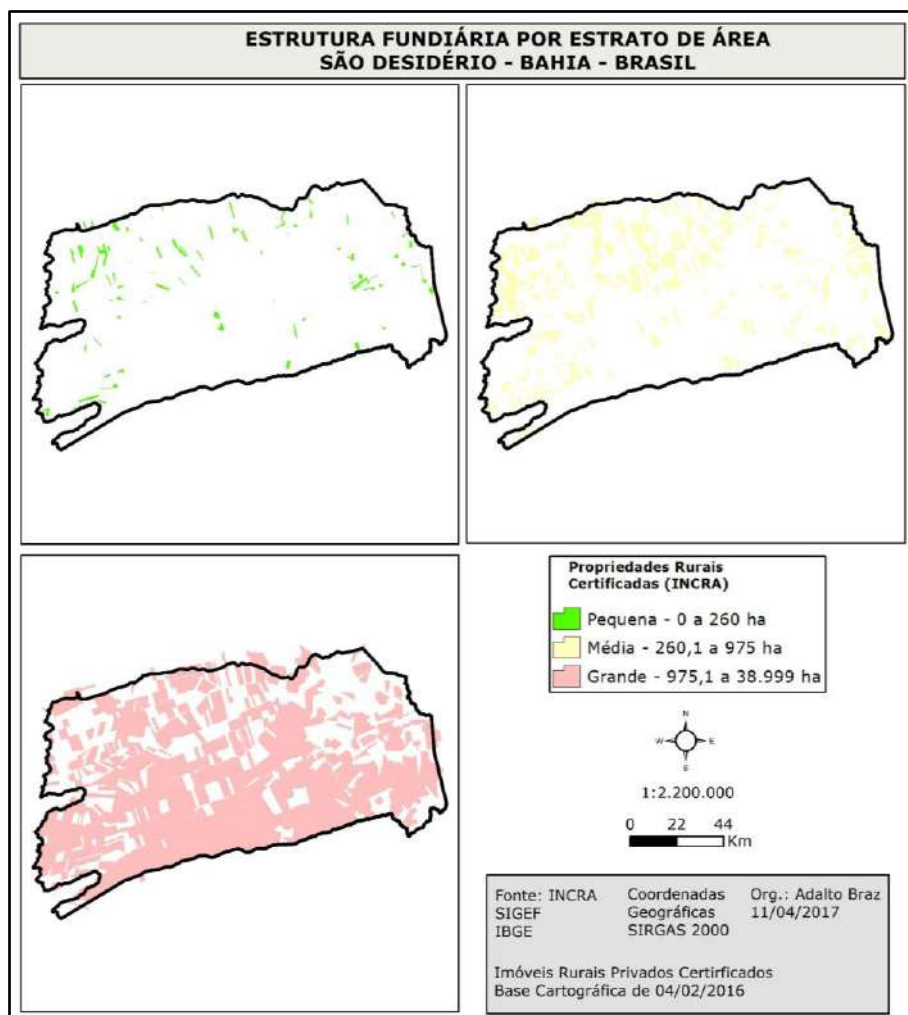
Mapa 3: São Desidério/BA: Estrutura Fundiária.

Fonte: Autores (2017).

Há certa dificuldade em observar a distribuição da pequena propriedade. Apesar de estar relacionada a uma questão de escala em sua representação cartográfica, fica nítido que a base do problema é a pouca quantidade de pequenas propriedades no município, desencadeada pela má distribuição de terras e consequente concentração da estrutura fundiária na região.

Nesse sentido, o mapa 4 apresenta a estrutura fundiária do município de São Desidério/BA por estrato de área. Assim, separando os estratos de área é possível observar mais uma vez a inexpressiva presença das pequenas propriedades (até 260 ha) em relação as grandes.

Mapa 4: São Desidério/BA: Estrutura Fundiária por estrato de área.



Fonte: Autores (2017).

Neste município, além do problema de concentração fundiária e consequentemente a desigualdade de acesso à terra possui um lado mais perverso. Em São Desidério/BA foram encontrados em fazendas, trabalhadores em situação análoga à escravidão.

No estado da Bahia, de 2003 a 2013, foram resgatados 3.260 trabalhadores em condições análogas a de escravo, correspondendo a 8,5% do total de resgatados no País. [...] mais de 50% dos trabalhadores resgatados, concentram-se em três municípios: São Desidério, Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães (OLIVEIRA et al., 2013, p. 280).

Ainda, segundo os autores entre os anos de 2003 e 2013, foram resgatadas 994 pessoas em situação análoga à escravidão em São Desidério/BA. Destacamos, ainda, que parte destes trabalhadores em condições análogas à escravidão foram encontrados em propriedades produtoras de algodão, soja e milho. Como exemplo, as fazendas Guarani e Flora da Esperança que estão na Lista⁶ Suja do Trabalho Escravo divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2014.

Assim a discussão da estrutura fundiária e sua concentração pode auxiliar na análise de outros problemas presentes no campo brasileiro, como o exemplo apresentado sobre o trabalho escravo. Outros desdobramentos podem ser desencadeados a partir da estrutura fundiária, como desmatamento e conflitos no campo.

Considerações finais

Diante do contexto da Questão Agrária brasileira de desigualdade de acesso à terra, o debate acerca da estrutura fundiária se torna cada vez mais necessário e atual. Este debate não deve ecoar apenas na Geografia agrária, levando-se em consideração que a apropriação da terra é consequentemente a apropriação da natureza, e envolve problemas sociais e ambientais no campo e na cidade

[...] a apropriação fundada no controle capitalista do solo vai corroendo as formas consagradas de controle social, as quais estão sendo flexibilizadas no sei da legislação ambiental, fundiária e tributária, que nada mais são do que expressões do ordenamento territorial materializado em licenças para o saque do patrimônio comum, parte do qual sob a salvaguarda dos povos indígenas e comunidades camponesas. Desse modo a questão agrária deve ser pensada numa escala mais ampla do que as simples fronteiras do campo, porque há um conjunto de fatores que favorecem como nunca o esbulho dos bens da natureza. (PAULINO, 2015, p.196).

Nesse sentido, o “Atlas da agropecuária brasileira” é um importante trabalho e representa a necessidade, em especial da geografia agrária de se apropriar e utilizar as ferramentas ligadas ao geoprocessamento para discutir o campo brasileiro. O Atlas apesar de suas potencialidades não consegue ser uma ferramenta efetiva para a geografia agrária.

Deste modo, a proposta de procedimento a partir da aplicação do geoprocessamento apresentada neste artigo objetivou contribuir para futuras análises e discussões sobre a questão agrária. As contribuições iniciais se apresentam no campo da representação espacial da estrutura fundiária por estratos de área, elemento inédito no Brasil, permitindo assim localizar latifúndios e minifúndios.

⁶ Disponível em: <https://goo.gl/pfQ3XR>.

Será possível contribuir na discussão do desenvolvimento desigual contraditório e combinado do capitalismo no campo brasileiro, no qual, as agriculturas capitalista e camponesa disputam a posse da terra. Nesse sentido, estudos sobre a dinâmica da estrutura fundiária, analisando a constituição de grandes propriedades e ou, a fragmentação destas terão a contribuição neste novo procedimento.

Com ele será possível estudar a distribuição da pequena propriedade e da agricultura camponesa, auxiliando também no planejamento de políticas públicas para o campo. Esta alternativa possibilita analisar o uso e ocupação da terra por classe de área (estrato fundiário), identificando quais culturas são produzidas pelas pequenas, médias e grandes propriedades. Nesse sentido, esta aplicação poderá contribuir também na identificação de grandes propriedades e no planejamento de políticas como a de reforma agrária.

No entanto, ressalta-se aqui que este procedimento não está consolidado e que apresenta limites e possibilidades a serem colocadas em prova em futuros trabalhos. Uma das limitações que já foi identificada está na escala cartográfica. Há dificuldades em produzir mapas em escalas menores, o que acaba direcionando a análise para a escala municipal devido a representação visual das propriedades rurais nos mapas. Esta limitação não impede análises em níveis regionais e nacionais, já que seu principal limitante é representar isso em alguns formatos e tamanhos de *layouts* de mapas.

No entanto, com uso de “manchas” excluindo os limites das propriedades, como nos mapas 2 e 4, é possível analisar a estrutura fundiária em outras escalas e direcionamentos. Outro limite está nas propriedades ainda não certificadas e mapeadas pelo INCRA, ficando a metodologia à mercê das funções legais atribuídas ao INCRA, no Brasil. No entanto, há um progressivo avanço na certificação das áreas e, conseqüentemente a atualização dos dados georreferenciados.

Especificamente sobre o geoprocessamento, ao apropriar-se dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) abre uma gama de possibilidades de novas análises ou antigas análises por um novo viés na Geografia Agrária. O potencial subaproveitado desta ferramenta é aqui colocado em cheque com a proposta de um novo procedimento que, acredita-se ter muito a que contribuir na análise da estrutura fundiária brasileira, até então retratada por tabelas e gráficos. A Geografia, por sua capacidade de construção e a análise de produtos cartográficos, por si só, ganha em relação à complementação de dados quantitativos por novos mapas.

A aplicação da nova proposta de mapeamento da estrutura fundiária nos municípios de Água Clara/MS e São Desidério/BA revela o quão é desigual a distribuição de terra no Brasil. Ainda, estes municípios enquanto “modelos” da agricultura capitalista também chamada de Agronegócio apresentam grandes contradições sociais chegando a barbárie do trabalho escravo e conflitos no campo, como o ocorrido no estado do Pará.

As previsões para o campo brasileiro e suas desigualdades se tornam cada vez mais pessimistas diante do contexto que nos encontramos. Como exemplo, destacamos a medida provisória 279/2016, convertida em Lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que permite a regularização de imóveis até 2500 hectares constituídos na Amazônia até o ano de 2017. Em outras palavras, o Estado brasileiro permitiu e legalizou a grilagem de terras na Amazônia.

Assim, a terra permanece no cerne das questões sociais, ambientais e econômicas no modo de produção capitalista e o conhecimento sobre a apropriação e concentração desta se tornam cada vez mais fundamental na Geografia para decifrar e compreender a questão agrária.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. Estrutura fundiária. Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora Expressão Popular, 2012. p. 354-360

ALMEIDA, Rosemeire A. **Aliança Terra-Capital em Mato Grosso do Sul**. Simpósio Internacional de Geografia Agrária (ANAIIS), Niterói – RJ, 2009.

BARROS, Ciro. BARCELOS, Iuri. GALLO, João Otávio. As falhas e inconsistências do Cadastro Ambiental Rural. **A Pública**. 2016. Disponível em :< <http://apublica.org/2016/08/as-falhas-e-inconsistencias-do-cadastro-ambiental-rural/>> acesso em: 11 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CÂMARA, G.; DAVIS, C. Por que Geoprocessamento? In: CÂMARA, G.; DAVIS, C.;

MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em: <<http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora Expressão Popular, 2012. p.639-644.

FABRINI, João E. ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo.M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FREITAS, Flávio. L. M.; GUIDOTTI, Vinícius; SPAROVEK, Gerd. Nota técnica: Malha fundiária do Brasil, v.170321. In: **Atlas da Agropecuária Brasileira**, 2017. Disponível em: www.imaflora.org/atlasagropecuario.

GIRARDI, Eduardo. P. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Comentários In: **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf> Acesso em 19 jan. 2017.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS.Três Lagoas.177 p.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.1981.

_____. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, Danilo S. BRAZ, Adalto M. NARDOQUE, Sedeval. O ATLAS – A GEOGRAFIA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: análise da representação da malha fundiária. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR. p. 1-15.

MOREIRA, Eliana. O CADASTRO AMBIENTAL RURAL: A nova face da grilagem na Amazônia? **Associação Brasileira dos Membros do Ministério público do Meio Ambiente – ABRAMPA**. 2016. Disponível em :< <http://www.abrampa.org.br/site/?ct=noticia&id=230>> acesso em: 11 mai. 2017.

Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. **Lista Suja do Trabalho Escravo**. Brasília-DF. 2014. Disponível em:<<https://goo.gl/pfQ3XR>>. Acesso em: 22 de jun. 2017.

NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 23, 2016, Aracajú. **Anais...** Aracajú: UFS, 2016. p. 1-15.

OLIVEIRA, Gilca G; GERMANI, G. I.; SILVA, Elen C; ARAÚJO, Théo N. **Trabalho Análogo a de Escravo na Bahia: Desmascarando o Explorador**. Brasileira – Journal for Brazilian Studies. Vol. 2, n.2 (Nov 2013).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 6º ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P.(Ed.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45-67.

_____. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. **Campo-Território**, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. Actas XII Colóquios de Geocrítica. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>, 2012. Acesso em 22 fev. 2014.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.

PAULINO, Eliane T. Estratégias territoriais rentistas e contrarrefoma agrária no Brasil. In: HARACENKO, Adélia A de Souza et al. (Org.). **Geografia: temas e reflexões**. Maringá, Paraná: Eduem, 2015. p.187-214.

PAULINO, Eliane T; ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Sobre os autores

Danilo Souza Melo – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutorado em Geografia Universidade Federal de Goiás (UFG), Jataí, Goiás; Pesquisador do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET).

Adalto Moreira Braz – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutorado em Geografia Universidade Federal de Goiás (UFG), Jataí, Goiás; Pesquisador do Grupo Diretrizes de Gestão Ambiental com uso de Geotecnologias (DIGEAGEO).

Como citar este artigo

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. Questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 29-53, mai.-ago. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem

como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Danilo Souza Melo** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; O segundo autor **Adalto Moreira Braz**, pela aquisição de dados e pelos procedimentos técnicos na produção cartográfica.

Recebido para publicação em 16 de janeiro de 2018.
Devolvido para a revisão em 09 de fevereiro de 2018.
Aceito para a publicação em 21 de fevereiro de 2018.

Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul

Tiago Satim Karas

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: satinkaras@gmail.com

Guillermo Alfredo Johnson

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: guillermojohnson@ufgd.edu.br

Resumo

O propósito do presente trabalho é debater o caráter da política de crédito rural no estado do Mato Grosso do Sul, adotando como critério de análise a formação socioespacial. A sustentação dessa investigação se compõe, além da análise dos dados estatísticos sobre o acesso ao crédito e da estrutura fundiária, mapeados de acordo com as subdivisões das mesorregiões do IBGE no estado, também da compreensão sobre as imbricações dinheiro/crédito/território e o Estado como ator político e social. Ao final, argumenta-se que este estudo, mesmo não aspirando reunir a totalidade da formação socioespacial desta escala de análise, sem o debate deste problema, contudo, seria pouco provável a compreensão do capitalismo dependente. Tal dependência é expressa a partir da relação entre uma economia de base primária-exportadora, reafirmando o monopólio capitalista da terra, sendo a política de crédito rural no Mato Grosso do Sul seu eixo medular nesta formação socioespacial.

Palavras-chave: Crédito rural; socioespacial; território; Estado.

Socioespacial formation of state rural credit policies in Mato Grosso do Sul

Abstract

The purpose of the present paper is to debate the character of the rural credit's policy in the state of Mato Grosso do Sul, adopting as analysis criteria the socio-spatial formation. The support of this investigation is composed, besides the analysis of statistical data about the access to credit and land-ownership structure, mapped according to the subdivisions of the mesoregions of IBGE in the state, as well as the comprehension about the imbrications between money/credit/territory and the State as social and political actor. At the end, it is argued that this study, even without aspiring to bring together the whole socio-spatial formation of this scale of analysis, without debating about this issue, however, it would be unlikely the comprehension of the dependent capitalism. Such dependency is evident from the relation about an economy based on primary and exporting sector, reaffirming the land capitalist monopoly, being the rural credit's policy in Mato Grosso do Sul its axis in this socio-spatial formation.

Keywords: Rural credit; socio-spatial; territory; State.

Formación socio espacial de las políticas estatales de crédito rural en Mato Grosso do Sul

Resumen

El propósito de este trabajo es contribuir para la discusión de las características de la política de crédito rural en el estado de Mato Grosso do Sul, adoptando como criterio de análisis su

formación socio espacial. La fundamentación de esta investigación se compone, además de análisis de datos estadísticos sobre el acceso al crédito y de la estructura de la propiedad de la tierra, mapeados de acuerdo con las subdivisiones de las meso regiones del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) en el estado, también de la comprensión sobre las imbricaciones dinero/crédito/territorio y el Estado como actor político y social. Al final, argumentase que este estudio, mismo sin aspirar en reunir la totalidad de la formación socio espacial de esta escala de análisis, sin el debate de esta problemática, con todo, sería poco probable la comprensión del capitalismo dependiente. Tal dependencia se manifiesta a partir de la relación entre una economía de base primario-exportadora, reafirmando el monopolio capitalista de la tierra, siendo la política de crédito rural en Mato Grosso do Sul su eje medular en esta formación socio espacial.

Palabras clave: Crédito rural, sócio-espacial; territorio; Estado.

Introdução

A princípio é preciso considerar que a importância da política do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR não se resume às conhecidas necessidades produtivas do campo. O reconhecimento de que a produção agropecuária com ausência de uma política de crédito não poderia ser eficiente, produtiva e lucrativa pouco diz a respeito da formação socioespacial em que as estruturas produtivas tornaram-se o elo para a reafirmação do modelo espacial excludente e reinventaram mecanismos de transferência de renda capitalista destinada aos setores dominantes. Dessa forma, é preciso evitar o equívoco da dualidade forma-conteúdo para o qual nos alerta Santos (2012a), pois é indispensável desmistificar a visão invertida da realidade que impede sua apreensão.

A formação socioespacial, tendo em conta os argumentos desse autor, é a categoria por excelência que invoca o conjunto de processos de produção “histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto” (SANTOS, 2012a, p. 28). Do ponto de vista histórico, o modo de produção atual resultou da interação entre velhas e novas formações, ou como assevera Santos (2012a), não há novas formações numa perspectiva pura, pois o novo já contém o velho. Na perspectiva do arranjo espacial, parafraseando Santos, os lugares se diferenciam a partir das transformações dos modos de produção distintos; circunstância do “movimento de uma sociedade global” (2012a, p. 30-1).

A partir dessa apreensão dialética entre movimento global e significação particular dos processos produtivos, Santos argumenta que as determinações específicas e concretas “tornam-se realidade *pelo* espaço e *no* tempo” (2012a, p. 30). O estudo da forma, aliado de seu conteúdo, impede a apreensão da totalidade do espaço e o modo de produção, que perpassa a universalidade e a singularidade na e pela formação espacial, não se constitui somente de formas materiais, mas, também, de formas imateriais, tais como os aspectos políticos e ideológicos (2012a, p. 32), sendo que é somente a relação entre a totalidade e o singular que nos permite conhecê-las (2012b, p. 25).

Ao considerar, tal qual Delgado (2012), que a política do SNCR cumpre a função de selar as relações técnicas entre agricultura e indústria, torna-se viável argumentar não se tratar de simples necessidades produtivas. Trata-se, essencialmente, de uma relação sobredeterminante que, decorrente das transformações no espaço, exigiu readequações nos sistemas produtivos. Tais mudanças compõem a chamada modernização agrícola; relações que foram introduzidas a fim de que as indústrias pudessem ter melhores garantias para o fornecimento de matérias-primas.

Estudar a formação socioespacial das políticas de crédito rural revela aspectos estruturais desiguais que caracterizaram historicamente todas as escalas de análises espaciais, sendo este o caso do Mato Grosso do Sul. Com uma das estruturas fundiárias mais concentradas de todo o país e um processo histórico de apropriação territorial e exclusão social, constitui-se num dos exemplos paradigmáticos do processo de modernização do campo decorrente da expansão da política de crédito rural. Assim, o recorte de análise, seja ele local, regional, nacional ou internacional, embora denote uma característica didático-analítica, tem suas características estruturais transcendentais às escalas específicas.

Este fato, analisado sob o prisma da interdependência econômica entre setores fornecedores de matérias-primas – neste caso a agricultura – com setores que apropriam os excedentes produtivos – as indústrias – é que Ruy Moreira, inspirado pelo marxismo, se dispôs a compreender na Formação Espacial Brasileira (2014), ratificando os aspectos políticos e econômicos do desenvolvimento do capitalismo dependente, não só do Brasil, como de toda a América Latina. Assim, os mecanismos de transferência de renda capitalista do campo, os quais requerem uma compreensão mais profunda em relação à modernização agrícola e à política de crédito rural, sinalizam serem aspectos dessa formação socioespacial que reafirma aspectos estruturais internos e externos.

A complexa e intensa dinâmica produtiva nas últimas cinco décadas tem impactado significativamente a territorialidade nos países latino-americanos. A persistência histórica da relevância da produção baseada no extrativismo das economias latino-americanas constata a necessidade de realizar análises que considerem suas transformações espaciais desde o local ao sistema internacional.

Os processos de ocupação das terras nos países latino-americanos assemelham-se aos observados mundo afora nos países caracterizados por acentuadas debilidades institucionais. Exemplo disso pode ser encontrado no Brasil, Uruguai e Argentina, que apresentam dinâmicas históricas que indicam seus Estados como facilitadores da acumulação de terras ao tempo em que visam conferir legitimidade a essas atividades, tornando-os fiadores dessa concentração (BORRAS Jr. *et alli*, 2012). As consequências sociais de um arranjo político como o apontado acirram as desigualdades sociais, contribuindo para

acentuar a pobreza (PÉNCHEVA, 2011), pois obstrui as possibilidades para que os “indivíduos e organizações que vivem e atuam em um determinado território” possam expor “suas habilidades para mobilizar energias em projetos comuns” (EGLER; BESSA; GONÇALVES, 2013, p. 9).

Assim, dentre a diversidade de elementos que modelam a territorialidade no Brasil consideramos que a ação estatal e, em particular, as suas políticas de crédito rural, exerce significativa importância para o fortalecimento e/ou reprodução da agropecuária na produção de bens. No contexto apontado, este trabalho tem como objetivo discutir as características do crédito rural no Mato Grosso do Sul tendo em conta as principais atividades financiadas e sua relação com a estrutura fundiária. Os dados do SNCR são fornecidos pela Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BACEN). Analisaremos sua distribuição comparando a estrutura fundiária a partir de dados do Censo Agropecuário IBGE (2006), mapeados a partir das subdivisões das quatro mesorregiões presentes no estado e que compõem o rol analítico/empírico dessa formação socioespacial.

Para expor essa discussão, além do debate sobre a formação socioespacial, já apresentado, consideramos indispensável debater sobre a importância do dinheiro e sua relação com as dinâmicas territoriais. A partir de Santos (2002), verificamos que o dinheiro é a forma monetária do capital e crédito é a forma essencialmente fictícia. Ambos, dinheiro e crédito, salvo suas diferenças, são representações do valor/trabalho. Ainda vinculada à análise proposta, há também a necessidade de aprofundamento na compreensão do papel do Estado como mediador e/ou regulador na reprodução da ordem capitalista.

A partir do exposto, espera-se que este trabalho possa contribuir para aprofundar a discussão dos arranjos econômicos e das dinâmicas produtivas regionais, como as que Lamoso vem estudando, sobre a importância dos “incentivos dados pelo Estado para a internacionalização das empresas de capital privado” (2011, p.7) em consonância com os objetivos do desenvolvimento industrial. Assim, a partir da análise e mapeamento dos dados visamos explorar as dimensões da institucionalização do financiamento rural em nível regional e apontar alguns preceitos para compreender a formação socioespacial das políticas públicas de crédito rural em Mato Grosso do Sul.

Dinâmicas territoriais da moeda de crédito: uma forma fictícia de capital

Atinente ao conceito de formação socioespacial miltoniano, em que a formação das estruturas espaciais de uma dada sociedade é o resultado do conjunto da formação histórica global e apresentam dinâmicas e adquirem conotações múltiplas e visíveis somente nas escalas locais e regionais, é preciso considerar que tais características delineiam diferentes percepções a respeito do espaço. Compreendemos que a representação do valor/trabalho na

forma de dinheiro ou crédito faz parte do conjunto da formação histórica global, tal como aferiu Arrighi (1996). No entanto, respaldar-nos apenas em suas características absolutas e universalizantes, como já apontado, é arriscado, uma vez que pode limitar o campo de análise a respeito das características dos processos produtivos nas escalas locais e regionais.

Assim, partimos do princípio de que, segundo Milton Santos (2012a, p. 68), uma “sociedade só pode ser definida através do espaço”, sendo que este último, por sua vez, muda com as transformações dos sistemas produtivos. Portanto, o espaço é tanto produto como meio, pois os “processos produtivos são impostos ao espaço pela sociedade”. Tal contribuição sobre o pensamento “socioespacial” é também “espaçotemporal”, pois suas transformações ocorrem através do tempo e estão dialeticamente vinculadas aos conceitos de forma, função, estrutura e processo.

Compreender a política de crédito rural do SNCR implica o reconhecimento de uma forma que, por sua vez, exerce uma função muito clara na estrutura de desenvolvimento do capitalismo nas múltiplas escalas. Porém, há outras características que compõem a “totalidade” dos processos, pois a política do SNCR não possuiria tal forma e função caso a propriedade fundiária da terra altamente concentrada também não possuísse sua forma e exercesse sua função dentro da estrutura de desenvolvimento do capitalismo no campo. Portanto, um estudo sobre as características do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário no Mato Grosso do Sul sobre as características da política do SNCR pode evidenciar regionalmente a forma perversa do desenvolvimento capitalista como um todo.

Estudar o crédito rural a partir da compreensão apresentada por Milton Santos (2002) sobre o papel do dinheiro como organizador/desorganizador dos territórios, sabendo que o dinheiro é a forma monetária do capital e o crédito é sua forma fictícia se aproximando da sua forma financeira, é essencial para avançar na compreensão das dinâmicas territoriais do desenvolvimento capitalista no campo. Nesse escopo analítico, estudar as dinâmicas territoriais do dinheiro implica no reconhecimento de um processo imbricado de ao menos três características com capacidades de reorganização das relações entre sociedade e espaço.

Primeiramente, o uso do capital em sua forma monetária, tanto quanto sua forma fictícia ou financeira, não é homogênea, ou seja, alguns lugares, dependendo das condições estruturais, oferecem vantagens competitivas melhores dentro da lógica de exploração capitalista, enquanto outros podem não oferecer. Em segundo lugar, a circulação do dinheiro em nível global na forma de especulação cria as condições ideais para sua autopromoção, ou seja, as vantagens competitivas de cada lugar atendem aos interesses especulativos do capital das grandes corporações. Por último, Santos (2002, p. 11) assevera que quanto maior a complexidade das relações, maiores serão, também, as necessidades de regulação. Assim é que podemos compreender a necessidade da atuação do Estado como única instituição

capaz de propor leis que institucionalizem as relações dos fluxos de mercadoria, trabalho e capital em escala local, regional ou nacional em consonância com os interesses do capitalismo global. De fato, são três características que se complementam.

Antes de dedicar atenção aos objetivos específicos para a compreensão da distribuição regional do crédito rural do SNCR e a organização da produção concentradora de *commodities* agrícolas no Mato Grosso do Sul é necessário ainda destacar duas questões essenciais para compreensão deste trabalho: a primeira, mais teórica, busca compreender o Estado como ator político e social para a reprodução do capital; a segunda busca, sucintamente, compreender o fundamento histórico da concentração fundiária no estado, ressaltando empiricamente os dados do Censo Agropecuário, IBGE (2006). Desse modo, entende-se que essas duas questões imbricam-se para se constituírem numa dimensão do poder político, social e territorial essencial para a compreensão da organização e distribuição desiguais dos recursos creditícios da política do SNCR.

O Estado como ator político e social

Embasados nas contribuições de Milton Santos de que toda sociedade pode ser definida pelo espaço que produz, ou que ao transformar o espaço produz a si mesma enquanto sociedade, partimos do pressuposto de que não se pode estudar nem a sociedade nem o espaço sem compreender melhor as características do Estado como instituição reguladora das relações de produção e reprodução no sistema capitalista (SANTOS, 2012a; 2012b). Nesse sentido, propomos analisar o papel do Estado em dois aspectos intensamente imbricados: primeiramente, e de modo geral, a função política do Estado na sociedade capitalista, e em segundo a capacidade do Estado de regular as diversas frações sociais a fim de manter uma unidade social aparente.

Concernente ao primeiro aspecto é importante destacar a afirmação de Harvey (2005, p.77) para a característica de que atualmente são poucos os aspectos da produção capitalista que não estejam “profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado”. Mais do que isso, é importante perceber que historicamente, pelo menos desde o fim da Idade Média, a organização da sociedade prevê a centralização do poder político e das relações econômico-mercantis, como evidenciou Arrighi (1996) sobre a origem do poder do dinheiro em “O Longo Século XX”.

Embora não signifique admitir a exclusividade do poder do Estado, da mesma forma não se pode negar sua fundamental participação na organização da sociedade capitalista contemporânea. Inclusive é possível e necessário compreender que o poder do sistema capitalista combina com o poder político do Estado. Mesmo que necessariamente, segundo Harvey (2005, p. 78), o Estado tenha se originado da contradição entre os interesses

particulares e os interesses comuns da sociedade, fato que implica no reconhecimento da função ideológica tanto da política hegemônicas como do Estado, pois, além de instrumento de dominação de classe, as políticas quase sempre são propostas como sendo de interesses sociais comuns.

O exemplo mais significativo dessa espécie imprecisa de poder institucional criada ilusoriamente por e para os interesses igualitários são as democracias representativas latino-americanas, discutidas por Osorio (2014). Este autor argumenta que ao invés da organização de espaços políticos em que o Estado promovesse garantias de acesso igualitário às instâncias de poder na sociedade, tais democracias se tornaram meios de organização das frações sociais privilegiadas que assumiram o poder político para organizarem o sistema de poder segundo seus interesses.

A importância do poder político do Estado para a reprodução do sistema capitalista perante uma sociedade múltipla e diversificada pressupõe o reconhecimento de que não há interesses sociais comuns, ou seja, reafirmamos a existência de diferentes classes ou frações de classes sociais que possuem diversas perspectivas socioeconômicas, resultado das diversas posições que ocupam na sociedade, que pugnam pela prevalência das suas pretensões. De tal forma que este aspecto nos leva a reconhecer o segundo artifício que é a capacidade de coordenar as diferentes frações sociais com o objetivo de manter uma unidade aparente (JESSOP, 2015).

Para analisar este segundo aspecto tomamos como referência a obra de Nicos Poulantzas (2000), a qual considera que os estudos sobre o sistema capitalista não podem se restringir às relações de produção, pois o Estado apresenta uma forma e um conteúdo específicos na sociedade capitalista. Há uma “natureza de classe do Estado” capitalista que por sua vez implica em diferenças no “campo da dominação política”. Para atingir esse campo de dominação é necessário estudar a posição que certas classes, ou frações delas, ocupam, se organizam, se expressam para serem e permanecerem hegemônicas. Dessa forma, para estudar o Estado é preciso reconhecer quais são as classes, ou frações de classes que compõem o “bloco no poder”, sendo que não necessariamente precisam estar presentes – ou serem identificadas – para participarem da dominação política a partir do mesmo.

No estudo que nos ocupamos consideramos eminentemente o Sistema Nacional de Crédito Rural, atribuição exclusiva do Governo Federal, e sua relação com a distribuição fundiária no Mato Grosso do Sul. O Estado, na sua atuação federal, estadual e municipal, cria e recria uma diversidade de mecanismos políticos e econômicos que fortalecem a dinâmica socioterritorial estudada através de infraestrutura, que visa facilitar a comercialização, promove campanhas de marketing e constrói peças tributárias que fortalecem a concentração fundiária.

Tanto o aspecto da essencialidade do poder político do Estado como a caracterização das classes que o compõem são contribuições que convergem para a compreensão da função desempenhada pelo Estado na sociedade capitalista. A seguir veremos que as políticas de Estado e as classes sociais privilegiadas são fundamentais tanto para a compreensão da estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul como também para a política de crédito rural na unidade territorial analisada.

Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul: sucinto panorama

Antes de analisar as especificidades das características da estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul é preciso destacar, tal qual Moreira (2014), que as transformações no campo fazem parte da complexidade das transformações da sociedade como um todo. Debatendo a *Formação Espacial Brasileira* o autor assevera que as estruturas espaciais surgem decorrentes das necessidades de transferência de renda e complementariedade entre os setores produtivos. A construção dos argumentos deste autor, apoiados nas contribuições marxistas, revela os aspectos estruturais da formação política e econômica da divisão espacial do trabalho do capitalismo dependente.

No mundo, historicamente, a divisão espacial do trabalho se revelou nas estruturas de especialização produtiva, suscitando uma estrutura capitalista hierárquica na maioria absoluta dos países exportadores de matéria-prima, desigualmente combinada com uma pequena parcela de países centrais, importadores e industrializados. No Brasil, a formação das estruturas de desenvolvimento do capitalismo dependente revelou internamente a transferência do excedente agrícola à industrialização. É sob a nomenclatura do desenvolvimento urbano-industrial, combinada à preservação da estrutura fundiária de origem colonial, que precisa ser analisada a formação socioespacial das políticas estatais de crédito no Mato Grosso do Sul.

Para compreender a forma e o conteúdo da política do SNCR é necessária, em primeira instância, uma breve compreensão histórica e contemporânea da sua estrutura fundiária. O Mato Grosso do Sul é considerado um estado com uma estrutura fundiária altamente concentrada. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), a média da área dos estabelecimentos no estado é de 466,74 ha enquanto que no Brasil a média é de 64,47 ha (Tabela 1 e figuras 1 e 2).

Tabela 1: Brasil e Mato Grosso do Sul: unidades e áreas dos estabelecimentos rurais – 2006

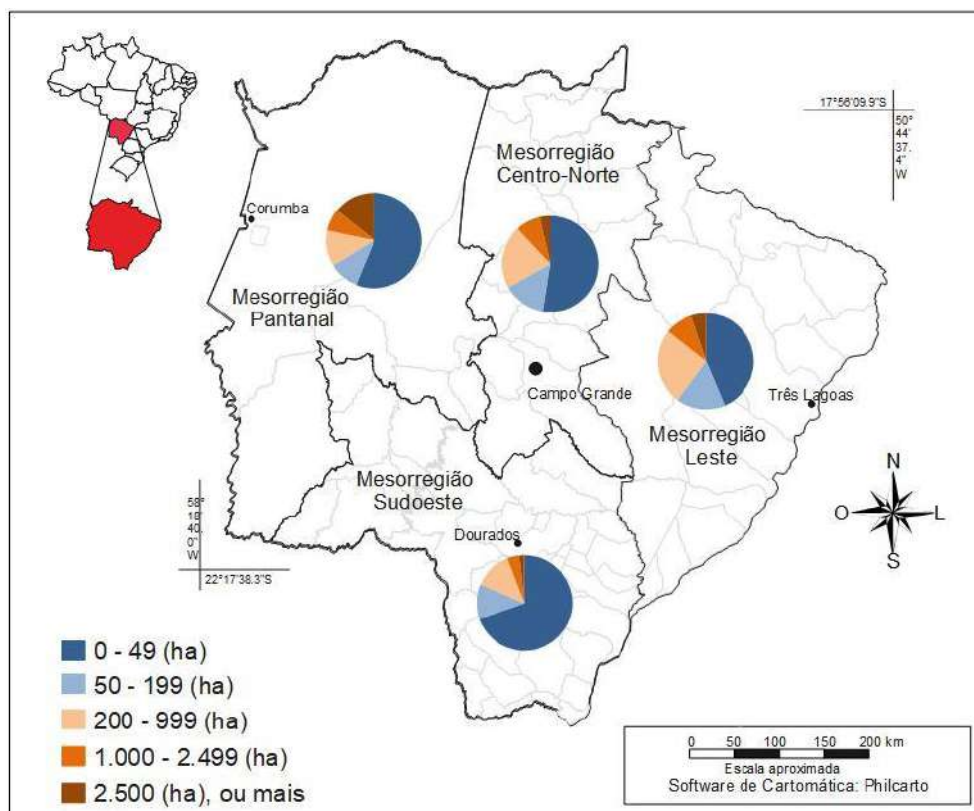
	Brasil			Mato Grosso do Sul		
	Unidades	Área (ha)	Média	Unidades	Área (ha)	Média
Menos de 10 (ha)	2.477.151	7.798.777	3,14	13.398	64.818	4,83
10 a menos de 100 (ha)	1.971.600	62.893.979	31,89	29.277	873.699	29,84
Menos de 100 (ha)	4.448.751	70.692.756	15,89	42.675	938.517	21,99
100 a menos de 1000 (ha)	424.288	112.844.186	265,96	15.228	5.991.350	393,44
1000 (ha) e mais	47.578	150.143.096	3.155,72	6.661	23.345.109	3.504,74
Total	5.175.636	333.680.037	64,47	64.864	30.274.975	466,74

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006). Organização dos autores.

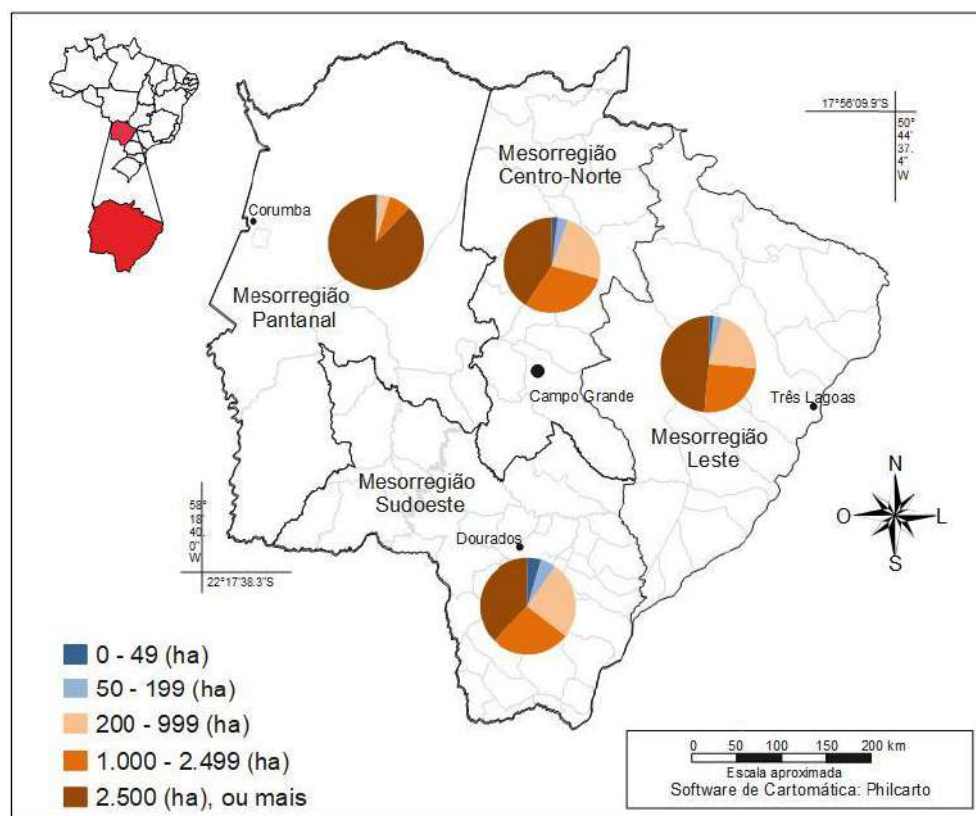
A característica da estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul remonta ao período das primeiras ocupações de porções de terras da região sul do estado. Essa área intensamente povoada por indígenas no período colonial passou a receber as primeiras ocupações de colonizadores a partir da entrada do gado desde o fim do século XVIII. Com origem partindo das terras de Minas Gerais, rumo a oeste, as ocupações acentuaram-se durante e após a Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX (BITTAR, 1997).

Os estudos sobre as ocupações da porção sul do Mato Grosso não consideram a ocupação indígena, que é anterior a todo o processo de colonização. Após o período dessas primeiras ocupações, segundo Almeida (2003), houve um novo surto de ocupação e povoamento da área a partir da atuação da Companhia Mate Laranjeira, área concedida em situação de arrendamento pelo governo imperial no ano de 1882. Posteriormente, com a proclamação da República, essas áreas de terras devolutas passaram para competência dos estados e as “oligarquias regionais se veem ainda mais à vontade para estabelecer sua política fundiária: concentracionista e excludente” (p. 111-2).

Figura 1: Mato Grosso do Sul: estabelecimentos rurais – 2006



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006). Organização dos autores

Figura 2: Mato Grosso do Sul: Área dos estabelecimentos rurais – 2006

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE (2006). Organização dos autores.

Com a política do Estado Novo da Era Vargas e da intenção de “estimular a formação de pequenas propriedades no Sul de Mato Grosso” surgiu a Companhia Agrícola de Dourados (CAND), porém, tal política tornou-se incapaz de tornar esta colonização uma realidade, assim, sucumbiu e abriu o caminho para a colonização privada. Esse momento marcou o surgimento da atuação de empresas colonizadoras que adquiriam terras, principalmente do Estado, como: Companhia de Melhoramento e Colonização (SOMEÇO), Viação São Paulo–Mato Grosso e Moura Andrade (ALMEIDA, 2003, p. 113).

Vale ressaltar que as áreas que essas companhias adquiriam eram muito grandes, e, se somando às baixas concentrações populacionais do ponto de vista da colonização, incorria nas dificuldades de realizar a expansão econômica. Segundo Souza (1992, p. 59), para suprir a necessidade de mão de obra abundante, desqualificada e mal remunerada, a SOMEÇO fazia “ponto no Centro de Migração em São Paulo e no município de Porto Epitácio” para divulgar e incentivar a vinda de “nordestinos para o trabalho de desmate”, somando-se aos paraguaios e indígenas que ali estavam e trabalhavam sob um regime de escravidão. Também incentivava a migração de proprietários do sul do país, prometendo “terras férteis e baratas”.

Os colonos, migrantes nordestinos, paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos, foram os verdadeiros responsáveis pela abertura das matas, melhoria e valorização das áreas e formação dos povoados. Muitos imigrantes, impedidos de cumprir com o pagamento das

terras, foram expulsos pela colonizadora para “então cobri-las de pasto e enchê-las de gado” (SOUZA, 1992, p. 59). Segundo o autor, “entre os anos de 1975-1980 (cinco anos) o número de pequenas propriedades foi reduzido no meio rural do estado de 22.279 para tão somente 13.206, numa queda de 41%” (SOUZA, 1992, p. 26).

Portanto, a presente situação da estrutura fundiária do estado do Mato Grosso do Sul implica reconhecer sua forma altamente concentradora. Para fins analíticos consideramos divisões internas no Mato Grosso do Sul. De acordo com o IBGE (2006), o estado possui quatro mesorregiões: a Mesorregião Centro-Norte, onde se localiza a capital Campo Grande; Mesorregião Sudoeste, com destaque para a cidade de Dourados; a Mesorregião Leste, com destaque para a cidade de Três Lagoas, e a Mesorregião Pantanal, com destaque para a cidade de Corumbá.

As Figuras 1 e 2 evidenciam a significativa concentração de terras no estado. Por sua vez, essa característica desempenha uma função basilar no desenvolvimento da produção de *commodities* agrícolas. Essa dinâmica compõe uma estrutura que nos possibilita compreender a forma e o conteúdo da formação socioespacial desempenhada pela moeda de crédito do Sistema Nacional de Crédito Rural no desenvolvimento capitalista no campo.

Levando em consideração todas as contribuições debatidas até o momento, podemos inferir que essa estrutura fundiária compõe a base da compreensão da formação socioespacial do Mato Grosso do Sul, sendo assim crucial para o entendimento das políticas estatais de crédito. Essa estrutura resultou na formação de um arranjo espacial produtivo dominado pela produção de *commodities* agrícolas, que analisaremos na sequência deste trabalho. Porém, podemos argumentar que a transferência do excedente requer uma complementariedade entre os setores. Historicamente, esta interdependência manifestou-se de diferentes maneiras, podendo ser analisadas desde pelo menos a abolição da escravatura e a Proclamação da República, mas também nos arranjos de poder político e de classe, que preservaram os níveis de concentração do monopólio territorial acentuados, como no caso do Mato Grosso do Sul.

Recentemente, as formas complementares decorrentes da transferência dos excedentes capitalistas manifestaram-se na necessidade da modernização agrícola, bem como paralelamente na urgência das políticas estatais de financiamento. Mais do que uma simples complementariedade, a política pública de crédito agrícola subsidiada se tornou o fundamento do desenvolvimento capitalista dependente no campo, e é com base nesses aspectos que debatemos a formação socioespacial da política de crédito rural.

Formação socioespacial do SNCR no Mato Grosso do Sul

Para compreender melhor a política do SNCR no Brasil, antes de passarmos às características específicas que focalizam este debate no tocante ao Mato Grosso do Sul, é preciso salientar que a criação dessa política faz parte de um contexto de reestruturação político-econômica nacional e internacional. Internacionalmente, ainda na década de 1960, mas mais precisamente a partir de década de 1970, o Estado passou cada vez mais a exercer funções de gerência na economia mundial, indispensável à reprodução das relações de produção capitalista, e isso ficou ainda mais explícito com a crise estrutural do sistema capitalista a partir dos anos 1970.

Nacionalmente, em termos estruturais, é preciso destacar que a criação da política do SNCR faz parte do contexto de reestruturação do espaço brasileiro, em boa parte devido aos fatores que resultaram no crescimento urbano e industrial, mas também em virtude da modernização agrícola, dos quais, além do SNCR, o Estatuto da Terra e a Reforma Bancária devem ser analisados conjuntamente.

A promulgação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, segundo Martins (1995), possibilitou as condições para a expansão do capital financeiro no campo ao assegurar o monopólio territorial. Da mesma forma, a Reforma Bancária, consumada entre os anos de 1964/1965, caracterizou-se, segundo Contel (2006), como um marco na expansão das relações que intensificaram o uso financeiro do território brasileiro, bem como, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965, política pública de crédito rural que passou desde então a abranger todo o território nacional.

No Mato Grosso do Sul a função de gerência do Estado na economia assumiu conotação de classe ainda mais evidente devido a sua emancipação em 1977. Tais características manifestaram-se regionalmente devido às intenções separatistas da oligarquia agrária da porção sul do estado do Mato Grosso, fato que, segundo Almeida (2003, p. 114), privilegiou a grande propriedade; e um projeto de poder que segundo Bittar (1996, p. 210) outorgou a “criação de um Estado para si”.

Inserido nesse contexto de reestruturação política e econômica do Brasil, com atenção especial às transformações no campo, das quais o Mato Grosso do Sul também é componente, é que desde meados da década de 1960 o crédito rural assumiu um caráter de política de Estado.

Embora um dos princípios da concepção da lei que institucionaliza o SNCR, previsto por esta política no Art. 3º inciso III, define como uma de suas metas “possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios”, este propósito não condiz com o que é observado nos dados sobre a evolução da concessão dos recursos disponíveis até o ano de 2012 no Anuário Estatístico do Crédito Rural e na Matriz de

Dados do Crédito Rural (MDCR) do Banco Central do Brasil a partir de 2013 (BACEN). Como exemplo disso temos o Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016, em que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) previu a destinação de crédito no total de 187,7 bilhões de reais, aumento de 20% em relação ao plano anterior (MAPA, 2015). Porém, se analisadas as características da distribuição desses recursos com base no Anuário Estatístico do Crédito Rural do BACEN, com série histórica até o ano corrente, percebemos uma realidade extremamente contraditória em termos de acesso aos recursos pelas diferentes realidades sociais, a exemplo do montante que é destinado via PRONAF. Nesse mesmo ano agrícola, de um total de 2.326.789 (Dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e nove) de contratos, totalizando R\$ 165.850.297.646,15 (Cento e sessenta e cinco bilhões, oitocentos e cinquenta milhões, duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quinze centavos), 72,4% (1.685.526) contratados via PRONAF, acessaram apenas 13,2% do total dos recursos (R\$ 21.984.863.425,12).

Em relação ao estado do Mato Grosso do Sul essa discrepância assumiu contornos ainda mais dramáticos. Segundo dados apurados por Nardoque (2017, p. 261), ao comparar as ações dos governos FHC e Lula, os recursos acessados via PRONAF saíram de um total de mais de R\$ 43 milhões (Quarenta e três milhões de reais) em 2002 para um total de mais de R\$ 92 milhões (Noventa e dois milhões de reais) em 2010, 0,77% de um montante de mais de R\$ 11,9 bilhões (Onze bilhões e novecentos milhões de reais) de todo o Brasil, no último mandato do governo Lula.

Muitas transformações ocorreram ao longo dos anos desde a criação do SNCR. Uma dessas mudanças está relacionada à deficiência na política de distinguir as múltiplas realidades entre grandes e pequenos agricultores. Assim, mesmo diante de uma imensa diversidade que o campo brasileiro apresenta em termos de estrutura agrária, prevalecendo maciçamente a concentração territorial, somente em 1996, com a lei nº 1.946, que foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

De imediato, o que se pode argumentar é que a política do SNCR, historicamente, favoreceu o fortalecimento do agronegócio brasileiro, em especial o mercado de *commodities*, proporcionando a ampliação do espaço do *agribusiness*, ao mesmo tempo limitando uma imensa parcela de pequenos agricultores, camponeses, agricultores familiares, indígenas e quilombolas à exclusão territorial, política e econômica no campo. Seu maior problema é que mesmo com a criação do PRONAF, a evidência principal é a de que a política de Estado do SNCR e seus aspectos financeiros da produção agrícola demonstram não possuírem eficiência quanto aos aspectos internos e autônomos de cada território.

Em âmbito nacional observamos uma persistência da desigualdade na distribuição do financiamento estatal, ainda que a criação do PRONAF tenha inicialmente mitigado essa

situação. A pertinaz concentração do uso dos recursos aponta que “50% dos menores estabelecimentos empregam cerca de apenas 6,5% do total de financiamentos, os 5% maiores utilizam quase 63%, e os 10% maiores 70% desse total” (SOUZA; NEY; PONCIANO, 2015, p.267).

A concentração dos créditos agropecuários é maior no Sudeste e Centro-Oeste, assim como mais equilibrada no Norte e Sul do país. Quanto ao caso específico do Mato Grosso do Sul, verificamos que 10% dos maiores estabelecimentos utilizam quase 80% do financiamento disponível (*Idem*). É possível perceber que, além dessa distribuição irregular a nível nacional e estadual, suas desigualdades também se manifestam local e regionalmente.

Para isso adotamos a metodologia de classificar os dados do SNCR (BACEN, 2015) segundo cada mesorregião geográfica do IBGE em relação às principais atividades do agronegócio financiadas pela política pública: a pecuária bovina e o cultivo da soja e do milho, pois, como já ressaltado, a identificação da predominância do financiamento dessas atividades também revela disparidades inter-regionais e locais. Veremos na sequência como essas diferenças se comportam umas em relação às outras e como que, em conjunto, apontam as características da formação socioespacial da política pública de crédito rural no estado do Mato Grosso do Sul.

Por uma questão de critério e classificação dos dados utilizados neste trabalho é preciso esclarecer, ainda, que o Art. 8º da lei 4.829, sobre as modalidades de crédito da política pública, estabelece as subdivisões entre custeio, investimento e comercialização. Incorrendo na impossibilidade de aprofundar essas três modalidades ao levar em consideração as limitações da extensão deste texto, optamos por mensurar os dados das três modalidades (tabela 2) enfatizando o crédito de custeio, por ser esta modalidade a que garante o aporte de recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas da agropecuária. Ressaltando que no estado do Mato Grosso do Sul o custeio agrícola corresponde a 61% do total do crédito rural no ano de 2014.

Assim, passando para o exame do arranjo regional do crédito rural nas suas três modalidades de crédito no estado do Mato Grosso do Sul, podemos destacar as seguintes observações: embora Campo Grande, a capital do estado, esteja na Mesorregião Centro-Norte, essa mesorregião não é a que mais recebe crédito rural, seja em custeio, investimento e comercialização agrícola e pecuária, aliás, só é superior à Mesorregião Pantanal. Segundo os dados do BACEN (2015), a posição protagonista deste arranjo na formação socioespacial do Mato Grosso do Sul fica por conta da Mesorregião Sudoeste. Há que se ressaltar que dos 79 municípios do estado do Mato Grosso do Sul, 38 (48,1 %) estão na Mesorregião Sudoeste.

Tabela 2: Mato Grosso do Sul e Mesorregiões: crédito rural – 2014

	Centro Norte	Sudoeste	Leste	Pantanal	Total
Custeio (R\$)	943.329.191,97	2.377.302.874,76	1.313.358.397,79	368.245.011,90	5.002.235.476,42
Qtd. de Contratos	4.494	14.463	5.617	1.528	26.102
Invest. (R\$)	634.496.353,54	1.047.688.504,82	740.525.779,01	209.950.909,10	2.632.661.546,47
Qtd. de Contratos	4.905	7.470	4.722	1.258	18.355
Comercialização (R\$)	96.012.629,74	331.465.226,89	116.080.854,53		543.558.711,16
Qtd. de Contratos	107	1.015	136		1.258
Totais (R\$)	1.673.838.175,25	3.756.456.606,47	2.169.965.031,33	578.195.921,00	8.178.455.734,05
Qtd. Total de contratos	9.506	22.948	10.475	2.786	45.715

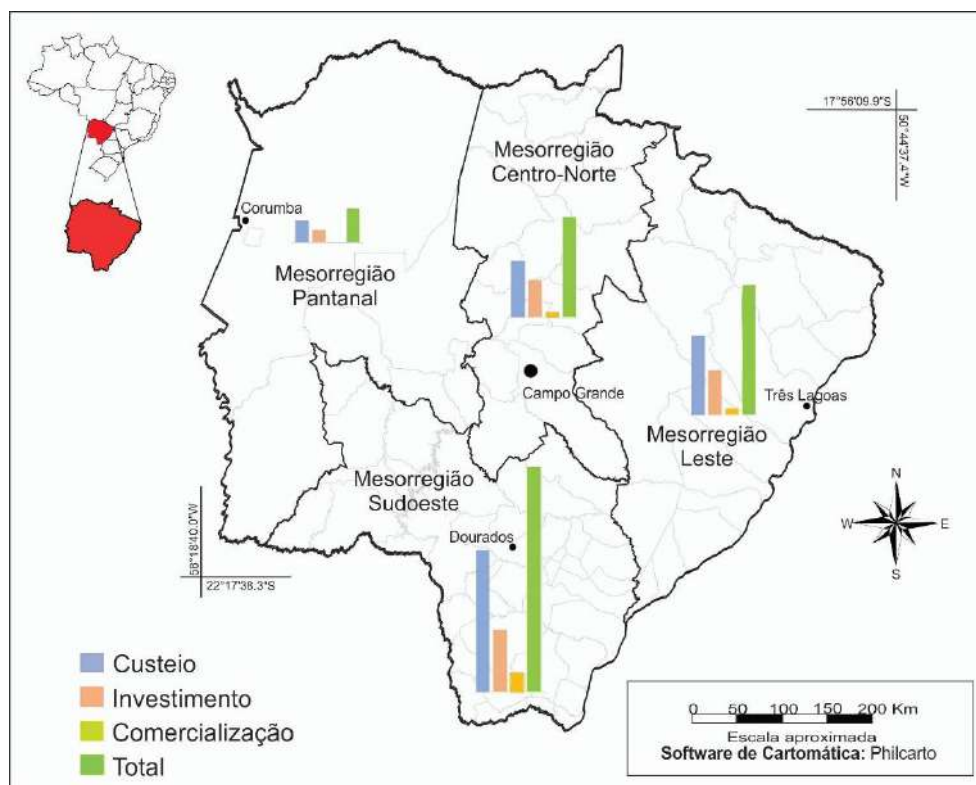
Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores.

Além disso, o protagonismo desta Mesorregião é reafirmado com base nos dados do BACEN (2015) a respeito dos valores e da quantidade de contratos. A Mesorregião Sudoeste concentra o equivalente a 45,9% dos valores e 50% dos contratos.

Em relação às diferentes modalidades de crédito do SNCR em cada uma dessas mesorregiões também chama a atenção a quantidade de contratos em relação aos valores financiados. Podemos visualizar que as disparidades dos dados sobre a quantidade de contratos se assemelham muito aos valores destinados a cada Mesorregião. Novamente, a Mesorregião Sudoeste se destaca, possuindo 47% dos valores acessados e 55% de todos os contratos de custeio, no entanto, a principal concentração de contratos nessa Mesorregião é da modalidade de comercialização. De um total geral de 1.258 em todo o estado, mais de 1.000 contratos de comercialização foram realizados na Mesorregião Sudoeste.

A seguir (figura 3) temos a representação que evidencia a importância da Mesorregião Sudoeste no arranjo espacial do crédito rural no Mato Grosso do Sul.

Além dos aspectos regionais relacionados com as diferenças entre as modalidades de crédito do SNCR há outras singularidades em relação às diferentes atividades produtivas. Dentre estas destacaremos nossas análises na modalidade de custeio, por considerar que esta modalidade de crédito é a principal, ou como o próprio nome aponta: é a que se destina a custear a produção agropecuária.

Figura 3: Mato Grosso do Sul: arranjo espacial do crédito rural – 2014

Fonte: IBGE (2015) Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores

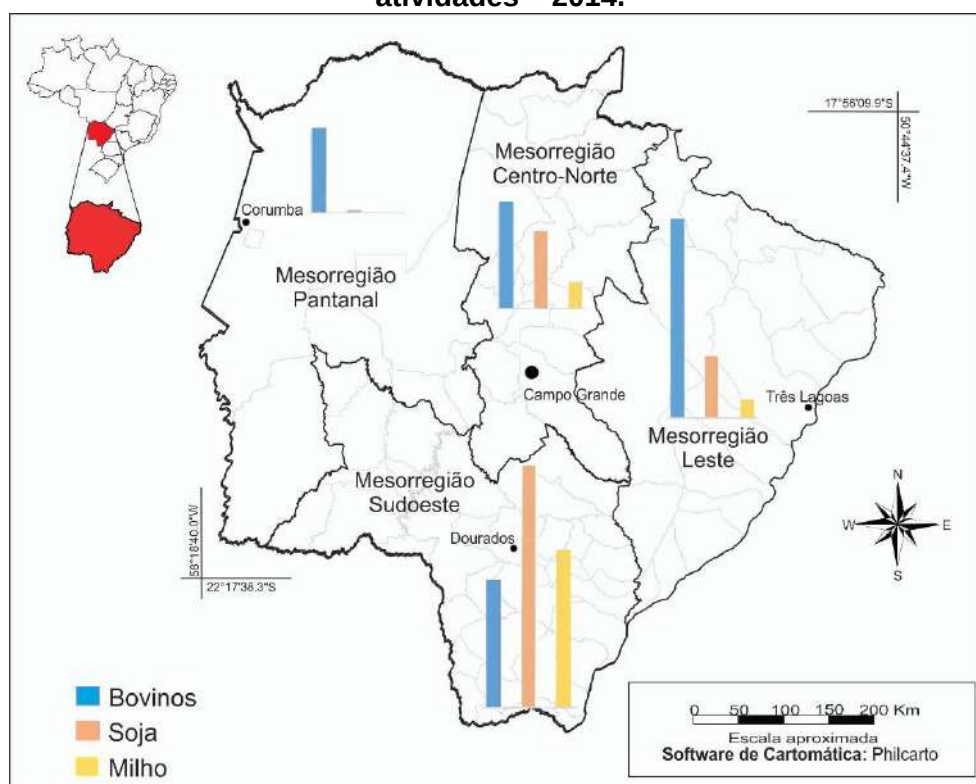
Assim, quando da tabulação dos dados sobre o crédito rural do BACEN (2015) para a identificação dos produtos agrícolas e pecuários que acessaram os maiores valores de crédito para custeio, foram encontradas três principais atividades, vinculadas com as chamadas *commodities* agrícolas: a pecuária bovina e as atividades agrícolas da soja e do milho. Essas três atividades produtivas são responsáveis por concentrarem 88,4% de todos os recursos de custeio para o estado do Mato Grosso do Sul no ano de 2014 (tabela 3 e figura 4).

Tabela 3: Mesorregiões Geográficas do Mato Grosso do Sul: crédito rural de custeio das principais atividades – 2014

	BOVINOS		SOJA		MILHO		Valores Totais (R\$)
	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	
Sudoeste	510.382.044,93	4.342	966.710.206,25	4.965	626.791.204,05	3.851	2.103.883.455,23
Centro Norte	427.868.082,20	2.930	309.522.744,52	776	109.688.424,31	408	847.079.251,03
Reg. Leste	794.410.556,75	4.535	248.364.498,77	559	75.363.801,72	164	1.118.138.857,24
Pantanal	340.152.887,20	1.432	11.585.198,99	17			351.738.086,19
Total	2.072.813.571	13.239	1.536.182.649	6.317	811.843.430	4.423	4.420.839.649,69

Fonte: IBGE (2015) Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores

Figura 4: Mato Grosso do Sul: arranjo espacial do crédito de custeio das principais atividades – 2014.



Fonte: IBGE (2015) Banco Central do Brasil (2015). Organização dos autores

Um esclarecimento torna-se imperativo, pois embora a atividade agrícola da cana de açúcar seja uma das mais importantes, abrangendo uma vasta área do estado, segundo os dados do BACEN (2015), no ano de 2014 não apareceu entre as principais atividades que acessaram recursos do SNCR. Isso se relaciona com o fato de que os financiamentos, na maioria das vezes, ao serem efetuados pelas próprias empresas que controlam essa atividade

agrícola, utilizam uma pequena quantidade de crédito desse sistema público – totalizando apenas 109 contratos e R\$ 82.466.867,60 (Oitenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) (1,6%) de valores acessados na modalidade de custeio no ano de 2014. A título de exemplo podemos mencionar a Raízen, *joint venture* entre a Cosan e a Shell, no caso do setor sucro-alcooleiro, situação que pode ser extensiva também a outros setores produtivos do estado, como o setor de celulose na Mesorregião Leste, com a Fibria, sendo necessário que suas características sejam estudadas de forma específica.

A análise da distribuição do crédito rural de custeio entre as atividades produtivas que mais acessaram os recursos do SNCR do ano de 2014 apresenta uma série de indagações sobre o papel desempenhado por cada uma dessas mesorregiões. Em primeiro lugar, embora a Mesorregião que se destaca sobre o montante dos recursos do SNCR, como já mencionado, seja a Sudoeste, em termos de atividades produtivas, segundo os valores de financiamento do BACEN (2015), a pecuária bovina é o setor que usufruiu mais créditos.

No entanto, em termos de acesso ao crédito de custeio da pecuária, a Mesorregião Sudoeste se coloca na segunda posição, após a Mesorregião Leste e muito próxima das outras duas Mesorregiões. Ou seja, em terceiro está a Centro-Norte, e como é de se esperar, a importância do crédito de custeio para a pecuária bovina, em quarto lugar, a Mesorregião Pantanal, diga-se de passagem, embora em menor número comparado às outras mesorregiões, o crédito da pecuária bovina é predominante nesta Mesorregião entre as atividades produtivas.

De modo geral, as informações disponíveis apontam que a participação do financiamento rural de custeio, somadas às três atividades produtivas, está majoritariamente concentrada na Mesorregião Sudoeste, constituindo 47,5% desses recursos.

Segundo Egler (1993, p. 71), “a lógica do investimento privilegia os territórios econômicos que possam garantir vantagens competitivas às grandes empresas que neles se instalam”. Assim, um estudo regional pode demonstrar alguns aspectos do arranjo espacial em escala local e regional, tal como a que apresentamos em relação ao crédito rural. As vantagens comparativas ou competitivas das empresas que se instalam nesses territórios, ou que, mesmo instaladas em outros lugares, são dependentes dos produtos como matéria-prima para sua industrialização, destinados à exportação ou não, são bastante elevadas.

Em suma, essas atividades não seriam viáveis caso não contassem com o sistema público de crédito rural, investimentos em infraestrutura, modernização, etc. No entanto, estudar o crédito rural público, massivamente destinado à produção de *commodities* agrícolas no Mato Grosso do Sul, mediante uma estrutura fundiária com alto nível de concentração,

compõe a base do nosso entendimento sobre a formação socioespacial do crédito nesse estado.

Como vimos nas seções iniciais deste trabalho, há duas questões implícitas sobre a organização da produção de *commodities* agrícolas, essenciais para compreender a formação socioespacial da política de crédito agrícola do SNCR. A primeira delas é quanto ao papel do Estado, tal como se refere Harvey (2005), no que tange à importância dessas políticas estatais na consolidação da distribuição do crédito de modo a consolidar uma determinada territorialização que fortalece a desigualdade na apropriação da riqueza. Ao mesmo tempo em que nos leva a refletir, conforme as elaborações de Poulantzas (2000), em torno dos blocos ou frações de classe que compõem o poder hegemônico estatal na modelagem dessas políticas de crédito, sendo que na ausência dessas políticas haveria outras dificuldades para o desenvolvimento de sistemas produtivos mais equitativos.

Em virtude da importância desse papel do Estado, temos a segunda questão que é entender a evidência da concentração fundiária no Mato Grosso do Sul e a sua dedicação para o desenvolvimento produtivo agropecuário, principalmente em relação à configuração territorial massivamente concentradora. Nesse sentido é necessário retomar o fio histórico da ocupação dessa porção territorial e dos incentivos do Estado para a colonização privada no passado, vislumbrados como o cerne da formação dos primeiros núcleos sociais das oligarquias agropecuárias regionais e os mecanismos políticos e econômicos que garantem a perpetuação dos níveis de concentração fundiária.

Parafraseando as elaborações de Lamoso (2011, p. 46), essas vantagens comparativas e competitivas são decorrentes da “inércia espacial de heranças do próprio processo de ocupação”, a exemplo da pecuária e da produção de grãos, que somadas a “vetores externos” – entre os quais a política do SNCR deve ser destacada – “definem as ligações em rede de frações do território” com os arranjos espaciais monopolistas que controlam as escalas produtivas.

Diante da realidade da política do SNCR no Mato Grosso do Sul, em que o sistema público de crédito se realiza pela concentração dos recursos em apenas três atividades produtivas, cabe o questionamento: quais são suas consequências na formação socioespacial ao considerar as outras demandas socioespaciais no campo? As respostas, ainda que abertas, podem ser múltiplas, mas é importante ressaltar que no Mato Grosso do Sul as possibilidades de ampliação das fragilidades das formações espaciais são recorrentes. Não buscamos contemplar nessas análises as frações sociais que estão em conflito direto com o agronegócio, até porque seria necessário ampliar o horizonte de análise nos limites de extensão do artigo. No entanto, as análises aqui apresentadas sobre a política de crédito

público neste estado indicam o quanto a matriz de desenvolvimento está atrelada ao modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente.

São diversas as hipóteses que reafirmam esta problemática do desenvolvimento capitalista no Brasil. No entanto, antes de mais nada, é preciso considerar que a criação do SNCR não coincide por acaso com o surgimento da integração entre técnica e agricultura, também designada como “modernização conservadora” (DELGADO, 2012). No entendimento deste texto, este contexto deu início à expansão financeira no campo. No entanto, tais questões não estão imunes às transformações de outros setores da sociedade. Assim o próprio modelo de desenvolvimento urbano-industrial (MOREIRA, 2014) e as transformações estruturais no campo que resultaram em maiores níveis de concentração territorial compõem o rol de atribuições que também são decorrentes das transformações financeiras.

Dessa forma, é diante deste contexto que se torna substancial analisar a formação socioespacial da política pública de crédito em Mato Grosso do Sul. Diante da concentração fundiária inimaginável que representa a força desse setor sobre as demais frações sociais ao constatar que três dos maiores setores produtivos da agropecuária concentram, também, mais de 80% dos recursos financeiros de custeio necessários ao desenvolvimento de todas as atividades produtivas. Essas características que não podem ser negligenciadas na formação socioespacial, sejam quais forem as escalas de análises.

Considerações finais

O estudo da política do SNCR de modo algum tem a pretensão de abarcar a totalidade da problemática da formação do espaço agrário brasileiro, sejam elas quais forem as escalas de análises espaciais. Mesmo que o crédito rural demonstre aparentemente ser apenas um dos aspectos das relações de produção capitalista no campo, sem o estudo das suas implicações, tampouco se torna viável empreender estudar o espaço rural. No entendimento deste trabalho a política do SNCR não é apenas um aspecto da formação socioespacial. Sob a ótica financeira, este compõe o conjunto de mecanismos que transformam e redefinem as relações de produção, e tratando-se de uma economia de base primário-exportadora, tais características são tão imprescindíveis quanto a concentração fundiária e o monopólio da renda capitalista da terra.

Nesse sentido, a proposta de estudar a formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural no Mato Grosso do Sul é uma tentativa de perceber as dinâmicas determinantes e sobredeterminantes na formação espacial. Um dos aspectos fundamentais a perceber é que a política de crédito rural do SNCR atua decisivamente sobre a atual estrutura de desenvolvimento das atividades produtivas no campo. No entanto, suas características determinantes estão para além das conhecidas capacidades produtivas,

apontando que não basta reconhecer a importância da produção na necessidade do crédito, é preciso entender que é a partir dessa matriz política de crédito que se torna viável a presença da estrutura fundiária concentracionista e dependente, mas ao mesmo tempo moderna.

Como principal formulador e executor das políticas públicas, o Estado possui um papel singular sobre a formação socioespacial local e regional no Mato Grosso do Sul. Os dados apresentados neste trabalho evidenciam alguns aspectos dessa dinâmica. Após a análise dos dados, identificamos três atividades que concentram mais de 80% de todo o crédito de custeio no estado, além disso, existem diferenças significativas sobre as características de cada mesorregião. Essas três atividades produtivas que identificamos, além de serem atividades que demandam grandes extensões territoriais, indicam também serem majoritariamente controladas por grandes empresas ou conglomerados que induzem na concorrência oligopólica. Apontando que a lógica econômica oligopolizada da produção agropecuária do Mato Grosso do Sul está em consonância com a lógica da política de Estado para a expansão do SNCR, ou vice versa.

A Mesorregião Centro-Norte, onde se localiza a capital do estado, não concentra a maior quantidade dos recursos provindos do SNCR, está atrás da Mesorregião Sudoeste e da Leste, destacando-se apenas como segundo lugar na produção de soja e milho, bem atrás da majoritária produção da Mesorregião Sudoeste. No entanto, a atividade da pecuária bovina da Mesorregião Sudoeste está atrás da Leste, sendo esta última a atividade produtiva majoritária da Mesorregião Leste.

O cenário de alta concentração dos recursos de crédito de custeio distribuídos em apenas três atividades produtivas em todo o Mato Grosso do Sul indica algumas hipóteses sobre o lugar que ocupa a pequena produção agrícola familiar, camponesa e a reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais indígenas em conflito direto com o agronegócio. Assim, aprofundar o estudo dos dados sobre o financiamento rural comparados com a estrutura fundiária do estado aponta parte dos desafios para o futuro da política do SNCR em relação à democratização do acesso ao crédito e ao desenvolvimento territorial com respeito a suas particularidades locais e internas.

Referências

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e territorialização:** o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ARRIGHI, G. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP, 1996.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)**. 1997. 540 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BORRAS Jr, S. M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features. Latin America, **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, [S. L.], v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

BRASIL. Banco Central do. Matriz de dados do crédito rural. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. Lei nº 4.829, de 5 de Novembro de 1965. Dispõe sobre a institucionaliza o crédito rural. Planalto, Brasília, DF. 1965.

CONTEL, F. B. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2006. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

EGLER, C. A. G. **Crise e questão regional no brasil**. 1993. 233 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

EGLER, C. A. G.; BESSA, V. C.; GONÇALVES, A. F. Pensar o território e a região: por uma agenda de desenvolvimento regional. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p.7-17, mai./ago. 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE, **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 16 mai. 2015.

IBGE, Mesorregiões geográficas do estado do Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

JESSOP, B. **The State: past, present, future**. Cambridge, Polity Press, 2015.

LAMOSO, L. P. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p.33-47, jan./abr. 2011.

MAPA, **Plano agrícola e pecuário 2015/2016**. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NARDOQUE, S. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária - vol. I)**. Curitiba: Crv, 2017. p. 243-272.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PÉNCHEVA, E. Una vez más acerca del humanismo, la pobreza y el neoliberalismo. AD Universa – **Revista de Relaciones Internacionales**, México, vol. 2, n. 1, jun. 2011.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2012b.

_____. O dinheiro e o território. In SANTOS, M. et al. (Org.). **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UFF/AGB: Niterói, 2002.

SOUZA, C. F. de. **A terra e o homem**: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1992. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – CCHS/UFMS, 1992.

SOUZA, P. M. de; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Análise da distribuição dos financiamentos rurais entre os estabelecimentos agropecuários brasileiros. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 251-270, jun. 2015.

Sobre os autores

Tiago Satim Karas – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranavaí, Paraná; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul; Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Guillermo Alfredo Johnson – Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, São Paulo; Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul.

Como citar este artigo

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 54-78, maio. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Tiago Satim Karas**, ficou parcialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados, elaboração das tabelas e dos mapas bem como suas interpretações e análises; o segundo autor **Guillermo Alfredo Johnson**, ficou parcialmente responsável pelo desenvolvimento e revisão teórico-conceitual, interpretação e análise dos dados.

Recebido para publicação em 21 de setembro de 2017.
Devolvido para a revisão em 20 de fevereiro de 2018.
Aceito para a publicação em 24 de fevereiro de 2018.

A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro¹

Adriano Rodrigues de Oliveira

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil
e-mail: adriano.ufg@gmail.com

Lara Cristine Gomes Ferreira

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil
e-mail: laracristineufg@yahoo.com.br

Brian Garvey

University of Strathclyde – Glasgow, Escócia
e-mail: brian.garvey@strath.ac.uk

Resumo

O Cerrado brasileiro tem se constituído no principal eixo de expansão do agronegócio. Desde a década de 1970, a região passou a ser incorporada à fronteira capitalista da agricultura, com a forte intervenção estatal por meio de programas especiais de desenvolvimento como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO em 1975), o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER em 1978) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO em 1988). Os governos militares promoveram a modernização conservadora no campo brasileiro, de forma que no Centro-Oeste o objetivo central das políticas foi propiciar a territorialização do capital agrícola, por meio da transformação dos latifúndios em empresas rurais e na instalação de agroindústrias processadoras de grãos, num primeiro momento, e, posteriormente, a viabilização das bases para a consolidação do binômio grãos e carnes. Contudo, a virada do século é marcada pela chegada de um novo agente hegemônico do agronegócio, composto pelo setor canavieiro que vislumbra nas potencialidades naturais e nos incentivos governamentais, possibilidades de expansão da produção de açúcar e etanol. Nesse sentido, a presente análise está centrada na compreensão da ocupação capitalista do Cerrado Goiano pelo agronegócio canavieiro, as principais políticas e programas de fomento à expansão dos empreendimentos, bem como a importância da água para a atividade canavieira por meio da discussão do agrohidronegócio.

Palavras-chave: Cerrado Goiano; agronegócio canavieiro; agrohidronegócio.

The Cerrado biome occupation through the sugarcane agribusiness

Abstract

The Cerrado biome has been constituted itself in the main axis of the agribusiness expansion. Since the decade of 1970, the region passed to be incorporated to the capitalist frontier of the agriculture, with a strong intervention of the state through the creation of special development programs as the Development of the Cerrados Program (known as POLOCENTRO in 1975), the Program of Japanese-Brazilian Cooperation for the Cerrado Development (known as PRODECER in 1978) and the Constitutional Reserve of Financing of the Brazilian Mid-West (known as FCO in 1988). The military governments promoted the conservative modernization in the Brazilian countryside, in the way that in the Brazilian Mid-West the main goal of the

¹ Pesquisa desenvolvida no âmbito do convênio British Council do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) Processo nº 201610267000034, com o projeto “The expansion of new frontiers for renewable energy: effects, conflicts and alternatives for populations of socio-environmental vulnerability”.

policies was to conceive the territorialization of the agricultural capital through the transformation of the large estates in rural enterprises and in the implantation of agricultural industries processor of grains, in a first moment, and, then, the viabilization of the basis for the consolidation of the grain and meat pair. However, the beginning of the 21st century is marked by the arrival of a new hegemonic actor of the agribusiness, compounded by the sugar and energy sector which glimpses in natural potentialities and in the governmental incentives the possibilities of expansion of the sugar and ethanol production. So, this analysis focuses in the comprehension of the capitalist occupation of the Cerrado biome in the state of Goiás by the sugarcane agribusiness, the main policies and programs of promotion of the enterprises, as the importance of the water for the sugarcane activity through the discussion of the agrihidrobusiness.

Keywords: Cerrado biome of the state of Goiás; sugarcane agribusiness; agrihidrobusiness.

La ocupación del Cerrado en Goiás por el agronegocio de caña de azúcar

Resumen

El Cerrado brasileño ha sido el eje principal de expansión del agronegocio. Desde la década de 1970, la región se incorporó en la frontera capitalista de la agricultura, con una fuerte intervención del Estado a través de la creación de programas especiales de desarrollo, tales como el Programa de Desarrollo del Cerrado (POLOCENTRO en 1975), el Programa de Cooperación Japonés-Brasileña para el Desarrollo del Cerrado (PRODECER en 1978) y el Fondo Constitucional de Financiación del Centro Oeste (FCO en 1988). Los gobiernos militares promovieron la modernización conservadora en el campo brasileño, de manera que en el Centro Oeste el principal objetivo de las políticas fueron proporcionar la territorialización del capital agrícola, por medio de la transformación de grandes propiedades en empresas rurales y en la instalación de agroindustrias de granos, en un primer tiempo, y más tarde la viabilidad de las bases para la consolidación del binomio granos y carnes. Sin embargo, el cambio de siglo está marcado por la llegada de un nuevo actor hegemónico del agronegocio, integrado por la industria de la caña de azúcar que ve el potencial natural y los incentivos del gobierno, las posibilidades de expansión de la producción de azúcar y etanol. En este sentido, el presente análisis se centra en la comprensión de la ocupación capitalista del Cerrado en Goiás por el agronegocio de caña de azúcar, las principales políticas y programas de incentivos para la expansión de las empresas de caña de azúcar, así como la importancia del agua para la industria de la caña de azúcar a través de la discusión del *agrohídronegocio*.

Palabras clave: Cerrado en Goiás; agronegocio de caña-de-azúcar; *agrohídronegocio*.

Introdução

A intensificação do processo de incorporação capitalista do Cerrado brasileiro foi impulsionada a partir da década de 1950 como desdobramento da “tríplice aliança” representada pela concertação de interesses entre o capital internacional, o capital nacional e o Estado brasileiro. Inicialmente, a expansão horizontal do capital esteve vinculada ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek que teve como sustentáculo a construção de Brasília e a implementação do Plano Rodoviário Nacional que se materializou com a construção de uma rede de rodovias que interligaram a nova capital às demais regiões do país.

Posteriormente, a partir de 1964, sob o controle dos governos militares, o Estado formulou e implementou uma série de programas e políticas especiais que resultaram na expansão horizontal e vertical da agricultura em bases empresariais, contribuindo para a espacialização – notadamente desigual - do pacote tecnológico da Revolução Verde.

O Cerrado possui um papel singular na territorialização do capitalismo brasileiro. Tal processo foi amalgamado por uma metamorfose material e simbólica da importância desta porção territorial para o capitalismo agrário. A concepção de *bioma* em sua acepção ecológica designava o Cerrado por seus solos caracteristicamente pobres (para fins econômicos) e vegetação esparsa.

De certo modo, tal concepção legitimou a incorporação de tecnologias para a expansão da agricultura moderna sem grandes “prejuízos” por estar propiciando a territorialização do “progresso” para a região. As transformações decorrentes deste processo de alteração da dinâmica produtiva regional têm suscitado uma série de interpretações no âmbito de diferentes ciências em torno das relações estabelecidas entre a natureza e a sociedade a partir do conceito de bioma.

No caso da Geografia, a importação deste conceito tem sido utilizada, via de regra, para analisar o Cerrado, a partir de certo determinismo ambiental, isto é, a natureza como determinante das condições sociais, recaindo numa característica que é nuclear do pensamento positivista: separar a sociedade das condições naturais. Todavia, para não inverter o erro na direção oposta, criando uma espécie de determinismo sociológico, torna-se necessário criar uma interpretação integrada deste processo, conforme os esforços empreendidos entre outros por Chaveiro e Calaça (2011) que procuram compreender o Cerrado para além do bioma, ou seja, como um território, portador de elementos naturais, econômicos, sociais, políticos e culturais.

Diante desse processo, busca-se no presente estudo analisar a complexidade inerente a etapa recente de uso e ocupação do Cerrado - notadamente no estado de Goiás - a partir das disputas territoriais que vêm sendo desencadeadas entre setores hegemônicos do agronegócio, sobretudo pelo setor canavieiro que vem se territorializando progressivamente a partir do Programa Nacional do Alcool – Proálcool – na década de 1970, e mais intensamente durante a década de 2000, a partir do Plano Nacional de Agroenergia.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica acerca do agronegócio canavieiro; levantamento de dados e informações de fontes secundárias junto à órgãos oficiais como Instituto Mauro Borges da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), União de Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), bem como demais portais especializados em agronegócio canavieiro. Além disso, foram

realizadas diversas visitas técnicas nas principais regiões hegemônicas pelo agronegócio canavieiro para obtenção de dados e informações qualitativas.

O artigo está dividido em duas seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são apresentados os pressupostos da ocupação capitalista do Cerrado goiano, com destaque para o papel primordial desempenhado pelo Estado por meio de programas especiais de desenvolvimento regional como o Polocentro e o Prodecet. Na segunda seção são realizadas as análises acerca da expansão recente do agronegócio canavieiro no estado de Goiás, salientando as estratégias de apropriação dos recursos naturais, notadamente da terra e da água por meio do agrohidronegócio e as disputas territoriais entre atores hegemônicos do agronegócio canavieiro e o complexo de grãos e carnes.

Pressupostos da ocupação capitalista do Cerrado goiano

O Cerrado brasileiro, majoritariamente localizado na região Centro-Oeste, composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o Distrito Federal (figura 1), teve a sua dinâmica profundamente alterada a partir da construção de Brasília na década de 1950 e a implantação de programas e políticas especiais de expansão da agricultura moderna em moldes capitalistas.

Figura 1: Área original do Bioma Cerrado



Fonte: Instituto Cerrado e Sociedade – ICS

Um conjunto de programas e políticas públicas nacionais consorciadas com instituições de países da área *core* do capitalismo, a partir do incremento de ciência, tecnologia e saber importados e por meio de subsídios e organização de logística pelo Estado brasileiro, foram tecidas como estratégias geopolíticas, ideológicas e econômicas para transformar o *bioma* num território produtivo (INOCÊNCIO, 2010).

Desse modo, foram elaborados vários programas de desenvolvimento para região Centro-Oeste, inserida nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's):

Tais programas contaram com o apoio de importantes instituições federais e regionais, destacando-se dentre elas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Banco do Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO (HESPANHOL, 2000, p. 14).

A análise destes programas demonstra claramente os interesses aos quais esteve submetida a intervenção estatal: criar as condições materiais para a implantação e consolidação do capital privado na região Centro-Oeste, seja por meio dos atores sociais responsáveis diretamente pela produção – na figura dos grandes produtores de grãos –; seja por meio da indústria produtora de máquinas e insumos para a agricultura; seja por meio da agroindústria processadora, o que pode ser visualizado na formação dos Complexos Agroindustriais na região.

No estado de Goiás, a ação estatal foi mais decisiva para a alteração da estrutura produtiva da agricultura, a partir da década de 1970 com a criação dos programas especiais de desenvolvimento do Cerrado no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's). Dentre os programas especiais de desenvolvimento se destacam o Polocentro e o Prodecer.

O Polocentro (Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1975 no âmbito do I PND tinha como objetivo incorporar 3,7 milhões de hectares da região do Cerrado no período entre 1975 e 1979 que deveriam ser ocupados pelas lavouras, pastagens e reflorestamento (1,8 milhões ha. para lavouras, 1,2 milhões ha. para pastagens e 700 mil ha. para reflorestamento). Contudo, no período em questão o programa possibilitou a incorporação de 8,2 milhões de hectares dos quais 70% foram destinados para formação das pastagens e 23% para as lavouras conforme salientam Shiki (1995) e Hespanhol (2000).

O Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) foi idealizado a partir de 1974 pelos governos do Brasil e do Japão no âmbito do II PND e pode ser considerado o principal programa viabilizador da incorporação produtiva do Cerrado pelo capital nacional e estrangeiro por meio do forte subsídio estatal.

Conforme Inocêncio (2010, p. 290) o programa cumpriu três papéis fundamentais: i) o desenvolvimento da fronteira agrícola na região do Cerrado, abrangendo extensas áreas; ii) o aumento da oferta internacional de alimentos e iii) desenvolvimento num período de longa duração das estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial.

O Prodecir impulsionou a expansão da soja no Cerrado em aproximadamente 345 mil hectares a partir do estímulo de produtores médios, organizados em cooperativas para ampliar a capacidade de obtenção de recursos e assimilação de tecnologias modernas, sendo desencadeado em três etapas: “[...] 1980 em terras do Estado de Minas Gerais; em 1987, expande-se para Goiás, Mato Grosso, Bahia e Mato Grosso do Sul, além de incorporar novas áreas de Minas Gerais, em 1995 é implantado no Estado de Tocantins e Maranhão” (INOCÊNCIO, 2010, p. 29).

A análise desses programas demonstra claramente os interesses aos quais esteve submetida à intervenção estatal: criar as condições materiais para a implantação e consolidação do capital privado na região Centro-Oeste, seja por meio dos atores sociais responsáveis diretamente pela produção – na figura dos grandes produtores de grãos –; seja por meio da indústria produtora de máquinas e insumos para a agricultura; seja por meio da agroindústria processadora, o que pode ser visualizado na instalação e consolidação dos Complexos Agroindustriais.

No que concerne ao papel destes programas governamentais, Inocêncio e Calaça (2010) salientam que,

[...] o POLOCENTRO e o PRODECER são os que assumem maior importância como elemento capaz de sustentar a tese de que o Estado é o principal ordenador territorial e foi o mais importante elemento da incorporação do Cerrado ao circuito produtivo capitalista nacional e internacional. (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2010, p. 285).

Deste modo, aliaram-se os incentivos federais previstos pelo SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) e os programas especiais de incorporação do Cerrado para transformar cooperativas em agroindústrias processadoras, lançando as bases para a formação do Complexo Agroindustrial de Grãos já em meados da década de 1980. No Sudoeste de Goiás, por exemplo, a fundação da Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) coincide com o ano de implantação de um dos polos de desenvolvimento do Polocentro no município de Rio Verde-GO.

A constituição do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO²) atrelada aos incentivos fiscais propiciados pelo estado de Goiás, como o Fundo de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar³) e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir⁴) propiciaram condições excepcionais para a atração de investimentos provenientes de outras regiões do Brasil e do mundo, tanto para o setor agrícola, quanto para a indústria, tendo em vista que suas linhas de incentivo estiveram orientadas para três grandes grupos de segmentos industriais: 1) processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações; 2) química, farmacêutica e automobilística, com a tentativa de diversificação da economia; 3) setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis, com objetivos de promover o adensamento de suas cadeias produtivas (ROMANATTO *et al*, 2012).

No que concerne diretamente à atividade canavieira no Brasil, pode-se citar alguns contextos importantes de expansão da produção de cana-de-açúcar e dos empreendimentos canavieiros. Na década de 1930 o acúmulo de diversas transformações na ordem político-econômica nacional desencadeia uma mudança do viés agrário exportador para o urbano industrial. Neste sentido, o eixo espacial do desenvolvimento econômico capitalista passa a se concentrar na região Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste ínterim, o antigo sistema de engenho nordestino entra em decadência passando a se estruturar em novos moldes, agora com o estímulo à produção do álcool devido aos primeiros experimentos da utilização deste produto como combustível. A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933 estruturou as condições para o aumento da produção alcooleira nacional, por meio de financiamentos de destilarias atreladas às usinas de açúcar.

Na década de 1970, com as duas crises internacionais do petróleo, o Estado brasileiro incrementa a produção de álcool com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) em 1975. Sua criação esteve circunscrita aos interesses dos usineiros nacionais, que diante do aumento do preço daquele combustível fóssil, vislumbram o fortalecimento do álcool como um combustível alternativo. Estava então lançada a base para a concretização de uma *agricultura energética* nacional com a regulamentação de um percentual de mistura do álcool à gasolina, que vai ganhar mais destaque com a produção dos veículos com a tecnologia bicomcombustível (*flex fuel*) (SILVA; MIZIARA, 2011).

² O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro.

³ Lei 9.489, de 19 de julho de 1984.

⁴ Lei 13.591, de 18 de janeiro de 2000.

Castro (2013)⁵ analisa o setor canavieiro no Brasil a partir de três fases distintas:

1) 1975 a 1987: constituída pela criação do Proálcool, resultando na rápida expansão da produção de álcool e redução da produção do açúcar, considerando que a produção deste combustível era um objetivo central desta política pública em virtude da crise internacional do petróleo;

2) 1988 a 2000: esta fase é caracterizada pela crise do setor com desregulamentação incorrendo em certa estagnação, com oscilações para o etanol, e ligeiro crescimento para o açúcar, com pequeno aumento da produção de ambos no período. Tal fato acarreta inclusive, a desconfiança generalizada entre os consumidores e a própria indústria automobilística em depender do álcool enquanto combustível;

3) 2000 a 2011: fase caracterizada pela transição (difusão da tecnologia *flexfuel*) com a criação do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011). Tal processo acarreta um novo incremento da atividade, com o crescimento da produção tanto do etanol quanto do açúcar, com destaque para produção do combustível que desde 2004 tem apresentado crescimento superior da área plantada em relação ao açúcar.

A partir dos anos 2000, a demanda por fontes alternativas ganha um novo impulso, agora não somente em função das oscilações do preço do petróleo no mercado internacional, mas também pelo crescente debate acerca do suposto aquecimento global decorrente da emissão dos gases tóxicos como o dióxido de carbono liberado da combustão de combustíveis fósseis.

Estima-se que a demanda global de terras para os biocombustíveis irá subir de 24 milhões de ha para 100 milhões de ha em 2050 (Agência Internacional de Energia) e a USDA prevê o Brasil como o segundo maior fornecedor mundial de etanol do mundo (35% da oferta, atrás de EUA 37%), para captar 25% deste mercado global em expansão. Neste cenário, a busca mundial por energias renováveis “recolocou o Brasil, em geral, e o Cerrado, em particular, no mapa produtor de *commodities* agrícolas exportáveis” conforme destacam Sauer e Pietrafesa (2012). Essa condição favorável de mercado tem sido traduzida como uma generosa assistência de crédito do governo e favorável mudança política, incluindo desregulamentação e fracas proteções ambientais que caracterizam a segunda fase da expansão territorial das empresas mais bem sucedidas e cada vez mais controladas por multinacionais.

Em outras palavras, a disponibilidade e estoque de recursos naturais como água e solo, os custos de produção relativamente baixos (40% dos EUA no custo por litro de etanol)

⁵ Análises apresentadas pela Profa. Dra. Selma Simões de Castro no I Workshop sobre *A expansão da agroindústria canavieira em Goiás–Brasil: efeitos socioambientais e precarização do trabalho no campo*, realizado no dia 10 de dezembro de 2013, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

e um setor adequadamente desregulado, coloca o Brasil numa centralidade ímpar na geopolítica internacional de fontes alternativas de energia e abriga atualmente uma abundância de grandes nomes internacionais na indústria do automóvel, alimentos e combustível (Toyota, Cargill, Mitsubishi, Hyundai, Monsanto, Syngenta, Shell, Petrobras, BP).

Cada uma tem com seus reconhecidos certificados internacionais de qualidade de produto, 'sustentabilidade ambiental' na busca por maior acesso ao mercado internacional (OLIVEIRA, 2016) enquanto aumenta de forma significativa a competição por terras mais adequadas. No estado de São Paulo onde se abriga 62% da indústria de açúcar e etanol do país, está previsto um aumento de 46% na plantação de de cana-de-açúcar entre 2009-2020, conforme informações disponibilizadas pelo portal de notícias do agronegócio *Brasil Agro*. Tal processo tem redundado no aumento do preço da terra que poderá dobrar em 10 anos. Associado ao "estoque" de terras mais baratas em outras regiões do país, a tendência é de que as empresas busquem novos territórios para a expansão.

Nos planos de transporte do Programa do Governo Federal de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2007 e Plano Nacional de Viação (PNV 2008), Castillo *et al.* (2011) observam o uso do planejamento de inspiração militar e logística operacional por parte do governo e grandes empresas envolvidas na comercialização, industrialização e exportação de produtos agrícolas para promover infraestrutura, planejamento e "competências operacionais que lhe conferem fluidez e competitividade para as cadeias de abastecimento ou aos circuitos espaciais produtivos" (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Por isso, o novo sistema ferroviário foi planejado para superar as ineficiências do transporte que prejudicou o desenvolvimento de regiões do interior do Brasil e para criar ferrovias do agronegócio nas áreas recentemente ocupadas pela agricultura intensiva para os portos e mercados mais importantes do país. Daí, a consolidação das divisões territoriais de produção.

A velocidade com que novas terras têm sido colocadas em produção e incorporadas na economia nacional e internacional, tem superado todas as tendências espaciais e temporais de desenvolvimento fronteiriço (HOGAN *et al.*, 2009). Tradicionais cinturões produtivos têm sido desenvolvidos em regiões competitivas especializadas, novas fronteiras agrícolas mais modernas têm sido abertas e a parceria público-privada da organização logística tem assistido à circulação e ao transporte de bens orientados para o mercado (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

A produção do território goiano pelo agronegócio canavieiro e o agrohidronegócio

O agronegócio canavieiro atualmente é um dos principais signos desse setor produtivo, pois possui a produção agrícola altamente tecnificada, com a presença de insumos,

implementos agrícolas, maquinários altamente modernos, além do processamento industrial da cana, com a produção, em suas várias formas, de açúcar (VHP, cristal, refinado K, orgânica), etanol (anidro, hidratado, em gel) e energia (pela biomassa da cana: bagaço e palha). Bem como todas as relações que se antecipam e que finalizam esse sistema, como as relações de circulação, transporte, logística, fomentos, mercado e consumo, enfim, as relações capitalistas e de poder envolvidas nesse processo.

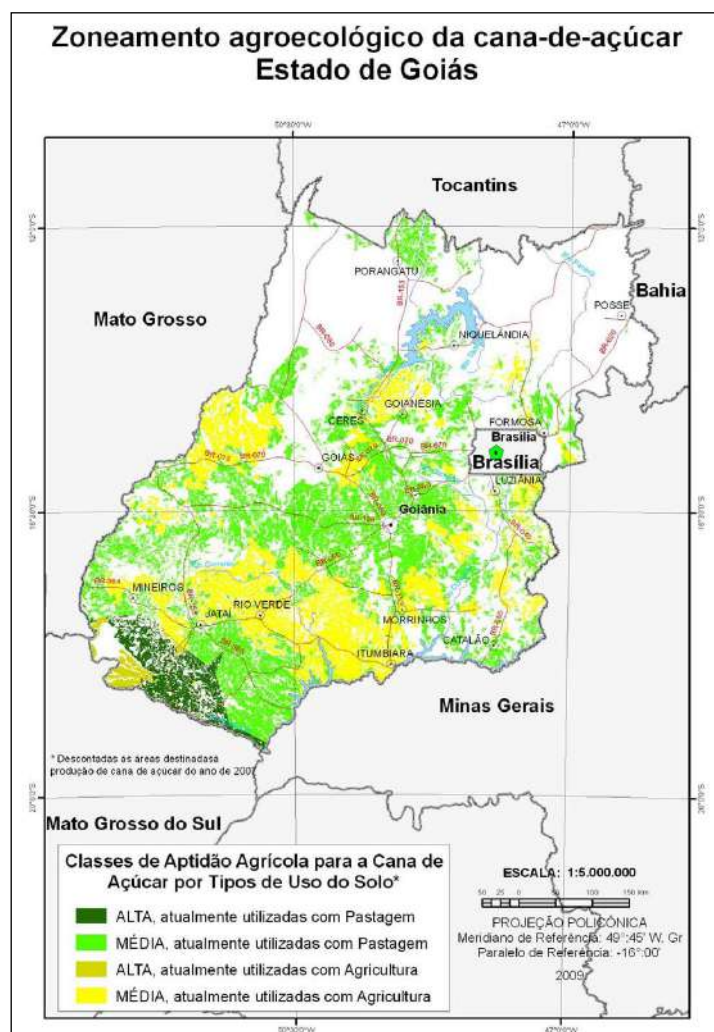
Como mencionado, a expansão canavieira para o estado de Goiás teve seu primeiro marco durante a década de 1970. Com os incentivos do Proálcool algumas destilarias foram implantadas no estado, dando início à territorialização da cana-de-açúcar. Contudo, foi em meados dos anos 2000 que houve um verdadeiro *boom* canavieiro no estado, fruto do Plano Nacional de Agroenergia e do contexto nacional e internacional de bioenergia.

No ano de 2005 havia 14 usinas em operação em Goiás, com uma produção de 15.642.125 toneladas (t) de cana-de-açúcar. No ano de 2007, já sob a expectativa dos incentivos do Plano Nacional de Agroenergia, havia 18 usinas em operação e aproximadamente 30 usinas em processo de avaliação. É importante ressaltar, que nesse contexto, o estado de Goiás foi visto como área de relevante interesse para a implantação de novos empreendimentos e expansão da cultura canavieira, sobretudo, por fatores econômicos, ambientais e logísticos.

O estado de Goiás possui posição geográfica estratégica, razoável infraestrutura implantada e terras mais baratas se comparado ao estado de São Paulo (maior produtor nacional de cana), além de possuir, em sua maioria, solos e clima favoráveis ao cultivo canavieiro, além de uma área extensa do território goiano estar em áreas de chapadas, o que facilita a inserção de maquinários para plantio e colheita da cana-de-açúcar.

No ano de 2009, foi realizado pela Embrapa (solicitado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA) o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar. Ao excluir Áreas de Preservação Permanente, observou-se que o estado de Goiás apresenta somente áreas com alta e média aptidão agrícola para a produção canavieira (por classes de uso do solo), não existindo nenhuma área com baixa aptidão. A figura 2 mostra o zoneamento agroecológico da cana para Goiás.

Figura 2: Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar para Goiás



Fonte: Embrapa, 2009.

Atualmente, segundo dados do Instituto Mauro Borges da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (IMB/SEGPLAN, 2017) existem 35 usinas canaveiras implantadas e em funcionamento em Goiás, três usinas com atividades suspensas temporariamente (Vale Verde Itapuranga – Grupo Farias no município de Itapuranga; Usina Serra do Caiapó em Montividiu e Usina São Paulo no município de Porteirão), duas usinas em processo de implantação (Nardini Agroindustrial Ltda. no município de Aporé e SMBJ Agroindustrial S/A no município de Bom Jesus de Goiás) e um projeto de usina para implantação no município de Rio Verde (Rio Verde Indústria de Álcool).

A tabela 1 mostra dados do número de usinas em funcionamento, bem como os dados de produção canaveira - de etanol e açúcar - para Goiás, entre os anos 2005 a 2015. Por meio da observação desses dados, verifica-se que a quantidade de usinas mais que

dobrou no intervalo de dez anos e a produção de cana, assim como de etanol e açúcar, cresceu consideravelmente ao longo do tempo, salvo pequenas oscilações.

Tabela 1: Destilarias em operação e produção de cana de açúcar, etanol e açúcar – 2005 – 2015, no estado de Goiás

Ano	Destilarias/ Usinas	Produção Cana de açúcar (t)	Etanol (mil litros)	Açúcar (t)
2005	14	15.642.125	728.979	749.838
2006	15	19.049.550	821.616	766.322
2007	18	22.063.677	1.213.733	952.312
2008	28	33.041.559	1.922.414	1.247.039
2009	35	43.666.585	2.196.179	1.384.081
2010	36	47.733.283	2.895.998	1.798.457
2011	34	54.903.085	2.675.292	1.752.398
2012	38	53.915.572	3.130.577	1.875.260
2013	37	69.307.411	3.887.830	1.890.648
2014	37	69.377.930	4.226.854	1.997.114
2015*	35	70.412.725	4.678.570	1.892.230

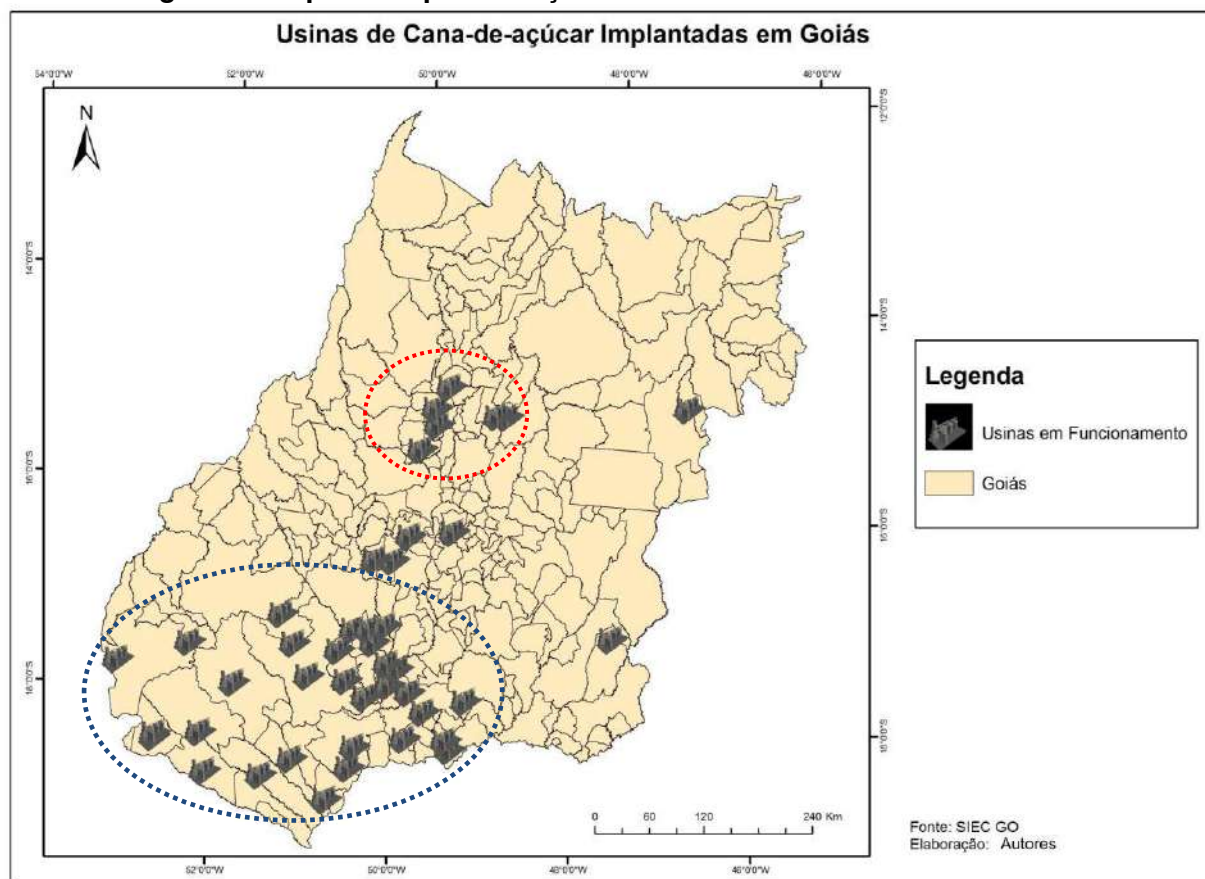
* Posição em 2016

Fontes: SIFAEG para etanol e açúcar; IBGE para cana-de-açúcar.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

A maioria das usinas implantadas em Goiás está geograficamente instalada num eixo norte – sul – sudoeste do estado, como pode ser observado na figura 3. Esta lógica de espacialização também está associada à malha viária implantada nesse eixo, com destaque para a BR-153 que corta o estado de Goiás, de norte a sul, o que facilita logística e financeiramente o escoamento e a circulação da produção.

Na figura 3 destaca-se duas áreas pontilhadas, as quais representam, em azul, a região sudoeste de Goiás e, em vermelho, a região de Ceres. O sudoeste goiano é, sem dúvida, a região do estado de Goiás que apresenta maior dinamismo econômico relacionado ao agronegócio, sobretudo, para a produção de grãos e proteína animal e, mais recentemente, cana-de-açúcar. Um dos principais conflitos regionais, refere-se a disputa territorial entre cultivos, e também áreas de pastagens, como é o caso do município de Quirinópolis, no qual a área de produção de cana-de-açúcar aumentou 650% entre os anos de 2006 e 2009, na medida em que o cultivo de arroz declinou 70% e da soja 16%, como bem explicitou Arrais (2013).

Figura 3: Mapa da espacialização das usinas canaveiras de Goiás

Fonte: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO – Goiás em Dados, 2017.

Ainda no sudoeste goiano, o caso do município de Rio Verde foi emblemático. No ano de 2006, no auge da expansão canaveira, o poder público municipal limitou a produção de cana, por meio da Lei Complementar nº 5.200/2006, em até 50 mil hectares, ou seja, 10% do território do município, com a justificativa de a produção canaveira ameaçar uma cadeia produtiva já consolidada, que é todo complexo de grãos e carnes territorializada no município.

Nesse caso ocorrido em Rio Verde, ficaram evidentes as disputas territoriais entre o capital sojicultor (e todo o complexo grãos-carne), já dominante até então em Rio Verde, e o capital canaveiro, que naquele contexto surgia com intensidade e rapidez sem precedentes. Menos de dois anos depois, a Lei Complementar nº 5.200/2006 foi revogada pelo Tribunal de Justiça de Goiás, que considerou essa Lei inconstitucional, com o argumento de que a imposição de limites à propriedade é atribuição da União e não do poder local. E, naquele contexto, a expansão canaveira era tema de interesse nacional e internacional, com o país em pleno destaque na produção de biocombustíveis, sobretudo o etanol. A soja continua sendo a principal cultura em Rio Verde, mas o capital sojicultor e canaveiro ainda se encontra em disputa territorial e conta com pesados investimentos privados e do Estado (e em sintonia

com o mercado financeiro), já que o município possui uma usina em operação – a Usina Decal e um projeto de implantação da Usina Rio Verde Indústria de Álcool.

Outra região que se destaca na produção canavieira em Goiás é a região de Ceres, como pode ser verificado na figura 3, destacada com a linha pontilhada em vermelho. Essa região, diferente do sudoeste de Goiás, já possuía usinas implantadas desde o final da década de 1960/70, a partir do contexto do Proálcool.

Para compreender o agronegócio canavieiro é necessário passar pela discussão do que está sendo denominado de *agrohidronegócio*. Antes disso, é salutar ponderar a utilização da noção de agronegócio *canavieiro* ao invés da terminologia usual que tem denominado este setor produtivo como *sucroenergético*. Tal opção está circunscrita à demarcação teórico-político-ideológica para desmistificar o setor, conforme defendido por Carvalho (2017):

Em outras palavras, trata-se de uma tática conceitual, em construção⁶, de se admitir o conceito como um posicionamento crítico à ideia de um setor plural e produtivo – discurso admitido pelos atores hegemônicos. Por isso, preferiu-se não denominar de “agronegócio sucroenergético ou sucroalcooleiro”, destacando a dimensão da monocultura e os seus efeitos socioespaciais (CARVALHO, 2017, p.17-18).

Deste modo, utilizando a noção de agronegócio canavieiro, nos propomos a contribuir com a construção teórica do conceito de *agrohidronegócio*, cunhado por Mendonça e Mesquita (2007) e, posteriormente, aprofundado por outros autores, com destaque para as pesquisas de Thomaz Júnior. Segundo Mendonça (2015), a terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens públicos, conforme as necessidades humanas.

Thomaz Júnior (2017) salienta que compreender,

“[...] de forma articulada a luta pelo acesso à terra (áreas planas, férteis, baratas e com logística compatível) e à água (superficial e subterrânea), além da gestão de recursos hídricos, tem-nos possibilitado abordar a monopolização da terra – com a manutenção/intensificação da trajetória latifundista – e a degradação ambiental e do trabalho” (p. 2).

⁶ No desenvolvimento da dissertação intitulada Os efeitos do agronegócio canavieiro e da mobilidade espacial do trabalho no centro-norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011), Jéssyca Tomaz de Carvalho iniciou a demarcação teórico-política-ideológica no âmbito da agenda de pesquisa que vem sendo desenvolvida no TRAPPU/IESA/UFG (Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas) que é ligado à Rede CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho). Na mesma perspectiva vem sendo desenvolvida a tese de doutorado de Pedro Dias Mangolini Neves, intitulada Terra, energia e espoliação: efeitos socioespaciais do agronegócio canavieiro no território goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011). A proposta é desnudar a matriz discursiva ancorada na questão energética limpa e alternativa que paira sobre o agronegócio canavieiro no bojo da questão dos biocombustíveis, que por coerência designamos como agrocombustível.

Outrossim, para a implantação das agroindústrias canavieiras alguns elementos são fundamentais, porém em termos geoambientais, talvez o mais importante seja a disponibilidade de água. Neste sentido é importante não atribuir a territorialização do agronegócio canavieiro somente referente ao acesso a terra, mas também ao acesso e controle da água.

Sabe-se que o solo e o relevo são fatores importantes para implantação das usinas, mas não decisivos. Para exemplificar essa afirmação, pode-se citar, no estado de Goiás, a cana produzida em “areia” (Neossolos Quartizarenicos) pela Energética Serranópolis, no município de Serranópolis (Sudoeste de Goiás) ou mesmo o corte manual, que ainda é realidade, nas usinas da região de Ceres, devido a topografia mais acidentada que as áreas de Chapadas do Sudoeste de Goiás (para a colheita mecanizada são necessários, geralmente, áreas com declives em até 12%).

Diante disso, pode-se afirmar que a disponibilidade hídrica é um fator decisivo para a implantação das usinas, pois sem água é impossível alimentar o agronegócio canavieiro. Primeiramente, a água é fundamental para o desenvolvimento da planta (irrigação), pois em condições de déficit hídrico, há redução do crescimento radicular da cana-de-açúcar, assim a produtividade pode ser reduzida significativamente, mesmo em solos mais férteis. Além disso, a água tem papel fundamental no setor industrial das usinas. Durante a lavagem da cana colhida e levada para o processamento industrial são utilizados cerca de 2.000 a 7.000 litros de água por tonelada de cana. Também durante a produção de etanol e açúcar são utilizadas quantidades significativas de água, dentre outras funções, o resfriamento dos aparelhos da destilaria, por exemplo.

Thomaz Júnior (2010) traz à discussão o conceito de “Polígono do Agrohidronegócio” referindo-se principalmente ao oeste de São Paulo, leste de Mato Grosso do Sul, noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e sul-sudoeste de Goiás. Essa demarcação territorial contempla diferentes formas de agronegócio, com predomínio das culturas de soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar, sendo a área com maior área plantada de cana-de-açúcar do Brasil, bem como de empreendimentos implantados e produção de açúcar e etanol.

Ainda para esse autor, para o sucesso do empreendimento é necessário a garantia de acesso a água, seja superficial (rios, reservatórios e lagos) e/ou subterrânea. Na área do “Polígono do Agronegócio” estão os principais Aquíferos do Brasil, com destaque para o Aquífero Guarani. A discussão do agrohidronegócio é uma questão estratégica e geopolítica muito importante. Dispor de água, dentro da expansão do agronegócio canavieiro é dispor de condições fundamentais para a territorialização do capital canavieiro. Assim, a expansão do capital canavieiro não se restringe à incorporação de novas áreas para o aumento da

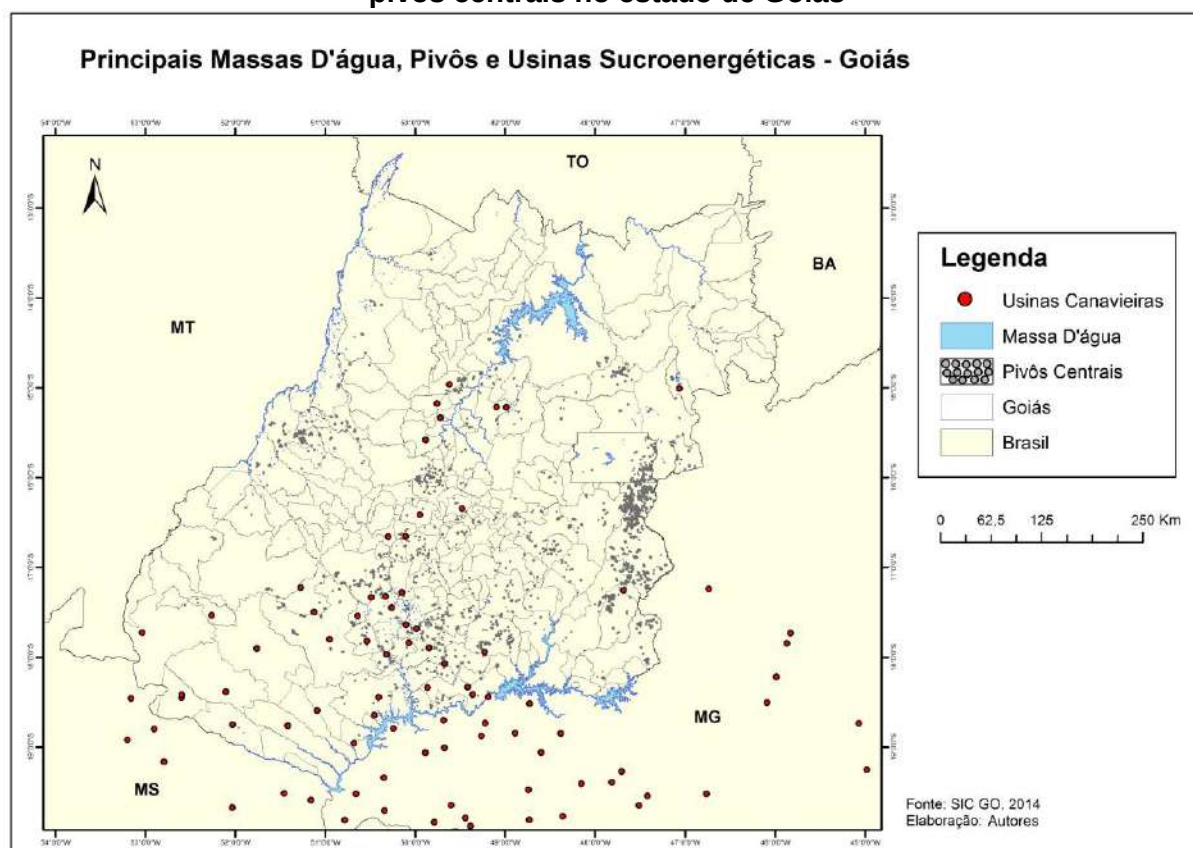
produção, mas também na busca pela água que seja de boa qualidade e que possa atender as necessidades hídricas dessa cultura (FREITAS; CLEPS JÚNIOR, 2012).

O acesso e controle da água são importantes não somente para a territorialização das usinas canavieiras. Outra discussão importante refere-se a “drenagem” e comercialização da água indiretamente, por meio da exportação de grãos, carnes e açúcar (e da grande quantidade de água contida no processo de plantio e produção), do Brasil para os países hegemônicos. Essa reflexão é crucial, tendo como expoente na Geografia, Porto-Gonçalves. Para o autor,

[...] Os conflitos quanto aos usos da água tendem, portanto, a se aguçarem no contexto de relações sociais e de poder desiguais que caracteriza o mundo contemporâneo. É preciso ficar atento porque, quanto à água, não será necessariamente sob forma de aquedutos ou de navios que veremos a água ser drenada das regiões e países periféricos para as regiões e países hegemônicos e, sim, pelo volume de grãos e de matérias semi-industrializadas numa geografia desigual dos proveitos para uns e dos rejeitos para a maioria (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 198).

A figura 4 mostra as principais massas d’água no estado de Goiás, os pivôs centrais e as usinas implantadas. Observa-se que as usinas estão concentradas em áreas com influência direta das bacias do Paranaíba (sul-sudoeste goiano) e Tocantins (região de Ceres). Observa-se também, por meio da figura 4, uma quantidade relevante de pivôs centrais, sobretudo nesse eixo de implantação das usinas canavieiras (eixo norte-sul do estado) e também na porção leste do território goiano, mas neste caso, a relação é direta com a produção de grãos, especialmente soja e milho, na região do município de Cristalina.

Figura 4: Espacialização das usinas canaveiras, as principais massas d'água e os pivôs centrais no estado de Goiás



Essa reflexão vem somar à discussão que geralmente é feita para se entender a territorialização canaveira em Goiás. É importante considerar outros aspectos além da topografia e malha viária, que também são importantes, mas não únicos na estratégia de implantação do agronegócio canaveiro. A questão da água hoje é fundamental, é um elemento estratégico e geopolítico no agronegócio brasileiro, por isso a importância em se considerar os estudos sobre o agrohidronegócio, principalmente quando considerado a expansão canaveira, já que a água é um elemento fundamental para o plantio e processamento da cana-de-açúcar.

É importante considerar também que o complexo canaveiro pode causar sérios impactos no sistema hídrico superficial e subterrâneo, sobrecarregar os aquíferos, bem como contaminar os rios e lençol freático. Outro impacto inerente ao agrohidronegócio refere-se às disputas entre os capitalistas do agronegócio com os camponeses, que estão perdendo suas terras para o agronegócio. Os pivôs centrais são utilizados para irrigação de monoculturas para exportação, muitas veredas são destruídas e muitos rios represados pelos empreendimentos agroindustriais.

Thomaz Júnior (2008) esclarece que não se trata somente de se posicionar contrariamente às técnicas ou a própria dinâmica canaveira, mas sim à lógica capitalista que

estabelece pressupostos de utilização e funcionalidade da água (e demais recursos) sem as devidas precauções e responsabilidade socioambiental. É preciso garantir que os interesses capitalistas não sobressaiam aos interesses do desenvolvimento socioeconômico, e não simplesmente crescimento econômico, e para isso é fundamental o papel do Estado na fiscalização das leis propostas, além da execução de políticas e programas de inserção na dinâmica agrícola de alimentos dos camponeses, bem como o respeito a terra e demais recursos, tão necessários ao trabalho e a vida desses trabalhadores.

Considerações finais

A expansão da fronteira agrícola para o Cerrado brasileiro teve como marco principal a década de 1970, com o contexto da modernização da agricultura e os investimentos do governo brasileiro para o que denominavam de “desenvolvimento das áreas do Cerrado”, por meio de políticas e programas governamentais e massivos investimentos, sobretudo em terras agricultáveis, fertilização dos solos e infraestrutura. O resultado disso foi a expansão da fronteira agrícola para as áreas do Cerrado e, conseqüentemente, para o estado de Goiás, intensificando a produção agrícola, por meio de monoculturas, além da implantação de Complexos Agroindustriais, baseado primeiramente na produção e beneficiamento de grãos, e mais recentemente, carnes e cana-de-açúcar.

Para a territorialização do agronegócio canavieiro não se pode esquecer de dois contextos fundamentais: primeiro, o Programa Nacional do Alcool – Proálcool – criado no Brasil durante a crise mundial do Petróleo na década de 1970 e, mais recentemente, o Plano Nacional de Agroenergia, criado no Brasil em 2006. No contexto do Plano Nacional da Agroenergia, foi amplamente difundido que o Brasil tinha uma série de vantagens que o qualificavam a liderar a agricultura de energia e o mercado da bioenergia – o biomercado – em escala mundial e o mercado do açúcar (a exportação do etanol brasileiro ainda é muito incipiente). Com isso várias usinas foram propostas e muitas aprovadas para implantação em todo território.

Outra intervenção estatal recente, que deverá inaugurar uma nova fase de expansão e desenvolvimento do agronegócio canavieiro se deu com a promulgação da Lei nº 13.576/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de dezembro de 2017. Trata-se da nova Política Nacional de Biocombustíveis, batizada com a sigla *RenovaBio* que tem como objetivos principais: i) contribuir para o cumprimento do Acordo de Paris sob a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; ii) adequar a relação da eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e no uso de biocombustíveis; iii) promover a expansão da produção e uso de biocombustíveis

na matriz energética nacional; e iv) contribuir para participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis. (ANP, 2018). Dois aspectos se destacam na promulgação da referida lei: 1) o papel central do Estado no desenvolvimento do agronegócio em geral e canavieiro em específico; 2) a retomada do discurso de novas matrizes energéticas a partir da conversão da agricultura de produtora de alimentos em produtora de energias.

No caso do Plano Nacional de Agroenergia, é importante destacar que dentro de suas diretrizes, a expansão canavieira se daria em áreas de pastagens ou pastos degradados, contudo com sua efetivação foi verificada em áreas de produção agrícola, com algumas áreas de lavouras de alimentos sendo substituídas pela cana, e também áreas com soja, que é o principal produto agrícola exportado pelo Brasil, sendo substituídas.

A partir disso, o estado de Goiás se consolidou como um dos principais produtores de cana-de-açúcar do Brasil e apresenta um número relevante de empreendimentos canavieiros implantados. Segundo a CONAB (2017), Goiás ocupa a segunda posição em área plantada com cana no país (superando Minas Gerais e ficando atrás somente do estado de São Paulo)⁷. Possui 35 usinas canavieiras em funcionamento em Goiás, três usinas com a atividade suspensa temporariamente, duas usinas em processo de implantação e um projeto de implantação no município de Rio Verde.

Em Goiás, algumas regiões se destacam na produção canavieira e em empreendimentos canavieiros em funcionamento. Pode-se dizer que há um eixo preferencial de espacialização das usinas, que coincide com uma malha viária desenvolvida e disponível (principais BR's e GO's) e com as melhores terras agricultáveis no sul/sudoeste goiano. Como já exposto, há uma relação muito próxima à infraestrutura e a logística de transportes para escoamento da produção, bem como aos melhores solos e topografia plana, em relação ao sul-sudoeste de Goiás.

Além disso, a disponibilidade hídrica é fundamental para a territorialização das usinas canavieiras, sendo um elemento geopolítico muito importante, pois sem água é impossível a realização da dinâmica canavieira (plantio, irrigação, produção de etanol, açúcar e energia).

Desta forma, a discussão do conceito do agrohídronegócio, e por conseguinte a desmistificação do viés “energético” do agronegócio canavieiro, faz-se fundamental para entender a espacialização das usinas, já que a disponibilidade hídrica é condição fundamental

⁷ “A área cultivada com cana-de-açúcar que foi colhida e destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2014/15 é de 9.004,5 mil hectares, distribuídas em todas as Unidades da Federação produtoras. São Paulo permanece como o maior produtor com 52% (4.685,7 mil hectares) da área plantada, seguido por **Goiás com 9,5%** (854,2 mil hectares), Minas Gerais com 8,9% (805,5 mil hectares), Mato Grosso do Sul com 7,4% (668,3 mil hectares), Paraná com 7,1% (635 mil hectares), Alagoas com 4,3% (385,3 mil hectares) e Pernambuco com 2,9% (260,1 mil hectares). Essas sete Unidades da Federação são responsáveis por 92,1% da produção nacional. As outras 16 Unidades da Federação produtoras possuem áreas menores, totalizando 7,9% da área total do país”. (CONAB, 2017, p. 11. *grifo nosso*).

para a territorialização do capital canavieiro, além de revelar vários conflitos, como por exemplo, o polígono do agrohidronegócio estar sobre parcela considerável do Aquífero Guarani e a quantidade de água que é exportada junto aos produtos do agronegócio brasileiro (sobretudo, grãos, carnes, açúcar), que são exportados para os países estrangeiros hegemônicos.

Referências

ANP (Agência Nacional do Petróleo). Publicada lei do RenovaBio. Publicado: Quarta, 27 de dezembro de 2017. Atualizado: Segunda, 08 de janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/noticias/4226-publicada-lei-do-renovabio>>. Acesso em 18 de janeiro de 2018.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de. **Os efeitos do agronegócio canavieiro e da mobilidade espacial do trabalho no centro-norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

CASTILLO, R. A. et al. Logistics and intensive agriculture in the Cerrado: the new Brazilian railroad system. **Terrae**. Campinas Impresso, v. 8, 2011, p. 19-25.

CASTILLO, Ricardo A.; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3). 2010. p. 461-474.

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M. Por uma abordagem territorial do cerrado goiano. In: SAQUET, M. A. et al. (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO). **Perfil do setor do açúcar e do etanol no Brasil** /Companhia Nacional de Abastecimento. v. 1, Brasília: Conab, 2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (2009)**. Disponível em <www.embrapa.br/zoneamento_cana_de_açúcar>. Acesso em maio de 2014.

FREITAS, R.L.; CLEPS JÚNIOR, J. A Territorialização do Setor Sucroenergético e o Agrohidronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. In: **Revista Pegada**. Presidente Prudente, SP. vol. 13 n.1, junho/2012.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 22, p. 07-26: Associação de Geógrafos Brasileiros: Seção Local de Presidente Prudente, 2000.

IMB / SEGPLAN. Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado de Gestão de Planejamento de Goiás. **Goiás em Dados – 2016**. Goiânia: SEGPLAN, 2017.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as Tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. **Revista IDeAS**, v. 4, n. 2, p. 271-306, 2010.

MENDONÇA, M. R. As Transformações Espaciais no Campo e os Conflitos pelo Acesso a Terra e a Água: As Novas Territorialidades do Agrohídronegócio em Goiás. In: **Revista Pegada**. vol. 16, n. Especial, 2015.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O Agro-hidro-negócio no Cerrado Goiano: A Construção das (re)sistências. **Anais (...) II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e de Barragens**. Salvador, Bahia, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016

PORTO GONÇALVES, C. W. A Luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina. In: FERNANDES, B. M (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: A questão Atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ROMANATTO, E *et al.* O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões. **Conjuntura Econômica Goiana**. n. 22. Set/2012. Goiânia: IMB: SEGPLAN, 2012.

SILVA, A.; MIZIARA, F. Avanço do setor sucroalcooleiro e expansão da Fronteira Agrícola em Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical**. Goiânia, v. 41, n. 3, p. 399-407, jul./set. 2011.

THOMAZ JÚNIOR. Antonio. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohídronegócio. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 16 e16020, 2017.

THOMAZ JÚNIOR. Antonio. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma cruzada contra a fome e o agrohídronegócio. Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 9, p. 8-34, 2008.

Sobre os autores

Adriano Rogrigues de Oliveira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente - SP. Atualmente é vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER), pesquisador colaborador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) da FCT/UNESP-SP.

Lara Cristine Gomes Ferreira – Graduação Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é vice coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER),

Brian Garvey – Graduação pela Boston University; PhD em Geociências pela University of Sheffield. Atualmente é Professor da University of Strathclyde – Glasgow, Escócia.

Como citar este artigo

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristiane Gomes; GARVEY, Brian. A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 79-100, mai.- ago. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Adriano Rodrigues de Oliveira** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Lara Cristine Gomes Ferreira**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise; e o terceiro **Brian Garvey**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 23 de janeiro de 2018.
Devolvido para a revisão em 13 de fevereiro de 2018.
Aceito para a publicação em 16 de fevereiro de 2018.

De incêndios e especialização produtiva Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile

Silvia Beatriz Adoue

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Araraquara, São Paulo, Brasil
e-mail: sbadoe@hotmail.com

Resumo

O artigo trata dos incêndios acontecidos nas plantações florestais do Chile em janeiro de 2017. O contexto é de expansão do negócio exportador de celulose e de integração progressiva do território centro e sul do país à cadeia produtiva que, a partir de 1973, impõe crescente abandono das culturas destinadas à produção de alimentos para consumo interno ou mesmo para exportação. Essa configuração produtiva foi fomentada por meio de políticas de Estado. As comunidades mapuche, sua luta pela recuperação de território e suas práticas econômicas constituem uma fronteira material e ideológica a essa integração. Os incêndios, cujos prejuízos afetaram fundamentalmente os pequenos e médios produtores, revelam de maneira escancarada o caráter destrutivo da matriz produtiva exportadora, cujo viés extrativista se afirma sobre atividades econômicas agropecuárias que predominavam desde o período colonial.

Palavras-chave: agroindústria florestal; Chile; integração às cadeias produtivas; recuperações mapuche.

De incendios y especialización productiva Sobre el agronegocio forestal exportador en Chile

Resumen

El artículo trata de los incendios que ocurrieron en las plantaciones forestales de Chile en enero de 2017, en el contexto de la expansión del negocio exportador de celulosa y de integración progresiva del territorio centro y sur del país a la cadena productiva a partir de 1973 y el creciente abandono de las culturas destinadas a la producción de alimentos para consumo interno o inclusive para exportación. Esa configuración productiva fue fomentada por medio de políticas de Estado. Las comunidades mapuche, su lucha por la recuperación de territorio y sus prácticas económicas constituyen una frontera material e ideológica a esa integración. Los incendios, cuyos perjuicios afectaron fundamentalmente a los productores pequeños y medios, revelan abiertamente el carácter destructivo de la matriz productiva exportadora, cuya dimensión extractiva se afirma sobre actividades económicas agropecuarias que predominaban desde el período colonial.

Palabras-clave: Agroindustria forestal; Chile; integración a las cadenas productivas; recuperaciones mapuche.

Wildfires and production specialization About exporter forestry agribusiness in Chile

Abstract

This article deals with the wildfires in Chile occurred in January of 2017, within the context of the expansion of pulp export business, and the integration of Chile's central and southern territories into the production chain since 1973. Moreover, this article discusses it within the context of rising desertion of crops intended for food production, for domestic consumption, or

Rev. NERA	Presidente Prudente	ano 21, n. 43, pp. 101-126	Mai.-Ago./2018	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	----------------------------	----------------	-----------------

even to be exported. This configuration in the production was fomented by State policies. Mapuche communities, their struggle for territory recovery, and their economic practices constitute a material and ideological trench against this integration. The fires, which affected mainly small and medium-sized producers, reveal in a wide-open way the destructive feature of the export productive matrix, of which extractivist bias asserts itself over economic agricultural activities that have prevailed since the colonial period.

Keywords: Forestry agroindustry; Chile; integration into productive chains; Mapuche's recoveries.

Introdução

Na segunda metade de janeiro de 2017, uma onda de incêndios nas regiões do centro e sul de Chile resultaram em mais de uma dezena de mortos e destruição de quase 300 mil ha. O desastre aviva o debate sobre o agronegócio florestal no país e as políticas públicas que integraram pequenos e médios produtores à cadeia produtiva exportadora de celulose.

A história de médio prazo nos informa da reforma agrária que, com diferentes programas, foi impulsionada no país de 1964 a 1973, e a contrarreforma agrária operada pela ditadura instalada a partir do golpe militar de 1973. O governo do general Augusto Pinochet marcou tanto a estrutura fundiária como a nova dinâmica exportadora, que foi aprofundada pelos governos civis que lhe seguiram.

A cadeia produtiva florestal altera a região ao substituir a mata nativa, rica em alimentos, com os cultivos de grãos e as atividades horti-fruti-granjeiras. Mas também afeta os recursos hídricos antes disponíveis em abundância, seja destinando-os às plantações de *pinus* e eucaliptos, seja pela sua utilização para geração de energia ou ao processo industrial para geração de pasta de celulose. O espaço costeiro e marítimo também se vê alterado pela infraestrutura viária e de portos para a logística de transporte da madeira para processamento e para o escoamento da produção para o mercado internacional, respectivamente.

A nova configuração do capital em escala planetária e a integração otimizada do território a tal configuração que as políticas do Estado chileno propicia comportam também a salvaguarda dos investimentos por meio de seguros que protegem os lucros das empresas que comandam a cadeia das flutuações do mercado internacional. No contexto das ameaças protecionistas do novo governo dos EUA, os seguros contra incêndios têm compensado perdas preservando a manutenção das taxas médias de lucro para as grandes operadoras transnacionais.

A ascensão das lutas das comunidades mapuche para retomar seu território a partir da década de 1990 vai consolidando a resistência ao modelo exportador ao sul do rio Bío Bío, não apenas do ponto de vista espacial. As recuperações de território vão acompanhadas de

uma ação programática, que constrói bases materiais, e ideológicas, que conclama os chilenos para um projeto alternativo ao avanço do capital.

Neste trabalho, pretendo discutir essas questões começando por um breve histórico da questão agrária no Chile que, a traços grossos, assinale a dinâmica dos projetos agrários e as possibilidades que o país experimentou desde 1964. Num segundo momento, apresento o desenvolvimento da cadeia produtiva exportadora de celulose e as políticas públicas que o impulsionaram. Depois faço um breve histórico do processo que desemboca na resistência mapuche a partir dos anos de 1990 na região. Por último, reflito especificamente sobre os incêndios de janeiro de 2017 e a necessária discussão sobre o modelo agrícola na atual configuração territorial da produção florestal no Chile.

A questão agrária no Chile de 1964 até hoje

Em 1964, e depois de uma disputa eleitoral acirrada com o candidato Salvador Allende, o democrata cristão Eduardo Frei assumiu a presidência da república. Ambos tinham se comprometido a aplicar um programa de reforma agrária para superar o velho latifúndio e aumentar a produção de alimentos demandados pela recente industrialização e consequente urbanização¹.

Em 1967 o parlamento aprovou a lei 16.640, de reforma agrária, junto com a lei 16.625, que tratava da sindicalização camponesa. Apresentada pela democracia cristã e apoiada pelos partidos políticos de esquerda, a lei 16.640 limitava o tamanho dos prédios rurais a 80 ha (os proprietários podiam ficar com essa reserva após a desapropriação). Tornava desapropriáveis as terras improdutivas a serem pagas com títulos da reforma agrária. O assentamento de camponeses seria tutelado pelo Estado por um período de 3 a 5 anos e depois do que eles se organizariam em cooperativas ou sistemas mistos (familiar/cooperativo) com lotes indivisíveis por herança para evitar o minifúndio. Os recursos hídricos foram declarados bens nacionais de uso público (CHONCHOL, 1976). A máquina do Estado, porém, e apesar da presença da esquerda democrata cristã na pasta da Agricultura, representada pelo ministro Jacques Chonchol, continuava atravessada pelos interesses do velho setor latifundiário que boicotava a aplicação da nova legislação. Foram desapropriados 1.400 prédios agrícolas, num total de 3,5 milhões de ha. O objetivo era assentar 100 mil famílias, mas, no final do mandato, em 1970, apenas se havia assentado 21 mil, abrangendo 18% das terras cultiváveis (WIDMYER, 2015). No entanto, houve um crescimento da organização camponesa com a formação de 400 sindicatos que integravam mais de 100 mil camponeses.

¹ A população rural passou de 54% a 29% de 1920 a 1970.

Em 1970, Salvador Allende ganhou a presidência da república com o programa da Unidade Popular (UP). O ministro da agricultura seria o próprio Jacques Chonchol, já que a nova coalizão em torno da candidatura de Salvador Allende, nessas eleições, articulava também a esquerda democrata cristã. O objetivo era a aplicação plena da lei 16.640 para acabar com o latifúndio (uma vez que seria muito difícil aprovar uma lei mais radical num congresso no qual a UP era minoritária), acrescida de medidas que nacionalizariam a comercialização, o crédito e a oferta de insumos, para que os benefícios da reforma agrária não fossem aproveitados pelos monopolistas urbanos em detrimento dos camponeses. Formar-se-iam Conselhos Camponeses com um papel importante na implementação da reforma agrária, em paridade com a burocracia do Estado. O programa agrário, porém, era mais uma declaração de intenções do que um projeto concreto.

Ao assumir o governo, em novembro de 1970, Salvador Allende expropriou o maior latifúndio do mundo, em Tierra del Fuego, de 530 mil ha. Ainda logo após a eleição da UP, camponeses e mapuche começaram a ocupação de terras no sul do país logo após a eleição da UP, impulsionados pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR -na sigla em espanhol). Este movimento que apoiava as medidas progressivas do governo sem participar da coalizão, mas pretendia radicalizar o processo impulsionando a iniciativa autônoma, tanto no campo programático como organizativo, que os trabalhadores tomavam, animados pelo trunfo eleitoral de Allende. Em 1971, o Ministério da Agricultura, pressionado por essa iniciativa autônoma, teve que se transladar para Temuco, na Aranaucanía, para despachar e dar curso legal às ocupações. Em julho, a meta de 100 mil desapropriações que a UP tinha estabelecido para final do ano tinha sido ultrapassada. O governo anunciou que, com a aceleração da reforma agrária, o fim do latifúndio, que havia sido projetado para ser completado em 3 anos, seria atingido até o final de 1972. Em fevereiro desse ano, porém, e num contexto de 1.700 ocupações nos primeiros 18 meses de governo com o protagonismo de camponeses e mapuche, a UP anunciou que as desapropriações seriam aceleradas para se completar em junho. As ocupações visavam também impedir que os proprietários desmontassem os prédios para inutilizá-los antes da desapropriação.

O governo queria aproveitar uma cláusula alternativa ao assentamento na lei 16.640. Essa cláusula permitia a formação de Centros de Reforma Agrária (CERA) que planejavam regionalmente a produção, promovendo uma igualdade maior entre os camponeses beneficiados. Esses centros seriam administrados pelos próprios camponeses com assessoria técnica estatal. A UP via esses CERAs como instrumentos da transição à organização socialista da produção rural. Mas, na prática, os camponeses viam com desconfiança essa modificação, e pressionaram para a titulação dos lotes após o período de assentamento. Também houve pressões para modificar o decreto inicial que formava os Conselhos Camponeses, exigindo uma maior representação de base. Instalou-se assim uma

desconfiança entre os camponeses que não queriam ser tutelados por uma política agrária sobre a qual não podiam ter decisão.

De fato, a preocupação desenvolvimentista do governo em torno da produção rural fez o governo aumentar em 57% o crédito e os preços agrícolas cresceram mais do que os insumos. Ao mesmo tempo, a UP desalentava a ocupação de terras (KAY e WINN, 1972). Essas políticas articulavam-se com um projeto reformista e estavam dirigidas mais aos produtores médios. A desconfiança dos camponeses pobres tinha fundamento.

Durante os 34 meses de governo, porém, a UP desapropriou 4.490 prédios, num total de 6,6 mi de ha. Tanto esses números globais como a velocidade da ação foi resultado não apenas de uma vontade política do governo, mas da iniciativa camponesa e mapuche que não esperava nem os ritmos, nem os prazos, nem se limitava às metas e a seleção de terras para arrecadar da UP. Essa ação popular foi o dinamizador da reforma agrária, que não se acomodava aos planos relativamente tímidos do programa eleitoral da coalisão.

Com o golpe de Estado de setembro de 1973, dos quase 10 milhões de ha desapropriados para a reforma agrária desde 1964, 4,5 milhões de ha (correspondentes a 1.512 prédios) foram devolvidos aos seus antigos proprietários. Outra parte, nas zonas da costa e na pré-cordilheira, adequadas para a produção florestal, foi transferida para as forças armadas e outros órgãos estatais. No total, 60% das terras desapropriadas foram retiradas do processo de reforma agrária. A legislação nova permitiu a criação de um mercado livre de terras cujo preço alcançou os valores de Califórnia no final dos anos de 1980. Mesmo no caso das terras que foram destinadas a famílias camponesas, parcelou-se os assentamentos já reconhecidos, os dirigentes foram perseguidos e as organizações camponesas suspensas. Sem crédito nem insumos, grande parte dos camponeses teve que vender suas terras. A titulação dos lotes destinava-se à criação de uma classe média rural. Proprietários médios, com terra irrigada entre 10 e 50 ha, e grandes produtores, com mais de 50 ha, de fruta para exportação (WIDMYIER, 2015). As comunidades mapuche, reconhecidas por lei durante o governo de Salvador Allende, foram dissolvidas por decreto em 1979 e 64,7% da área devolvida ao povo mapuche foi tirada novamente deles: entregue aos anteriores ocupantes, oferecida no mercado de terras a baixo custo, e, em não poucos casos, as áreas passaram às mãos das grandes empresas florestais (PAIRACAN, 2015). Mais na frente, voltarei com mais detalhe ao histórico da questão mapuche mais na frente.

Se é verdade que o velho latifúndio foi liquidado pela reforma agrária e não foi recomposto durante o governo militar, o que o substituiu a partir da ditadura foi o agronegócio, caindo a participação da força de trabalho nas atividades agrícolas. O projeto neoliberal pretendia integrar os territórios ao mercado mundial e o governo subsidiou a agricultura de exportação. Se em 1968 incentivou-se a produção de frutas com o Plano Frutícola, criando uma infraestrutura de refrigeração, só no começo dos anos de 1970, esses investimentos

começaram a dar resultados, por conta do tempo necessário para a consolidação dos pomares. Mas em 1974 o governo privatizou as grandes agroindústrias, que foram compradas por transnacionais. A maioria dos pequenos agricultores se dedicou a uma agricultura para autoconsumo: tubérculos, feijão e cereais. Os créditos necessários para implantar pomares estavam já fora de seu alcance. Alguns produtores médios e grandes tiveram margem para produzir para as grandes empresas exportadoras. Para os pequenos só sobrou a proletarização completa ou sazonal (WIDMYER, 2015).

A virulência da repressão às organizações políticas e sociais foi diretamente proporcional à profundidade da experiência programática que as classes trabalhadoras chilenas adquiriram nos escassos anos que precederam o golpe. Tratou-se, como nos outros países da região, de uma contrarrevolução preventiva que visava desarmar qualquer resistência à integração otimizada do território chileno às cadeias produtivas que se configurariam em escala planetária. As políticas da ditadura para o campo nas regiões do centro sul, visava destinar progressivamente o território à produção florestal. Mas os governos civis que sucederam a ditadura continuaram favorecendo a expansão do setor. No próximo apartado pretendo analisar detalhadamente como isto ocorreu: por uma ação do Estado para atender os interesses das operadoras transnacionais do setor cuja estratégia supõe momentos diferenciados. Reconhecer essa dinâmica nos permitirá não apenas descrever a atuação das empresas florestais no Chile, que foi um verdadeiro “laboratório” para otimizar seus lucros, mas prever a expansão do setor nos países da região, nos quais não precisará repetir as estratégias que levó adiante no Chile. Está em condições de “queimar etapas”. Em parte, pela solidez do negócio, em parte porque essas operadoras também “aprendem” a otimizar seus lucros.

O negócio florestal

Em 1974, o governo lançou o decreto lei 701, que estabeleceu subsídios de 75% das plantações para a exploração florestal, favorecendo duas espécies exóticas: *pinus* e eucalipto. De 1965 até 1970, a área plantada com *pinus* crescia na ordem de 26 mil ha por ano, de modo que, em 1970 havia 133 mil ha ocupadas com tal plantio. Cinco anos depois já havia 228 mil ha, com aumento de 45 mil ha por ano. Em 1980, a área plantada era de 400 mil ha (RODRÍGUEZ, 2015). O decreto também estabeleceu a renúncia fiscal pelas terras florestadas e seu caráter não desapropriável, assim como a redução de imposto de renda resultante da exploração florestal. Entre 1976 e 2013, calcula-se que os subsídios somaram US\$ 875 milhões. Entre 1977 e 1979, as estatais Arauco e Constitución, produtoras de celulose, foram privatizadas em benefício do grupo Angelini. Em 1998, o presidente civil Eduardo Frei, com a lei 19.561, prorrogou o decreto 701 por mais 15 anos, reformulando-o

para ampliar o alcance dos benefícios para os pequenos e médios produtores. Ao fazer isso, integrou amplas áreas na cadeia produtiva florestal exportadora. Em 2012, o presidente Sebastián Piñera, com a lei 20.488, renovou o decreto 701 por mais dois anos, e, em outubro do mesmo ano, enviou ao congresso um projeto de lei para renovar o subsídio por mais 20 anos. Esse projeto ficou engavetado na tramitação parlamentar. Porém, em 2014, a presidenta Michelle Bachelet anunciou a prorrogação do decreto 701, com a justificativa da redução de emissões de gases de efeito estufa, contra as resistências dos grupos ambientalistas.

Em julho de 2016, Michelle Bachelet recuou, anunciando um novo projeto que excluiria as grandes empresas dos subsídios. Grandes empresas como a CMPC (também conhecida com Mininco) e a Arauco haviam recebido 24% dos subsídios, contra o 42% e 35% recebidos pelas médias e pequenas, respectivamente. As regiões que receberam mais subsídios foram a de Bío Bío (VIII), a Araucanía (IX) e Maule (VII), em ordem decrescente.

Segundo o *Anuario Forestal 2016*, publicado pelo Instituto Florestal (INFOR), no ano de 2014 (última informação disponível), as plantações florestais no Chile ocupam 2,5 milhões de ha, sendo que 59% correspondiam a *Pinus radiata* e 34% a *Eucalyptus globulus*. Em 2015, a produção de madeira serrada, em aumento, chegou a 8,4 milhões de m³. Entre 2008 e 2015, as exportações anuais de produtos florestais oscilaram entre US\$ 4,162 bilhões e US\$ 6,094 bilhões. Em 2015, 23,1% das exportações florestais foram para China, 15,7% para EUA, 7,1% para Japão, 6,9% para Coreia do Sul, 5,9% para México e 5,3% para Holanda.

A finalidade das plantações é, fundamentalmente, para produção de pasta branqueada de *Pinus radiata* e pasta branqueada de *Eucalyptus globulus*. No Chile, a pasta celulose só perde para o cobre como produto de exportação e a produção florestal representa quase 2% do PIB chileno. O país é o quarto maior exportador de celulose do mundo. A produção da pasta foi duplicada entre os anos de 2000 e 2013. No período de 2014 a 2015 aplicaram-se 16 milhões de m³ de madeira para a produção de quase 5 milhões de toneladas de pasta de celulose. Diferentemente do cobre, a celulose não se cotiza em bolsa e a flutuação dos seus preços é permanente, já que não é modulada pelos mercados de futuro. Porém, os pequenos e médios produtores, que não processam a madeira, vendem a preços fixos, determinados pelas grandes operadoras.

Esses dados apontam para a integração progressiva do território do centro sul chileno à produção de pasta de celulose e outros produtos florestais destinados ao mercado mundial. Se, no começo, e a partir das possibilidades de lucro que a privatização de florestais estatais já consolidadas propiciava, as políticas de Estado permitiram ampliar a área plantada para unidades de diferente porte. Este movimento, que se observa, por exemplo, no setor sojeiro de Argentina, é tendência crescente no setor florestal em Chile, como veremos. O estudo desse deslocamento das operadoras, que agora tendem a se concentrar no “tramo” industrial

da produção de pasta de celulosa, permite prever estratégias de expansão em outros países da região que não repitam necessariamente todo o percurso realizado essas grandes empresas no Chile.

O lucro das grandes operadoras cresce em proporção direta com a inclusão de unidades de menor porte no “tramo” da silvicultura, ficando as primeiras com a fatia mais lucrativa da cadeia. Em 2015, o lucro da CMPC S.A. foi de US\$ 792 mi e o da Celulosa Arauco e Constitución foi de US\$ 839,7 mi. A indústria processadora de celulose captura os benefícios econômicos da exportação em detrimento dos pequenos proprietários de plantações que foram implantadas graças ao subsídio ofertado pelas sucessivas modificações do decreto 701. A indústria, é claro, pressiona para que ele seja prorrogado uma e outra vez (DONOSO e REYES, 2016).

Nas terras compreendidas entre as regiões VI a XI (centro e sul) concentram-se os prédios das três grandes empresas florestais. As empresas médias concentram-se nas regiões Maule (VII), Bío Bío (VIII) e Araucanía (IX), no centro-sul. Os proprietários médios se concentram nas regiões de O'Higgins (VI), Maule, Bío Bío e Araucanía. Já os pequenos proprietários se concentram nas terras compreendidas entre a V e a X região. A distribuição indica que as regiões mais ricas em recursos hídricos são aquelas onde se concentram as grandes operadoras (INFOR, 2017). Os portos de exportação utilizados pelas florestais são os de Lirquén, Talcahuano e Coronel, todos na região de Bío Bío. Enquanto os pequenos proprietários estão mais dispersos (ver tabela 1). As regiões de Maule, Bío Bío e Araucanía concentram 75% da área plantada, correspondendo à região VIII o 37% do total nacional.

Tabela 1: Distribuição por região das plantações florestal por tipo de proprietário.

Região	Grandes empresas maiores de 30 mil ha	Médias empresas 5 mil a 30 mil ha	Médios proprietários 200 a 5 mil ha	Pequenos proprietários 5 a 200 ha
IV - Coquimbo	-	1	38	225
V - Valparaíso	-	1	32	887
XII -Metropolitana	-	-	7	349
VI - O'Higgins	1	3	70	1.591
VII – Maule	3	5	138	3.262
VIII - Bío Bío	3	5	125	5.590
IX - Araucanía	3	4	136	7.059
XIV - Los Ríos	3	1	19	1.597
X - Los Lagos	3	2	19	1.112
XI – Aysén	1	1	8	480
Total	3	11	592	22.152

Fonte: Anuário Forestal 2016 (INFOR).

Na tabela 2 apresento a área plantada por região:

Tabela 2: Área plantada por espécie e por região.

Região	<i>Pino Radiata</i> (ha)	Eucalipto (ha)	Outras espécies (ha)
XV	-	6	8
I	-	-	-
II	-	-	20
III	-	15	11
IV	-	34	31
V	15	151	3
Metropolitana	-	290	30
VI	699	1.120	62
VII	14.099	1.104	4
VIII	18.642	22.038	48
IX	11.702	11.789	214
XIV	2.499	3.273	365
X	159	2096	122
XI	-	-	-
XII	-	-	11
Total	47.735	41.916	929
Fonte: Anuário Forestal 2016 (INFOR).			

A leitura das tabelas 1 e 2 permite concluir que são justamente as regiões VII, VIII e IX, com mais recursos hídricos, as destinadas à produção silvícola, com um envolvimento de produtores de diferente porte. As grandes empresas contam, assim, com uma margem flexível de matéria prima disponível, que lhes permite operar sem correr riscos, frente às flutuações da demanda. Assim como se pode observar em outras cadeias, como o citrícola em Brasil, a grande empresa produz um mínimo de matéria prima e, de acordo à demanda, compra ou não dos produtores de menor porte.

As atividades florestais realizadas no Chile são fundamentalmente a silvicultura, a produção de madeira, a indústria de papel e a indústria de móveis. Mas a fabricação de papel representa 40% do valor agregado do conjunto, envolvendo a produção de celulose. A produção de madeira e seus derivados representam 31% e a silvicultura o 23%. A indústria de móveis apenas representa 6% do valor agregado. A cadeia produtiva parte de plantações (98% dos insumos da cadeia) e bosques naturais (apenas 2%, utilizados fundamentalmente para lenha) dos quais se retiram as toras. A produção de celulose, madeira serrada e chapas configura a indústria primária, junto com subprodutos como fibra e compensado. A indústria

secundária é composta pela fabricação de papel e papelão, móveis e insumos para carpintaria e embalagens (UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, 2009). Na tabela 3 apresento um quadro da economia que movimenta os produtos florestais e o seu destino, e na tabela 4 apresento o fluxo de produtos florestais em 2015. Podemos inferir que é a exportação a atividade que "puxa" a cadeia. A participação do setor florestal nas exportações chilenas representa o 8,7%.

Tabela 3: Milhares de dólares movimentados pelo setor florestal chileno em 2015.

	Total	Toras para exportação	Madeira serrada	Tábuas e chapas	Pasta de celulose e papel jornal	Outros
Mercado externo	4.200.088,8	2.076,3	556.706,5	561.136,4	2.596.947,3	483.222,4
Mercado interno	2.132.979,3	-	620.179,1	895.861,1	363.185,4	253.753,7
Total	6.333.068,1	2.076,3	1.176.885,6	1.456.997,5	2.960.132,7	736.976,1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Anuario Forestal 2016 (INFOR).

Tabela 4: Fluxo dos produtos florestais de Chile em 2015 em metros cúbicos.

		Indústria primária		Mercado interno	Mercado externo
Consumo industrial de madeira em	43.634,2	24,4			
		Serragem	5.372,8	6.406,7	3.801,1
		Madeira serrada	16.421,3	5.903,8	2.468,4
		Pasta de celulose	16.753,6	798,4	4.318,3
		Tábuas e chapas	4.771,4	1.844,9	1.465,5
		Postes	290,8	254,3	36,5

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Anuario Forestal 2016 (INFOR).

Mas é preciso incluir na cadeia um conjunto de serviços florestais como o transporte nacional e internacional, serviços financeiros, e o fornecimento de insumos para a silvicultura, além das indústrias primária e da secundária.

O conjunto da cadeia florestal empregou em 2015 menos de 120 mil pessoas. Desse total, menos de um quarto delas foi empregado na etapa de plantação e extração, mais de um quarto na indústria primária e um quarto na secundária. Nas três grandes empresas florestais

apenas entre 25% e 30% dos trabalhadores têm contratos permanentes. 82% dos trabalhadores da cadeia florestal são mantidos abaixo da linha de pobreza.

São três os grupos empresariais que dominam o setor florestal chileno: Arauco, CMPC e Masisa. Eles ocupam a segunda dezena no *ranking* mundial. Além de plantações em vários países da América Latina, controlam a indústria primária e secundária do setor no Chile, assim como os serviços florestais, que incluem portos.

Segundo dados do próprio grupo, com 40 mil empregados diretos, em 2014, Arauco vendeu US\$ 5.329 milhões em produtos florestais e obteve US\$ 437 milhões de lucro. Tem 1,6 milhões de ha no Chile, Argentina, Brasil e Uruguai. Tem capacidade para produzir 3,9 milhões de ton de pasta de celulose e 710 mil m³ de compensados em Chile. Pode produzir 2,9 milhões de m³/ano de madeira no Chile e Argentina e 5,9 mi de m³/ano de chapas de madeira no Chile, Argentina, Brasil, EUA e Canadá (ARAUCO, 2017). A Arauco se prepara para comprar a Eldorado Celulose, no Brasil, atualmente sob controle da J&F, da família Batista, a mesma empresa que disputa com a Fibria o posto de maior produtor mundial de celulose de fibra curta, de eucalipto (LIGNUM, 2017).

Já a CMPC, mais conhecida como Mininco, controlada pela família Matte, e com presença na América Latina, divulga números de 2015: 17.562 empregos diretos, vendas consolidadas de US\$ 4,841 bilhões para 45 países, lucro de US\$ 3 milhões e patrimônio de US\$ 7,928 bilhões (CMPC, 2015).

A Masisa possui plantações e complexos industriais no Chile, Venezuela, Argentina, Brasil e México. Em toda América Latina possui centros de venda de placas de madeira. Os principais destinos de venda são Venezuela e Brasil. Outros destinos importantes são EUA, Argentina e México (UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, 2009).

Como vimos nas tabelas 3 e 4, o destino preponderante, e o que possui mais valor agregado, é a produção de pasta de celulose para exportação. Porém, é preciso adiantar que quem controla os “tramos” mais lucrativos da cadeia são as três grandes operadoras, já que o grosso das matérias primas da indústria primária e secundária são compradas de terceiros. A localização das grandes empresas, concentrada na região de Bío Bío, responderia pela disponibilidade inicial de terras baratas para plantar, recursos hídricos e proximidade de portos para exportação. As grandes operadoras preferem contratar serviços de madeireiras médias para reduzir custos. A mesma coisa acontece com a matéria prima que em 2009 contava com 80,9% comprado de terceiros, uma vez que os custos da produção em grande escala não são menores. A investigação em desenvolvimento genético também não é compensadora para as grandes operadoras, uma vez que exige um estudo específico para cada bosque. A integração horizontal das grandes empresas só reduz custos no transporte (UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, 2009).

A justificativa levantada para o decreto 701 era a de fomentar as plantações em ladeiras e pendentes para proteger os solos. O plantio florestal em áreas de alta produtividade para trigo, como são a Pré-Cordilheira dos Andes e as terras irrigadas dos Vales Centrais, mais que evitar a erosão, a está aumentando. Robinson Torres Salinas, junto com outros autores, estudou a relação entre a escassez hídrica e as plantações florestais (2016). Em 2014, 646 localidades rurais da região de Bío Bío sofreram desabastecimento de água, afetando 18 mil moradias e 57.171 habitantes. Foi necessário distribuir água potável em caminhões-pipa.

60% dos 13,6 mi de ha de mata nativa de Chile está na posse de pequenos e médios proprietários. O governo Augusto Pinochet revogou os instrumentos legais para sua proteção. Com os incentivos do decreto 701, a tendência foi sua substituição, assim como dos cultivos tradicionais, por plantações florestais (PAZOS, 2015). De fato, entre 1973 e 2011, perderam-se 782,12 mil ha de mata nativa (CODEFF, 2016).

Como análise parcial do levantamento de dados que aparece neste apartado, podemos destacar que as três grandes florestais têm sua origem na privatização de empresas estatais já consolidadas. Favorecidas por políticas de Estado que subsidiaram o plantio num 75% e permitiram a renúncia fiscal desde a ditadura, durante os governos civis ampliaram sua capacidade de operação minimizando riscos com as políticas que combinaram desestímulo à produção de outros cultivos com ampliação de subsídio aos produtores de menor porte. Isto acontece às custas dos abundantes recursos hídricos das regiões VII, VIII e IX. A da cadeia como um todo, porém, gera menos empregos e com massa salarial muito baixa. As operadoras vão se deslocando para os “tramos” mais lucrativos e seguros da cadeia. Com planos de expansão para outros países de América do Sul.

Veremos agora como, e apesar da desarticulação da resistência camponesa e dos povos originários durante a ditadura nas regiões afetadas pela cadeia florestal, a partir da década de 1990, cresce um movimento das comunidades mapuche. De onde saem as reservas de praxis social que permitem a esse povo enfrentar as operadoras transnacionais da cadeia florestal e o Estado chileno? Sem repassar a sua história, não encontraremos explicação. No próximo apartado, vou expor esse percurso e essas práticas sociais, assim como as lutas mais recentes das comunidades por recuperar o território ancestral para uma relação com a terra que é antagônica com o capital.

Os mapuche recuperam o território: fronteira material e ideológica frente ao avanço do capital

Antes da invasão europeia, o atual território chileno era habitado, a grandes traços, por povos aymara, e outros sob influência do Tawantinsuyo, ao norte; pikunche, na região

central; e mapuche, no sul. Na região mais austral, habitavam povos kawésqar, yagan e selk'nam. Os pikunche se integraram ao Tawantinsuyo durante a segunda metade do século XV. Quando a conquista espanhola, depois de derrubar o Tawantisuyo, foi o povo mapuche que apresentou resistência ao avanço espanhol ao sul do território. A guerra contra os mapuche se estendeu de 1546 a 1641, quando se realizou o "Parlamento de Quilín", no qual a coroa espanhola reconheceu como território dos povos da terra² a área compreendida entre o rio Bío Bío e o rio Toltén. Apesar de se tratar de uma paz instável, o reconhecimento territorial permitiu uma autonomia da qual não gozaram os povos do norte, submetidos a trabalhos forçados. A introdução do gado equino e bovino e a adoção da pecuária por parte desse povo, porém, teve grande impacto em sua economia (que passou de predominantemente caçadora e recoleitora à agropecuária, com crescente atividade mercantil), em sua sociabilidade e também em sua técnica militar. Depois da independência do Chile com relação a Espanha, o acordo de Taphue, em 1825, ratificou o de Quilín, o que garantiu 40 anos de relativa paz para o povo mapuche (BENGOA, 1996).

Em 1853, o Estado chileno cria o marco legal que regula a compra de terras, no contexto da ampliação da demanda externa por produtos agrícolas e minério que afetou toda a América Latina. Em 1868 começam as políticas de Estado destinadas ao confinamento dos povos nativos em reduções e colonização das suas terras por imigrantes. A resistência não se fez esperar, e em 1881 estourou a insurreição. A chamada "Pacificação da Araucanía" viria a esmagá-la em 1883. A partir de então, consolidaram-se as reduções, com deslocamento forçado e entrega de "títulos de mercê" que obrigavam as famílias à residência segundo uma distribuição arbitrária, com a explícita intenção de transformar os mapuche em agricultores: era a "chilenização" dos mapuche. Apenas em 1929 revogou-se a lei de radicação indígena, quando o processo de desterritorialização do povo havia sido completado (BENGOA, 1996). Formou-se, na região da Araucanía, uma classe de fazendeiros prósperos, descendentes dos colonos imigrantes e chilenos, por um lado, e também uma camada de colonos pobres, por outro.

Entre o conflito e a tentativa de integração à cidadania plena, empreendida por algumas lideranças ao longo dos anos, o despojo foi consolidado e, em 1950, 80% da terra agrícola era do latifúndio e apenas 300 mil ha estavam em mãos de famílias mapuche. Tanto o governo Allende como o governo Frei devolveram parte das terras mapuche que tinham "títulos de mercê". Mas, como uma parte dos mapuche não tinha sido radicada, durante o governo da UP, o braço camponês do MIR -o Movimento Camponês Revolucionário (MCR)- impulsionou ocupações na região da Araucanía. Isso provocou, como já disse, a instalação do Ministério da Agricultura e a Corporação de Reforma Agrária em Temuco, para legalizar

² A tradução de "mapuche" do mapundungun é "gente da terra".

grande parte das ocupações. Entre outros dispositivos, o governo Allende promulgou a Ley Indígena 17.729, o que, pela primeira vez desde a "chilenização" que a questão da terra se associava à questão indígena (PAIRICAN, 2014).

Fernando Pairican resume a "chilenização neoliberal" do território mapuche da seguinte maneira:

Una vez asentada la dictadura militar, una de las primeras medidas fue regularizar la tenencia de la tierra. Esto significaba revisar y revocar las expropiaciones de la Reforma Agraria. En el caso particular del pueblo mapuche, de 163 predios, se devolvieron 97, es decir, el 64,7% de la superficie que los mapuche habían logrado obtener entre los gobiernos de Frei y Allende.

En mayo de 1974, la dictadura anunció la parcelación de las tierras derivadas del proceso de regularización, traspasándolas a sus antiguos dueños, a ex inquilinos de latifundios, medieros o sencillamente poniéndolas a la venta en el mercado. Empresarios como Anacleto Angelini y la tradicional familia Matte, ambos futuros dueños de los grandes consorcios forestales Arauco y Mininco respectivamente, comenzaron a comprar en este período muchas hectáreas de terreno. Otro porcentaje de tierras fueron catalogadas de aptitud forestal una vez entregadas a CONAF³ y CORFO⁴, quienes las remataron, a veces en secreto y a bajo costo (PAIRICAN, 2014, p. 47).

Entre 1979 e 1988, com a lei 2.568, foram entregues 2.058 títulos individuais na região de Bío Bío. Com isso se pretendia acabar com as formas comunitárias.

Luego del milagro económico (1977-1981), la dictadura se vio sacudida por una importante crisis en 1982. La reprivatización fue la única forma de salir de ella, y esto lo aprovecharon las familias Matte y Angelini, los primeros, desde 1958, que participaban en el rubro forestal. A fines de 1986, cuando adquirieron Inforsa -que ya producía el 54% del papel de diario en Chile-, iniciaron su ascenso económico en el rubro. Por su parte, Anacleto Angelini adquirió Copec en 1985, constituyéndose en el grupo más poderoso del sector forestal al obtener Celulosa Arauco y Constitución, filiales de Copec. Para 1987, el patrimonio del grupo Angelini era de 459.890 millones de pesos (PAIRICAN, 2014).

Ao mesmo tempo, na Araucania, onde subsistiam pequenos proprietários e comunidades mapuche, os indicadores de pobreza aumentavam, assim como, junto com a região de Los Lagos, a que abrigava a maior desigualdade de renda. Seu PIB crescia, mas em ritmo menor que o do resto do país. Decaiu também sua outrora importante indústria leiteira e as atividades agrícolas. Desarticularam-se os circuitos comerciais dos produtores pequenos e médios. Em contrapartida, aconteceu a "pinificação" da região (RODRÍGUEZ, 2015).

³ CONAF: Corporación Nacional Forestal, fundação que depende do Ministério de Agricultura de Chile.

⁴ CORFO: Corporación de Fomento da Produção, agência do governo chileno que foi criada em 1939 para impulsionar o desenvolvimento. Durante a ditadura mediu as privatizações.

[...] la economía regional funcionó a través de circuitos que partían en los pequeños y medianos productores para concluir en los centros de consumo a través de una cadena en la que intervenían pequeños comerciantes locales, comerciantes de las ciudades fronterizas y agentes de las grandes empresas instaladas en la zona. Aunque esta cadena absorbía los excedentes de producción de los pequeños y medianos agricultores, incluidas las comunidades mapuche, provocando pobreza entre ellos por su escasa capacidad para negociar precios, les permitió sobrevivir durante buena parte del siglo XX. La llegada de las forestales fracturó esos circuitos, en primer lugar, porque plantar pino para venderlo más tarde implica una espera que los pequeños productores no pueden resistir; en segundo lugar, porque el poder de compra es manipulado por las empresas forestales en sus afanes por aumentar las utilidades; y, por último, por los riesgos que implica depender de una actividad muy expuesta a los incendios y las plagas que afectan al bosque. Estas circunstancias se transformaron en uno de los factores decisivos que ha impedido a la región superar los niveles de pobreza e inequidad que hoy exhibe, junto con exacerbar las demandas de la población mapuche, una de las más afectada por la presencia de las empresas forestales (RODRÍGUEZ, 2015, p. 177).

O impacto ambiental do setor e a alteração no mercado da terra na região recaiu mais ainda sobre as comunidades mapuche. Nos debates que acompanharam a comemoração dos 500 anos da chegada dos europeus, o contraste entre os lucros das empresas florestais e a perda de território sofrido pelas comunidades desde final do século XIX foram os temas centrais da "Comisión 500 Años de Resistencia". Muitos encontros foram convocados e várias organizações mapuche surgiram deles. As demandas por território estavam no centro, mas não envolviam apenas a posse da terra, e sim a luta contra a privatização e destruição dos bens comuns, como a redução dos recursos hídricos resultantes das plantações florestais e o traçado de rodovias para transporte de produtos florestais, que impede o deslocamento dos rebanhos e da fauna silvestre, que por sua vez dissemina as variedades vegetais nativas. Dentro desse escopo de reivindicações localiza-se também a resistência contra a instalação da hidrelétrica de Pangue, em 1996, e de Ralco, em 1997, o ducto de CELCO, que conduziria os detritos da produção da Celulosa Arauco para o mar, que, assim como a lei de pesca de 1992, reformada em 2012, reduzia as possibilidades das comunidades e dos pescadores pobres de obter a sua subsistência do mar, como o faziam tradicionalmente.

Em 1997, na comuna de Lumaco, na região da Araucanía, 200 mapuche membros de comunidades bloquearam o caminho e interromperam o acesso a um prédio de propriedade da Forestal Arauco. Lumaco havia sido cenário de ocupações mapuche durante o governo da UP e ainda em 1989. Mas, em 1997, pararam um comboio de 12 caminhões da empresa e queimaram três deles. Foram acusados de terrorismo. A partir desse acontecimento, as ações diretas se multiplicaram, e a repressão estatal contra as

comunidades e a judicialização dos protestos também. A entrada de *carabineros*⁵ nos territórios, mesmo os reconhecidos, adquire formas localizadas de estado de exceção, como o ingresso das Forças Especiais numa escola infantil mapuche em Temucucui, na região de Araucanía, em junho de 2017 (EL DESCONCIERTO, 2017). O conflito também se acirra com grandes proprietários das regiões, em contexto do litígio pelas áreas. No mesmo mês, dois jovens mapuche foram assassinados por um proprietário, ex-carabiniro (WERKEN NOTICIAS, 2017).

Apesar da repressão, predominam as ações de "recuperación" do território invadido tanto pelos grandes fazendeiros integrados à cadeia produtiva florestal, como das áreas devastadas pelo plantio direto das grandes empresas que comandam a cadeia. Mas essa recuperação não se limita a ocupar as terras, visa sua ocupação para produção de alimentos, à maneira mapuche. Significa também a retomada do território no sentido da recuperação hídrica e do bioma. Nas áreas recuperadas, são arrancadas as raízes de pinho e eucalipto, e em pouco tempo a própria natureza se encarrega de se recompor com as espécies nativas prosperando sem grande esforço. As hortas tradicionais acompanham o avanço mapuche junto com os *rewe*⁶.

Essas lutas foram tomando forma e se organizando em torno de objetivos estratégicos de autonomia. Algumas tendências táticas apontam para a disputa eleitoral por governos locais. Outras apontam para a constituição de um Estado autônomo, à maneira das autonomias de Espanha. Ainda outras são orientadas por uma estratégia que reconhece que não é possível uma autonomia radical no sistema planetário do capital, e tendem à uma luta ao mesmo tempo local e internacionalista contra o capital, à maneira dos kurdos e dos neozapatistas. Essa última corrente se apoia no diagnóstico propiciado pela proximidade com o modelo de integração vertical dos territórios às grandes cadeias, modelo que antecipa a configuração que vai consolidando o capital como sistema planetário. A forma de luta, a retomada, coincide com os objetivos estratégicos e os prefigura, uma vez que instala uma economia que recusa conscientemente a se integrar na cadeia. Por outro lado, não pensa o território como exclusivo, uma vez que convoca os chilenos pobres do campo e da cidade a fronteira material, mas também ideológica, frente ao avanço do capital sobre os territórios (SIERRA, 2010; MARIMÁN, 2012; e PAIRICAN, 2014).

Esse ascenso da luta mapuche, porém, não foi acompanhado por um proporcional ascenso das lutas dos chilenos pobres do campo, cujas reivindicações não se organizam num projeto alternativo às cadeias produtivas. Há políticas públicas, como os subsídios à produção florestal, que em muitos casos seduziram não apenas os grandes e os médios, mas também

⁵ Policiais militarizados de Chile.

⁶ Altar para o Nguillatún, festa religiosa que reúne as comunidades, coordenada pela machi, autoridade espiritual, e o longko, autoridade política, da comunidade que convida.

os pequenos produtores, que têm sido empurrados ao abandono das práticas camponesas e obrigados ao esforço por obter alguma renda para sobreviver, como assalariados, ou se integrando ao mercado controlado pelo capital. Os incêndios de janeiro de 2017 revelaram até que ponto esse caminho da menor resistência, de se integrar total ou parcialmente à cadeia florestal os conduz à destruição da terra, à perda de vidas e meios de sobrevivência. Quanto melhor seria atender ao chamado das comunidades mapuche para se organizarem em torno a outro tipo de produção! No próximo apartado, descreverei os riscos permanentes aos que os pequenos proprietários ficam expostos, ao ceder às pressões para se integrar ao projeto do capital.

"Pensei que era o apocalipse da Bíblia"

A partir de 1998, como já apontei, o governo Eduardo Frei reformulou o decreto 701, para estender os subsídios a médios e pequenos proprietários. A finalidade era integrá-los à cadeia florestal. Como expliquei, a produção em escala do plantio não interessa às grandes operadoras, já que não reduz os custos. Em outubro de 2016, o INFOR lançou um Selo de Assegurabilidade e Classificação de Riscos para Plantações Florestais (SAFOR), um seguro dirigido fundamentalmente a médios e pequenos produtores que poderia ser acessado na temporada seguinte. Segundo Camilo Navarro, diretor executivo de Agroseguros, do Ministério de Agricultura, o SAFOR cobriria

Incendio, e danos materiais causados por aeronaves, explosión, huelga, saqueo o desorden popular, avalanchas, aluviones y deslizamientos, combustión espontánea, entre otros. Su costo dependerá de la ubicación (región y comuna) y valoración del bosque o plantación. Al momento de contratarlo, el productor sólo cancela la parte no subsidiada (INFOR, 2016).

A partir de 15 de janeiro de 2017, começou uma onda de incêndios florestais no Chile, que já no dia 18 se transformaram em megaincêndios afetando as regiões de Coquimbo até a Araucanía (IV a IX, incluindo a Região Metropolitana). Detectaram-se 119 focos, muitos deles simultâneos. A classificação técnica os define como "incêndios de sexta geração", os mais destrutivos, caracterizados pela "tormenta de fogo". Houve 11 perdas humanas. Entre 1º de janeiro e 10 de fevereiro, foram afetados 518.174 ha, correspondendo 54% à região de Maule, 19,2% à região de Bío Bío e 17,4% à região de O'Higgins. A área mais atingida foi a plantada com *pinus* (CONAF, 2017). Como podemos observar na tabela 5, a severidade dos incêndios é notavelmente maior nas plantações florestais.

Tabela 5: Severidade dos incêndios por tipo de uso do solo.

Uso do solo	Severidade baixa		Severidade média-baixa		Severidade média-alta		Severidade alta	
	ha	%	Ha	%	ha	%	ha	%
Bosque nativo	23.689	22,5	25.959	24,7	24.378	23,2	17.719	16,9
Plantações florestais	60.930	22,5	69.844	24,6	63.972	22,6	53.458	18,8
Pradarias/matagais	32.879	35,1	21.269	22,7	12.476	13,3	5.785	6,2
Terras agrícolas	12.107	36,1	7.109	21,2	2.945	8,8	525	1,6
Outro tipo de usos	1.151	57,1	505	25,1	274	13,6	76	3,8

Fonte: Elaboração da autora do artigo com base dos dados da CONAF.

Do total da área queimada, 60% corresponde a uso antrópico. O 40% dos ecossistemas remanescentes atingidos são predominantemente bosques, pelo maior nível de acumulação de biomassa aérea e combustibilidade. Esses ecossistemas afetados, num 96% estavam em estado de conservação classificado como deficiente. De 461 unidades de proteção ambiental do Chile (que abrangem 4.824.452 ha), 53 (abrangendo 100.426 ha) foram afetadas (CONAF, 2017).

Além dos 13 mortos, houve quase 4 mil danificados. Queimaram-se mais de mil domicílios. As perdas também atingiram quase 2,5 mil bovinos, mais de 600 equinos, 7,3 mil ovelhas e cabras, 3,8 mil colmeias segundo cifras do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP), do Ministério de Agricultura (GESTIÓN, 2017).

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) calcula em US\$ 400 mi as perdas patrimoniais no setor florestal, US\$ 5 milhões entre oliveiras e vinhas, US\$ 5 milhões em infraestrutura vinícola e *packings*, entre US\$ 50 e US\$ 80 mi em forragem, US\$ 10 e US\$ 15 mi em cercado (REYES, 2017). Já o Ministério da Fazenda estima que no setor agrícola e florestal ascendem a US\$ 520 milhões, aos que se devem acrescentar os gastos de extinção e posterior reconstrução, de US\$ 364 mi (EMOL, 2017).

A Celulosa Arauco, que perdeu 80 mil ha, estimou suas perdas em US\$ 240 milhões e CMPC, que perdeu 19 mil ha, estimou as suas em US\$ 41 milhões. Dos 200 mil ha de plantações florestais queimadas, 75% estavam assegurados. A Associação de Seguradoras informou que pagou US\$ 100 mi (PUBLIMETRO, 2017).

As grandes empresas florestais vinham contando com o ovo no rabo da galinha com a possível assinatura do Tratado Transpacífico (TTP)⁷, que abriria oportunidades de ampliação dos negócios. O sonho foi por água abaixo com a chegada de Donald Trump à presidência de EUA, em 2016, que imediatamente recusou o TTP e anunciou uma política protecionista que tornaria mais cara a importação de produtos florestais, para desespero do setor da construção estadunidense.

O governo chileno ainda não determinou as causas da catástrofe. Levanta, sim, várias hipóteses: além do descuido dos particulares, a negligência na manutenção das redes elétricas por parte das empresas do ramo; uma onda de calor excepcional e a seca, mesmo dentro da mudança climática que vem afetando Chile progressivamente⁸. Os incêndios apresentam certa regularidade, com aumento do risco nos meses de verão, atingindo picos de áreas de quase 70 mil ha em 1987, 1989 e 2002, de quase 80 mil ha em 1998 e de mais de 80 mil ha em 1999 (DUARTE, 2010). A alta combustibilidade das espécies exóticas (*pinus* e eucalipto) contribui para a rápida propagação. No caso de 2017, somaram-se a essas causas os ventos de 30 km/h.

Mas a praga *Sirex Noctilio*⁹ talvez seja também uma causa a considerar. Favorecida por essas condições climáticas, a vespa fura o tronco do *Pinus radiata* para depositar os ovos junto com esporas de um fungo, provocando a morte da árvore e a degradação da madeira. A sua propagação é muito rápida e o período de contaminação é de novembro a abril. O seu combate exige o corte das árvores afetadas, e o picado e incineração dos restos. Os povoadores de Bío Bío e Araucanía entrevistados por mim em fevereiro de 2017 afirmaram que os seguros não cobrem os danos causados pela praga, mas sim os causados por incêndios (se superarem 25% da plantação) e que a incineração seria uma forma rápida e barata de se livrar da vespa. Ainda especularam sobre a possibilidade das empresas compensarem a esperada queda nas exportações, resultante da política protecionista anunciada por Donald Trump e a não assinatura do TPP, com as indenizações pelos incêndios. Juntas de moradores apresentaram recursos judiciais contra a Celulosa Arauco para exigir que as plantações guardem distância de 500 m para proteção dos prédios vizinhos (RESUMEN, 02/02/2017 e 07/06/2017, e JARA, 2017). Também ouvi reclamações pela inexistência de corta-fogos nos terrenos arrendados pelas empresas. Mas, de fato, mesmo os

⁷ TPP: acordo de livre comércio entre Austrália, Nova Zelândia, Vietnam, Singapura, Malásia, Brunei, Japão, Chile, Peru, Canadá, EEUU y México.

⁸ Segundo Fernando Santibáñez Q., do Departamento de Engenharia e Solos da Faculdade de Ciências Agrônomicas da Universidade de Chile (2016), as precipitações diminuíram entre 15% e 30% e as temperaturas médias aumentaram em 1°C no último século.

⁹ Em 2016, o Serviço Agrícola e Pecuário (SAG -na sigla em espanhol), do Ministério de Agricultura, publicou resoluções para declarar amplas zonas de quarentena por causa do *Sirex Noctilio* nas regiões de O'Higgins, Maule e Bío Bío, depois afetadas pelos incêndios (SAG, 30/06/2016, 1º/12/2016 e 26/12/2016).

pequenos e os médios não tomaram medidas preventivas. O plantio lindava com a moradia. Grande parte das perdas das casas e das criações devem-se a esse motivo.

No combate aos incêndios, aos bombeiros e brigadistas somaram-se voluntários convocados pelas organizações sociais. A prioridade era salvar vidas humanas, depois as criações, as casas, os pertences. Tratava-se de fogo compacto de 30 a 50 m de altura, com galhos caindo e, no caso dos *pinus*, pinhas incandescentes sendo expelidas a distâncias razoáveis. Mesmo depois da limpeza de largas faixas de terreno, as altas temperaturas favoreciam a propagação subterrânea.

Após esse primeiro momento, as brigadas de voluntários se mantiveram organizadas para reunir alimentos e roupa para os danificados. Comunidades mapuche e organizações camponesas enviaram caminhões com feno para as regiões afetadas, para alimentar os animais que os danificados puderam salvar.

As brigadas de voluntários integraram especialistas para ações de saúde: médicos, paramédicos, psicólogos. Em fevereiro de 2017 acompanhei uma dessas brigadas no atendimento aos danificados de Portezuelo, na província de Ñuble, região de Bío Bío, localidade com apenas 2 mil habitantes e 282,3 km². Seus pequenos produtores plantaram *pinus* quando puderam aceder aos subsídios, mas mantinham ainda pequenas áreas com vinhas, das quais se perderam 60%; pomares de arando, cereja, guinda; e nogueiras. Portezuelo teve 600 ha destruídos. Foi uma das zonas mais afetadas. Com a vida e a casa fora de perigo, os vizinhos foram logo socorrer os mais velhos, os que moravam sozinhos, bem antes da chegada dos bombeiros, dos brigadistas, dos voluntários. Isso fez com que não tivesse perdas humanas, apesar da severidade com que a catástrofe se apresentou.

"Pensei que era o apocalipse da Bíblia"¹⁰, disse uma das danificadas, "primeiro o dilúvio¹¹, e depois a chuva de fogo". Ainda sob efeito imediato do trauma, as famílias não atinavam a pensar em planos para reconstruir suas vidas. O momento era o de reatar a linha da sua biografia. "O que se tentou salvar primeiro da casa?", perguntei. Ninguém duvidou em responder: "As fotos", responderam quase todos. "Sem fotos, como a gente vai lembrar como era?". "Quando a água chega, as coisas permanecem, mesmo que estragadas. O fogo não deixa nada". "Na desgraça, a coisa boa foi ver todo mundo se ajudando. Mesmo entre vizinhos que moravam longe. E as pessoas que vieram de Chillán também para ajudar, mesmo sem conhecer a gente". "Que vão fazer com a terra?". Ninguém sabia responder. Era muito cedo. Perguntei pela vinha e pelo pomar. "A fruta é coisa rápida, logo dá, mas a vinha... não é só que demora, a uva é boa¹² e o vinho que se faz dela tem bom preço, mas a gente não consegue comercializar e nem vinificar". Não há linhas de crédito para a agroindústria da uva

¹⁰ Tradução da autora do artigo.

¹¹ Ela fala em dilúvio em referência ao tsunami que afetou as regiões Valparaíso, Metropolitana, O'Higgins, Maule, Bío Bío, Araucanía e Los Ríos, em 2010, deixando um saldo de 500 mortos e 2 mi de danificados.

¹² A localidade é conhecida pelo vinho pipeño.

e a venda da fruta em natura dependem dos atravessadores. Ficaram fechadas as possibilidades dessas culturas, e os mais jovens partiram para as cidades. Os subsídios para a plantação florestal foi a saída que os mais velhos encontraram para tirar alguma renda.

A situação desses pequenos produtores contrasta radicalmente com a das comunidades mapuche. Enquanto os pequenos produtores não resistem à pressão, via políticas de Estado, para se integrarem às cadeias produtivas exportadoras, o tecido comunitário e a ideologia comunal, fortalecidos pelas lutas pela recuperação de seus territórios, permitem aos mapuche teimar numa prática econômica e de sociabilidade radicalmente oposta à lógica do capital.

Considerações finais

Fica provada a relação causal entre a catástrofe com dimensões ambientais, sociais e econômicas que afetou Chile em 2017 e a especialização produtiva para a qual o território ficou destinado. O modelo exportador, não apenas de produtos florestais, mas de minério e também salmão, que integra verticalmente todas as forças econômicas às cadeias produtivas, adquire cada vez mais um viés predador. As grandes empresas florestais assumem progressivamente práticas de *just in time*, empurrando os riscos para "fora do seu portão". Cabe lembrar que se trata de transnacionais que operam em todo o continente. Seria ainda necessário estudar como elas se desenvolvem e integram territórios nos diferentes países, como agem sobre os Estados nacionais para alterar o marco legal que facilite sua operação em tais territórios.

O Chile tem sido laboratório para testar políticas que facilitem essa nova configuração planetária do capital. Se é verdade que a repressão da ditadura militar desarticulou preventivamente as resistências a essas mudanças, os sucessivos governos civis, uma vez desmantelado o tecido social, a cultura de organização de base das classes trabalhadoras do campo e da cidade, não tiveram grandes empecilhos para otimizar o modelo. Revezando-se na presidência da república, a Democracia Cristã e o Partido Socialista apenas administram políticas de Estado que aperfeiçoam a integração do país às cadeias produtivas exportadoras. O caso do empresário Sebastián Piñera, que chegou à presidência pelo Partido de Renovação Nacional, parece ter antecipado aquilo que aconteceu na Argentina com Mauricio Macri: o exercício do governo por representantes diretos dos grupos empresariais tornados políticos.

A economia camponesa fragilizada pelas políticas de Estado a serviço desse modelo, perde margem. E as famílias são empurradas a trabalhar direta ou indiretamente para servi-lo. Alguns de seus membros partem para o assalariamento total ou sazonal. E, quem permanece no lote, é pressionado a produzir para a cadeia, que determina o uso da terra.

Cada vez mais, a otimização dos lucros livra as grandes empresas do ônus da deterioração e dos riscos que o tipo de exploração acarreta, seja pelo arrendamento, seja pela compra da matéria prima e a contratação de serviços.

A resistência do povo da terra parece ser a fronteira material e ideológica para a implantação completa desse modelo. A recuperação territorial tem um sentido não apenas de ocupação para moradia e autoconsumo. Ela supõe a recuperação dos solos, das águas, da flora, da fauna, do ar e das possibilidades para a expansão da abundância, em oposição ao caráter predador da ação das empresas exportadoras. Em muitas ocasiões, os porta-vozes das comunidades explicam que não pretendem fazer do Wallmapu¹³ um território de uso exclusivo dos mapuche. Conclamam os chilenos pobres a uma outra forma de viver naquele espaço.

O governo vem se esquivando do debate sobre a relação causal entre o modelo da exploração florestal para exportação e os incêndios.

Na questão do enfrentamento às empresas florestais, organizações sociais do campo e da cidade coincidem na necessidade de rever o modelo, cujo potencial destrutivo foi escancarado pelos incêndios de 2017. A situação fez 110 organizações sociais chilenas assinarem um documento responsabilizando as grandes empresas florestais e solicitarem o fim do modelo florestal (BARRÍA, 2017). Mas ainda se está longe de um projeto comum alternativo.

Referências

ARAUCO. Informação Corporativa. Publicado em Junho/2017. Disponível em: http://www.arauco.cl/informacion.asp?idq=681&parent=625&ca_submenu=631&idioma=21, acesso em 27/06/2017, às 14:58.

BARRÍA, Fabián. "Organizaciones responsabilizan a empresarios por incendios y piden fin del modelo forestal". In: *Biobiochile*, publicado em 31/01/2017. Disponível em: <http://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2017/01/31/organizaciones-responsabilizan-a-empresarios-por-incendios-y-piden-fin-del-modelo-forestal.shtml>, acesso em 1º/07/2017, às 22:03.

BENGOA, José. *Historia del pueblo mapuche*. 5a. edição. Santiago de Chile: Sur, 1996.

CONAF. *Análisis de la Afectación y Severidad de los Incendios Forestales ocurridos en enero y febrero de 2017 sobre los usos de suelo y los ecosistemas naturales presentes entre las regiones de Coquimbo y La Araucanía de Chile*. Santiago de Chile: Ministerio da Agricultura, abril/2017.

CHONCHOL, Jacques. "La reforma agraria en Chile (1964-1973)". In: *El trimestre Económico*, jul/set 1976, vol. XLIII, p. 599-623.

¹³ Território mapuche.

CODEFF. "Presentan nueva evidencia del impacto negativo de la industria forestal en Chile", publicado em 13/07/2016. Disponível em: <http://www.codeff.cl/presentan-nueva-evidencia-del-impacto-negativo-de-la-industria-forestal-en-chile/>, acesso em 02/07/2017, às 11:10.

CMPC. "Presencia Regional", publicado em 31/12/2015. Disponível em: <http://www.cmpc.com/presencia-regional/>, acesso em 02/07/2017.

DONOSO, Sergio e REYES, René. "La Industria de la celulosa en Chile, otra 'anomalía de mercado'". In: *El Mostrador*, publicado em 05/01/2016. Disponível em: <http://www.elmostrador.cl/noticias/opinion/2016/01/05/la-industria-de-la-celulosa-en-chile-otra-anomalia-de-mercado/>, acesso às 0:46 de 27/06/2017.

DUARTE, Herbert Haltenhoff. "Los grandes incendios forestales en Chile 1985-2009". In: CONAF. *Documento de Trabajo 539*. Santiago de Chile: CONAF, 2010.

EL DESCONCIERTO. "Fuerzas Especiales irrumpe con bombas lacrimógenas en escuela rural en Temuicui", publicado em 14/06/2017. Disponível em: <http://www.eldesconcierto.cl/2017/06/14/video-fuerzas-especiales-irrumpe-con-bombas-lacrimogenas-en-escuela-rural-en-temuicui/>, acesso em 02/07/2017, às 11:07.

EMOL. "Incendios forestales: Aseguradora AON estima pérdidas en US\$890 millones", publicado em 09/02/2017. Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/Economia/2017/02/09/844253/incendios-forestales-aseguradora-aon-estima-perdidas-en-us890-millones.html>, acesso em 02/07/2017, às 10:45.

GESTIÓN. "Chile: Pérdidas forestales por incendios ascenderían a US\$ 350 millones", publicado em 1º/02/2017. Disponível em: <http://gestion.pe/economia/chile-perdidas-forestales-incendios-ascenderian-us-350-millones-2181045>, acesso em 02/07/2017, às 10:54.

INFOR. "Nuevo seguro de incendio forestal con subsidio estatal y sello SAFOR beneficiará a pequeños y medianos propietarios", PUBLICADO EM 11/10/2016. Disponível em: <http://www.infor.gob.cl/index.php/home/quienes-somos/noticias/informativo/1073-nuevo-seguro-de-incendio-forestal-con-subsidio-estatal-y-sello-safor-beneficiara-a-pequenos-y-medianos-propietarios>, acesso em 02/07/2017, às 10:58.

JARA, Juan Carlos Contreras. "Unión Comunal de Juntas de Vecinos interpone denuncia contra Forestal Arauco". In: *Resumen*, publicado em 09/06/2017. Disponível em: <https://resumen.cl/articulos/union-comunal-de-juntas-de-vecinos-interpone-denuncia-contra-forestal-arauco>, acesso em 02/07/2017, às 3:30.

KAY, Cristóbal e WINN, Peter. "La reforma agraria en el gobierno de la UP". In: *La cuestión agraria en Chile. Revolución, Marxismo y Ciencias Sociales*, jun. 1972, vol. 3, p. 5-24.

LIGNUM. "La carrera de Arauco para convertirse en la primera del mundo", publicado em 27/06/2017. Disponível em: <http://www.lignum.cl/2017/06/27/la-carrera-arauco-convertirse-la-primera-del-mundo/>, acesso em 02/07/2017, às 10:41.

MARIMÁN, José Alejandro. *Autodeterminación: ideas políticas mapuche en el albor del Siglo XXI*. Santiago de Chile: LOM, 2012.

PAIRACAN, Fernando. "Weuwaiñ: la invención de la tradición en la rebelión del movimiento mapuche (1990-2010)". In: RODRÍGUEZ, Jorge Pinto (org.). *Conflictos étnicos, sociales y económicos. Araucanía 1900- 2014*. Santiago de Chile: Pehuén, 2015, p.187-214.

_____. Malón. La rebelión mapuche. 1990-2013. Santiago de Chile: Pehuén, 2014.

PAZOS, Gabriela. "La industria forestal y la muerte del bosque nativo en Chile: Un modelo para secar al país". In: *El Desconcierto*, publicado em 23/09/2015. Disponível em:

<http://www.eldesconcierto.cl/2015/09/23/la-industria-forestal-y-la-muerte-del-bosque-nativo-en-chile-un-modelo-para-secar-al-pais>, acesso em 02/07/2017.

PUBLIMETRO. "Aseguradoras desembolsan US\$100 millones por indemnizaciones tras incendios forestales". In: *Diariopyme*, publicado em 15/05/2017. Disponível em: <https://www.publimetro.cl/cl/economia/2017/05/15/aseguradoras-desembolsan-us100-millones-indeminizaciones-incendios-forestales.html>, acesso em 02/07/2017, às 3:38.

RESUMEN. "JJVV de Penco, Chiguayante y Tomé ponen recurso contra Forestal Arauco e inmobiliaria Valmar por plantaciones cercanas a casas", publicado em 02/02/2017. Disponível em: <https://resumen.cl/articulos/jjvv-de-penco-chiguayante-y-tome-ponen-recurso-contra-forestal-arauco-e-inmobiliaria-valmar-por-plantaciones-cercanas-a-casas>, acessado em 02/07/2017, às 3:17.

_____. "Mañana se realizará en Tomé denuncia pública contra empresas forestales por alto peligro de incendios", publicado em 07/06/2017, acesso em 02/07/2017, às 3:33.

REYES, Carolina. "Cifran en US\$400 millones las pérdidas por incendios para el sector silvoagropecuario". In: *BioBioChile*, publicado em 06/02/2017. Disponível em: <http://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2017/02/06/cifran-en-us400-millones-las-perdidas-por-incendios-para-el-sector-silvoagropecuario.shtml>, acesso em 02/07/2017, às 10:50.

RODRÍGUEZ, Jorge Pinto. "La instalación del neoliberalismo y sus efectos en La Araucanía". In: RODRÍGUEZ, Jorge Pinto (org.). *Conflictos étnicos, sociales y económicos. Araucanía 1900- 2014*. Santiago de Chile: Pehuén, 2015, p.137-186.

SAG. *Resolución exenta nº 575/2016*, publicada em Concepción-Chile, em 30/06/2016. Disponível em: http://www.sag.gob.cl/sites/default/files/resol._575_2016_biobio.pdf, acesso em 02/07/2017, às 11:23.

_____. *Resolución exenta nº 2305/2016*, publicada em Talca-Chile, em 1º/12/2016. Disponível em: http://www.sag.gob.cl/sites/default/files/resol_2305_2016_maule.pdf, acesso em 02/07/2017.

_____. *Resolución exenta nº 1675/2016*, publicada em Rancagua- Chile, em 26/12/2016. Disponível em: http://www.sag.gob.cl/sites/default/files/resol._1675_2016_marchigue.pdf, acesso em 02/07/2017.

SALTIBÁÑEZ Q., Fernando. El cambio climático y los recursos hídricos de Chile. La transición hacia la gestión del agua en los nuevos escenarios climáticos de Chile. Santiago de Chile: ODEPA - Ministerio de Agricultura, 2016.

SIERRA, Malú. *Un pueblo sin Estado*. Santiago de Chile: Catalonia, 2010.

TORRES-SALINAS, Robinson et All. "Desarrollo forestal, escasez hídrica, y la protesta social mapuche por la justicia ambiental en Chile". In: *Ambiente & Sociedad* jan/mar 2016, vol. XIX, nº 1, São Paulo, p. 121-146.

UNIVERSIDAD DE CONCEPCIÓN, Departamento de Economía. *Análisis de la cadena de producción y comercialización del sector forestal chileno: estructura, agentes y prácticas*. Concepción: 2009.

VsAs. *Anuario Forestal 2016*. Boletín Estadístico nº 154. Santiago de Chile: INFOR, 2017.

WERKEN NOTICIAS. "Prensa miente sobre asesinato de Weichafes y Carabineros reprime cortejo fúnebre", publicado em 12/06/2017. Disponível em:

<http://werken.cl/prensa-miente-sobre-asesinato-de-weichafes-y-carabineros-reprime-cortejo-funebre/>, acesso em 02/07/2017.

WIDMYIER, Nicholas. *"El pueblo aquí está totalmente humillado" La Contrarreforma Agraria en Chile*. Santiago de Chile: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2015.

Sobre a autora

Silvia Beatriz Adoue – Graduação em Matemática pela Universidade de São Paulo (US), São Paulo, Brasil; Mestrado em Integração da América Latina Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Atualmente é docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Como citar este artigo

ADOUE, Silvia Beatriz. De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 101-126, mai.- ago. 2018.

Recebido para publicação em 10 de agosto de 2017.
Devolvido para a revisão em 11 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 11 de fevereiro de 2018.

Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos

Julian Andres Ariza

Universidad de la República (UDELaR) – Montevideo, Montevideo, Uruguay.
e-mail: julian.ariza.arias@gmail.com

María Inés Gazzano

Universidad de la República (UDELaR) – Montevideo, Montevideo, Uruguay.
e-mail: igazzano@gmail.com

Resumen

Se presenta una perspectiva de análisis al proceso de acceso a tierras de un grupo de jóvenes en Uruguay. A la luz de la propuesta epistemológica de Hugo Zemelman, se estudia la emergencia de las juventudes como sujetos sociales, situando las prácticas locales que acompañaron ese proceso. El hacer agroecológico aparece de manera latente como una herramienta de resistencia en la cotidianidad. Se afirma el potencial transformador de las juventudes en el medio rural y, a partir de redes de complejidad, se entrelaza la dinámica microsocial con el horizonte emancipatorio de la soberanía alimentaria.

Palabras clave: Micropolítica; sujetos sociales; presente potencial; agroecología; redes.

Youth fight over land in Uruguay: from the micro-social to the constitution of subjects

Abstract

This paper presents an analytical approach to the process of land access by a group of young people in Uruguay. From the epistemological proposal of Hugo Zemelman, it studies the youths emergence as social subjects, situating the local practices that followed that process. The agroecological making appears latently as a tool of resistance in everyday life. The transformative potential of youth in rural areas is affirmed and, from the complexity networks, the microsocial dynamics are intertwined with the emancipatory horizon of food sovereignty.

Keywords: Micropolitics; social subjects; potential present; agroecology; networks.

Luta de jovens pela terra no Uruguai: do microsocial à constituição de sujeitos

Resumo

Apresenta-se uma aproximação de análise ao processo de acesso a terras por um grupo de jovens no Uruguai. À luz da proposta epistemológica de Hugo Zemelman, estuda-se a emergência das juventudes como sujeitos sociais, situando as práticas locais que acompanharam o processo. O fazer agroecológico surge de maneira latente como uma ferramenta de resistência na cotidianidade. Afirma-se o potencial transformador das juventudes rurais e, a partir de redes de complexidade, entrelaça-se a dinâmica microsocial com o horizonte emancipatório da soberania alimentar.

Palavras chave: Micropolítica; sujeitos sociais; presente potencial; agroecologia; redes.

Introducción

Las juventudes rurales en América Latina, entendidas desde su amplia diversidad, presentan una condición atravesada por ciertas características que reflejan su alto grado de vulnerabilidad. Las dificultades de inserción laboral y de trabajo decente, la falta de pertinencia de la educación, las limitaciones para acceder a recursos productivos en especial la tierra, la falta de protección social, la falta de libertades de asociación, las desigualdades de género, el sesgo urbano de las políticas públicas y la desatención a los aspectos socioambientales constructores de identidad están induciendo la salida de las juventudes del campo (BECERRA, 2004; DIRVEN, 2016; ESPÍNDOLA, 2004; SILI; FACHELLI; MEILLER, 2016). Salir o mantenerse en el medio rural presenta un movimiento conflictivo y de relaciones sociales contradictorias, mediadas por el imaginario de modernidad en la ciudad, la satisfacción de necesidades y la valorización de la vida en el campo (DE OLIVEIRA; LIMA, 2017).

El diagnóstico sobre la falta de atención que se le dirige a las juventudes rurales desde los ámbitos públicos y académicos también se evidencia en Uruguay. Esto se confirma desde estudios de apoyo para el diseño del Plan de Acción de Juventudes 2015-2025 (CARDEILLAC; JUNCAL, 2013), o con análisis sobre la desigualdad juvenil que privilegian los abordajes demográficos, invisibilizando la condición de los/as jóvenes en las áreas rurales (ARAYA et al., 2014). En el país, este sector hace parte de la población que está expuesta a mayores riesgos sociales, siendo agravadas las vulnerabilidades si se establece un recorte de género (ESPÍNDOLA, 2004; ROSSEL, 2009). Los niveles de pobreza multidimensional son mayores para los/as jóvenes del medio rural y esto se traduce en carencias materiales que afectan la salud, la vivienda, la educación y las relaciones sociales (ALVES; ZERPA, 2011).

A pesar de las adversidades, también existen esfuerzos de organización que se presentan como alternativas a la exclusión y la pobreza de las juventudes en el campo (KESSLER, 2006). En estos escenarios cobra importancia el contexto relacional, como un factor potencial para ampliar las construcciones identitarias y visibilizar el papel de los y las jóvenes como actores políticos (CASTRO, 2009; MAGNO; DOULA; DE ALMEIDA PINTO, 2011; VOMMARO, 2011). Esto permite reconocer a las juventudes como portadoras de un potencial transformador de los territorios, que se constituyen en sujetos con alternativas creativas y contratendencias para reivindicar proyectos de futuro en el campo.

En este trabajo se presenta la experiencia de acceso a tierras públicas de un grupo de jóvenes en Uruguay, hoy organizado en la Cooperativa Social Aldea Avatí. El objetivo del trabajo es mostrar el proceso de constitución de los/as jóvenes como sujetos sociales, a partir de sus estrategias de lucha por la tierra. Para esto se plantea una aproximación a la investigación de tipo cualitativo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2010) partiendo de la realidad

desde una perspectiva holística, flexible, estudiando los hechos en el momento que ocurren, construyendo y reconstruyendo el modelo de lo estudiado. Se trabajó de forma participativa, realizando una recuperación crítica de la historia, con una consecuente sistematización y un análisis teórico (FALS BORDA, 1992, 2014). Se buscó un acercamiento a algunas vivencias y espacios cotidianos del grupo, que inició en el primer campamento nacional de jóvenes por la soberanía alimentaria en septiembre de 2016 en la chacra Avatí en Rincón de Pando, Canelones. Desde entonces se realizaron aproximadamente 25 encuentros hasta junio de 2017. Se acude a un entendimiento de los hechos de la vida cotidiana como espacio contenedor de la complejidad de la realidad, que amplía sus posibilidades de comprensión (MORIN, 1994). En dialogo con lo anterior se analiza el proceso de la Cooperativa, a la luz de la propuesta epistemológica del rescate del sujeto de Hugo Zemelman (2007).

En la primera parte del trabajo se presentan algunas consideraciones sobre las juventudes rurales y el rol de las prácticas agroecológicas en la afirmación de las juventudes como sujetos sociales. En la segunda parte se muestra el recuento histórico de la Cooperativa, a partir de la reconstrucción colectiva y una somera contextualización. En la tercera parte se estudia el proceso de las juventudes apelando a algunas categorías analíticas de la propuesta epistemológica de Hugo Zemelman. Por último, se presentan las consideraciones finales, indagando, reflexionando, interpretando y planteando la simultaneidad de la experiencia microsocial de la cooperativa, con un proyecto de escala macrosocial.

Juventudes rurales y prácticas territoriales para el rescate del sujeto

Los enfoques de las juventudes que abordan las construcciones identitarias a partir de conexiones generacionales (MANNHEIM, 1993, p. 210, apud ORCE, 2014) y representaciones sociales, amplían el análisis de la juventud como categoría social y de los jóvenes como sujetos históricos. Así se constituye una categoría analítica de modo relacional (WEISHEIMER, 2005, 2013). En esta perspectiva la posición en el ámbito social no está dada por el nacimiento en el mismo tiempo cronológico, sino por la posibilidad que se adquiere en ese periodo de participar en los mismos sucesos y en vivencias comunes (MUTUVERRÍA, 2014).

Tavares (2008) articula los análisis de Karl Mannheim y Norbert Elias, para construir un cuerpo conceptual que permita comprender los procesos sociales enfrentados por jóvenes rurales en Brasil. A la luz estos autores, Tavares afirma:

Para hablar de juventudes rurales, interesa estar atento a la forma como inciden los factores sociales y culturales sobre la actual generación, conformando situaciones reales y campos de posibilidades que van a ser el espacio donde serán marcadas trayectorias individuales donde podrán

formarse grupos sociales reales en determinadas circunstancias (TAVARES, 2008, p. 620).

El campo de posibilidades refiere a relaciones de interdependencia y las conexiones que se establecen o no, en función del movimiento de las situaciones. Esa configuración de redes sociales expande o limita las oportunidades de intercambios materiales y simbólicos que alimentan la construcción de identidad (TAVARES, 2011). Esta perspectiva resulta pertinente para problematizar el nivel de importancia, frecuentemente vacío de contenido, que se atribuye a las juventudes rurales como actores centrales de los procesos de desarrollo rural.

En este sentido Caputo (2006) levanta algunas consideraciones sobre el contexto desde el cual se presenta la centralidad de las juventudes rurales en los procesos de cambio social. ¿Cuál es el proyecto de sociedad y de desarrollo rural para el cual las juventudes serían estratégicas?. ¿Cuál es el nivel de participación de los/as jóvenes del campo en un modelo de corte neoliberal y en otro de sostenibilidad social? (CAPUTO, 2006). El autor sugiere la necesidad de diferenciar los enfoques de política pública frente a las visiones actuales de agricultura donde las juventudes rurales pueden ser actores del agrobusiness, en un modelo controlado por grandes empresas y donde el alimento es una mercancía; o protagonistas de la agrodiversidad, que trabajan por la construcción de la soberanía alimentaria y actúan en dialogo con saberes distintos y tecnologías adecuadas.

Se entiende que se quiere expresar dos visiones que proyectan territorios y relaciones sociales distintas. No obstante, cabe resaltar que la agrodiversidad no necesariamente representa un argumento contrario a los intereses de la agricultura empresarial. Es más, en el actual debate crítico se pone de manifiesto la existencia de soberanías rivales (SCHIAVONI, 2014) y de discursos agroecológicos coaptadores (GIRALDO; ROSSET, 2016). Esa agrodiversidad puede leerse de manera más acertada desde la evidencia de una agricultura de inagotable pluralidad, del “reino de la diversidad”, que resiste a la “uniformante industrialización” (BARTRA, 2008, pp. 119-120). De cualquier forma, los modelos de agricultura representan visiones de clases sociales y territorios en disputa (FERNANDES, 2017), que configuran las luchas en espacios de dominación y resistencia (ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2013).

Es la visión contraria a la agricultura empresarial o del agronegocio, la que permite una concepción de juventudes como sujetos de derecho, ofreciendo un esquema para abordar los problemas de las juventudes y la ruralidad (CAPUTO, 2006). Así, la inserción de esta población en el diseño de programas de desarrollo rural sustentables, implicaría también su posicionamiento político de cara a la construcción de modelos socioeconómicos alternativos (CAPUTO, 1994). El reconocimiento de las juventudes como sujetos políticos recupera sus

potencialidades presentes para contribuir con un desarrollo dentro del contexto y la vida social en la que se sitúan (DE VERDIÈRE, 2002).

En dialogo con ese escenario, Portilla y Barrantes (2003) subrayan la importancia de valorizar lo que las juventudes consideran como significativo, así como su imaginario de futuro. Las autoras hacen énfasis en la generación de referentes de identidad para las juventudes rurales, mediante la construcción de espacios de participación social plurales, donde se gestionen de manera horizontal proyectos para el bienestar común. El fortalecimiento de las identidades grupales, y la revitalización de la cultura y la imagen del campo, son asuntos centrales a ser trabajados para superar la historia de marginalización de las juventudes rurales. Estas son conclusiones convergentes desde diferentes territorios de América Latina (BORDULIS et al., 2016; JURADO; TOBASURA, 2012; RODRÍGUEZ, 2017).

En el escenario descrito, vienen ganando importancia las prácticas agroecológicas como campo de revalorización de las juventudes en el medio rural. En diferentes países de la región, la agroecología se está convirtiendo en pauta para construir agendas nacionales que permitan fortalecer las identidades de los/as jóvenes rurales y responder a diferentes desafíos en los territorios (ANA, 2016; ANPE, 2016; IMCA, 2017). En lugares como Brasil, se evidencia un creciente, aunque aún modesto, número de investigaciones que destacan el papel de la agroecología en la ampliación de las posibilidades de permanencia de las juventudes en el medio rural, la construcción de relaciones identitarias y la garantía de su reproducción social. Además de eso se apunta la formación de actores políticos a partir de las metodologías y la reflexión sobre la sustentabilidad propias de la práctica agroecológica (DREBES; WIZNIEWSKY, 2015; SILVA, 2017). Más allá del surgimiento de un área de investigación vale destacar el esfuerzo multisectorial, en especial de los movimientos sociales, por profundizar el debate de las juventudes. Junto con dinámicas propias como encuentros, espacios de capacitación y declaraciones políticas de juventudes rurales (ANDRADE; MANSAN; TROILO, 2016; CASTRO, 2009), las iniciativas de organización también han conquistado la creación de políticas públicas específicas (BARCELLOS, 2015; CASTRO, 2016).

A nivel internacional también existe una pauta unificada en el amplio movimiento por la soberanía alimentaria, que articula los principios agroecológicos con el potencial de las juventudes como sujetos sociales. Se destaca la centralidad de los/las jóvenes agricultores/as en la lucha contra el monopolio del sistema alimentario, el acaparamiento de tierras, la mercantilización de la naturaleza, la esterilización del sistema educativo y contra el sistema hegemónico capitalista y patriarcal. En la perspectiva de transformación, ganan valor las nuevas formas de organización, las diversas manifestaciones de lucha por el acceso a tierra, el reclamo por la igualdad de género, por los derechos sobre las semillas y las iniciativas de autoformación y educación popular, entre otras (NYÉLÉNI, 2014). De igual forma se reiteran

los compromisos de las organizaciones y movimientos rurales para permitir la incorporación de las nuevas generaciones en los espacios de liderazgo y toma de decisiones (LVC, 2017).

Desde esta plataforma las juventudes y las mujeres representan una de las principales bases sociales para la evolución de la agroecología y la transformación social. Esta práctica a su vez, debería crear una dinámica territorial para ampliar las oportunidades de jóvenes y mujeres (NYÉLÉNI, 2015). Un espacio importante del movimiento por la soberanía alimentaria en la apuesta de articulación de juventudes y agroecología, se da con las iniciativas de formación en escuelas agroecológicas. Las escuelas vienen multiplicándose en diferentes lugares y buscan ser una alternativa de organización, lucha, investigación y producción, para que los y las jóvenes continúen en el territorio y fortalezcan las comunidades (GRAIN, 2016; LVC, 2015). Estas experiencias de prácticas y educación alternativa para las juventudes, también emergen desde dinámicas más comunitarias y sin la mediación explícita de movimientos sociales (LEISA, 2011, 2013).

Desde diversos contextos, la agroecología está dando cuenta de un proceso de incorporación de personas jóvenes al medio rural. Estos perfiles se asocian tanto con jóvenes que presentan relación familiar directa con el sector agrario, como con quienes no la tienen. Algunas características de esta tendencia reflejan la importancia de la escala local, la cooperación, la diversificación y el compromiso socioambiental (FLAMENT-ORTUN; GARCIA; MONLLOR, 2017). Entre los/as que no han tenido un vínculo directo con el sector agrario, se encuentran personas desilusionadas con el proyecto de la sociedad capitalista y orientadas a desarrollar medios de vida de forma autónoma y sustentable junto con la naturaleza (DE MATHEUS E SILVA, 2013). Según Gonzáles Cangas (2004) ese fenómeno atiende a construcciones subjetivas del espacio y tendría manifestación empírica con los neorrurales, que elaborarían un vínculo con lo rural, en tanto escenario de consumo ideológico, cultural y de ocio. Para el autor estas transformaciones se presentan en todo el mundo ya que responden a cambios globales de carácter económico, político y social, asociados a la pérdida de calidad de vida de la población urbana.

También se encuentran jóvenes que retornan al sector agrario, luego de un proceso de expulsión de familias agricultoras del medio rural, y que rompen con la tendencia agroindustrial de producción. Estos perfiles de "nuevos/as agricultores/as" jóvenes harían parte del fenómeno de recampesinización y representarían un nuevo paradigma agrosocial (MONLLOR, 2013). Según Ploeg (2014) la recampesinización es un proceso de rescate de la naturaleza campesina de la agricultura, y se fundamenta en la búsqueda de autonomía para alcanzar libertad en las formas de producir, y ante relaciones de opresión ejercidas por agentes externos. La agroecología representaría un elemento central en el proceso de recampesinización y reconfiguración de los territorios hacia una condición campesina (ROSSET; MARTÍNEZ TORRES, 2016).

Así, se presenta el enfoque sociopolítico de la agroecología como respuesta a las lógicas neoliberales y de globalización económica, para dar paso a una acción social colectiva que perfile salidas a la crisis civilizatoria (SEVILLA GUZMÁN; MONTIEL, 2010). Es justamente en ese hacer agroecológico, como estrategia de cambio y transformación social, donde se sitúa la experiencia que se relata a continuación. En ella la práctica agroecológica va a representar el sustento progresivo de un ejercicio organizativo y de constitución de sujetos que reivindican la tierra como opción de vida y proyecto de futuro. Esta es una aproximación a un proceso protagonizado por jóvenes que inició en el año 2002 y que hoy mantiene el mismo horizonte de la demanda. Actualmente el grupo abraza la identidad de dos generaciones de jóvenes que se autoafirman como agricultores/as. El grupo reunido en la Cooperativa Social Aldea Avatí, hace parte de una amplia juventud en movimiento que presenta demandas reivindicativas y se articula con redes que persiguen un proyecto social emancipatorio y crítico del modelo socioeconómico hegemónico.

Narrativas de la subsistencia: el proceso de constitución de la Cooperativa Social Aldea Avatí

Sobreviviendo a la crisis

En el año 2002 la dinámica económica sumergió al Uruguay en una de las crisis más agudas de su historia. Junto con la de Brasil (1999) y Argentina (2001), las crisis regionales mostraron, una vez más, las falencias de un modelo económico-financiero internacional, que para ese periodo estuvo caracterizado por la reducción de los estados a su más mínima expresión (MAÑÁN, 2010). Una de las evidencias más dramáticas de la catástrofe social se manifestó con la vulneración del derecho humano a la alimentación. El alto índice de desempleo estuvo acompañado de un aumento en el precio de la canasta de alimentos, dificultando el acceso a los estratos socioeconómicos más bajos. La crisis de 2002 sería la causante de que en el periodo 2003-2004 se alcanzaran los mayores niveles de pobreza e indigencia en el país (HRISTOFF; SARAVIA, 2009).

La respuesta social para generar una cruzada contra el hambre involucró diversas organizaciones, siendo determinante la labor de la Coordinadora de Ollas Populares (COP) (REBELIÓN, 2002). La COP incrementó su incidencia en el País y se generaron diversas manifestaciones de presión al estado para que cubriera parte de los requerimientos de alimentos en las Ollas (BUSTAMANTE, 2003). En este contexto, en el 2002 un grupo de familias creó la olla popular de Empalme Olmos, una localidad de aproximadamente 4.200 habitantes ubicada en el departamento de Canelones, a 40 km al noreste de Montevideo. La

olla llegó a alimentar hasta 140 personas y estaba conformada principalmente por mujeres y niños.

El desempleo en esa región se combinó con un proceso de desocupación y éxodo rural, que se fue dando desde décadas atrás por las crisis de diversas empresas (ALBÍN, 2000). Entre ellas destacan el ingenio azucarero Remolacheras y Azucareras del Uruguay (RAUSA) y la fábrica de cerámicas Metzen y Sena. Con el cierre de la empresa RAUSA en 1988 y la desactivación del tren que conectaba con la capital del país, bajó el precio de la tierra y de los productos agrícolas, y se generó un fuerte proceso de emigración. Buena parte de los trabajadores de la RAUSA y otros emigrantes de Montes y su área rural, se mudaron para Empalme Olmos e ingresaron a trabajar en Metzen y Sena (GATTI, 2014).

La fábrica de cerámicas sustentaba la estructura económica del pueblo, llegando a ocupar en sus tiempos de mayor auge a más de 2500 empleados. En el 2000 la empresa llegó al borde de la quiebra, los conflictos con los trabajadores y las marchas para visibilizar la crisis fueron el preludio de la pérdida de trabajos de buena parte de los funcionarios (LARED21, 2000). Las manifestaciones abrieron espacios para alimentar una conciencia en los trabajadores orientada a reivindicar el trabajo sin patrón y la autogestión de la fábrica, como alternativa para su salvación. Ya en el 2003 Metzen y Sena ocupaba menos de 400 personas. Algunos jóvenes y adultos desempleados de la fábrica, residentes de Empalme Olmos, se vieron en la necesidad de ingresar a la organización popular de la olla y sumar esfuerzos para enfrentar la subsistencia diaria (LARED21, 2003).

En medio de la crisis se expandieron las huertas familiares y las manifestaciones populares en Empalme Olmos. Algunas de las huertas, impulsadas por personas con vínculos generacionales asociados a la tierra y por los ex-productores (chacreros) emigrantes del extinto complejo azucarero de RAUSA, proveían parcialmente de alimentos a las ollas populares. En medio de esa dinámica de autogestión surgían reflexiones reivindicativas, facilitadas por ex-dirigentes sindicales o ex-trabajadores que de forma abrupta tuvieron que asumir otras formas de organización. En ese proceso se dieron algunas manifestaciones como cierres de rutas y tomas a las Policlínicas. También se generaron algunos encuentros con el movimiento de piqueteros argentino, para compartir experiencias sobre las formas de organización y la situación social de los dos países.

Las aperturas contingentes

A dos años de dinámicas de olla un grupo de 5 jóvenes de la COP de Empalme Olmos, con edades entre los 20 y 25 años, abrió un cuestionamiento respecto a la situación de dependencia que se estaba generando y la pasividad de muchos de los beneficiarios de la olla. En esas discusiones se fortaleció la idea de la exigencia de tierra como opción de vida y

autoempleo, y como respuesta digna al problema de acceso a alimentos. Con esta perspectiva varios integrantes de la COP iniciaron un trabajo de relevamiento de tierras públicas abandonadas, con el apoyo de vecinos/as ex-trabajadores/as de la Asociación de Ferrocarriles del Estado (AFE). En esa época, en la que se visualizaba la llegada al gobierno del Frente Amplio, el grupo de jóvenes extendió su participación a algunos espacios políticos para posicionar la demanda de tierras para jóvenes.

De la mano de un manual de huertas que circulaba en los lugares de reunión de la olla, desarrollado por el Programa de Producción de Alimentos y Organización Comunitaria¹ (PPAOC) de la Facultad de Agronomía de la Udelar (FAGRO), el grupo desarrolló experiencias de producción orgánica en pequeños predios familiares. El PPAOC surgió en Montevideo como respuesta a la demanda social durante la crisis de 2002, para atender los problemas de seguridad alimentaria a través de la práctica de la Agricultura Urbana (GAZZANO et al., 2011).

Hacia el año 2006 el grupo estaba conformado por 10 jóvenes y combinaba la participación en la olla, la experiencia productiva y la incidencia política, con un activismo de oposición al proyecto del gobierno de crear un basurero en la región de Empalme Olmos conocida como Cañada Grande. Este conflicto socioambiental que ganó relevancia nacional, acercó otras personas al proceso del grupo. Entre ellas estaba Gonzalo Abella, un reconocido historiador de la población indígena y las creencias populares del territorio Uruguayo. Inspirados en sus historias, y con la necesidad de fortalecer la organización, el grupo decidió crear el colectivo Piporé Ñandú Guazú². Con este nombre quisieron honrar sus antepasados Guaraníes, y mantener presente la simbología de las leyendas.

La incidencia política por la reivindicación de tierra, así como otros espacios de apoyo cercanos a las ideas del colectivo, motivaron al grupo a presentar una solicitud al Instituto Nacional de Colonización (INC). En medio de las conjeturas sobre el interés del gobierno en recuperar el INC, que hasta ese entonces había sufrido un proceso de desmantelamiento, el colectivo sugirió que el estado comprara un terreno abandonado, cercano a Empalme Olmos. La intención era que esa tierra improductiva, de propiedad del Instituto de Higiene de la Facultad de Medicina de la Udelar, fuera adjudicada por el INC al colectivo Piporé.

Fortaleciendo la lucha en red

Esa primera tentativa no llegó a buen término, pero este fue el inicio del proceso de demanda de tierras públicas para jóvenes. Mientras tanto el colectivo desarrollaba trabajos de

¹ El programa se desarrolló en alianza entre 5 servicios universitarios de la Udelar y vecinos/as de las cercanías a la Facultad de Agronomía en Montevideo.

² La leyenda remite a un pueblo errante buscando la tierra sin mal, que llegaría al lugar soñado gracias a una constelación en forma de huella, dejada por el Ñandú en su salto hacia la conquista del cielo.

huerta y crianza de animales menores aprovechado diversos espacios familiares y otros públicos. En el proceso de búsqueda de tierra y desarrollo de capacidades para fortalecer la organización, el colectivo tomó contacto con la comunidad del sur. Esta fue una reconocida experiencia de cooperativismo integral de inspiración libertaria, creada en Montevideo por un grupo de jóvenes durante la década de 1950. La comunidad del sur apelaba a la práctica de una política participativa y de democracia directa, en un entorno de autogestión para intentar abarcar las distintas actividades de la vida social (ECOCOMUNIDAD, [s.d.]). Las visitas del colectivo Piporé a la comunidad, sirvieron de inspiración para alimentar su proceso de búsqueda de tierra y desarrollo de un proyecto colectivo de vida.

En el 2007 el grupo aceptó la oferta de uno de los vecinos de Empale Olmos, de utilizar 7 ha de su propiedad que estaban en desuso. La práctica de producción orgánica colectiva y el interés en ganar más herramientas para fortalecer la experiencia, propiciaron un acercamiento con la Red Nacional de Semillas Nativas y Criollas de Uruguay en el 2008. La Red surgió en el 2004 gracias a los esfuerzos de la Asociación de Productores Orgánicos del Uruguay (APODU), la FAGRO y la ONG Redes amigos de la tierra (GAZZANO; GÓMEZ, 2017).

Las discusiones estimuladas al interior de la Red sobre los impactos del sistema alimentario convencional, así como sus alternativas, empezaron a integrar la pauta de reivindicación de tierras para jóvenes. Estos argumentos fueron puestos en consideración en diferentes escenarios, (muros, emisoras radiales, eventos públicos) y el grupo empezó a ganar reconocimiento como organización social en representación de los/as jóvenes. Para ese entonces cuestionaban la política de promoción de maíz transgénico (plan maíz), exigiendo maíz criollo para plantar en el campo donde desarrollaban la experiencia productiva. A pesar de las críticas al programa del estado, los diferentes espacios de incidencia hicieron eco en algunos funcionarios públicos, quienes ofrecieron algunos apoyos en insumos, contactos y capacitación para el emprendimiento de los/as jóvenes.

El grupo continuó avanzado con la experiencia colectiva de producción orgánica y hacia fines de 2010 logró financiar un equipo de riego a través del Fondo de crédito solidario Raúl Sendic (MONTEVIDEO, 2006). En el 2011 el colectivo Piporé enfrentó un nuevo desafío que una vez más puso a prueba su interés por la tierra, ya que tuvieron que abandonar el campo donde estaban trabajando desde el 2007. La nueva situación obligó al grupo a buscar alternativas para seguir abasteciendo a los clientes que se habían consolidado durante los 5 años de experiencia productiva agroecológica. También tuvieron que encontrar soluciones para no perder el banco de semillas y atender a la inaplazable necesidad de subsistencia económica y de continuación de la experiencia colectiva. Desde ese momento y hasta la primera mitad del 2012 el colectivo desarrolló el emprendimiento productivo en pequeños predios prestados y en los jardines de sus propias casas. A mediados de 2012 el grupo obtuvo

acceso temporal al predio de la Facultad de Higiene, que había sido solicitado en 2007. Allí desarrollaron una actividad productiva precaria caracterizada por limitaciones para acceder a recursos, y dificultades para obtener los resultados esperados.

En febrero de 2014 el grupo organizado y con el respaldo de la red de semillas, se presentó al llamado para arrendar el inmueble 711 del INC, ubicado en Rincón de Pando, a 9 km de Empalme Olmos. En noviembre el colectivo recibió la adjudicación de la fracción número uno del inmueble, con una superficie de 20 ha, y firmó un contrato de arrendamiento por dos años. En esa adjudicación, fue favorable la confluencia de condiciones institucionales orientadas a fortalecer la participación de las juventudes y las mujeres en la política de tierras (PRESIDENCIA, 2013). Esto a pesar de que hasta 2013 no existieran programas específicos para jóvenes por parte del INC (CARDEILLAC; JUNCAL, 2013).

Con el acceso a tierra, las exigencias jurídicas y la reconfiguración de integrantes del colectivo Piporé, el grupo pasó a conformar la Cooperativa Social Aldea Avatí³. El grupo está constituido por seis integrantes⁴, de los cuales uno participó en la transición de la olla a las huertas, tres vivenciaron esas dinámicas aun siendo niños, y dos se incorporaron a la iniciativa de Piporé en 2012 gracias a los vínculos con la Red de Semillas. Avatí inició los trabajos de adecuación del área, recuperación de suelos, montaje del sistema productivo y construcción de infraestructura. En este proceso han contado con el apoyo de otras instancias de gobierno entre las que destaca la Agencia de Desarrollo Rural de Canelones, que desde su creación en 2015 ha realizado una apuesta de política pública sustentada en tres ejes: construcción de soberanía territorial; reconocimiento de los derechos y la ciudadanía en el campo; rescate de las identidades y el diálogo campo-ciudad en el departamento (IC, 2012).

La Cooperativa inició actividades productivas en rubros hortícolas con manejo agroecológico, y asumió una dinámica de vinculación con consumidores y productores orgánicos de la región. Participaron en una articulación con la Asociación Barrial de Consumo de Montevideo (ASOBACO), que busca formas alternativas de abastecimiento de alimentos atendiendo a cuatro principios: alimentos sanos, compras a emprendimientos familiares colectivos, relaciones estrechas entre consumidores/as – productores/as y organización colectiva para la gestión de los alimentos (ASOBACO, [s.d.]). También empezaron a participar en una feria semanal, donde además de vender sus productos, establecen un espacio de diálogo con los consumidores acerca de las implicaciones y los beneficios de la producción agroecológica.

En 2016 comenzaron a distribuir productos mediante la modalidad de pedidos personalizados, utilizando las redes sociales para publicitar las listas de alimentos. Estas listas

³ En Guaraní Avatí significa maíz. Desde la Cooperativa se quiere hacer alusión a la unidad de los pueblos del maíz.

⁴ En esta “segunda generación de jóvenes” las edades oscilan entre 20 y 27 años.

frecuentemente son hechas a mano y con una impronta artística muy particular. También en ese año, las mujeres de la Cooperativa junto con otras productoras de la red orgánica de Pando, empezaron a participar en una feria semanal gestionada exclusivamente por mujeres. Otro espacio de interacción se ha dado mediante visitas frecuentes de diferentes grupos de la UdelaR, entre los que destaca el grupo de Cooperativismo, interesados en conocer el proceso y la experiencia productiva de la Cooperativa de jóvenes.

En septiembre de 2016 se realizó en el predio de la Cooperativa Avatí el primer campamento nacional de jóvenes por la soberanía alimentaria (REDES, 2016). Este encuentro buscó impulsar un entorno para discutir desde la visión de las juventudes, sus dudas, aportes, dificultades y potencialidades en el proceso de construcción de soberanía alimentaria. Desde las instituciones públicas, participaron en la apertura del encuentro un representante de la Comisión Nacional de Fomento, la presidenta del INC y el director de la agencia de desarrollo rural de la Intendencia de Canelones. En abril de 2017, en el marco de la séptima fiesta de la semilla criolla y la agricultura familiar (REDES, 2017), tuvo lugar un intenso debate sobre juventudes y acceso a tierras. El conversatorio fue moderado por la Cooperativa Avatí, y contó con la participación de la presidenta del INC y un nutrido grupo de jóvenes de diferentes regiones del País. La pauta del debate estuvo en uno de los temas centrales para la construcción de soberanía alimentaria: el acceso a tierras para las juventudes. Actualmente la Cooperativa desarrolla su experiencia productiva y de vida conciliando diversos tipos de tensiones y necesidades diarias, asociadas al desafío de establecer una autonomía económica, al avance en el proceso de radicación de todos los integrantes en el predio y al fortalecimiento de la organización y la planificación, entre otras.

Hacia el reconocimiento de los sujetos desde las luchas de la cotidianidad

En este estudio de caso, el rescate del proceso histórico organizativo-reivindicativo pretende inscribirse en el llamado contra el desperdicio de la experiencia social (DE SOUSA SANTOS, 2006). En esta perspectiva buscan visibilizarse las luchas cotidianas en la periferia del sistema hegemónico, para mostrar que existe una riqueza popular, aún no abarcada por los mecanismos tradicionales de construcción del conocimiento. En esos mensajes que llegan desde abajo, se pueden evidenciar configuraciones del saber popular que crean historia, construyen la realidad y perfilan un futuro de alternativa esperanzadora, que, aunque no existe, está emergiendo. De esta manera, al decir de Boaventura de Sousa Santos, se pretende “centrar la atención simultáneamente en la viabilidad y en el potencial emancipatorio de las múltiples alternativas que han sido formuladas y practicadas un poco por todo el mundo” (DE SOUSA SANTOS, 2005, p. 25).

Como señala Falero (2008) las apuestas de esas otras luchas sociales pueden iluminar la composición de una subjetividad transformadora gestada desde espacios microsociales, cuyo potencial y complejidad, resulta eclipsado por abordajes dominantes sobre los actores protagonistas del cambio social. Es el escenario de la vida cotidiana, formado de pequeños encuentros y acontecimientos de amplio sentido, donde se manifiesta una dimensión micropolítica que puede evidenciar formas de acción propicias para la ampliación del poder social (USECHE, 2012).

En este contexto se realiza una aproximación al proceso de la Cooperativa, desde la propuesta del rescate del sujeto de Hugo Zemelman (2007), para identificar rasgos constitutivos de las juventudes como sujetos colectivos y sujetos sociales (RETAMOZO, 2006). Se hará referencia a las juventudes para aludir a las y los jóvenes que han participado de los diferentes momentos de la Cooperativa Avatí. Se entiende que a pesar de las transiciones generacionales que han tenido lugar en los más de quince años del proceso, siempre ha existido un cauce conductor de la identidad de un actor joven. Se asume una categoría de juventudes dinámica, que responde a un ámbito relacional en los sucesivos presentes del proceso y que está ligada a un espacio social de vínculos identitarios.

Crisis y movimiento hacia la acción creativa

Un ángulo de acercamiento pertinente para situar el inicio de las inquietudes por la tierra y la dinámica de gestión de las ollas populares es el que plantea Zibechi (2007) con la sociedad en movimiento. Desde el rincón de la necesidad, se levantó el proceso de autogestión vecinal, acompañando un movimiento histórico de lucha popular por la resignificación de derechos. Esa crisis del 2002 sería el marco de constitución de nuevos sujetos colectivos, no solo desde el fenómeno de autogestión de trabajadores (RIEIRO, 2016), sino también desde dinámicas sociales que asumieron un viraje territorial. En Empalme Olmos esas formas de organización cambiaron, de prácticas sindicales en función de la tensión patrón-obrero, hacia prácticas de autogestión que encontraron impulso en la solidaridad vecinal. Adelante de este punto de inflexión, toma forma un proceso de construcción identitaria de niños/as y jóvenes que se encuentran en medio de esa narrativa de la subsistencia. En ella, la cotidianidad representó un espacio de producción de alternativa al sistema dominante, en el sentido que destaca Zibechi (2007) de presencia simultánea tanto de la supervivencia como de la acción sociopolítica.

La existencia de esa cotidianidad no implica el advenimiento de un futuro deseable como ley, sino que ubica al presente como un escenario potencial de aperturas para la constitución de realidades posibles (PAREDES, 2013). En este transcurrir las juventudes también estaban en movimiento, interpretando la realidad a partir de las conexiones

generacionales y sus producciones identitarias. Se supera la visión que ubica al joven como mero producto social, para destacar la importancia de sus trayectorias de vida y sus universos simbólicos en la construcción de un sujeto creativo que resignifica la realidad (TAVARES, 2011). Desde la memoria familiar sobre los lazos con la tierra, pasando por momentos espontáneos de participación en la olla popular, hasta la toma de decisiones en función de un proyecto colectivo particular, se hace manifiesta la necesidad de vínculos sociales en la historización de la Cooperativa. Para Zemelman (2006) la urgencia de inmiscuirse en un complejo tejido social, evidencia una progresiva necesidad de darle sentido al presente, para atender a la necesidad de ser sujeto.

El dinamismo de las juventudes exige un reconocimiento de su capacidad para acompañar lo mutable de la realidad. Es decir, de pensar el presente subordinando lo claro a lo indeterminado, construir significados en ese tránsito de contenidos y abrazar el desafío de mirar lo desconocido (ZEMELMAN, 2015). De esta manera se abre el pensamiento “a aquello que lo excede para dar cuenta de la necesidad de asomarse al por-venir” (ZEMELMAN, 2007, p. 28). En este movimiento del pensamiento se incorpora la indeterminación desde la “realidad como movimiento potenciador”, presentando, a partir de un lenguaje no abarcable por los significados, un horizonte de posibilidades (ZEMELMAN, 2007, p. 38).

La dinámica socio-política establecida durante el proceso de organización de la olla popular ayudó a alimentar una conciencia en las juventudes sobre las posibilidades para intervenir la realidad. Desde el centro del conflicto emergió la necesidad de construir una salida digna a la crisis, ante la autoafirmación de la clase subalterna de entenderse como sujetos con derechos. En esa forma de acción colectiva de perspectiva transformadora, justa y solidaria, que oscila entre lo real y lo potencial, se encuentra la construcción del sujeto (DE LA GARZA, 1991). Este proceso complejo de prácticas sociales que estimulan la toma progresiva de conciencia, inclusive desde pequeños espacios organizativos, construye la subjetividad colectiva (FALERO, 2008).

Transición de la demanda y constitución del proyecto

Para el momento de acción colectiva de las ollas, pueden reconocerse las múltiples temporalidades de articulación de la organización y la existencia de dos operadores focales en la producción de la demanda (RETAMOZO; D'AMICO, 2013). Las temporalidades transitaban entre lo cotidiano de la dinámica barrial, con las relaciones sociales establecidas en la escuela o la familia; el espacio concreto de organización de las personas movilizadas durante la crisis, con asambleas y la actividad en la olla; y algunas acciones disruptivas como los cortes de calle, las tomas a las policlínicas y las marchas. Los dos operadores pueden entenderse como estructurales, pero también con diferentes tiempos. Uno fue el reclamo por

trabajo y el otro la exigencia de alimentos para abastecer parcialmente la olla. Esta temporalidad diacrónica sería una base sustancial donde las juventudes se perfilan, hacia un horizonte de concepción de la realidad como proyecto de vida social. La multiplicidad de tiempos, que desde el movimiento de las juventudes incluiría un ángulo de visión histórica, es un factor constitutivo de la totalidad, que permite entender la realidad como articulación de múltiples dimensiones y procesos (RETAMOZO, 2015).

Enfrentar esa complejidad de la realidad implica reparar que el movimiento de la sociedad es el resultado del movimiento de los sujetos. De esta manera no existen situaciones acabadas, justamente por el carácter inacabado del sujeto (ZEMELMAN, 2007). Se evidencia la realidad como un espacio de construcción de sentidos, de afirmación en lo que Zemelman entiende como el estar-siendo del sujeto, su posicionamiento en lo dado desde su mismo transcurrir (ZEMELMAN, 2010) o el límite entre lo “dado-significado y lo no dado-sugerido o probable” (ZEMELMAN, 2007, p. 70).

Un punto de desborde que permite otorgarle a las juventudes esa capacidad de apropiación de la realidad se presenta con la transformación de la demanda reivindicativa, que superó las temporalidades y el proyecto de la olla. Este segundo eje de inflexión se consolidó con la apertura de un espacio de autocrítica entorno a las situaciones de dependencia que estaba generando la olla popular. Desde ese momento puede rastrearse un cambio en la producción de la demanda, que pasó de ser trabajo y alimentos para el pueblo a convertirse en tierra y autoempleo para las juventudes. La nueva demanda acabó afianzando sus construcciones identitarias para intervenir en la realidad. Estas características de afirmación de las juventudes como sujetos políticos pueden sustentarse desde diferentes planos de articulación.

En primer lugar, vale mencionar que desde el poder crítico del movimiento de las ollas, las juventudes encuentran la fuerza para perfilarse con una salida constituyente. Es decir que la indignación movilizada pudo crear una brecha para constituirse en proyecto micro-social (RETAMOZO; D'AMICO, 2013). Para Zemelman (2010) esto significa pasar de una potencialidad con múltiples sentidos, a la concreción de un proyecto con una alternativa particular de sentido. Ese despliegue “más rico en nuevas esperanzas”, contribuye a la ampliación de los horizontes de vida del ser “pues lo que ayer no era valorado, e incluso se desconocía, más tarde se convierte en una exigencia valórica de primera importancia” (ZEMELMAN, 2012, p. 235).

El tránsito hacia la concreción del proyecto no se refiere a su descripción, sino a “captar la apertura de sus límites hacia horizontes” posibles de despliegue para los sujetos (ZEMELMAN, 2007, p. 46). Lo constituyente surge desde la complejidad de los espacios sociales donde se tejen trayectorias individuales con experiencias compartidas, y se orienta una búsqueda de autonomía alimentada por anhelos. Para Useche (2012) esos ámbitos del

acontecimiento derivan de “conectividades contingentes” (2012, p. 115) recreadas en actividades y experiencias humanas concretas. Es por esto que la salida hacia la concreción del proyecto representa también un elemento de diferenciación de las juventudes con su grupo social. Como lo afirma Tavares (2011) la vivencia de la realidad puede motivar la expansión del actuar de grupos jóvenes hacia espacios no abarcados, o puede generar su sujeción a los límites establecidos por las generaciones mayores.

En segundo lugar, la emergencia del proyecto particular de las juventudes implica la creación de un actor colectivo que, como lo destaca De La Garza (1991), surge no solo como consecuencia de tensiones estructurales, sino como la construcción de una identidad colectiva de futuro. La apropiación progresiva de la demanda de tierra y autoempleo de las juventudes, da cuenta de un conjunto de necesidades particulares que se reafirman tanto en su propio ámbito, como en su espacio social de afinidades. Esto quiere decir que, si bien esa identidad de futuro visibiliza la disputa de un actor joven, el carácter de los sujetos colectivos es abarcativo como proyecto social. A pesar de que en cierto momento estas escalas puedan ser imperceptibles, devienen simultáneamente, y con el paso del tiempo se clarifican en la acción colectiva a través de redes “donde se defiende la necesidad y posibilidad de la transformación social” (RIEIRO, 2010, p. 286). Estas pertenencias colectivas presentan “amplitudes tiempo-espaciales”, que se entrelazan con la formación de la subjetividad social (ZEMELMAN, 2010). Es decir que se gesta un punto de trascendencia de los sujetos colectivos hacia los sujetos sociales, ya que se constituye “la persistencia de la movilización de estas subjetividades colectivas, la conformación de una memoria histórica y la constitución de una identidad” (RETAMOZO, 2006, p. 8). De esta manera se configura un espacio de “nucleamientos colectivos” que permiten intervenir en la realidad social, a partir de la confluencia de necesidades, memoria, proyecto, utopía y prácticas habituales (PAREDES, 2013).

Múltiples temporalidades alimentando la práctica del presente

El devenir de las juventudes de la Cooperativa como sujetos sociales se rescata desde diferentes momentos de afirmación de su autonomía, en tanto capacidad para resignificar la realidad sin renunciar a su reivindicación particular. Como lo sugiere Useche (2009), este tipo de dinámicas de los/as jóvenes trasciende hacia la proyección de una comunidad con profundos desbordes reflexivos, que moldean una forma de producción de sociedad. Lo anterior se juega dentro de una práctica colectiva del presente para responder a la necesidad de construir una alternativa de vida, mientras se disputan un proyecto social y horizontes de futuro.

Esta lucha a contracorriente tiene una consideración especial en la media que se va decantando un actor joven que reconoce que su espacio de actuación dentro de la realidad

hegemónica es marginal. Con el paso del tiempo se fue develando en las trayectorias de otros/as jóvenes, que en algún momento fueron compañeros/as de trabajo, del barrio, o de olla, que las limitaciones creadas por lo hegemónico interrumpieron proyectos de futuro y profundizaron condiciones de exclusión. Esas posibilidades negadas también alimentan la lucha diaria por construir un espacio de vida que permita satisfacer las necesidades simbólicas y materiales propias del movimiento de las juventudes hacia la búsqueda de sentidos. De otro lado, la memoria de la Cooperativa también se nutre de las historias de jóvenes que participaron del impulso de salida constituyente, pero que continuaron desde otros ángulos de problematización de la realidad. Esa memoria ayuda a caminar por las tensiones del presente y se constituye en un símbolo que refuerza la concreción de un proyecto particular, sin abandonar una perspectiva de futuro con carácter emancipatorio.

El proyecto y la emergencia de las juventudes como sujeto social se configura dentro una complejidad de relaciones que hacen de la realidad un escenario inabarcable por predeterminaciones. Es decir que el proceso de la Cooperativa no se dio en función de la elaboración de una figura referente de disputa social, sino atendiendo a la urgencia de las necesidades. El desafío por superar la conflictividad implícita en los diversos momentos del proceso también encuentra argumento resolutivo en lo que Zemelman (2007) entiende como dos dimensiones del momento magmático: la intuición y la imaginación. Estas serían fuentes inagotables que, entrelazadas con la experiencia y la necesidad de ser, permiten abrir paso hacia la construcción de un futuro que, aunque difuso, es deseable. Sobre esas dimensiones Zemelman señala:

No es el discurso sobre el sujeto lo que importa sino la necesidad del discurso que forma parte de la intuición como dimensión constituyente, nunca posible de reducirse a ningún contenido, según las exigencias de las determinaciones. Más bien, es la intuición como afirmación de sí mismo desde su ubicación histórica, que no es objeto de un tratamiento analítico sino de una forma de enlace con lo posible. Es la imaginación como lenguaje de los contornos desde los cuales vislumbrar los espacios de despliegue (ZEMELMAN, 2007, p. 79).

En este sentido puede afirmarse que el proceso de las juventudes no surge de manera espontánea sino que es fruto del enlazamiento, no siempre inteligible, del pasado y el futuro, con una práctica cotidiana de resolución de necesidades. Lo anterior se expresa en una vivencia diaria de la resistencia donde a su vez se genera una fuerza vital productora de vida (USECHE, 2015). La condensación de la complejidad que da paso a la potencia creadora, toma forma en la acción, en la práctica liberadora del hacer. Este es lugar más íntimo donde se entrena la intuición y se encauza el flujo inabarcable de imaginación. Como señala Cusicanqui (2014), el hacer, como afirmación de la autonomía, es el terreno fértil donde encuentra raíz el ejercicio de resignificación de la realidad. En la esfera micropolítica del hacer

se elabora una trama donde se nutren simultáneamente la potenciación de la individualidad y la formación de ámbitos comunitarios resultantes de lógicas de afinidad (FERREIRÓS, 2016).

Consideraciones finales

Conteniendo resistencia y producción, persiste una práctica profundamente ligada con el alimento, con la tierra, con una forma particular de agricultura. Desde aquí se ha generado una espiral de tránsito entre satisfacción de necesidades, tanto simbólicas como materiales, y entretejido de redes de complejidad (NAJMANOVICH, 2007), con producción de sentidos e identidad propia. Esta práctica tiene implícita la noción de prefiguración de la realidad y encuentra una base estructural en el hacer agroecológico. La apuesta por desplegar en el presente las relaciones deseables para el futuro, se manifiesta con la inquebrantable voluntad de plantar (en las huertas vecinales, los fondos de casa, los terrenos prestados, o el campo conquistado) no solo alimentos limpios, sino también vida colectiva y relaciones de solidaridad. Todo esto sin desconocer los límites de los espacios de autonomía que se ponen en tensión por asuntos personales, limitaciones económicas o presiones externas, así como por las concesiones realizadas en función de la amplitud de actores que comparten un horizonte social.

En la Cooperativa, la construcción de territorialidad también adquiere contenido con la representación de un espacio contrahegemónico de significados particulares, que se traduce de diferentes formas. Desde el interés por desarrollar y adaptar herramientas agrícolas, la preferencia por producir su propio vino o por construir sus casas con sus manos y con los recursos del campo, hasta el disfrute con la creación de música o con la elaboración colectiva de los alimentos. Esas prácticas se constituyen también en bienes simbólicos que reflejan otra faceta de los vínculos identitarios, y que tienen fundamento en el contexto histórico desde donde se posicionan los/as jóvenes de la cooperativa. Desde esos ámbitos se crean despliegues reflexivos que cuestiona tanto las posibilidades de vida de los/las jóvenes en el medio rural, como la estructura del proyecto hegemónico de modernidad y las manifestaciones de su crisis. Esas prácticas y reflexiones se entienden en el sentido de sobreponer la necesidad de autonomía, sobre la idea establecida de desarrollo (PORTO-GONÇALVES, 2009).

El hacer agroecológico en tanto práctica que ha acompañado el contexto de emergencia de las juventudes como sujetos sociales permite tender mediaciones entre diferentes escalas de tiempo, así como entre los espacios micro y macrosociales. En el ámbito relacional de la cooperativa la agroecología gana densidad como proyecto social. Disputa escenarios que se extienden desde la política pública hasta horizontes sociales

emancipatorios y presenta un lenguaje con una traducción inteligible que circula libremente entre generaciones, fronteras y culturas.

Es en un contexto de complejidad, de relacionalidad, de auto-organización de fuerzas creadoras (ESCOBAR, 2016) donde puede iluminarse la conexión de un proyecto de juventudes en(con) la tierra, con una amplia perspectiva contrahegemónica de la realidad. La lucha por la tierra como foco referencial del proceso de la Cooperativa, encuentra amplificación como proyecto social con la reivindicación de la soberanía alimentaria. De esta manera el proceso de resignificación de la realidad desde los espacios micropolíticos de las juventudes, también se entrelaza con la emergencia de un pensamiento con identidad latinoamericana que se construye desde abajo y con la tierra. En palabras de Arturo Escobar, este pensamiento:

[...]Yace también en el fundamento de la re-comunalización de la vida, la re-localización de las economías y la producción, la defensa de semillas, el rechazo a los transgénicos y los TLC, y la defensa de la agroecología y la soberanía alimentaria» (ESCOBAR, 2016, p. 129).

El lenguaje común transita por redes donde se conectan múltiples temporalidades, y donde se teje un proyecto social de autonomía que se siembra. Estas redes de resistencia continental (GUTIÉRREZ ESCOBAR; VÉLEZ, 2016) se unifican en el horizonte emancipatorio de la soberanía alimentaria, y asumen una “figura corpórea” (redes de semillas, agroecológicas, de mercados campesinos, de colectivos de consumo, de jóvenes) en los diversos territorios de la región. En esta trama que se moviliza hacia la búsqueda de sentidos en la transformación social, son protagonistas los “pequeños sujetos” que construyen esos territorios y viven la práctica de resistencia/alternativa cotidiana, haciendo parte a su vez de la disputa por la construcción de “otros mundos posibles”.

Referencias

ALBÍN, D. **Canelones en quiebra: 12% de desocupación y el agro en ruinas**. 2000. Disponible en: <<http://www.lr21.com.uy/sociedad/17125-canelones-en-quiebra-12-de-desocupacion-y-el-agro-en-ruinas>>. Acceso en: 17 jun. 2017.

ALVES, G.; ZERPA, M. Pobrezas en las adolescencias en áreas rurales y urbanas. **Instituto de Economía - Serie Documentos de Trabajo**. Uruguay. 2011.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Diálogos sobre Juventudes e Agroecologia**. 2016. Disponible en: <<http://www.agroecologia.org.br/2016/11/01/encontro-dialogos-sobre-juventudes-e-agroecologia-reune-jovens-de-coletivos-e-redes-em-recife-pe/>>. Acceso en: 20 jul. 2017.

ANDRADE, G.; MANSAN, P. R. A.; TROILO, G. Juventude da via campesina: da invisibilidade à construção da rede GPR. **Entrelaçando**, v. V, n. 10, 2016.

ANPE. Asociación Nacional de Productores Ecológicos del Perú. **Encuentro Nacional de Jóvenes Agroecológicos**. 2016. Disponible en: <<http://www.anpeperu.org/noticias/2016-11-24-000000/encuentro-nacional-de-jovenes-agroecologicos-24-y-25-de-noviembre-de-2016>>. Acceso en: 20 jul. 2017.

ARAYA, F. et al. **Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay. Fascículo 4. Jóvenes en Uruguay: demografía, educación, mercado laboral y emancipación**. Montevideo: TRILCE, 2014.

ASOBACO. Asociación Barrial de Consumo. **Que es ASOBACO?**. s.d. Disponible en: <<https://asobaco.blogspot.com.uy/p/presentacion.html>>. Acceso en: 14 ago. 2017.

BARCELLOS, S. B. **Juventude Rural enquanto ator político e a reivindicação pelo «acesso à terra» no Brasil**XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 17 "Movimentos sociais, organizações de representação e lutas por direitos no campo". **Actas...**Porto Alegre: 2015.

BARTRA, R. **El hombre de hierro: los límites sociales y naturales del capital**. México: UAMC-ITACA-UAM-M, 2008.

BECERRA, C. Consideraciones sobre la Juventud Rural de América Latina y el Caribe. **FAO**, p. 1-16, 2004.

BORDULIS, D. C. et al. **Perspectivas sobre os jovens rurais: Marcelino Ramos/RS**XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. **Actas...**São Luís: 2016

BUSTAMANTE, M. **El hambre ataca**. 2003. Disponible en: <<http://www.lr21.com.uy/comunidad/106037-el-hambre-ataca>>. Acceso en: 17 jun. 2017.

CAPUTO, L. **Jóvenes rurales: intervenciones sociales, obstáculos y alternativas en la promoción de sus organizaciones**Seminario / Taller Juventude e Desenvolvimento Rural. **Actas...**Asunción: BASE, Investigaciones Sociales, 1994

CAPUTO, L. **Estudios sobre juventud rural en América Latina. Limitaciones y desafíos para una agenda de investigación sobre juventud rural**. Seminario Internacional: Investigación sobre Juventud y Políticas Públicas de Juventud. **Actas...**Argentina/Uruguay: FLACSO/CELA/UNESCO, 2006

CARDEILLAC, J.; JUNCAL, A. Políticas Públicas de Juventud dirigidas a jóvenes rurales. En: **Plan de Acción de Juventudes 2015-2025**. Montevideo: INJU, 2013. p. 113-129.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, p. 179, 2009.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 1, n. 45, p. 193-212, 2016.

CUSICANQUI, S. R. **Conversa del Mundo - Silvia Rivera Cusicanqui**. 2014. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU&t=5506s>>. Acceso en: 10 mar. 2017.

DE LA GARZA, E. Los sujetos sociales en el debate teórico. En: **Crisis y sujetos sociales en México**. México: Porrúa-UNAM CIIH, 1991. p. 15-52.

DE MATHEUS E SILVA, L. Sembrando nuevos agricultores»: contraculturas espaciales y recampesinización. **Polis**, v. 34, p. 57-71, 2013.

DE OLIVEIRA, L. B.; LIMA, R. DE S. **Juventude camponesa: unidade dialética campo – cidade**XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Sessão Temática 6: Espaço, identidade e práticas socio-culturais. **Actas...**São Paulo: 2017

DE SOUSA SANTOS, B. Introdução: para ampliar o cânone da produção. En: **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-80.

DE SOUSA SANTOS, B. La Sociología de las Ausencias y la Sociología de las Emergencias : para una ecología de saberes. En: **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 13-41.

DE VERDIÈRE, A. Juventud rural y medios de vida sustentables: Progresos y desafíos pendientes. **FAORLC**, p. 1-11, 2002.

DIRVEN, M. **Juventud rural y empleo decente en América Latina**. Santiago: FAO, 2016.

DREBES, L. M.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia e Juventude: um possível campo de investigação científica em ascensão. **Monografias Ambientais**, v. 14, n. 1, p. 26-36, 24 abr. 2015.

ECOCOMUNIDAD. **Comunidad del Sur una experiencia autogestionaria**. s.d. Disponible en: <<http://www.ecocomunidad.org.uy/index.html>>. Acceso en: 19 jun. 2017.

ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra : La diferencia de Abya Yala / Afro / Latino-América. **Intervenciones en estudios culturales**, n. 3, p. 117-134, 2016.

ESPÍNDOLA, D. **Organizaciones y movimientos juveniles rurales en cinco países del mercosur: (Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay). Situación actual y propuestas para su fortalecimiento**. Montevideo: CELAJU, UNESCO, 2004.

FALERO, A. Subjetividad colectiva, movimientos sociales y construcción social de derechos. Una perspectiva de análisis. En: **Las batallas por la subjetividad: Luchas sociales y construcción de derechos en Uruguay. Una aproximación desde la teoría sociológica**. Montevideo: CSIC - UdelaR/Fanelcor, 2008.

FALS BORDA, O. La investigación participativa y la intervención social. Perspectivas Metodológicas en la Política Social. **Actas...**Valencia: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1992.

FALS BORDA, O. Sección II: Metodología (IAP) - La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación acción (participativa). En: FARFÁN, N. A. H.; GUZMÁN, L. L. (Comps.). **Ciencia, compromiso y cambio social**. 2. ed. Montevideo: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión libros, 2014. p. 301-321.

FERNANDES, B. M. Territorios y Soberanía Alimentaria. **ReLaER**, v. II, n. 3, p. 22-39, 2017.

FERREIRÓS, F. J. **Derivaciones pedagógicas: derivas en torno a la obra de Silvia Rivera Cusicanqui**Terceras Jornadas de Estudios de América Latina y el Caribe. América Latina: escenarios en disputa. **Actas...**Buenos Aires: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe - UBA, 2016

FLAMENT-ORTUN, S.; GARCIA, B. M.; MONLLOR, M. **Nuevos perfiles en la incorporación de personas jóvenes al campo: tendencias emergentes desde una perspectiva de**

soberanía alimentaria. El futuro de la alimentación y retos de la agricultura en el siglo XXI: Debates sobre quién, cómo y con qué implicaciones sociales, económicas y ecológicas alimentará el mundo. **Actas...País Vaso: elikadura**, 2017

GATTI, D. **La fábrica. La única fábrica de cerámicas del país está de vuelta gracias a sus trabajadores.** 2014. Disponible en: <<http://www.revistaajena.com/la-fabrica/>>. Acceso en: 17 jun. 2017.

GAZZANO, I. et al. La formación en Agroecología. Un espacio abierto sociedad - Universidad: cinco años de cursos – Talleres de producción de alimentos. **Unidad de Sistemas Ambientales**, 2011.

GAZZANO, I.; GÓMEZ, A. Agroecology in Uruguay. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 380-400, 21 abr. 2017.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju, Matinhos**, v. 2, n. 1, p. 14-37, 2016.

GRAIN. **De un vistazo y muchas aristas - Escuelas de agroecología en América Latina: semillas de futuro.**

GONZÁLES CANGAS, Y. Óxido de lugar: ruralidades, juventudes e identidades. **Nómadas (Col)**, v. 20, p. 194-209, 2004.

GUTIÉRREZ ESCOBAR, L. M.; VÉLEZ, G. La lucha por las semillas libres de los pueblos latinoamericanos: experiencias de brasil, ecuador, colombia, honduras y guatemala. **Observatorio del derecho a la alimentación y a la nutrición**, n. 12, p. 70-79, 2016.

HRISTOFF, A.; SARAIVA, L. **Situación de la seguridad alimentaria y nutricional en Uruguay 2009.** Montevideo: Secretaría de Seguridad Alimentaria y Nutricional, 2009.

IC. Intendencia de Canelones. **Agencia de Desarrollo Rural. Áreas de acción.** 2012. Disponible en: <<https://www.imcanelones.gub.uy/conozca/gobierno/secretaria-general-y-direcciones/agencia-de-desarrollo-rural/areas-de-accion>>. Acceso en: 26 jun. 2017.

IMCA. Instituto Mayor Campesino. **Promoción de la agroecología con jóvenes integrantes de organizaciones campesinas rurales.** 2017. Disponible en: <<http://imca.org.co/promocion-de-la-agroecologia-con-jovenes-integrantes-de-organizaciones-rurales/>>. Acceso en: 20 jul. 2017.

JURADO, C.; TOBASURA, I. Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad? **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 10, n. 1, p. 63-77, 2012.

KESSLER, G. La investigación social sobre juventud rural en América Latina. Estado de la cuestión de un campo en conformación. **Revista Colombiana de Educación**, n. 51, p. 16-39, 2006.

LARED21. **Pando en ruinas por la crisis: el imparable desempleo genera angustia, hay más suicidios, prostitución y un éxodo masivo.** 2000. Disponible en: <<http://www.lr21.com.uy/sociedad/21739-pando-en-ruinas-por-la-crisis-el-imparable-desempleo-genera-angustia-hay-mas-suicidios-prostitucion-y-un-exodo-masivo>>. Acceso en: 17 jun. 2017.

LARED21. **Empalme Olmos: estrategias solidarias para la crisis.** 2003. Disponible en: <<http://www.lr21.com.uy/comunidad/104860-empalme-olmos-estrategias-solidarias-para-la-crisis>>. Acceso en: 17 jun. 2017.

LEISA. Una nueva generación de agricultores: la juventud campesina. **Leisa revista de agroecología**, v. 27, n. 1, 2011.

LEISA. Educación para el campo. **LEISA Revista de agroecología**, v. 29, n. 3, 2013.

LVC. La Vía Campesina. Agroecología campesina por la soberanía alimentaria y la madre tierra: experiencias de La Vía Campesina. **Cuaderno La Vía Campesina**, n. 7, 2015.

LVC. La Vía Campesina. **VII Conferencia Internacional de La Vía Campesina: Declaración De Euskal Herria**. 2017. Disponible en: <<https://viacampesina.org/es/vii-conferencia-internacional-la-via-campesina-declaracion-euskal-herria/>>. Acceso en: 2 ago. 2017.

MAGNO, L.; DOULA, S. M.; DE ALMEIDA PINTO, N. M. «Todo mundo conhece a gente agora»: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 9, n. 1, p. 305-319, 2011.

MAÑÁN, O. M. Uruguay: crisis, inflexión y ¿vuelta de la política? **Política y cultura**, v. enero, n. 34, p. 213-236, 2010.

MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 2, 1993.

MONLLOR, N. El nuevo paradigma agrosocial , futuro del nuevo campesinado emergente. **Polis**, v. 12, p. 203-223, 2013.

MONTEVIDEO. **Fondo Raul Sendic. Palabra Santa**. 2006. Disponible en: <<http://www.montevideo.com.uy/contenido/FONDO-RAUL-SENDIC-26338>>. Acceso en: 25 jun. 2017.

MORIN, E. **Introducción al Pensamiento Complejo**. Barcelona: Gedisa, 1994.

MUTUVERRÍA, M. La clave generacional de Mannheim en la participación política de jóvenes de la Plata. **Questión**, v. 1, n. 41, p. 28-38, 2014.

NAJMANOVICH, D. El desafío de la Complejidad: Redes, cartografías dinámicas y mundos implicados. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 12, n. 38, p. 71-82, 2007.

NYÉLÉNI. **Juventud y agricultura**. 2014. Disponible en: <https://nyeleni.org/DOWNLOADS/newsletters/Nyeleni_Newsletter_Num_17_ES.pdf>. Acceso en: 18 jul. 2017.

NYÉLÉNI. **Declaración del Foro Internacional sobre Agroecología**. 2015. Disponible en: <<http://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2015/10/NYELENI-2015-ESPANOL-FINAL-WEB.pdf>>. Acceso en: 18 jul. 2017.

ORCE, V. **La perspectiva generacional y lo familiar en los estudios sobre juventud. un aporte desde la investigación socioeducativa**. II Jornadas Internacionales «Sociedades Contemporáneas, Subjetividad y Educación». **Actas...**Buenos Aires: 2014

PAREDES, J. P. El presente Potencial y la conciencia histórica. Realidad Social, Sujeto y Proyecto. A la memoria de Hugo Zemelman Merino. **Polis**, v. 36, 2013.

PLOEG, J. D. VAN DER. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, n. 1, p. 7-14, 2014.

PORTILLA, M.; BARRANTES, C. Juventud rural y desarrollo sostenible: construyendo la ciudadanía de los territorios rurales. **IICA**, v. 3, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De Saberes y de Territorios - diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana. **Polis**, n. 22, 2009.

PRESIDENCIA. Presidencia de la República. **Jacqueline Gómez es la nueva presidenta del Instituto Nacional de Colonización**. 2013. Disponible en: <<http://presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/asuncion-presidenta-inc-jacqueline-gomez>>. Acceso en: 26 jun. 2017.

REBELIÓN. **Propuesta para derrotar el Hambre**. 2002. Disponible en: <<https://www.rebelion.org/hemeroteca/uruguay/ci220802.htm>>. Acceso en: 24 jul. 2017.

REDES. Red de Ecología Social. **Campamento Jóvenes por Soberanía Alimentaria**. 2016. Disponible en: <<https://www.redes.org.uy/2016/09/23/campamento-jovenes-por-soberania-alimentaria/>>. Acceso en: 26 jun. 2017.

REDES. Red de Ecología Social. **Compartiendo saberes – 7ª Fiesta de la Semilla Criolla y la Agricultura Familiar**. 2017. Disponible en: <<https://www.redes.org.uy/2017/04/26/compartiendo-saberes-7a-fiesta-de-la-semilla-criolla-y-la-agricultura-familiar/>>. Acceso en: 26 jun. 2017.

RETAMOZO, M. Esbozos para una Epistemología de los Sujetos y Movimientos Sociales. **Cinta de Moebio**, v. Sep, n. 26, 2006.

RETAMOZO, M. La epistemología crítica de Hugo Zemelman: política y metodología (o una metodología política). **Estudios Políticos**, v. 36, p. 35-61, 2015.

RETAMOZO, M.; D'AMICO, V. Movimientos sociales y experiencias populares: desafíos metodológicos para la investigación social. **Cuhso. Cultura-Hombre-Sociedad**, v. 33, n. 2, p. 109-135, 2013.

RIEIRO, A. El sujeto: entre relaciones de dominación y resistencia. En: **El Uruguay desde la sociología VIII: 8a Reunión Anual de Investigadores del Departamento de Sociología**. Montevideo: Universidad de la República, 2010. p. 271-289.

RIEIRO, A. **Collective subjects, self-management, and public policy in Uruguay**. 2016. Disponible en: <<http://level.interpreters.coop/the-worker-economy-1/collective-subjects-self-management-and-public-policy-in-uruguay/>>. Acceso en: 7 ago. 2017.

RODRÍGUEZ, A. Juventudes rurales en la Cuba contemporánea. **Estudios Latinoamericanos, Nueva Época**, n. 39, p. 99-116, 2017.

ROSSEL, C. **Adolescencia y Juventud en Uruguay: elementos para un diagnóstico integrado. Viejas deudas, nuevos riesgos y oportunidades futuras**. Instituto Nacional de Juventud. Montevideo: INJU.

ROSSET, P.; MARTINEZ-TORRES, M. **Rural Social Movements and Diálogo de Saberes: Territories, Food Sovereignty, and Agroecology**. Food Sovereignty: A Critical Dialogue. International Conference Yale University. **Actas...Yale**: 2013

ROSSET, P.; MARTÍNEZ-TORRES, M. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, v. 25, n. 47, p. 275-299, 2016.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. DEL P. B. **Metodología de la Investigación**. 5. ed. México: McGraw-Hill, 2010.

SCHIAVONI, C. Soberanías rivales, procesos controvertidos: política de construcción de la soberanía alimentaria. En: **Soberanía alimentaria: Un diálogo crítico**. País Vaso: ehne, etxalde, icas, 2014. p. 117-132.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MONTIEL, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **Ph Cuadernos**, v. 26, p. 316, 2010.

SILI, M.; FACHELLI, S.; MEILLER, A. Juventud Rural : factores que influyen en el desarrollo de la actividad agropecuaria . Reflexiones sobre el caso argentino. **Revista de Economía e Sociología Rural**, v. 54, n. 4, p. 635-652, 2016.

SILVA, J. N. Juventudes Rurais e Agroecologia: um diálogo imprescindível. **Redes - Santa Cruz do Sul**, v. 22, n. 2, 2017.

TAVARES, M. Entrelaçamentos entre campo de possibilidades e trajetórias de vida: a questão da escolarização dos jovens no interior de Pernambuco. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 26, p. 121-133, 2011.

TAVARES, M. A. **Elias y Mannheim iluminando los caminos de la investigación sobre juventudes y ruralidades en el Brasil del siglo XXIX** Simposio Internacional Proceso Civilizador. **Actas...**Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008

USECHE, Ó. Jóvenes y productividad: las nuevas formas del trabajo y el problema del desarrollo humano. **Polis**, n. 23, 10 ago. 2009.

USECHE, Ó. Diferencia, subjetividades en resistencia y micropolítica del acontecimiento. En: **Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Calda, CLACSO, 2012. p. 95-110.

USECHE, Ó. Pensamiento crítico y subjetividades en resistencia. En: **Pensamientos críticos contemporáneos: Análisis desde Latinoamérica**. Colombia: Universidad Distrital Francisco José de Calda, CLACSO, 2015. p. 17-34.

VOMMARO, P. Movilización social desde el protagonismo juvenil: experiencias de dos organizaciones rurales argentinas. **Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 9, n. 1, p. 191-213, 2011.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais. Mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Estudos Nead, 2005.

WEISHEIMER, N. La invisibilidad social de las juventudes rurales. **desidades**, v. 1, n. 1, p. 22-27, 2013.

ZEMELMAN, H. **El conocimiento como desafío posible**. México: IPN, IPECAL, 2006.

ZEMELMAN, H. **El ángel de la historia: determinación y autonomía de la condición humana**. España: Anthropos, 2007.

ZEMELMAN, H. Sujeto y subjetividad: la problemática de las alternativas como construcción posible. **Polis**, v. 9, n. 27, p. 355-366, 2010.

ZEMELMAN, H. Subjetividad y realidad social. En: **Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Calda, CLACSO, 2012. p. 235-246.

ZEMELMAN, H. Pensamiento y construcción de conocimiento histórico una exigencia para el hacer futuro. (Transcripción) Arbeláez, N. **AGO.USB**, v. 15, n. 2, p. 343-363, 2015.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento**. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2007.

Sobre os autores

Julian Andres Ariza – Graduação em Engenharia Eletrônica pela Universidad Industrial de Santander, Bucaramanga, Colômbia; Mestrado em Energia pela Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo, Brasil; Mestrando em Ciências Agrárias pela Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai.

María Inés Gazzano – Graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai; Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Na América Latina e Espanha pela Universidad Internacional de Andalucía, Sevilla, Espanha; Doutorado em Recursos Naturais e Sustentabilidade pela Universidad de Córdoba, Córdoba, Espanha; Atualmente é docente do Departamento de Sistemas Ambientales, Facultad de Agronomía, da Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguai.

Como citar este artigo

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, María Inés. Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 127-152, mai.-ago. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Julian Ariza** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Inés Gazzano**, pela aquisição de dados sua interpretação e análise.

Recebido para publicação em 08 de novembro de 2017.

Devolvido para a revisão em 16 de fevereiro de 2018.

Aceito para a publicação em 27 de fevereiro de 2018.

Das “escolinhas de favores” à “escola de direito”: a educação no/do campo no município de Goiás.

Dorcelina Aparecida Moreira

Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – Cidade de Goiás, Goiás, Brasil
e-mail: dorcelinamilitao@gmail.com

Resumo

Os propósitos da Educação do Campo nasceram junto com a luta pela terra, em decorrência do processo constitutivo da sociedade brasileira que tradicionalmente negligencia as populações do campo. Este trabalho objetivou analisar a inter-relação entre a busca pela terra e pelo direito à educação na trajetória dos 30 anos de “Reforma Agrária” no município de Goiás e refletir sobre como vem acontecendo a transição da “escola de favor” para a “escola de direito”. Foram realizados estudos bibliográficos, documentais e entrevistas sobre as escolas e a educação no/do campo no município de Goiás. A luta pela terra e pela educação do campo no município de Goiás, iniciou-se em 1985. Naquele contexto, o município, no campo existia apenas escolas multisseriadas desestruturadas, tais escolas eram vistas como dádivas, favores prestados a classe camponesa. Em 2015, o município de Goiás possuía 23 Projetos de Assentamentos com 722 famílias assentadas que somam a luta pela educação à luta pela permanência no campo. A pesquisa demonstra que o processo de mobilização pela Reforma Agrária trouxe aos camponeses a consciência de luta por direitos sociais, e que o direito à educação vem sendo exigido e conquistado gradativamente, no entanto ainda há muito que se conquistar tanto nos aspectos estruturais, quanto nas questões pedagógicas.

Palavras-chave: Escola do campo; família camponesa; luta pela terra; direito à educação.

From the "little school of favors" to "school right ": the rural education in the municipality of Goiás.

Abstract

The Field of Educational purposes born with the struggle for land, due to the constitutive process of Brazilian society that traditionally neglects rural populations. This study aimed to analyze the interrelationship between the quest for land and the right to education in the course of 30 years of "land reform" in the municipality of Goiás and reflect on how is going the transition from "for school" to "school right". bibliographical, documentary studies and interviews on schools and education were made in / the field in the municipality of Goiás. The struggle for land and the field of education in the municipality of Goiás, began in 1985. In that context, the municipality in field existed only unstructured multigrade schools, such schools were seen as gifts, favors rendered the peasantry. In 2015, the municipality of Goiás had 23 Settlement Projects with 722 resettled families that add the fight for education to the struggle to stay in the field. Research shows that the process of mobilization for agrarian reform brought farmers awareness of the struggle for social rights, and the right to education has been required and achieved gradually, however there is still a lot to win both structural, as in pedagogical issues.

Keywords: Countryside school; peasant family; struggle for land; right to education

De "escuelas de favores" a "escuela de derecho": la educacion de y en el campo en el municipio de Goiás.

Resumen

Rev. NERA	Presidente Prudente	ano 21, n. 43, pp. 153-176	Mai.-Ago./2018	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	----------------------------	----------------	-----------------

El campo de los propósitos educativos que nacen con la lucha por la tierra, debido al proceso constitutivo de la sociedad brasileña que tradicionalmente se descuida la población rural. Este estudio tuvo como objetivo analizar la interrelación entre la búsqueda de la tierra y el derecho a la educación en el transcurso de 30 años de "reforma agraria" en la municipio de Goiás y reflexionar sobre cómo va la transición de "la escuela" a la "escuela derecho". Se hicieron, estudios y entrevistas en las escuelas y la educación en documentales bibliográficas / campo en la municipio de Goiás. La lucha por la tierra y el campo de la educación en la municipio de Goiás, comenzaron en 1985. En ese contexto, el municipio de campo existía solamente a las escuelas multigrado no estructurados, tales escuelas fueron vistos como regalos, favores prestados al campesinado. En 2015, la municipio de Goiás tuvo 23 Proyectos de Colonias con 722 familias reasentadas que se suman a la lucha por la educación a la lucha para permanecer en el campo. La investigación muestra que el proceso de movilización por la reforma agraria trajo agricultores conciencia de la lucha por los derechos sociales y el derecho a la educación se ha exigido y ha logrado poco a poco, sin embargo, todavía hay mucho que ganar tanto estructurales, como en cuestiones pedagógicas.

Palabras-clave: Escuela de campo; familia campesina; lucha por la tierra; derecho a la educación.

Introdução

O processo constitutivo da sociedade brasileira foi alicerçado na negação da identidade e da classe camponesa e direcionado à valorização dos espaços e da cultura urbana forjando a imagem negativa e depreciativa do campesinato, nos aspectos político, social, cultural e pedagógico. Essa realidade intensificou-se no século XX, com a industrialização e a “modernização” da agricultura. Porém, o fim do regime militar, o movimento de luta pela democracia e a articulação dos movimentos sociais do campo iniciado na década de 1980, propiciou uma nova dinâmica no campo e seus sujeitos passaram se afirmarem como cidadãos com direitos, sobretudo à educação.

De acordo com Arroyo (2012), os povos do campo sempre foram vistos como receptores agradecidos de favores, das misérias recebidas da elite brasileira, pois “abrir e manter uma escolinha no campo não passava de um dádiva do fazendeiro ou do prefeito”. Assim, os que “sabiam” ensinavam aos que “não sabiam”, os conteúdos que os primeiros gostariam que os segundos aprendessem e não o que os segundos gostariam e/ou necessitassem aprender.

No município de Goiás, até a década de 1980 existia no campo escolas multisseriadas, desestruturadas, classificadas como escolas isoladas. Usualmente tais escolas eram construídas por algum fazendeiro que sediava em um comodo da própria casa e indicava como professor uma das suas familiares – filhas, noras... Assim, tinha a escola como espaço de subordinação política, funcionando para barganha dos votos dos que a usavam por tê-la como favor prestado pelo fazendeiro (FERNANDES, 2012; ARROYO, 2012).

Na ano de 1985, no município de Goiás, os camponeses mobilizaram-se e iniciaram o movimento de luta pela terra. O resultado deste processo, 30 anos depois, acumula em 2015 23 projeto de assentamentos com 722 famílias assentadas.

A luta pela terra propiciou as famílias camponesas o acesso ao conhecimento e a formação política. Elas passaram a se perceber como sujeitos dotados de direitos e a lutar por políticas públicas, dentre elas, a Educação do Campo.

A partir de então, a Educação do Campo vem ganhando espaço no mundo acadêmico, nos debates, nos discursos políticos e na pauta de luta dos movimentos sociais do campo. Já foram obtidos alguns resultados positivos como a elaboração e edição das *Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo* e de Políticas Públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), também vem sendo realizadas pesquisas e publicações referentes ao tema.

De acordo com Arroyo (2011), a Educação do Campo é uma modalidade de ensino que trabalha com uma visão de respeito para o campesinato, no intuito de lhe garantir o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a cultura como direito universal e a conscientização e a ação de seus membros como sujeitos sociais. Neste tipo de educação as práticas educativas devem vincular o conhecimento escolar com os saberes, com os fazeres e as raízes culturais camponesas no intuito de superar a visão depreciativa que ideologicamente foi construída sobre o campesinato.

Em 2015, no município de Goiás existia sete escolas municipais situadas no campo. Algumas atendem à educação infantil e a primeira fase do ensino fundamental. Outras são escolas-polo¹ e atendem da educação infantil até o nono ano. Quanto ao ensino médio existe uma escola que funciona a noite situada no distrito de Colônia de Uvá e a Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO). A maioria dos que cursam o ensino médio são transportados para escolas urbanas.

Nessa pesquisa, buscamos compreender a educação oferecida *no/do* campo no município de Goiás; analisar a inter-relação entre a luta pela terra e pelo direito a educação na trajetória dos 30 anos de luta pela “reforma agrária” e como vem acontecendo a transição da “escola de favor” para a “escola de direito” e; identificar os principais entraves na consolidação deste direito.

Durante a investigação foi realizada a pesquisa teórica, pesquisa documental e entrevistas com pessoas que participaram desde o começo da luta pela terra e pela educação no município de Goiás. Sendo também entrevistado um profissional da educação coordenador do transporte escolar neste município. Os dados secundários foram coletados em páginas

¹ Escola-polo é um termo usado para referir a uma escola que se derivou do agrupamento de várias escolinhas multisseriada que funcionava em uma região.

eletrônicas, leis sobre educação no Brasil e documentos originais - como o projeto político pedagógico - nas escolas-polo, na Escola Família Agrícola de Goiás, e no curso de Graduação em Educação do Campo oferecido na Universidade Federal de Goiás – Regional Cidade de Goiás; e em livros-ata e outros arquivos da secretaria municipal de educação, desporto e lazer. Também foram utilizados relatos de entrevistas realizadas por outros autores.

Este trabalho descreve a educação *no/do* campo no município de Goiás, no período de 1975 a 2015. Foram analisadas questões sobre as “escolas de favores” - as escolas rurais, multisseriada, isoladas e a estrutura física e didático-pedagógica dessas escolas.

Tais questões, uma vez investigadas, nos conduziu a refletir sobre a luta pelo direito a terra e pelo direito à educação iniciada em 1985, perpassando por diferentes espaços e situações como as escolas nos acampamentos e assentamentos, o transporte escolar, a EFAGO, as escolas-polo e os cursos de ensino superior na modalidade de Educação do Campo

As “escolinhas de favores”

Os dados mais antigos encontrados sobre as escolas rurais no município datam de 1975. Naquele contexto, em todo o Brasil, o ensino público no campo era oferecido em escolas isoladas que localizavam-se nas fazendas e povoados. Conforme o Decreto nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, é compreendida como escola isolada aquela que possui uma só turma, com um único professor responsável pela escola (BRASIL, 1946). “Esse isolamento acarretava uma sobrecarga de trabalho ao professor... ficando responsável pela confecção e distribuição da merenda, realização da matrícula e demais ações de secretaria e de gestão, limpeza da escola e de outras atividades na comunidade” (HAGE e PENA, 2015, p. 57).

No estado de Goiás, o Regulamento para a *Instrução* Primária da Província de Goyáz,(1887), no Capítulo 6º, artigo 12, classificava todas as escolas como sendo de 1ª 2ª e 3ª classe da seguinte maneira: “Serão de 1ª classe as escolas desta capital e de todas as outras cidades da província. De 2ª classe as das villas, de 3ª classe as das freguesias, arraiais e outras povoações”. (GOYAZ, 1887, p. 7). Sendo, então, todas as escolas multisseriada situadas no campo classificadas como de 3ª classe.

Uma escola que possui uma só turma é também chamada de escola multisseriada, justamente por atender todas as séries da primeira fase do ensino fundamental, juntas, sob responsabilidade do mesmo professor.

Quase sempre a instalação de uma escola no campo era demandada por um fazendeiro que, visava manter os agregados e, conseqüentemente, a mão-de-obra disponível, quando necessitasse. Na maioria das vezes, as escolas eram instaladas em prédios

improvisados ou mesmo em um cômodo na casa da professora (SOUZA, M., 2012, HAGE e PENA, 2015).

Esse fato pode ser observado no texto do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vale do Amanhecer, do município de Goiás, ao referir sobre a primeira escola que funcionava na região, no início da década de 1940, cuja primeira professora foi Rosa Ludovico de Almeida – a Dona Lia.

A autorização para o funcionamento da mesma foi concedida na época pelo Prefeito Dr. Divino de Oliveira, conseguida pelo senhor Omar Ludovico de Almeida, pai de Dona Rosa, com objetivo de atender os filhos de seus agregados que não podiam se deslocarem para estudar (PPP, ESCOLA VALE DO AMANHECER, 2014, p. 5).

Naquele contexto a abertura de uma escola era considerada como favor feito aos pobres: pelo qual estes deveriam ser gratos e retribuir com o trabalho ou o voto. “As aulas eram ministradas na sala da residência da professora, onde funcionava em estado precário, pois não tinha móveis adequados... eram da própria residência” (ESCOLA VALE DO AMANHECER, 2015, p. 5).

Os materiais didáticos usados pelos professores eram o quadro, o giz e alguns livros didáticos que os alunos recebiam no início do ano e iam sendo decorados, página por página. Quando não havia livro para todos os alunos, o professor passava o texto no quadro. Esse texto era denominado “ponto”, para ser copiado e decorado em casa para depois se fazer a “prova”. Situações como esta são retratadas por Hage e Pena (2015), em pesquisa realizada nas escolas multisseriadas na Amazônia, mas que se aplicam a tantas outras realidades Brasil a fora.

Sobre essa lógica, é muito comum presenciarmos na sala de aula ou escola ou turma multisseriada os docentes conduzirem o ensino a partir da transferência mecânica de conteúdos aos estudantes sob a forma de pequenos trechos, – extraídos dos livros didáticos a que conseguem ter acesso, muitos deles bastante ultrapassados e distantes da realidade do meio rural, os quais são repassados através das cópias ou da transcrição no quadro, utilizando-se da fragmentação do espaço escolar com a divisão de turmas em grupos, cantos ou fileiras seriadas, como se houvesse várias salas em uma, separadas por “paredes invisíveis” (HAGE; PENA, 2015, p. 57-58).

Em Santos e Escolar (2002, p. 25), a precariedade das escolas multisseriadas no município de Goiás foi retratada pelos próprios estudantes, em textos produzidos em 2001, período em que as escolas municipais tiveram assessoria da Universidade Católica de Goiás, em convênio com a Diocese de Goiás e com a Secretaria Municipal de Educação (SME), para capacitação dos professores como mostra o texto escrito por estudante da Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha em seu primeiro ano de funcionamento.

A escola que eu estudava era muito diferente da atual. Era ruim, mas era a única que tinha. Bombei 2 anos e já era para mim estar na 7ª. série. Atrasou muito... Agora com muito custo cheguei na 5ª. série e estou com 15 anos. Estou muito orgulhosa e pretendo me formar para ajudar os meus pais. Na época deles era difícil estudar, agora é mais fácil (SANTOS; ESCOLARO, 2002, p. 25).

Naquele contexto, era comum a atuação de professores que não tinham concluído sequer o Ensino Fundamental. Em 1999, quando foi instituído no município de Goiás o Plano de Carreira dos Servidores da Educação, dos 132 professores da rede pública municipal 42% eram do quadro provisório; destes, 27% dos professores tinha o Ensino Fundamental incompleto e apenas, 15% dos professores tinham curso superior (SME, 1999).

A tabela 1, retrata o número de escolas municipais rurais, o total de alunos nela matriculados e à disparidade entre a quantidade de estudantes que cursava a alfabetização e o 4º ano, a cada cinco anos.

Tabela 01 - Escolas municipais rurais multisseriada, total de alunos matriculados, na alfabetização e no 4º ano, a cada cinco anos, no período de 1975 – 2000 (Município de Goiás-GO –2015).

ANO	Escolas municipais rurais	Alunos matriculados	Em %	Alunos matriculados no 4º ano	Em %
1975	40	1207	45%	54	4,5%
1980	42	1347	46%	121	9%
1985	61	1707	50%	102	6%
1990	43	1062	32%	95	9%
1995	61	1000	38%	130	13%
2000	43	693	24%	159	23%

Fonte: SME – Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Goiás. **Org:** O autor.

Observa-se que entre 1980 e 1985 houve um aumento significativo de escola e de alunos matriculados. Já de 1985 para 1990, observa-se um decréscimo de 61 escolas com 1707 alunos para 43 escolas com 1062 alunos. Este fato se deve à divisão territorial ocorrida com a emancipação de Faina em 1989². Entre 1990 e 1995 aumentou o número de escolas, devido à demanda dos assentamentos que foram efetivados no município. Porém, mesmo com a chegada de muitas crianças ao campo, filhos das famílias assentadas, o número de alunos matriculados começou a diminuir, possivelmente por que o município começou a operar com o transporte escolar.

² Em 1989 ocorreu a emancipação do Município de Faina, que até então era pertencente ao Município de Goiás (IBGE).

O descaso com a educação rural é evidenciado ao comparar a quantidade de alunos matriculados na alfabetização e de alunos que chegaram ao 4º ano do ensino fundamental. Dos 1207 alunos matriculados entre 1975 e 1980, 45% foram matriculados na alfabetização, mas apenas 4,5% dos estudantes matriculados chegaram no 4º ano. Isso se deve a ideia de que se aprendesse a assinar o nome já era suficiente, mas também ao despreparo da escola que provocava a “evasão” escolar. Essa disparidade permaneceu até o ano 2000, quando apresenta equilíbrio entre a quantidade de alunos matriculados na alfabetização e a de matriculados no 4º ano.

De acordo com Hage e Pena (2015, p ,56), “são muitos os fatores que evidenciam as condições de existências inadequadas dessas escolas, que não estimulam os professores e os estudantes a nela permanecerem e/ou a sentirem orgulho de estudar em sua própria comunidade”. Toda a precariedade das escolas multisseriada existentes no município de Goiás; as salas superlotadas, professores pouco qualificados, falta de infraestrutura e baixa qualidade de ensino, passaram a ser questionadas a partir da organização dos camponeses quanto iniciaram na luta pela terra no município e perceberam a necessidade de lutar pelo direito à escola pública para os seus filhos estudarem.

As primeiras experiências de escolas nos assentamentos foram a escola do PA Mosquito e a do PA Rancho Grande, quando eles ainda eram apenas acampamentos.

A luta pela terra e pelo direito à Educação no/do Campo no Município de Goiás

Em uma sociedade opressora e excludente, marcada pelo mandonismo dos coronéis detentores da terra, a escola e a educação no campo não teria outra função senão a de mantenedora do sistema. Esse modelo de educação só começa a ser questionado a partir do momento em que é questionada, também, a propriedade latifundista a *terra de negócio* evidenciando a necessidade da terra de *vida e trabalho* para os povos do campo (MARTINS, 1982).

De acordo com Caldart (2012), a Educação do Campo nasceu em meio às lutas do movimento camponês. No município de Goiás, iniciou-se nos assentamentos Mosquito e Rancho Grande. Portanto, a busca da escola de direito principiou junto com a luta pelo direito à terra.

O marco da luta pela terra no município de Goiás data-se de maio de 1985 com a ocupação e conquista da Fazenda Mosquito (de propriedade da família Berquó), onde 44 famílias foram assentadas após um ano de luta³.

³ Ver RODRIGUES DA SILVA, 2003.

A primeira professora que ministrou aulas no PA Mosquito, ainda no período do acampamento, nos concedeu entrevista. Narrou que ao chegarem à terra, as famílias iniciaram o preparo do solo para o plantio ao mesmo tempo em que iniciaram a construção da escola.

As estruturas das escolas de acampamentos eram equivalentes as estruturas das residências das famílias: Cercadas de pau a pique e cobertas com folha de bacuri e lona preta.

Diferente das escolas de favores, a escola no acampamento era construída pelo grupo em um espaço coletivo; as professoras eram voluntárias, até se conseguir que o Estado assumisse a contratação de uma professora (Educadora assentada, em 20/05/2015). Observa-se que para as famílias acampadas, a educação escolar dos filhos era tão importante quanto ter a terra para *plantar e colher*.

No acampamento Rio Vermelho (atualmente PA Rancho Grande), primeiro acampamento com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Goiás, as margens da BR-153, a escola foi criada mesmo antes de ocuparem as terras, direcionada a alfabetização dos adultos. A ocupação das terras pleiteadas foi em agosto de 1987 e imediatamente instalou-se a escola para as crianças. (SOUSA, 2002).

A construção da escola foi feita pela própria comunidade com ajuda de terceiros. Inicialmente, os professores eram voluntários, os materiais pedagógicos foram fornecidos pela Fundação Educar, as carteiras foram doadas pela Universidade Católica de Goiás⁴ (UCG)- atual (PUC-GOIÁS) e Instituto Brasil Central (IBRACE). A proposta pedagógica era Freireana, estudava-se palavras/temas geradores como: lona, luta, terra, povo, reunião, entre outras. Assim, ocorria a problematização, o debate, a alfabetização e o aprendizado dos estudantes conforme a realidade vivenciada por si e suas famílias (SOUSA, 2002).

As escolas atendiam até o 4ª ano do ensino fundamental. As famílias, buscando o garantir a continuidade da educação escolar aos seus filhos, reivindicaram a implantação de segunda fase do ensino fundamental no assentamento. O município não atendeu tal reivindicação; ao invés de construção da escola passou a disponibilizar o transporte escolar. Para Hage e Pena (2015), a política de nucleação, vinculada ao transporte escolar foi a principal ação do poder público diante das demandas pela educação dos povos do campo.

O *transporte escolar* no município de Goiás iniciou-se em 1991, em decorrência da demanda das famílias do PA Mosquito por escolas de 2ª fase do ensino fundamental.

Um dos camponeses rememora esse processo.

Eu e o companheiro Damásio estávamos no assentamento sozinho, no primeiro semestre de 1991, aí percebemos que não tinha como ficar lá sozinho e a família na cidade para estudar nossos filhos. O doutor Valim era

⁴ A Universidade Católica de Goiás tornou-se Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a partir de 08 de setembro de 2009.

prefeito. Aí, agendamos uma reunião na prefeitura com os pais e os alunos e falamos pra ele da nossa necessidade. Ele topou, falou que não tinha dinheiro pra isso mas ia fazer o que podia (Assentado PA Mosquito, entrevista em 18/05/2015).

Em decorrência desta reunião a prefeitura disponibilizou uma Kombi para realizar o transporte dos alunos do assentamento para o Colégio João Augusto Perillo na cidade de Goiás. O entrevistado afirma que “Era muito difícil, o carro quebrava muito, as estradas eram ruins mas naquele momento foi uma grande conquista pra nossa comunidade”. Menciona, ainda que, o fato do transporte escolar circular dentro do assentamento, levar os jovens até a cidade para assistir as aulas e retornarem para suas casas, provocou indignação nos fazendeiros da região e demais pessoas que eram contrárias à luta pela terra.

Naquele contexto, mesmo sabendo-se que não era a melhor opção, o transporte escolar foi uma conquista importante para garantir a permanência das famílias na terra recém conquistada.

A luta pelo acesso à educação do campo foi e é perene. As linhas de transporte escolar aumentaram, se expandiram a outros assentamentos, a todo o município. Atualmente é realidade em todo o país, tendo se tornado uma política de Estado, com a criação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escola (PNATE).

Em 2015, o município de Goiás transportou 785 estudantes⁵. Destes, 486 foram transportados entre campo-campo e atendidos em escolas situadas em assentamentos ou distritos. O transporte que é realizado entre campo-cidade é responsável pela locomoção de 299 estudantes, sendo 191 para a cidade de Goiás e 108 para os municípios vizinhos de Itapirapuã e Itaberaí. De acordo com o (Coordenador do transporte escolar, SME), entrevista em 27/04/2015). Para a realização do transporte escolar, o município de Goiás gasta anualmente cerca de R\$ 1.870.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta mil reais).

O valor gasto com o transporte escolar, tido como relativamente alto, deve-se à quantidade de linhas de transporte decorrente da grande extensão territorial do município com área de 3.108 km² e a terceirização do serviço, por não haver veículos próprios da prefeitura em quantidade suficiente para atender toda a demanda.

Segundo o coordenador do transporte escolar no município, em 2015 existiam 51 rotas realizadas diariamente. Destas, dez rotas são feitas com veículos próprios (quatro ônibus e quatro micro-ônibus adquiridos pelo *Programa Caminho da Escola* - Programa do governo federal, criado pela Resolução Nº 3, de 28 de março de 2007). Esses veículos percorrem em média 800 quilômetros por dia.

⁵ É importante ressaltar que a quantidade de alunos não é estável, porque atende todos os moradores do campo há famílias que trabalham como assalariada nas fazendas e migram de uma região para outra, ou mesmo para outros municípios em busca de trabalho, por isso mudam os filhos de escola.

As outras 42 linhas de transporte são terceirizadas, com o serviço de 32 veículos: três ônibus, cinco micro-ônibus, sete *vans* e 17 kombis que percorrem diariamente 3800 quilômetros. Ainda de acordo com entrevistado, a administração enfrenta muitos problemas como a falta de recursos para a manutenção dos veículos próprios, a manutenção de estradas e a terceirização, sendo o último o mais grave deles por elevar os valores pagos.

Observa-se que há descumprimento aos direitos sociais das famílias camponesas no que tange a educação, já que a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB preveem o funcionamento de escolas próximas das residências dos alunos e na área rural o que se tem ocorrido é o fechamento de escola.

Dados do Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (2015) apontam que entre os anos de 2003 e 2014, foram fechadas mais de 37 mil escolas no campo (ENERA, 2015). O estado de Goiás se destaca no fechamento de escolas no campo. De acordo com Souza (2016) no ano de 2000 havia 1.824 escolas situadas no campo e em 2015, aproximam-se de 575 unidades escolares.

O artigo 11, inciso VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), afirma que é dever do município *assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal*. No entanto, refletimos alguns questionamentos diante da realidade vivida nos municípios de todo o país: os valores gastos anualmente com o transporte escolar não seriam suficientes para construir e equipar escolas no campo, mais próximas às residências dos estudantes? O Estado brasileiro não poderia construir escola de excelência no campo com recursos menores do que ao setor do agronegócio de agricultura química e agro-exportadora?

Para se deslocar no transporte os estudantes almoçam mais cedo do que o usual e dependendo da distância entre a casa e a escola e das condições das estradas, passam até oito horas distantes de casa. Os pais se preocupam com a instabilidade cotidiana dos filhos e os riscos diversos que envolvem crianças e adolescentes que passa o dia longe de casa e da família (envolvimentos com as drogas, a violência urbana – para os que estudam na cidade –, o trânsito).

Eles se distanciam da vivência e cultura da família e ainda não podem ajudar nas tarefas cotidianas provocando a sobrecarga de trabalho e a subordinação econômica da família, pois os estudantes se tornam quase que em migrantes.

Esta situação demonstra uma contradição de direitos imposta pelo capital que gira em torno das questões econômicas e não das necessidades humanas. Conforme Santos (1981), observa-se que esta é mais uma forma de subordinação do capital sobre a reprodução camponesa.

Esta situação foi percebida pelos camponeses desde o começo da oferta do transporte escolar entre campo-cidade, quando, então, pensou-se na tentativa de construir uma escola que respondesse à realidade e necessidade das famílias camponesas e evitasse

a dura realidade do transporte escolar. Assim, surgiu a ideia e debates sobre Escola Família Agrícola (EFAGO) e iniciou-se um processo de luta pela implantação da EFAGO no município de Goiás.

A *Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO)*, situada no Sítio Paciência – Arraial do Ferreiro, a 8 Km da cidade de Goiás. É uma escola filantrópica que trabalha com a *pedagogia da alternância* e oferece ensino médio e Curso Técnico em Agropecuário. É mantenedora da escola a Associação de Pais e Alunos em convênio com a Secretaria Estadual de Educação de Goiás. A EFAGO nasceu da luta dos trabalhadores – PA Mosquito, PA Rancho Grande e PA Retiro Velho, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), visando atender às necessidades dos assentados e demais camponeses da região e proporcionar aos seus filhos o direito de acesso à educação e a uma formação coerente com sua realidade da vida, do trabalho e da luta pelo acesso e permanência na terra (SOUZA, E., 2012).

Iniciada com a Criação da Associação de Pais e Alunos em 1992, a escola foi construída através de mutirões, sendo concluída em 1994⁶.

O custeio e a manutenção da escola sempre foram um desafio para a Associação de Pais e Alunos da EFAGO, sendo custeada pelas próprias famílias, através de projetos temporários e parcerias pontuais com a Secretaria Estadual de Educação. Assim, o poder público nunca custeou-a regular e integralmente. Em 2010 a escola teve 54 estudantes matriculados, em 2015 esse número caiu para a escola atendeu 30 estudantes.

A estrutura física da escola é relativamente boa com salas de aulas confortáveis, refeitório, quartos e banheiros adequados. A área de prática agropecuária é composta por uma horta, frutíferas, apiário, criação de suínos, galinhas e algumas vacas.

De acordo com Jesus (2011), entre as principais características das Escolas Famílias destaca a participação da Associação de Pais e Alunos na gestão da escola e a prática de pedagogia *da alternância*, que permite ao estudante dois períodos de formação; um na escola e outro na comunidade com a família, assim o estudante não quebra o vínculo com a família e com os trabalhos da unidade produtiva. Para Jesus (2011, p. 10).

A formação na alternância tem como objetivo principal possibilitar a educação em tempo integral, envolver as famílias na educação dos filhos, fortalecer a prática do diálogo entre os diferentes atores que participam dos processos de formação dos educandos. Além de proporcionar qualificação técnica (técnico em agropecuária) aos estudantes camponeses/as com o intuito de fortalecer a agricultura camponesa - estudar e continuar no campo, contribuir nos trabalhos da propriedade familiar, desenvolver alternativas de permanência na terra, dessa forma, diminuir a migração campo/cidade. Essa prática implica em debater políticas públicas para as demandas que existem no campo.

⁶ No primeiro ano de funcionamento, a escola só atendeu alunos do 5º ano; no segundo ano, 5º e 6º e assim sucessivamente até chegar ao 3º ano do ensino médio (EFAGO, 2015).

A *Pedagogia da alternância* utiliza instrumentos pedagógicos específicos, destacando-se: o plano de formação, o plano de estudo e a visita dos monitores às famílias.

Para Jesus (2011), o *plano de formação* é a grande diferença da proposta pedagógica da escola. A cada ano, é definido um tema gerador para cada turma. No ano de 2015, os temas geradores apresentados foram: para o 1º ano, *família e as relações na comunidade*; para o 2º ano, *desenvolvimento sustentável*; para o 3º ano, *projeto profissional do jovem*. A partir do tema gerador é elaborado um plano de estudo.

O *plano de estudo* é um instrumento pedagógico que deve ser elaborado com a participação das famílias, dos estudantes e dos monitores e tem como objetivo estudar/pesquisar temas ligados à realidade das famílias, no âmbito econômico, político, social, cultural.

A *Visita dos monitores às Famílias* é uma atividade que deve ser desenvolvida periodicamente e visa facilitar a produção do conhecimento a partir de uma orientação técnica mais específica do monitor para o estudante. Com as visitas os monitores analisam melhor a *práxis* da família. A efetivação da *pedagogia da alternância* passa, necessariamente por esse instrumento pedagógico, que leva o professor/monitor à comunidade para conhecer a realidade das famílias, as condições de moradia, os costumes, o sistema de trabalho e de produção etc. Assim, a escola terá maior possibilidade de dialogar com os estudantes e construir o processo de aprendizagem.

Apesar de serem fatores primordiais na pedagogia da alternância os instrumentos pedagógicos a cima mencionando nem sempre são executados com sucesso devido à falta de recursos e ou professores qualificados. Assim, observa que mesmo havendo na EFAGO uma proposta político-pedagógica que corresponde às necessidades e realidades da comunidade camponesa, a escola necessita de outros fatores como políticas públicas, professores qualificados e comprometidos com a causa dos trabalhadores e participação efetiva da comunidade.

A Escola Família Agrícola não conseguia atender todos os estudantes do campo além de muitas famílias não se sentirem seguras em deixar os filhos adolescentes nesta escola por ter que permanecerem 15 dias na escola distantes de casa. Assim, os camponeses do município de Goiás idealizaram e reivindicaram outras escolas mais próximas de suas casas visando garantir o acesso à educação, melhorar a qualidade do ensino e atendendo às especificidades do campo. Estas reivindicações se efetivaram na criação das escolas-polo.

A constituição das escolas-polo

Além da Escola Família Agrícola de Goiás, até o ano de 2001, as demais escolas que funcionavam no campo só atendiam a estudantes na 1ª fase de ensino fundamental, suas

estruturas eram precárias e funcionavam em regime multisseriado, os professores eram sobrecarregados. O sofrimento e a instabilidade das famílias foram descritos por um estudante da Escola Terezinha de Jesus Rocha, em 2001, em Santos e Escolaro (2002).

Quando comecei estudar tinha 7 anos e foi na Escola Dom Abel em Goiás. Depois fui para a Escola Boa Vista, numa chácara chamada Jacaré. Nessa escola tinha uma merendeira muito ruim. A professora era boa, ensinava direito. Depois fui para a Escola Cora Coralina em Goiás e nós ia de ônibus. O ônibus passava no ponto as 10 e meia da manhã. Depois fui estudar na Escola do PA Novo Horizonte II. Nessa escola não tinha lanche, água e a professora não ensinava direito, o quadro não prestava, quando chovia, molhava tudo: não tinha cadeira e eu andava mais de 3 Km para chegar na escola. Depois fui estudar na Boa Vista (SANTOS e ESCOLARO, 2002).

De acordo com Santos e Escolaro (2002), este estudante que morador do campo, ainda na primeira fase do ensino fundamental teve que passar por cinco escolas diferentes, sendo duas escolas urbanas e três situadas no meio rural. Como esperar uma boa aprendizagem de uma criança nessa situação? Como estudar em escolas como as acima descritas? Que motivação teria para aprender uma criança que andava três quilômetros a pé e quando chegava na escola lhe faltavam lanche, água, cadeira para se sentar?

As famílias testemunhando um sistema escolar precário vislumbrava outra alternativa de matricular os filhos nas escolas da cidade e a usar diariamente o transporte escolar ou a morar de favor na casa de algum familiar ou mesmo de “estranhos”, Nas escolas urbanas, estavam sujeitos ao preconceito e a discriminação por serem ou terem sido sem-terra e, tendo que se adaptar, corriam o risco de se distanciarem das famílias e da cultura camponesa.

Nesse contexto, ter uma escola melhor estruturada no campo que atendesse o ensino fundamental completo era uma das principais demandas das famílias camponesas.

Em 1999 foi aprovado, pelo MEC o projeto de construção da *escola-polo* na Buenolândia (Barra), que veio a funcionar dois anos depois. Em 2015 existem quatro escolas-polo. A tabela 2 apresenta a quantidade de estudantes por escola em intervalo de 5 anos.

Tabela 02 - Relação de escolas-polo, número de alunos por escola e total entre 2001/2015 (Município de Goiás-GO – 2015).

Ano	Escola Terezinha de Jesus Rocha	Escola Olímya Angélica de Lima	Escola Holanda	Escola Vale do Amanhecer	Total de alunos
2001	180	-	-	-	180
2005	149	180	260	56	645
2010	113	84	221	79	497
2015	86	91	133	108	418

Fonte: SME Goiás –GO; Org: A autora.

De 2001 até 2005 foram criadas as quatro escolas-polo. A Escola Vale do Amanhecer em 2005 só atendia até o 5º, a partir de 2009 passou a atender até o nono ano e aglomerou outra escola que funcionava como multisseriada. A seguir serão apresentadas o histórico e as características de cada uma.

a) *Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha*, situada no distrito de Buenolândia – popularmente conhecido como Barra – a 32 Km da cidade de Goiás. Instituída pela Lei de Criação 010/1999 e iniciou suas atividades letivas em 2001, visando atender à educação infantil e ensino fundamental do 1º ao 9º Ano⁷. Para formá-la foram aglomeradas as seguintes escolas que funcionavam em regime multisseriado na região: Escola Rio Vermelho, que funcionava no PA Rancho Grande; Escola Municipal Iniciação, que funcionava no PA Mosquito; Escola São Felipe, que funcionava no PA São Felipe; Escola Novo Horizonte, que atendia alunos do PA Novo Horizonte e PA Mata do Baú; Escola São João do Monte Alegre, na Comunidade São João do Monte Alegre; Escola Caiapó, do PA São João da Lavrinha e Escola Terezinha de Jesus Rocha, que já funcionava no distrito de Buenolândia.

Cada unidade mudou-se para a polo e levou consigo todos os mobiliários e recursos pedagógicos que possuíam. No entanto, o problema da falta de infraestrutura continuou.

A rotina da escola-polo era diferente da que os estudantes frequentavam anteriormente; para os estudantes, novos colegas e professores, escola movimentada; para as famílias, aumentou a preocupação devido à distância entre a escola e as residências cerca de 90 % dos alunos dependiam do transporte escolar. Se por um lado, a escola diminuiu o deslocamento do campo para a cidade, por outro, quase todas as crianças teriam que usar o transporte de um lugar do campo para outro do próprio campo.

Os estudantes narraram os problemas de se estudar na *escola-polo*, à Santos e Escolar (2002), em textos produzidos no primeiro ano de funcionamento, em 2001.

Fazem muitas promessas que a escola vai melhorar. Eu gostaria que essa escola fosse pra frente, que ela crescesse e ficasse melhor. Gostaria de estudar em Goiás.

Tem vez que não gosto da merenda. Já perdi muitas aulas e prova porque muitas vezes o transporte não passa. Leva a primeira viagem e não volta. Assim muito aluno fica no prejuízo. Nosso transporte só fica mais quebrado ou com o pneu furado (SANTOS e ESCOLAR, 2002, p. 25-26)..

O transporte escolar não foi problema só para os alunos, os professores que antes trabalhavam nos assentamentos e outros que foram da cidade para trabalhar na escola tiveram que enfrentá-lo para ir ao trabalho. Neste sentido, percebe-se que a escola-polo se

⁷ No primeiro ano de funcionamento, a escola atendeu alunos da alfabetização – Educação Infantil- ao 5º ano. Depois as turmas foram sendo constituídas até chegar ao 8º ano.

“distanciou” dos estudantes, dos professores e das famílias, tanto em relação ao espaço físico, quanto à participação nas tomadas de decisão. As escolas que funcionavam antes nos assentamentos eram pensadas e geridas pelo professor e pela comunidade com base no trabalho e na luta pela terra, passaram a ter outra forma de organização.

A instituição passou a ser dirigida por um diretor alheio à realidade das famílias camponesas, com indicação do governo municipal. Outros direcionamentos foram dados e os princípios e valores pautados na organização e luta camponesa foram quebrados, como mostra o depoimento: “Quando a escola era no assentamento, os pais eram mais próximos, mais participativos e solidários, tínhamos todo apoio” (Educadora e assentada, em 20/05/2015). Percebe-se então, que com a *escola-polo*, ocorreu o distanciamento da comunidade.

No entanto, houve avanços com o trabalho em equipe, “No assentamento, a escola, a gente era sozinha. Não tinha troca de experiências, no polo passou a ter o grupo de trabalho, troca de experiências. Troca de experiências também entre os alunos, acho que foi positivo” (Educadora e assentada, em 20/05/2015).

B) *Escola Municipal Olímpya Angélica de Lima*, situada no Projeto de Assentamento União dos Buritis, a 51 Km do centro urbano da cidade de Goiás, surgiu dentro do acampamento de 200 famílias que reivindicavam a desapropriação da Fazenda São Carlos. A autorização de funcionamento da escola se deu pela Lei Nº 032/1992, que inicialmente atendia alunos da educação infantil ao 4º ano, em regime multisseriado. O Assentamento se efetivou em 1995, com 154 famílias instaladas, em seguida, foram constituídos outros dois assentamentos nas proximidades: o PA Buriti Queimado, com 26 famílias e União dos Buritis, com 31 famílias (INCRA, 2015).

Em 2002, iniciou-se o atendimento até a 2ª fase do ensino fundamental, desta vez no PA União dos Buritis, por este ser mais centralizado e facilitar o acesso dos estudantes. Assim, durante um ano: a mesma escola funcionou em lugares diferentes, da educação infantil até o 4º ano no PA São Carlos, e do 5º ao 8º ano no PA União dos Buritis. Em 2003 houve a junção das turmas na escola do PA União dos Buritis, que foi adaptada para comportar todas as turmas. (PPP, ESCOLA OLIMPYA ANGÉLICA DE LIMA, 2015).

C) *Escola Municipal Holanda*, localizada no Projeto de Assentamento Holanda, a 23 Km da cidade de Goiás. Surgiu por ocasião do acampamento, em 1997. Após a efetivação do assentamento, a escola passou a funcionar na sede da antiga fazenda, atendendo as famílias que reivindicavam a ampliação até o 9º ano, como mostra o depoimento de um pai de aluno, no projeto político pedagógico da escola:

O transporte era muito ruim, precário, muito velho, várias vezes a gente foi buscar nossos filhos na estrada, com fome, com frio, tarde da noite porque o ônibus estava quebrado. Então o objetivo era estar aqui perto mesmo, pra

gente estar vendo. Às vezes a gente achava que os filhos estavam estudando, eles estavam era na praça, às vezes estava até pro outro lugar que não devia. Agora com a escola aqui fica mais fácil acompanhar eles (PPP, ESCOLA HOLANDA, 2015).

Assim, em 2005 com a Lei nº 005/2005, criou e regulamentou o funcionamento desta unidade de ensino. Suas atividades iniciaram-se em maio de 2005.

Os estudantes que frequentam esta unidade são das seguintes comunidades e assentamentos: Projeto de Assentamento Holanda, PA Baratinha, PA Dom Tomás Balduino, PA Engenho Velho, PA Vila Boa, PA São João do Bugre, além de outras comunidades e filhos de funcionários das fazendas e sítios da região.

D) *Escola Municipal Vale do Amanhecer*, situada no distrito de Calcilândia, a 54 Km da cidade de Goiás. Tornou-se escola-polo em 2004, com a junção das seguintes escolas municipais da região que funcionavam em sistema multisseriada: Escola Municipal Pastim, Escola Municipal Pouso Alegre, Escola Municipal Vale do Amanhecer, Escola Municipal Nossa Senhora da Abadia e Escola Municipal Água Limpa.

Esta, é a única escola-polo que não atende estudantes de assentamentos, no entanto 85% dos estudantes, são filhos de agricultores familiares e assalariados que trabalham em fazendas e chácaras da região, os demais são filhos de assalariados que trabalham na empresa Calcilândia Mineradora.

Quanto à estrutura física das escolas-polo, a Terezinha de Jesus Rocha é a única planejada e construída com esse fim. De acordo com Souza, E., (2012), é comum, na educação *no/do* campo, a adaptação de alguma estrutura física já existente para instalação da escola.

A Escola Holanda funciona na sede da antiga fazenda e para comportar todas os estudantes, o barracão do curral foi adaptado e transformou-se em salas de aula. Isso demonstra o descaso das autoridades com as escolas do campo. A construção de um prédio apropriado já foi reivindicada junto ao MEC desde 2010 e até 2015 não foi concretizado. Mas, ao menos, essa adaptação mostra que a *terra de negócio*, demonizada por Martins (1983), se transformou em *território de vida* (SAUER, 2013), no qual os filhos dos trabalhadores do campo passam horas, em busca de conhecimento.

Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO, pelo MEC/SECADI, com objetivo de.

Disponibilizar apoio técnico e financeiro, aos estados, municípios e Distrito Federal para implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do

campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2013, p.6).

O PRONACAMPO foi estruturado a partir de quatro eixos: Eixo I– *Gestão e Práticas Pedagógicas*; Eixo II – *Formação de Professores*; Eixo III – *Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica*; Eixo IV – *Infraestrutura Física e tecnológica*.

O eixo *Infraestrutura física e tecnologia* foi estabelecido na educação do campo para, possibilitar a construção de escolas, a inclusão digital e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Campo – Liberação de verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para custeio e capital – A partir de 2013, o PDDE Campo foi implementado nas escolas Terezinha de Jesus Rocha e Olímpya Angélica de Lima, a última também foi contemplada com o Programa Dinheiro Direto na Escola Sustentável que utilizou parte deste recurso para construir um parquinho de diversão. Das escolas-polo, a Escola Vale do Amanhecer é a única que possui um centro poliesportivo, que foi construída em 2015.

Para a inclusão digital, todas as escolas-polo receberam: projetor multimídia; computador e impressoras; Kits com material para sala de recursos; laboratórios de acessibilidade. Em 2015 as escolas receberam a internet banda larga (SME, 2015). Estes equipamentos foram importantes para os educadores dinamizarem as práticas em sala de aula.

Na área de construção de escolas, com projetos específicos e padronizados para a educação do campo, o município de Goiás, desde 2010, inseriu no Plano de Ações Articuladas (PAR), via Sistema Integrado do MEC (SIMEC) – Onde obrigatoriamente as secretarias municipais de educação devem cadastrar todos os projetos demandados junto ao Governo Federal – , projetos para a construção das escolas: Holanda, no PA Holanda, sob o número de inscrição 23471; Escola Olímpya Angélica de Lima, no PA União dos Buritis, com o número de inscrição 23472 e Escola Pingo de Gente, no distrito de Colônia de Uvá. O único que foi aprovado e está em fase de construção é da Escola Pingo de Gente que atendeu em 2015, 66 estudantes da primeira fase do ensino fundamental. Os projetos para a construção das duas outras, que são situadas em assentamentos de reforma agrária, estão em análise (SIMEC, 2015). Portanto, ainda há muito para se concretizar sobre o PRONACAMPO.

Do eixo, *Gestão e Práticas Pedagógicas*, até o momento foi efetivado apenas parte do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo, com distribuição de livros para as primeiras séries do ensino fundamental: Coleção *Girassol: saberes e fazeres do campo*. Para Molina, “O livro didático é fundamental na construção de uma visão de mundo” (2015, p. 29). No entanto, os professores afirmaram que está coleção contribuiu pelo simples fato de trazer a tona as questões do campo mas ainda está longe de ser o ideal. Já o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Campo ainda não são realidade nas escolas do campo em Goiás.

Buscando atender os propósitos da Educação do Campo, integrar o conhecimento científico ao cotidiano das famílias e contribuir com a prática da alimentação saudável, as escolas vem desenvolvendo experiências produtivas com hortaliças, plantio de mandioca, milho, batata, abóbora e árvores frutíferas. No entanto, têm encontrado dificuldades devido à quantidade de força de trabalho de que necessita para as atividades de cultivo, mesmo contando com a participação da comunidade através de mutirões, colaboração e apoio técnico da EFAGO, em 2014 e da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) para efetivação da horta com práticas de produção agroecológica.

Em 2014, pela primeira vez, realizou-se eleição direta para diretores das escolas-polo. Antes, esse cargo era de indicação do prefeito, sem nenhuma influência da comunidade escolar.

Quanto à proposta pedagógica das escolas, todas apresentam o artigo 28 da LDB, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e traz reflexões sobre a necessidade de adequação do currículo e do processo de ensino-aprendizagem à realidade e à necessidade das famílias camponesas, mas reconhecem que ainda não exercem essa prática como deveria, conforme disposto no PPP da Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha.

A organização dos eixos curriculares, nesse universo, necessita de uma perspectiva global e multidimensional, integrando conhecimentos e áreas de estudo, visando uma prática inter e transdisciplinar, articulando diversos campos do saber e da realidade na qual os alunos e alunas do campo estão inseridos. *O desafio é superar a prática de pensar projetos de educação descontextualizados do sentido e da história dos povos do campo*, pois este tem sido um vício bastante comum ao longo da história da educação (PPP, ESCOLA TEREZINHA DE JESUS ROCHA, 2015, p.12).

Mesmo havendo nas escolas-polo projetos e ações que buscam atender os propósitos da Educação do campo, ainda há muito para se construir sobretudo a adequação do currículo e em relação a infraestrutura.

Das ações propostas pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), relacionadas ao eixo, *Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica*, no município de Goiás, está em andamento o *Curso Técnico em Agroecologia*, oferecido pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), na modalidade PRONACAMPO e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A modalidade Educação de Jovens e Adultos no campo ainda não é praticada.

O Eixo *Formação de Professores*, foi efetivado com a oferta de formação inicial para os professores, por meio do Curso de Graduação em Educação do Campo – Área de Conhecimento: Ciências da Natureza, o qual apresentaremos logo a seguir.

O direito a universidade e a Educação do Campo

Na década de 1980, os camponeses iniciaram a demanda pelo direito de acesso à educação dentro dos acampamentos. A luta continuou, resultando em leis sobre a Educação do Campo e se consolidou em Políticas Públicas como o PRONERA e o PRONACAMPO. Estas, possibilitaram a criação de cursos universitários específicos para a população camponesa. No município de Goiás já foram oferecidos três cursos, são eles:

A) *O Curso de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária*, Idealizado em 2005, a partir do diálogo entre Universidade Federal de Goiás (UFG) – Campos Cidade de Goiás e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integraram no debate o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/GO), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e outros movimentos sociais e sindicais (SOUSA, 2012). Meses depois, foi consolidada pela universidade a proposta do curso Intitulado *Turma Especial do Curso de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária*, na modalidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) – O PRONERA foi criado em 1998, com objetivo de atender os beneficiários da Reforma Agrária e de fortalecer o território camponês em todas as dimensões.

As instituições responsáveis por este curso estavam cuidando dos trâmites para sua consolidação, quando o Ministério Público Federal (MPF), questionou legalmente a sua regularidade. Caso o inquérito Civil Público instaurado concluísse que o curso seria irregular, ficaria impedida a sua concretização.

31 de maio de 2006: O Ministério Público Federal – MPF – abre Inquérito Civil Público com a finalidade de apurar a regularidade dos projetos mantidos pela UFG para a criação de possíveis cursos a serem destinados a segmentos específicos da sociedade; oficiando a UFG, o MEC, a OAB seção Goiás; e INCRA (Portaria MGMO nº 51/ 2006, que instaura o Procedimento Administrativo nº 1.18.000.008340/2006-92, apud: SOUSA, 2012).

Após dois anos de batalha jurídica, em janeiro de 2007 foi aberto o edital do vestibular especial – Edital nº 02/2007, que possibilitava a inclusão de 60 trabalhadores rurais ao “*direito*” à universidade. No segundo semestre, iniciaram-se as aulas, mas, logo em seguida, em setembro de 2007, o curso foi novamente questionado judicialmente pelo Deputado Paulo Renato- (PSDB) que foi Ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele alegou a ofensa ao “princípio constitucional da igualdade”. A batalha jurídica, política e “de classe” continuou até janeiro de 2010 (SOUSA, 2012).

O caso teve repercussão nacional, pois acesso à universidade no Brasil nunca foi para filhos de trabalhadores, principalmente em um Curso de Direito, até então era espaço ocupado pela elite. Segundo Sousa (2012), a mídia também se sentiu incomodada: “Bacharéis

sem-terra”, disse o jornal O Estado de São Paulo, 2007. A Revista Veja trouxe a matéria “Invasão na universidade”. Percebe-se que esse fato era muito mais do que uma turma de trabalhadores do campo entrando no curso de Direito da Universidade Federal de Goiás; de certa forma, isso feriu o “cérebro” da elite brasileira, do agronegócio goiano e das famílias oligárquicas do município de Goiás. Significou também uma chave para abrir a porta da universidade para outros trabalhadores e trabalhadoras do campo que sempre se viram roubados deste direito.

O Curso funcionou na modalidade da pedagogia *da alternância*. Nessa modalidade, os estudantes passam por diferentes momentos de formação divididos em: *tempo-universidade*(TU), quando os cursistas passam um período na universidade e *tempo-comunidade*(TC), quando os cursistas voltam para as comunidades de origem e continuam os estudos. Estes estudantes concluíram seus estudos em 2012.

Em 2015, a UFG realizou exame vestibular para a segunda turma de direito. Desta vez além de beneficiários de reforma agrária, agricultores familiares poderiam participar.

B) O Curso de Especialização em Direitos Sociais do Campo, foi criado pelo Edital Nº 013/2013 e oferecido pela Universidade Federal de Goiás - Regional Cidade de Goiás, tendo sido realizado no período entre maio de 2013 a abril de 2015. A carga horária do curso foi de 514 horas, tendo como princípio formador a pedagogia da alternância. Foram abertas 60 vagas, destinadas ao público graduado e beneficiário do PRONERA.

C) O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), foi criado pelo Edital nº 2, de 31 de agosto de 2012, publicado pelo Ministério da Educação, de acordo com o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). É direcionado à formação de professores para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio e, preferencialmente, atuarem nas escolas localizadas no campo. Visa atender às demandas e às necessidades da população camponesa.

Tendo como princípio filosófico as ideias freireanas que busca articulação constante entre a *práxis* social e a teoria, o curso trabalha de acordo com a *pedagogia da alternância* (UFG-REGIONAL GOIÁS, PPP, LEDOC, 2014, p. 12). Em 2015 foi realizado o quarto vestibular para ingresso dos estudantes no LEDOC. *A priori*, a efetivação de um curso de Educação do Campo por si só já pode ser considerada mais um latifúndio ocupado, espaço que antes pertencia apenas a elite brasileira.

Conclusões

A luta pela Educação do Campo no Município de Goiás começou na década de 1980, dentro dos acampamentos dos trabalhadores sem-terra. A integração na luta e a convivência

em um acampamento proporcionou aos camponeses sem terra a consciência de seus direitos e despertaram neles o desejo de *ser mais humanos* e de lutar pelo direito à educação.

Naquele contexto existiam no campo escolas multisseriadas, que em sua maioria funcionavam nas terras de fazendeiros os quais se sentiam “donos” da escola, tinham como recursos didáticos o quadro e o giz, e atendiam até a primeira fase do ensino fundamental. Passaram-se 30 anos de luta pela terra e conta-se hoje mais de 700 propriedades familiares em áreas que antes eram latifúndios improdutivo. A luta pelo direito a educação se ampliou; criou-se a EFAGO que propõe uma prática pedagógica voltada para a Educação do Campo, utilizando elementos pedagógicos específicos, que dialogam com a realidade das famílias camponesas. Das 61 escolas existentes em 1995, 30 foram aglutinadas nas quatro escolas-polo que foram abertas visando atender o ensino fundamental completo, as outras 31 foram fechadas.

Em 2015, existem, aproximadamente 900 estudantes vivendo no campo; destes em média 600 são atendidos nas escolas ali situadas e os outros, cerca de 300 são transportados para escolas urbanas situadas na cidade de Goiás, Itapirapuã e Itaberaí por ser de mais fácil acesso.

As escolas-polos carecem de melhorias na infraestrutura, sendo também necessário a adequação do currículo visando atender a lei: Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Resolução CNE/CEB Nº 1/2002 Diretrizes Operacionais da Educação Básica das Escolas do Campo e Lei Nº 7352 de 2010, que determina e orienta a Educação do Campo.

Mais de 85% dos estudantes utilizam o transporte escolar, fator que interfere muito na vida das famílias camponesas e na qualidade da educação oferecida. Por isso há necessidade de buscar estratégias junto ao poder público, para solução dos problemas.

A Educação do Campo se consolidou em leis e políticas públicas. Foram abertos cursos em nível de graduação e pós-graduação nessa modalidade de ensino. Portanto, pode se concluir que ao longo desses 30 anos de luta pela terra e pela educação no município de Goiás, o direito de acesso à educação do campo vem sendo conquistado, “as escolinhas de favores” se tornaram “escolas de direito”, no entanto ainda há muito que se caminhar para efetivar a educação no/do campo.

Referências

ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. *In*: ARROYO, Miguel. G; CALDART, Roseli. S; MOLINA, Mônica, C. Orgs: **Por Uma Educação do Campo**. 5ª ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 214 p.

ARROYO, Miguel G. Apresentação. *In*: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo**:

Propostas e práticas pedagógicas do MST. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 135.p

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 7352, de 2010.** Brasília, novembro de 2010.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília: 2014. 45 p.

BRASIL. MEC. **Conselho Nacional de Educação – CNE.** Parecer nº 36/2001. Brasília. 2002.

BRASIL. MEC. SIMEC – **Sistema Integrado de Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PAR.** 2015. Disponível: <http://simec.mec.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto-lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 125º da Independência e 58º da República.

BRASIL, MEC, Universidade Federal de Goiás. **Curso de Especialização em Direitos Sociais do Campo.** Edital nº 013/2013. Cidade de Goiás, GO, 2013.

BRASIL, MEC, Universidade Federal de Goiás. **Curso de Educação do Campo: Ciências da Natureza.** Projeto Político Pedagógico. Cidade de Goiás, GO.2015.

BRASIL, MEC, SECADI. **Programa Nacional de Educação do Campo –** documento orientador. Brasília, janeiro de 2013

CALDART, Roseli S. Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In:* ARROYO, Miguel. G; CALDART, Roseli. S; MOLINA, Mônica. C.(Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo.** 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. 214p.

DOURADO, Benvinda B. A educação primária no Tocantins: das escolas isoladas ao grupo escolar. *In:* **Percursos Históricos da Educação no Cerrado.** (Orgs): MACHADO, Maria M; SANTOS, Jocyléia S- Campinas, SP. Mercado de Letras, 2012. 265 p, p. 191-216.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GOIÁS. **Projeto Político-Pedagógico.** Cidade de Goiás – GO, 2015.

ESTADO DE GOYÁZ. **Regulamentação do Ensino Primário do Estado de Goyáz -** Decreto nº 10.640 de 10 de Fevereiro de 1930.

ESTADO DE GOYÁZ. **Regulamentação para a instrução primária da Província de Goyáz –** Lei nº 4. 148 – ACTO de 11 de fevereiro de 183.

FERNANDES, Bernardo. M. Prefácio. *In:* SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e práticas pedagógicas do MST.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 135.p

HAGE, Salomão M; PENA, Selma C. Escolas rurais com turmas multisseriadas: realidades, contradições e desafios para a construção de materiais didáticos pedagógicos. *In:* **Livro didático e educação do campo.** (Orgs): CARVALHO, Gilcinei. T; MARTINS, Maria de Fátima. A; F a E- Faculdade de Educação – UFMG, Belo Horizonte, 2015. p. 125-135.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível: www.incra.gov.br. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

JESUS, José. N. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Revista NERA.** Presidente Prudente, Ano 14, nº. 18, p. 07-20 jan-jun./2011.

MST. Ocupar Resistir e Produzir Também na Educação. **Boletim da Educação.** Nº 01, Ago. 1992.

MARTINS, José de S; **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.162 p.

MEC, Universidade Estadual de Goiás. **Edital N° 001/2015, Curso Técnico em Agroecologia**. Cidade de Goiás, 2015.

MOLINA, Mônica C. Políticas públicas em Educação do Campo: avanços e desafios do PNLD Campo. In: CARVALHO, Gilcinei. T; MARTINS, Maria de Fátima. A. (Org.) **Livros Didático e Educação do Campo**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação 2014. p. 125-135.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS. **Contrato de prestação de serviços do transporte escolar nº 11/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS. **Contrato de prestação de serviços do transporte escolar nº 12/2015**.

RODRIGUES DA SILVA, Rusvênia Luiza B. **Sobre o camponês do sertão**: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás – GO. 186 p. Dissertações (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2003.

SANTOS, Luiz C. dos; ESCOLARO, A. **História Religiosidade e Cultura**: Comunidades do Município de Goiás. Goiás, GO, 2002, 115 p.

SANTOS, José V. T. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 2 (2), 109-117, 1981.

SAUER, Sérgio. **Luta pela terra, movimentos sociais e rearticulação dos povos da terra, das águas e das florestas**. ABRA. Edição especial. Junho de 2013. ISSN 0102-1184 P 69-85.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1975.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1980.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1985.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1990.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Livro-Ata de Resultados Finais**. Cidade de Goiás - GO, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL HOLANDA. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL OLÍMPIA ANGÉLICA DE LIMA. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL TEREZINHA DE JESUS ROCHA. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL VALE DO AMANHECER. **Projeto Político-Pedagógico**. Cidade de Goiás - GO, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Plano de Cargos e Salários**. Cidade de Goiás - GO, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **Plano Municipal de Educação** - decênio 2014/2024. Cidade de Goiás - GO, 2014.143 p.

SOUSA, Regina Sueli. **Razão e Movimentos Sociais** – as Racionalidades Vividas no MST. 2002. 202 p. Tese de Doutorado. UNESP – Marília, 2002.

SOUSA, Ranielle. C. **O Direito achado no campo**”: a construção da liberdade e da igualdade na experiência da turma Evandro Lins e Silva. 203 p, 2012, Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília, 2012.

SOUZA, Francilane E. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás:** instrumento para a valorização do território do camponês? 2012. 380 p. Tese de Doutorado em Geografia. UESP -Presidente Prudente – SP, 2012.

SOUZA, Francilane. E. Panorama do fechamento de escolas no campo do estado de Goiás de 2007 a 2015. Disponível: http://observatorio-edu-campo-goias.blogspot.com.br/2016/07/panorama-do-fechamento-de-escolas-no_47.html. Acesso em: 07 de Agosto de 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo:** propostas e práticas pedagógicas do MST. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 135.p

Sobre a autora

Dorcelina Aparecida Moreira – Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Mestrado em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás; Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, Cidade de Goiás, Goiás, Brasil.

Como citar este artigo

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. Das “escolinhas de favores” à “escola de direito”: a educação *no/ do* campo no município de Goiás. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 153-176, mai.-ago. 2018.

Recebido para publicação em 16 de abril de 2017.
Devolvido para a revisão em 24 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 07 de fevereiro de 2018.

Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias

Review: Food regimes and agrarian questions

Revisión: Regímenes alimentarios y cuestiones agrarias

Jeidi Yasmin Galeano Cobos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: jygalc4@gmail.com

Sobre o autor

Philip McMichael é sociólogo, historiador e professor do Departamento de Sociologia do Desenvolvimento, vinculado à *Cornell Center for Sustainable Future*, em *Cornell University*. Por meio da sociologia histórica, analisa a modernidade capitalista através da lente das questões agrárias, regimes alimentares, movimentos agrários e, mais recentemente, a conquista global de terra para produção de alimentos e biocombustíveis. Possui uma longa trajetória de trabalho com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), UNRISD (Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social), La Vía Campesina, o Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar e a Coalizão Internacional Camponesa.

Sobre a obra

O livro *Food regimes and agrarian questions*, na versão em português, surge como norteador e esclarecedor da problemática agroalimentar mundial. É o segundo livro da série “Estudos Camponeses e Mudança Agrária”, a qual pretende contribuir para o avanço do conhecimento sobre o desenvolvimento rural nos âmbitos local, nacional e internacional. A obra de Philip McMichael está estruturada em sete capítulos, sendo eles: Capítulo I, O projeto de regime alimentar; Capítulo II, Formas históricas do regime alimentar; Capítulo III, O regime alimentar corporativo; Capítulo IV, Regimes alimentares e a questão agrária; Capítulo V, Reformulações do regime alimentar; Capítulo VI, Crise e reestruturação; e por fim, o Capítulo VII, O regime alimentar e as relações de valor: quais valores?.

A narrativa do autor se dá em uma perspectiva histórica, partindo do século XIX com o regime alimentar centrado na Grã-Bretanha, passando pelo século XX com o regime centrado nos Estados Unidos e finalizando no século XXI com o atual regime corporativo, discutindo e argumentando com vários autores e organizações sobre o arranjo institucional regulatório estável das relações alimentares internacionais, que historicamente moldaram as dinâmicas de acumulação capitalista nos três regimes alimentares. Sua análise sugere uma

reformulação do arranjo organizacional do agronegócio que controla a produção de alimentos no mundo. Estado, alimento, mercado, relações político-econômicas e acumulação são palavras-chave do texto.

Sob o conceito de “regime alimentar” formulado por Harriet Friedmann, em seu primeiro capítulo “O projeto de regime alimentar”, McMichael analisa as relações agrícolas internacionais de produção e consumo de alimentos, que foram se estabelecendo com fortes laços político-econômicos institucionalizados e promoveram formas de acumulação em uma globalização crescente. Situa o papel da agricultura comercial na construção de uma relação - até hoje inseparável - entre Estado e mercado, distinguindo dessa forma, três regimes alimentares: o primeiro, o regime alimentar imperial “*workshop of the world*” estabelecido pela Grã-Bretanha (1870-1930); o segundo, o regime alimentar intensivo, determinado pelos Estados Unidos (1950-1970); e o terceiro, o regime alimentar corporativo “a revolução do supermercado” controlado pelas corporações (1980-2000).

Assim, coloca os seguintes pontos fundamentais para o primeiro regime alimentar: livre-comércio e a operacionalização do padrão-ouro; trigo, como elemento gerador de receita, renda e detentor de terras; força de trabalho assalariada de baixo custo; divisão internacional de trabalho, como definidora do sistema colonial; colapso do preço de grãos e a estiagem na década de 1930.

No segundo regime alimentar, descreve os Estados Unidos como o grande império, que redireciona excedentes de alimentos resultantes de políticas agrícolas subsidiadas para seu império informal de nações pós-coloniais durante a Guerra Fria. Dessa maneira, se garante lealdade anticomunista, mercados imperiais e o começo de uma agricultura sem agricultores. A Revolução Verde; agronegócio; divisão internacional do trabalho na agricultura; complexos transnacionais; agricultura especializada; gado, frango, milho e soja como *commodities*, e o dólar como moeda internacional são denominadores comuns nesse regime. A intensificação desses fatores caracterizou o regime corporativo, adicionando forte regulação de produção e consumo a nível global, moldadas por políticas de ajuste estrutural e acordos de comércio bilateral Nafta, sigla em inglês (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e multilateral OMC (Organização Mundial do Comércio). Um sistema dolarizado; princípios neoliberais de mercado; agricultura e alimentos padronizados; privatizações, aumento da força de trabalho assalariada e alimentos de baixo custo são elementos que, conjuntamente, propiciaram um ambiente de acumulação de poder.

No segundo capítulo “Formas históricas do regime alimentar”, McMichael apresenta a estruturação e reestruturação dos dois primeiros regimes alimentares, destacando o baixo custo dos alimentos com preço mundial estabelecido como principal forma de domínio, pacificação da mão de obra, apropriação dos recursos alimentares e geração de dependência. As diferentes formas de domínio arquitetam a estruturação dos regimes alimentares. Assim,

o autor ilustra ao leitor, as mais intrincadas relações de poder, tanto no regime centrado na Grã-Bretanha, quanto no centrado nos Estados Unidos.

O autor utiliza os estudos de Polanyi para explicar a incorporação do alimento, da mão de obra e do capital à mercantilização. Discorre sobre a apropriação das relações de produção e reprodução de *commodities* tropicais e temperadas para o mercado mundial, a concorrência industrial e o protecionismo que levaram ao livre-comércio, e sobre a abundância de alimentos e riqueza no Norte que equiparava e, até superava, a fome, desnutrição, escravidão e trabalho mal remunerado do campo no Sul. Cita os fatos históricos que marcaram e instituíram o modelo da agricultura norte-americana no pós-guerra, como aquele a ser copiado no resto do mundo. O regime colapsou com a abertura do bloco soviético em 1972-1973, que provocou uma crise inflacionária de grãos e de oleaginosas, provocando por um lado, uma crise alimentar mundial, e por outro, uma crise geral de acumulação.

A reestruturação do regime consistiu no fortalecimento e autodenominação dos Estados Unidos como o celeiro do mundo. Uma série de novas tensões surgiram, dinamizadas pelos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO), os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a, denominada pelo autor, “rebeldia do terceiro mundo”. Ditas tensões provocaram mudanças nas organizações intergovernamentais, enfraquecimento e posterior descentralização da FAO.

No terceiro capítulo “O regime alimentar corporativo”, McMichael discute amplamente os processos que ocorreram para o estabelecimento da hegemonia corporativa sustentada por finanças internacionais e regras multilaterais, que colocaram os mercados acima do Estado, transformando estes últimos em servidores dos primeiros, por meio de governança financeira internacional do Banco Mundial/FMI e a OMC, possibilitando um regime alimentar privado, constituído por corporações transnacionais institucionalizado no livre-comércio e visionado em um mercado de “segurança alimentar”.

O autor traz à tona os questionamentos e análises de Friedmann sobre as relações agroalimentares, questionando sobre a possível existência de regras que normatizam o comportamento do Estado, corporações, empresas, movimentos sociais, consumidores e cientistas e que designa papéis aos países como produtores e importadores dentro de um comércio internacional facilitado. O autor lança um questionamento que instiga pensar sobre o nosso posicionamento dentro de uma ordem mundial: novas regras multilaterais ligadas à hegemonia corporativa e a implantação da dívida estão funcionando como um mecanismo disciplinador a serviço do comércio e de lucros financeiros? Em relação a isso, cita o cientista político Walden Bello, autor do livro *The Food Wars*, que diz: na década de 1980 os Estados Unidos elevaram as taxas de juros, desta forma mais de setenta nações do hemisfério sul passaram por ajuste estrutural, entrando em 1990 com 61% mais dívidas do que detinham

em 1982. Esses países tornaram-se alvo do Banco Mundial e FMI, este último como arrecadador de dívida em favor dos bancos do hemisfério norte.

Os países do Terceiro Mundo passaram de políticas agroalimentares nacionais para exportações dominadas por corporações. Isto fez com que os agricultores se confrontassem universalmente com um preço de mercado mundial, perante um agronegócio norte-americano subsidiado, agroexportações, proteções à propriedade intelectual, varejo global, padronização de produtores, entre outros. Dessa maneira, comprometeu-se a segurança alimentar desses países, via migração, espoliação rural e agudez da fome. O autor, finaliza o capítulo destacando as contratendências ao regime corporativo, especialmente da Via Campesina criada em 1993, que exige a politização da soberania alimentar, espaços para debater a crescente crise e insegurança alimentar, a defesa do modo camponês, o direito das comunidades aos alimentos considerando as características do território onde estão inseridas, e a participação dos movimentos de agricultores na definição de políticas agrícolas e alimentares.

No quarto capítulo “Regimes alimentares e a questão agrária”, McMichael aborda a questão agrária por meio das lentes dos regimes alimentares. Questiona se há uma questão agrária ou uma crise agrária. Valendo-se de vários autores, evidencia que o enfoque clássico que posiciona o capital e o trabalho como solucionador da questão agrária (especificamente o capital industrial), desconsidera por completo a ecologia, o camponês, e o alimento. “Somente o preço conta”, pois afeta as reações políticas e os padrões de acumulação, o que acontece com a terra é secundário.

Relata que desde o primeiro regime alimentar a agricultura campesina foi substituída pela capitalista motivada pela transformação de classes, mas condicionada pelo regime alimentar. Relembra como no segundo regime alimentar, agricultores colonizadores de fronteiras espoliavam extensos terrenos e seus habitantes nativos para espalhar uma agricultura especializada em produção de grãos de baixo custo, mas ecologicamente insustentável. O preço no longo prazo implicou esgotamento do solo e da água, causando uma tempestade de areia nos Estados Unidos em 1930. O desastre ecológico não foi suficiente para mudar o modo de produção e exploração da agricultura, pois mesmo colocando fim a agricultura colonizadora de fronteira, iniciou-se um programa de estabilização de *commodities* alimentado por subsídios agrícolas e compras governamentais de excedentes de alimentos para administrar os preços.

No pós-guerra, a questão agrária muda e passa a ser embasada na industrialização, modernização agrícola, reforma fundiária, tecnologias de revolução verde, crédito rural e assistência para comercialização. As reformas agrárias no mundo capitalista colocam produtores de subsistência como produtores de pequenas *commodities* inseridos nas relações de mercado. Trata-se de uma reforma agrária liderada pelo Estado e posteriormente pelo

mercado, a favor do poder dos latifundiários, e à custa das necessidades de terra e subsistência da população rural pobre e sem terra.

McMichael identifica que o surgimento da crise agrária no Sul global resultou de uma decisão no Norte, sob a forma de um regime de ajuda alimentar mercantilista e que enquanto a sociedade capitalista existir, a crise agrária será seu efeito colateral.

No quinto capítulo “Reformulações do regime alimentar”, o autor explora outras óticas para enriquecer sua análise focando outros elementos. Revisa a participação histórica do Leste Asiático, América Latina e Oriente Médio, as relações de gênero, raça e mão de obra, assim com também a perspectiva da financeirização, nutricionalização e ecologia.

Nas diferentes regiões analisadas houve transformação das dietas em diferentes fases históricas. Por exemplo, no Japão em 1945, graças à Lei de Segurança Mútua EUA-Japão, o consumo de trigo aumentou e diminuiu o consumo de arroz em 30%. Entre 1950 e 1985 o consumo de proteína animal aumentou, o que implicou uma intensificação da produção animal com rações importadas por meio de um complexo de carnes. Isso iniciou a transformação do cerrado brasileiro com o cultivo de soja, abrindo a porta para as *nontraditional exports (NTEs)*, tais como ração animal, alimentos processados, carnes, frutas e vegetais exóticos. Os investimentos japoneses na Tailândia converteram-na no supermercado da Ásia, particularmente na produção de frango de corte. Na década de 1990, o Japão mudou a Tailândia pela China, como seu principal destino de investimento, convertendo-se na sua segunda fonte de importações depois dos Estados Unidos. Os complexos de soja, óleo de palma e laticínios supriam as importações de alimentos processados, ração animal e energia ancorados no regime alimentar corporativo.

Para a análise da América Latina, o autor assinala as pesquisas do economista e sociólogo mexicano Gerardo Otero, focando no papel dos Estados no favorecimento do regime corporativo e dos agricultores capitalizados. Cultivos transgênicos para exportação de soja e milho, ração animal e biocombustíveis na Argentina e no México, *versus* contramovimentos camponeses, correntes de resistência e presença ativa da Via Campesina formam o escopo da discussão para essa região. No caso do Oriente Médio é destacada sua dependência histórica de alimentos, sendo os maiores importadores de grãos do mundo.

A partir do livro *Food Security in the Middle East*, McMichael analisa as estratégias que diferentes Estados do Golfo buscam para diminuir sua dependência alimentar. Entre essas, inclui-se o investimento em agronegócios globais, formação de alianças de grãos com grandes exportadores e investimento de terras no exterior.

Trabalho de agricultores, trabalhadores diaristas, trabalhadores autônomos, informais, migrantes, distinção étnica, e a dupla atividade das mulheres como trabalhadoras (50% da força de trabalho agrícola mundial) e perpetuadoras da reprodução social, conformam uma imensa classe de mão de obra desvalorizada e vulnerável. O autor cita que,

a integração da reprodução social permite uma “forma paradigmática de biopoder” em que o capital reconstitui os seres humanos por meio da reconstituição da ordem natural, em nome da segurança alimentar. Finaliza com a derradeira ironia do regime alimentar: a maior parte da fome mundial atinge os trabalhadores envolvidos na produção de alimentos.

A financeirização no negócio de alimentos por investidores e o cálculo estritamente financeiro nas operações alimentícias, converteram o alimento em uma mera mercadoria negociável com finalidade de circular pelo mercado e aumentar a acumulação do capital corporativo, acelerando o esgotamento dos processos naturais por sua conversão em “recursos” especulativos. A nutricionalização do alimento imprime uma visão do alimento como medicamento dada pela exagerada racionalidade científica e a lógica do mercado corporativo. Tratar a deficiência dietética se transformou em um problema técnico, despolitizando assim a fome. No último subtítulo desse capítulo, McMichael aborda a perspectiva ecológica desde a ruptura metabólica; a separação da vida social da natureza, do campo e a cidade, a subordinação da agricultura ao capital, esgotamento do solo, a água e a substituição da policultura pela monocultura. Recuperar a perspectiva ecológica ligaria tal fracionamento, reverteria a degradação, sustentaria a agricultura e permitiria uma conexão com os alimentos de procedência conhecida.

No sexto capítulo “Crise e reestruturação”, McMichael caracteriza os padrões de acumulação e crise que dinamizam as estruturas dos regimes alimentares. O autor define três diferentes formas de acumulação: extensiva, intensiva e financeira, todas condicionantes das relações geopolíticas e institucionais da mercantilização da agricultura e dos alimentos. O autor admite que ainda é cedo para determinar se o regime corporativo está em transição ou se reestruturando. No entanto, sua análise cronológica expressa uma crise alimentar (com reivindicação por comida), agravada pelo apoio aos agrocombustíveis com consequências na acumulação de capital e deterioração cumulativa da sustentabilidade dos ecossistemas com vistas a chegar ao esgotamento absoluto da natureza.

Nesse sentido, o autor aponta o paradigma da bioeconomia impulsionada pela neoliberalização da natureza. O alvo é o carbono da biomassa vegetal à medida que os combustíveis fósseis escasseiam. Com isso ocorreria a reestruturação do regime alimentar rumo a um novo regime de extrativismo de alimento-combustível-biomassa, envolvendo o que resta de terras e água do mundo inteiro. Isto requer a espoliação ou incorporação de pequenos agricultores à cadeia de valor. Homens, mulheres, animais e plantas subordinados ao cálculo financeiro, em vez de social.

McMichael finaliza seu livro com o sétimo capítulo, “O regime alimentar e as relações de valor: quais valores?”. Nele, o autor entende duas polaridades em relação aos valores, o valor de troca e de acumulação de capital a qualquer custo advindo do regime alimentar corporativo, e o valor de uso do alimento, que permite conectar o homem com a natureza.

Esse último proposto pelos movimentos sociais em virtude de uma série de exigências por soberania alimentar, cidadania agrária, pluriatividade, multiculturalismo, respeito pelos modos de vida camponesa e promoção de uma agricultura agroecológica. Dessa forma, ele nos convida a refletir sobre o que comemos, o que compramos, onde compramos e se estamos sendo partícipes das tendências ou das contratendências do regime alimentar do momento.

Ler o livro “Regimes alimentares e questões agrárias” de Philip McMichael é de vital importância para todos aqueles interessados em compreender, interpretar e aprofundar as relações imbricadas entre a questão agrária e os problemas alimentares no mundo. Entender por que o comer se converteu em um ato político torna-se inquietante no decorrer da leitura dos três regimes alimentares, sendo estes o eixo central do livro. Desde a consolidação do primeiro regime, ou seja, o regime alimentar imperial, do segundo, o regime alimentar intensivo centrado nos Estados Unidos, e do terceiro, o regime alimentar corporativo, associa-se aos três, uma estabilidade dependente de várias combinações de coerção Norte-Sul, que trata o alimento como mercadoria consolidada graças a políticas de relações alimentares e ligações de ordem mundial preocupadas por fortalecer processos de acumulação.

Como livro revelador faz um chamado a todos os leitores, pois o que resultou em alimentos cada vez mais baratos como os ultraprocessados, hoje nos priva de comer alimentos saudáveis, desconhecendo por completo a procedência do que chega ao nosso prato, além de impedir os camponeses de produzir alimentos dadas as condições desiguais de concorrência com uma agricultura industrial. Para o autor, alternativas gestadas pelos movimentos sociais e a agricultura de base agroecológica fundamentadas pela busca de soberania alimentar se apresentam como as mais viáveis em fornecer processos diferentes ambiental e socialmente sustentáveis.

Referências

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016. 256p.

Sobre os autores

Jeidi Yasmin Galeano Cobos – Graduação em Engenharia em Agroecologia pela Corporación Universitaria Minuto de Dios (UNIMINUTO), Bogotá, Colômbia; Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Paraná, Brasil; Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Como citar este artigo

COBOS, Jeidi Yasmin Galeano. Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p. 177-184, mai.-ago. 2018.

Recebido para publicação em 18 de setembro de 2017.

Devolvido para a revisão em 26 de fevereiro de 2018.

Aceito para a publicação em 01 de março de 2018.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais**. Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul**. Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense**. Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA**. Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST**. Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)**. Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15, n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15, n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18, n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18, n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15, n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia**

Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIZARAZO, Robinson Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14, n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisal Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana

Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense**. Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã**. Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA)**. Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica**. Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**. Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATEs em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay**. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social**. Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15, n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15, n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17, n. 25, p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155,

2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14, n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14, n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14, n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14, n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14, n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14, n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14, n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14, n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14, n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15, n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15, n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15, n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em**

fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de**

Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná. Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de**

produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças**. Ano 21, n. 43, p. 376-396.